



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXV — Nº 072

QUARTA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 1980

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 99, DE 1980-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 62, de 1980-CN (n.º 44, de 1980, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.765, de 17 de janeiro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos órgãos Auxiliares da Justiça de Primeira Instância do Distrito Federal e dos Territórios".

Relator: Deputado Joel Ferreira

Com a Mensagem n.º 62, de 1980-CN, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.765, de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Órgãos Auxiliares da Justiça de Primeira Instância do Distrito Federal e dos Territórios".

A Mensagem Presidencial se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Presidente, em exercício, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, esclarecendo que o texto legal, em exame, procura estender aos servidores dos Órgãos Auxiliares da Justiça de Primeira Instância do Distrito Federal e dos Territórios os benefícios concedidos aos servidores civis do Poder Executivo, pelo Decreto-lei n.º 1.732, de 1979, reajustando-lhes os vencimentos, salários e proventos.

Destaque-se que

"os servidores ativos e inativos dos Órgãos Auxiliares da Justiça de 1.ª Instância do Distrito Federal e dos Territórios não foram enquadrados na sistemática prevista na Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, razão pela qual é aplicável aos mesmos os reajustamentos de que trata o supramencionado Decreto-lei n.º 1.732, de 20 de dezembro de 1979, sobre os atuais vencimentos e proventos decorrentes da aplicação do Decreto-lei n.º 1.576, de 6 de outubro de 1977.

O Decreto-lei n.º 1.518, de 1977, que criou o Quadro de Pessoal dos Órgãos Auxiliares da Justiça de 1.ª Instância do Distrito Federal e dos Territórios, deu nova estrutura aos Cargos existentes, fixando-lhes os respectivos vencimentos cujos paradigmas não são comuns aos existentes em quaisquer dos três (3) Poderes da União."

Assim é que o Diploma Legal, examinado reajusta os vencimentos, salários e proventos daqueles servidores em 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1.º de janeiro de 1980; e mais 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1.º de março do corrente ano, que passam a vigorar com os valores especificados nos Anexos II e III do Decreto-lei n.º 1.732, de 20 de dezembro de 1979.

Considerando que o instrumento utilizado encontra respaldo no art. 55 da Constituição e que as despesas dele decorrentes serão atendidas à conta do Orçamento da União para o presente exercício, somos, no âmbito desta Comissão, pela sua aprovação nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1980-CN

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.765, de 17 de janeiro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Órgãos Auxiliares da Justiça de Primeira Instância do Distrito Federal e dos Territórios".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.765, de 17 de janeiro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e pro-

ventos dos servidores dos Órgãos Auxiliares da Justiça de Primeira Instância do Distrito Federal e dos Territórios".

Sala das Comissões, 12 de junho de 1980. — Senadora Eunice Michiles, Presidente — Deputado Joel Ferreira, Relator — Senador Moacyr Dalla — Deputado Amadeu Gears, com declaração de voto — Deputado Dasso Coimbra — Deputado Jorge Vargas — Deputado Peixoto Filho — Senador José Caixeta — Senador Passos Porto — Deputado Feu Rosa — Senador Bernardino Viana — Deputado Alcebíades de Oliveira — Senador João Lúcio — Senador Aderbal Jurema — Senador Saldanha Derzi — Senador Alberto Silva.

PARECER Nº 100, DE 1980-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 69, de 1980-CN (n.º 68, de 1980, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, que "estende a gratificação instituída pelo Decreto-lei n.º 1.714, de 21 de novembro de 1979, aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal".

Relator: Deputado Ossian Araripe

Com a Mensagem n.º 69, de 1980-CN, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.771, de 1980, que "estende a gratificação instituída pelo Decreto-lei n.º 1.714, de 21 de novembro de 1979, aos integrantes da Polícia Federal".

A Mensagem Presidencial se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Diretor-Geral do DASP, esclarecendo que "a mencionada gratificação foi concedida pelo Decreto-lei n.º 1.714, de 21 de novembro de 1979, aos funcionários do Grupo-Polícia Federal e pelo Decreto-lei n.º 1.727, de 10 de dezembro de 1979, aos integrantes do Grupo-Polícia Civil do Governo do Distrito Federal".

O texto legal, com exame, estende aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal a Gratificação por Operações Especiais, de que trata o Decreto-lei n.º 1.714, de 1979, para atender às peculiaridades do exercício de cargo ou emprego e aos riscos a que estão sujeitos, com bases de concessão e valores estabelecidos no Anexo do mencionado Decreto-lei.

Destaque-se que a referida Gratificação que se garante aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal será paga a partir de 1.º de janeiro de 1980.

Considerando que as despesas decorrentes da aplicação do Decreto-lei serão atendidas à conta dos recursos orçamentários do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, somos no âmbito desta Comissão, pela sua aprovação, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 1980

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, que "estende a Gratificação instituída pelo Decreto-lei n.º 1.714, de 21 de novembro de 1979, aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, que "estende a gratificação instituída

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

pelo Decreto-lei n.º 1.714, de 21 de novembro de 1979, aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal".

Sala das Comissões, 18 de junho de 1980. — Senador Jutahy Magalhães, Presidente — Deputado Ossian Araripe, Relator — Senador Passos Pôrto — Senador Bernardino Viana — Senador Aderbal Jurema — Senador Raimundo Parente — Senador João Lúcio — Senador Valdon Varjão — Senador José Caixeta — Deputado Rosemburgo Romano — Deputado Simão Sessim — Senador Affonso Camargo.

PARECER Nº 101, DE 1980-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 70, de 1980-CN, (n.º 69, de 1980, na origem) do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.772, de 26 de fevereiro de 1980, que "dispõe sobre isenção ou redução fiscal na importação".

Relator: Senador Jorge Kalume

Encaminhou o Senhor Presidente da República, na forma do que dispõe o art. 55 da Constituição Federal, à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.772, de 26 de fevereiro de 1980, o qual estabelece normas relativas à concessão de isenção e redução tributárias nas importações.

A adoção da medida prende-se ao fato de que muitos importadores deixaram de usufruir dos benefícios fiscais previstos na legislação pertinente até a expedição do Decreto-lei n.º 1.726, de 7 de dezembro de 1979, por não terem sido aprovados, até aquela data, os projetos ou pedidos sujeitos ao exame dos setores especializados do Conselho de Desenvolvimento Industrial.

De fato, o diploma supracitado suprimiu as isenções ou reduções dos impostos de importação e sobre produtos industrializados concedidas em caráter geral ou específico, incidentes sobre a vinda do exterior, de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, ferramentas, veículos, aviões, navios, barcos, embarcações e similares, bem como os respectivos componentes.

Todavia, ficaram ressalvados da supressão os bens importados e destinados a projetos ou programas industriais aprovados pelo CDI, ou entidades oficiais de investimento ou planejamento à data da edição do Decreto-lei n.º 1.726, de 1979, já referido.

O instrumento normativo em questão visa a autorizar, em caráter excepcional, as isenções e redução dos impostos citados e previstos nos arts. 1.º, 2.º e 3.º, do Decreto n.º 77.065, de 20 de janeiro de 1976, aos bens destinados à execução de projetos industriais e programas de produção para o presente exercício, desde que em tramitação no Conselho de Desenvolvimento Industrial quando do advento do Decreto-lei n.º 1.726, de 1979.

Justificando a medida, registra a Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem presidencial, verbis:

"A diversidade de tratamento quanto à concessão dos benefícios de natureza fiscal, cambial e creditícia, referidos no art. 5.º do mesmo Decreto-lei, acarretaria desequilíbrio entre as empresas que acorreram à execução dos planos de nacionalização, tornando difícil, senão impossível, a competitividade para aquelas não contempladas com os mesmos benefícios assegurados aos programas de produção já aprovados.

Por outro lado, e ainda sob o mesmo enfoque de preservação do equilíbrio e fortalecimento do setor industrial, cabe sejam consideradas as iniciativas empresariais, consubs-

tanciadas em projetos para a execução de empreendimentos industriais já analisados e avaliados pelos Grupos Setoriais do Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI. Com as medidas ora propostas, será estatuída a igualdade de tratamento para os programas de produção durante o ano de 1980, bem como asseguradas condições de aprovação dos projetos analisados e avaliados pelos Grupos Setoriais do Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI e encaminhados à apreciação final do Ministro da Indústria e do Comércio."

A motivação alinhada, a par do inegável interesse que o benefício fiscal há de proporcionar ao setor industrial da economia, recomendam, a nosso ver, a aprovação do texto em exame, na forma do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1980-CN

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.772, de 26 de fevereiro de 1980, que "dispõe sobre isenção ou redução fiscal na importação".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.772, de 26 de fevereiro de 1980, que "dispõe sobre isenção ou redução fiscal na importação".

Sala das Comissões, 18 de junho de 1980. — Senador Aderbal Jurema, Presidente eventual — Senador Jorge Kalume, Relator — Senador Alberto Silva — Deputado Fernando Magalhães — Senador Aloysio Chaves — Senador João Lúcio — Deputado Honorato Vianna — Deputado Celso Carvalho — Senador José Lins — Senador Saldanha Derzi — Deputado Marão Filho — Deputado João Alberto.

PARECER Nº 102, DE 1980-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 71, de 1980-CN, (n.º 76, de 1980, na origem) do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.773, de 3 de março de 1980, que "regula a incidência de contribuição previdenciária sobre a Representação Mensal prevista no Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976".

Relator: Deputado Horácio Matos

Com a Mensagem n.º 71, de 1980-CN, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.773, de 1980, regulando a incidência de contribuição previdenciária sobre a Representação Mensal prevista no Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976.

A Mensagem Presidencial se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Diretor-Geral, substituto, do DASP, onde esclarece que a medida se impõe em virtude de o Decreto-lei número 1.746, de 1979, ter autorizado a percepção da Representação Mensal na inatividade, o que determina a necessidade da cobrança daquela contribuição previdenciária, tal como já ocorre com as Gratificações de Produtividade e de Atividade.

O texto legal, em exame, vazado em 2 (dois) artigos, estabelece que em decorrência do disposto no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 1.746, de 27 de dezembro de 1979, é devida, a partir de janeiro de 1980, a contribuição previdenciária sobre o valor da Representação Mensal a que se refere o Decreto-lei n.º 1.445, de 1976, calculada na forma da legislação de previdência social.

Considerando que, no âmbito desta Comissão, nada vemos que obstaculize a sua normal tramitação, somos pela sua aprovação nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 65, DE 1980-CN

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.773, de 3 de março de 1980, que "regula a incidência de contribuição previdenciária sobre a Representação Mensal prevista no Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.773, de 3 de março de 1980, que "regula a incidência de contribuição previdenciária sobre a Representação Mensal prevista no Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976".

Sala das Comissões, 18 de junho de 1980. — Senador **Lomanto Júnior**, Presidente — Deputado **Horácio Matos**, Relator — Senador **Passos Pôrto** — Senador **Alberto Silva** — Deputado **Ary Alcântara** — Senador **Almir Pinto** — Deputado **Oswaldo Melo** — Senador **Murilo Badaró** — Senador **Juthay Magalhães** — Senador **José Caixeta** — Deputado **Aroldo Moletta** — Senador **Adalberto Jurema** — Senadora **Eunice Michiles** — Deputado **Peixoto Filho**.

PARECER N.º 103, DE 1980-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 72, de 1980-CN (n.º 77, de 1980, na origem) do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.774, de 5 de março de 1980, que "altera o limite da Gratificação de Produtividade instituída pelo Decreto-lei n.º 1.544, de 15 de abril de 1977, e dá outras providências".

Relator: Senador **Almir Pinto**

Com a Mensagem n.º 72, de 1980-CN, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.774, de 5 de março de 1980, alterando o limite da Gratificação de Produtividade, instituída pelo Decreto-lei n.º 1.544, de 15 de abril de 1977, e dando outras providências.

A Mensagem Presidencial se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Governador do Distrito Federal, onde esclarece que:

"O Decreto-lei n.º 1.544, de 15 de abril de 1977, ao reajustar os vencimentos e salários dos servidores civis do Distrito Federal, instituiu a Gratificação de Produtividade, exclusivamente para os funcionários incluídos na Categoria Funcional de Fiscal de Tributos do Distrito Federal, como estímulo ao aumento de produtividade, até o limite de 40% (quarenta por cento) do respectivo vencimento.

As características e bases de concessão da referida vantagem foram estabelecidas no Anexo IV do aludido Decreto-lei, que, para esse efeito, alterou o Anexo II do Decreto-lei n.º 1.360, de 22 de novembro de 1974.

Outrossim, a prática tem demonstrado que aquele limite percentual de 40% (quarenta por cento) vem ocasionando entrave na observância da indispensável hierarquização de valores no deferimento da referida vantagem, tendo em vista a diversidade, em razão de grau de responsabilidade, autonomia de ação e complexidade, identificada entre os níveis em que são desempenhadas as atividades inerentes à Categoria de Fiscal de Tributos.

Esses fatores passaram a reclamar a alteração daquele limite para 80% (oitenta por cento) a partir de 1.º de março de 1980. Visa esta elevação a propiciar uma melhor remuneração, com importâncias que variarão até o percentual aqui apontado, a título de estímulo à produtividade, aos servidores que, integrando a mencionada Categoria de Fiscal de Tributos, estão compreendidos na linha de assessoria ou chefia de Unidades da Secretaria de Finanças, bem como aqueles que, na mesma Secretaria, incumbidos da análise de processos fiscais ou de procedimentos fiscais, desempenham relevantes encargos iminentes ao sistema de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos do Distrito Federal."

O texto legal, em exame, estabelece em seu art. 1.º que o limite máximo da Gratificação de Produtividade, instituída pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 1.544, de 15 de abril de 1977, fica acrescida de 40 (quarenta) pontos percentuais, a partir de 1.º de março de 1980.

Destaque-se que os funcionários da Categoria Funcional de Fiscal de Tributos, código TAF-30, investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores perceberão a Gratificação de Produtividade calculada sobre o valor da Referência correspondente ao cargo efetivo, observando-se que, nesta hipótese, o total percebido pelo funcionário a título de vencimento, Representação mensal e Gratificação de Produtividade, será inferior à retribuição correspondente ao cargo de nível 4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, respeitada a hierarquização salarial estabelecida em regulamento.

Considerando que as despesas decorrentes da sua aplicação serão atendidas à conta das dotações constantes do Orçamento do Distrito Federal, somos, no âmbito desta Comissão, pela aprovação do texto do Decreto-lei sob exame, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 66, DE 1980-CN

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.774, de 5 de março de 1980, que "altera o limite da Gratificação de Produtividade instituída pelo Decreto-lei n.º 1.544, de 15 de abril de 1977, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.774, de 5 de março de 1980, que "altera o limite da Gratificação de Produtividade instituída pelo Decreto-lei n.º 1.544, de 15 de abril de 1977, e dá outras providências".

Sala das Comissões, 18 de junho de 1980. — Deputado **Vasco Neto**, Presidente — Senador **Almir Pinto**, Relator — Senador **Passos Pôrto** — Senador **Bernardino Viana** — Senador **Raimundo Parente** — Deputado **Francisco Rollemberg** — Deputado **Ludgero Raulino** — Senador **Valdon Varjão** — Deputado **Melo Freire** — Deputado **Saramago Pinheiro** — Senador **Lenoir Vargas** — Senador **Moacyr Dalla** — Deputado **José Mendonça Bezerra** — Deputado **Victor Fontana**.

PARECER N.º 104, DE 1980-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 75, de 1980-CN (n.º 91, de 1980, na origem) do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.775, de 12 de março de 1980, que "altera aliquotas do Imposto de Importação, e dá outras providências".

Relator: Senador **Bernardino Viana**

Com Mensagem do Senhor Presidente da República, é submetido à deliberação do Congresso Nacional, com base no § 1.º do art. 55 da Constituição, o texto do Decreto-lei n.º 1.775, de 12 de março de 1980, que altera aliquotas do Imposto de Importação, e dá outras providências.

A Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, assim justifica a modificação das aliquotas do Imposto de Importação:

"Entre as medidas de contenção das Importações, adotadas após 1974, figurou a imposição de sobretaxas aduaneiras, incidentes sobre produtos considerados superfluos ou de importação prescindível. A medida, de caráter temporário, foi objeto dos seguintes atos:

Decretos-leis n.ºs 1.334/74 e 1.364/74, que aplicaram sobretaxa uniforme, de 100%, ad valorem, a extensa gama de produtos; e

Decreto-lei n.º 1.421/75, o qual, além de ampliar o campo de aplicação dos Decretos-leis anteriores, criou sobretaxa menor, de 30%, ad valorem, para determinados bens cuja produção interna, substitutiva de importações, se afigurou de interesse estimular.

2. Os referidos Decretos-leis têm sido prorrogados por atos sucessivos e estão vigentes até 30 de junho próximo, de acordo com o Decreto-lei n.º 1.685, de junho de 1979.

3. O regime de sobretaxas tarifárias alcançou cerca de 3.450 itens tarifários (2.550 com acréscimos de 100% e 900 com acréscimos de 30%, ad valorem) representando, então, 37% do total de itens (9.268) de nossa tarifa Aduaneira.

4. Não obstante os resultados positivos obtidos, em termos de controle das importações, ficaram quase inteiramente fora do regime de sobretaxas dois importantes setores, o de produtos das indústrias químicas e o de bens de capital, com níveis de aliquotas relativamente baixos, inferiores a 40% (ad valorem) e sobre os quais vem exercendo forte pressão importadora, principalmente depois da extinção do recolhimento restituível.

5. Com o objetivo de prosseguir na política de contenção das importações, elaborou-se o anexo projeto de Decreto-lei, que ora submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência, através do qual é proposto o reajustamento, a níveis de 30 e 45%, ad valorem, das aliquotas de cerca de 2.020 itens tarifários, abrangendo bens daqueles setores."

O Decreto-lei em exame terá vigência até 31 de março de 1981 e seu art. 4.º assegurou o despacho aduaneiro, com o tratamento anterior, às mercadorias embarcadas no exterior até sua entrada em vigor.

Já o art. 6.º cuida de prorrogar a vigência dos Decretos-leis mencionados na Exposição de Motivos, dentro das diretrizes fixadas para conter as importações.

Trata-se de providência legal que se insere no elenco de medidas governamentais ditadas pela política de contenção das importações brasileiras.

A Exposição de Motivos bem demonstrou a procedência dos dispositivos legais expedidos pela via do Decreto-lei, o qual se justificou ante a urgência de execução de suas disposições.

Face as razões apresentadas, opinamos pela aprovação do Decreto-lei na forma do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 67, DE 1980-CN

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.775, de 12 de março de 1980, que "altera alíquotas do Imposto de Importação, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.775, de 12 de março de 1980, que "altera alíquotas do Imposto de Importação, e dá outras providências".

Sala das Comissões, 19 de junho de 1980. — Senador Passos Pôrto, Presidente — Senador Bernardino Viana, Relator — Senador Luiz Cavalcante — Senador Jutahy Magalhães — Deputado Vicente Guabiroba — Deputado Túlio Barcelos — Senador José Lins — Deputado Luiz Vasconcelos — Deputado Vingt Rosado — Senador João Lúcio — Senador Jorge Kalume.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 153ª SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE JUNHO DE 1980

Sessão solene destinada a homenagear o Padre José de Anchieta, por sua inclusão no hagiológico.

2 — ATA DA 154ª SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE JUNHO DE 1980

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Anteprojeto de lei apresentado por técnicos do Ministério da Previdência Social, estabelecendo a contagem recíproca de tempo de serviço para funcionários públicos estaduais e municipais.

DEPUTADO JOSÉ DE CASTRO COIMBRA — Necessidade da reformulação da legislação pertinente ao funcionamento dos estabelecimentos farmacêuticos.

DEPUTADO MAURÍCIO FRUET — Irregularidades que estariam sendo praticadas por hospitais credenciados pelo INAMPS no Município de Marechal Cândido Rondon—PR.

DEPUTADO JOÃO MENEZES — Comportamento adotado pela Igreja diante do contexto político-social do País, em face de críticas formuladas por setores do Governo a este posicionamento.

DEPUTADO JÚLIO CAMPOS — Manifestação favorável à aprovação de projeto de lei em tramitação na Câmara, que dispõe sobre a implantação do Receituário agrônomo.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Protesto contra o não cumprimento de determinações do Senhor Presidente da República, com vistas ao amparo das populações nordestinas flageladas pela seca.

DEPUTADO BENEDITO MARCÍLIO — Necessidade de serem apurados os recentes incidentes verificados no bairro de Freguesia do Ô, na cidade de São Paulo.

2.2.2 — Ofício

— Do Sr. Presidente da Assembleia da República de Portugal, de agradecimento pela realização de sessão solene do Congresso Nacional em homenagem a memória de Luís de Camões.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

— Prejudicialidade, por decurso de prazo, das Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 7, 8 e 9, de 1980.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei n.º 10/80-CN, que cria o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), e dá outras providências. **Aprovado**, à Comissão Mista, para redação final.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO.

3 — ATA DA 155ª SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE JUNHO DE 1980

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.2.2 — Comunicação da Liderança do PDS na Câmara dos Deputados

— De substituições de membros em Comissão Mista.

3.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 34/80-CN, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.743, de 27 de dezembro de 1979, que altera o limite percentual da Gratificação de que trata o Decreto-lei n.º 1.698, de 3 de outubro de 1979. **Aprovado**. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 35/80-CN, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.744, de 27 de dezembro de 1979, que fixa alíquotas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICM), nos Territórios Federais. **Aprovado**. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 36/80-CN, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.745, de 27 de dezembro de 1979, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências. **Aprovado**. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 40/80-CN, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.746, de 27 de dezembro de 1979, que altera a Lei n.º 6.732, de 4 de dezembro de 1979, e dá outras providências. **Aprovado**. À promulgação.

3.4 — OFÍCIO

— Do Presidente da Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 48, de 1980, solicitando a prorrogação do prazo concedido àquela Comissão para apresentação do parecer. **Deferido**.

3.5 — ENCERRAMENTO.

ATA DA 153ª SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE JUNHO DE 1980

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. LUIZ VIANA

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Alberto Silva — Bernardino Viana — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Alberto Lavinias — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brosard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluísio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PDS; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PDT; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Figueiredo Correa — PP; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PP; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripê — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo-Lafayette — PDT; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Coutinho — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José

Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; Geraldo Bulhões; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PDT.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquissom Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna; José Amorim — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Oduffo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Cristiano Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PMDB; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Benjamin Farah — PP; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PT; Felipe Penna — PP; Florim Coutinho; Hydekkel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa-Bastos — PDS; Mac Dowel Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Osvaldo Lima — PMDB; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PDS; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PDT; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juárez Batista — PP; Júnia Marise; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Nogueira de Rezende — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardô — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sívio Abreu Jr. — PP; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Al-

berto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athie Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho — PDS; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novais — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PT; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto; Mário Mato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Pedro Geraldo Costa — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo; Ruy Silva; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achóa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PT; Anísio de Souza — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro; Genésio de Barros — PDS; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS; Wilmar Guimarães — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Correia da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; Leite Schimidt — PDS; Levy Dias — PMDB; Ruben Figueiró — PDS; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli; Antônio Mazurek — PDS; Antonio Ueno — PDS; Ary Kifuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Italo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PDS; Mauricio Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães PP; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebíades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloy Guazzelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Jerônimo Santana — PMDB; Odacir Soares — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional que, atendendo a requerimento do nobre Deputado Edison Lobão, destina-se a homenagear o Padre José de Anchieta, por sua inclusão no hagiológico.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Santo do Brasil e Santo do povo, José de Anchieta ascende aos altares da Pátria dignificado pelas próprias virtudes e exaltado pela emoção nativista de nossas preces, que definem no límpido apóstolo do Brasil a postura do missionário que soube semear belezas sobre o chão da terra lendária de 1.500.

Formalizada a sua santificação por decreto do Sumo Pontífice João Paulo II, compete-nos, por expresso comportamento religioso e equilibrado exame crítico, proclamar, no sacerdote iluminado de Tenerife, o nosso primeiro poeta, o nosso primeiro dramaturgo, o nosso primeiro médico, o nosso primeiro humanista, desenvolvendo a nobre tarefa da cataquese dos autóctones da Terra de Santa Cruz.

Falar de Anchieta é o mesmo que descer ao fascínio das origens da Companhia de Jesus, porque lá estão deitadas as raízes que influíram na formação do grande peregrino, tão coerente com os deveres da obediência, norma essencial dos jesuítas.

Destarte, vem-nos à memória aquele moço fidalgo, másculo e corajoso que, quando as tropas francesas sitiaram sua pequena cidade, encravada nos Pirineus Espanhóis, comandou a resistência até quando os habitantes se deliberaram a entregar o pequeno burgo. Este moço, Inácio de Loiola, inconformado com a rendição, recolheu-se ao seu castelo, e de lá comandou nova resistência, até que uma bala, estilhaçando uma das muralhas do fortim, levou um calhau a destroçar-lhe ambas as pernas, obrigando-o a cessar a resistência. Mas, isto levou os seus opositores a admirá-lo, de tal sorte que o deixaram no lar, a cuidar das fraturas que a luta lhe provocara e que o tempo se encarregou de consolidar, decorrendo, entretanto, desta consolidação, uma deformidade física que praticamente o impedia de locomover-se, pelo menos com a antiga destreza. Loiola, não conformado com a deformidade, recorreu aos médicos, chamou os cirurgiões e fê-los novamente fraturar as pernas para que as soldassem de modo a torná-las perfeitas! A reclusão naquele castelo durante o período de tratamento, como observou Eduardo Prado, ia, certamente, mudar o destino do catolicismo, revigorando a Igreja que, azorragada por Lutero, começava a cumprir uma das muitas fases difíceis por que tem passado, embora a todas tenha vencido, pois, eterna, a Igreja, ontem como hoje, como amanhã, haverá sempre de sobreviver.

Impossibilitado de locomover-se após o processo médico que sofreu, submeteu-se a um longo período de tratamento. Assim, Loiola, procurando um que fazer, pediu livros, para, lendo-os, ocupar o tempo!

O castelo só possuía livros religiosos. Poucos livros, pois homem dado à ação e às conquistas, segundo rezam alguns biógrafos, o castelão não era de muitas leituras. Assim é que, ao solicitar livros para amenizar a solidão e distrair o espírito durante a cura, trouxeram-lhe uma edição espanhola da *Vida de Cristo*, escrita por Cartuxo Ludolfo, e a *Vida dos Santos*.

Lendo e meditando a *Vida dos Santos*, o futuro criador da Companhia de Jesus perguntava se eles eram de pedra para suportar tantas provações e tormento com um sorriso nos lábios e uma fé inquebrantável. E se estes santos eram homens como eu, indagava Loiola no seu solilóquio, por que eu também não poderei fazer o mesmo?

É de admirar como um projétil prostrando um guerreiro indômito e o levando meses e meses à meditação acabaria por torná-lo um santo, para criar a Companhia de Jesus, realizando, como iremos ver, a renovação religiosa do século.

Guerreiro, Inácio Loiola criou, na grandiosidade de sua fé, uma aguerri-da ordem religiosa que, ao adotar a obediência por princípio e desprendimento das honrarias por norma, não foi mais que uma combativa falange da Igreja, destinada a defendê-la da Reforma pregada por Lutero e, posteriormente, ao lado da Igreja, por quantas causas ela se batesse.

Vale a pena, antes de colocar Anchieta em face de sua decisão de ingressar na Companhia de Jesus, definir os primórdios desta Ordem, a qual, sem dúvida, deve o Brasil ser uno no território e na língua, sem que sejamos, ao sul, um pedaço francês e, ao norte do País, um pedaço holandês, com participação espanhola e um único trato de terra de raízes portuguesas, conforme demonstraremos quando tivermos estudado a ação da Companhia de Jesus em nossa Pátria.

Não devemos nem queremos minudear a formação da Companhia de Jesus, nem esta é nossa missão agora, pois aqui estamos para louvar Anchieta e seus méritos que, embora de há muito reconhecidos por todos os brasileiros, somente agora recebe a sagração que lhe faltava: a sagração oficial da Igreja.

Todavia, sem bosquejar o quadro da formação da Companhia de Jesus e de sua benfazeja ação em nosso País, não podemos situar a vida e a obra de José de Anchieta no Brasil, pois através dos princípios jesuítas — obediência e desprezo pelas honrarias e pela própria vida — é que o nosso Apóstolo hauriu forças para sua obra civilizadora.

Refeito dos males físicos, Loiola começou a meditar sobre a vida de Cristo e resolveu fundar uma ordem, contemplativa como todas as Ordens, porém combativa, a fim de se antepor pela oração, pela meditação, pelas ações generosas à onda de cismas que vinham aparecendo no mundo, a partir da dissidência de Lutero e seus seguidores.

Criou, Loiola, sua Ordem, tão logo curou-se? Regulamentou-a, de pronto? Não. Viajou mundo afora e, como tomou a si a tarefa de instruir os homens e fazê-los imitar as ações de Jesus, ele próprio, para combater por seu Deus, passou a instruir-se e começou a aprender latim, gramática, filosofia, teologia e afinal, após ter escrito este monumento de psicologia, os "Exercícios Espirituais", assimilou a índole das Universidades de Alcalá, Salamanca e Paris, viveu como um santo, como um estudante. Passou fome nos jejuns, sofreu nos cilícios e por fim escolheu, em Paris, seis homens, somente seis homens, para construir o núcleo inicial da Companhia de Jesus, à qual, no Brasil, devemos, como já afirmamos, nossa unidade de língua e território, não obstante os percalços que os jesuítas encontraram quando o Papa, premido pelas nações católicas, extinguiu-a. Aí nós já nos havíamos beneficiado da ação desses homens extraordinários, que concorreram para que franceses, holandeses e espanhóis desistissem de nos conquistar.

A esses seis homens — e só um deles era sacerdote à época da criação da Companhia de Jesus — devemos render nossas homenagens, porque se não fosse Pedro Lefevre, Francisco Xavier, Laynez, Salmeron, Bobadilha e Simão Rodrigues de Azevedo, jamais teríamos o ensejo desta comemoração.

Pobreza, castidade, caridade, desde às honrarias e, sobretudo, à obediência ao Papa são, até hoje, as chaves mestras da Ordem a que Anchieta veio a filiar-se, não só porque participava "da sua ilha querida, mimo do largo mar, cesta de flores esquecida na rota dos fenícios", segundo Fagundes Varela, como também de uma família católica e pelos laços de parentesco que o uniam a Inácio de Loiola.

Nascido a 19 de março de 1534, em São Cristovão da Laguna, na Ilha de Tenerife, Anchieta era o terceiro filho de uma geração de doze rebentos, dos quais alguns foram militares. Anchieta abraçou o sacerdócio.

Acredita-se que seus pais, João Lopes de Anchieta e Mencia Dias, ambos católicos, fizeram-no estudar as primeiras letras numa escola dos padres dominicanos, perto de sua residência.

Certo é que, aos quatorze anos, em companhia do irmão mais velho, seguiu Anchieta para Coimbra e matriculou-se no Colégio das Artes, anexo à Universidade dessa Cidade, Universidade que, segundo afirmam alguns historiadores, estava, à época, sob a direção dos jesuítas.

Estudioso, um dos melhores alunos de sua classe, revelou Anchieta, de logo, altos pendores poéticos. De tal sorte que os colegas, por lembrança de sua origem, apelidaram-no de o Canário de Coimbra.

No Colégio, praticamente em convívio com os jesuítas, empolgado com as narrativas dos feitos de Francisco Xavier, no Oriente, e como trazia do lar paterno uma cuidadosa formação religiosa, ingressa aos dezessete anos, precisamente a 1º de maio de 1551, na Companhia de Jesus, continuando, na qualidade de noviço, seus estudos de filosofia.

No decorrer desses estudos, adoece gravemente e, segundo diagnóstico retrospectivo, de tuberculose, embora tal fato os cronistas da época não registrem, pois enquanto uns atribuem a enfermidade que o deformou à constante genuflexão, ajudando dez a doze missas diárias, outros afirmam que, ao cair-lhe uma escada nos ombros, leve deformada a coluna vertebral. O mais certo, porém, em face dos atuais conhecimentos médicos, é que a corcova que para sempre o tornou disforme tenha resultado de um processo de tuberculose óssea.

Embora zombasse da deformidade, intimamente a falha física muito o preocupava, não pelo efeito estético, senão porque antevia no fato a possibilidade de ser afastado de seu ideal: usar a sotaina.

Tocado pelo trauma, fez-se introspectivo e, assim, mudou de humor. Vendo-o triste, o Provincial da Ordem, Padre-Mestre Simão Rodrigues, que fora companheiro de Loiola, o alegrou, dizendo: "deixe de lado, meu filho, as preocupações, porque Deus não o quer com melhor saúde!"

Aprestava-se à segunda leva de jesuítas para nosso País. E nela, como tão ardentemente desejava, e para nossa glória e felicidade, na qualidade de irmãos, Anchieta foi incluído, juntamente com os padres Luiz da Grã, Braz Lourenço, Ambrósio e mais três irmãos. Nóbrega pedira isto porque os ares do Brasil seriam bons para a saúde de Anchieta.

O Patriarca da nossa nacionalidade, como por justiça o chamou Teodoro Sampaio, após dois meses de viagem, na qual demonstrando sua humildade, serviu a bordo, como ajudante de cozinheiro, chegou à Bahia, mas ali pouco se demorou, aproveitando esta estada para aprender, sobretudo, o idioma indígena, captando com velocidade os valores da língua da nova pátria, que foi o seu mais poderoso instrumento de trabalho, pois da comunicação com o aborígine, pôde cumprir, com perfeição, a missão a que se destinava no Brasil: a colheita das almas!

Chamado a São Vicente por Manoel da Nóbrega, que na Bahia já sentira a força dos seus méritos, ele iniciou, verdadeiramente, sua benfazeja ação em nossa terra.

O próprio Anchieta, em carta datada de São Vicente aos Irmãos Enfermos de Coimbra, anuncia: "neste tempo que estive em Piratininga, servi de médico e barbeiro, curando e sangrando muitos daqueles índios, dos quais viveram alguns, de quem não se esperava vida, pois morreriam muitos em face daquelas enfermidades".

Na sua modéstia, Anchieta não quis dizer que começava já aí seus milagres, pois testemunhas de vista nos informam de uma passagem expressiva: em Santos resuscitou uma filha de Manoel de Oliveira Gago, quando estava sendo levada à sepultura.

Não é, todavia, agora, o momento de enumerar os vários e notáveis milagres do nosso Patriarca, nem de minimizar suas jornadas Brasil afora, pois tanto há a dizer de Anchieta em nossa terra que ele percorreu de noviço a padre e de padre a provincial, de Pernambuco ao Rio de Janeiro.

Diz Jorge de Lima que, antes de instruir os silvícolas no culto, teria Anchieta de fazê-los gostar da religião. Dada a estrutura cultural dos índios, Deus teria de ser adorado. Por isto, numa visão genial, aquele padre corcunda, gago, feio, baixinho, desengonçado, doente, andrajoso, porém vibrátil como o descrevem seus contemporâneos, numa antevista dos futuros métodos pedagógicos, à feição de Maria Montessori, dramatiza os temas religiosos, utilizando em seus autos três a quatro línguas-tupi: espanhol, português e guarani. É então que congrega, num rasgo de genialidade, um auditório de sacerdotes espanhóis e portugueses e índios — aqueles para recordarem os preceitos religiosos pois que chegando ao Brasil, como afirma o próprio Nóbrega, os havia abandonado porque tinham sempre vida dissoluta e estes, para catequizá-los, através de um centro de interesse — o teatro musicado — é musicado com o uso do canto gregoriano. E esse canto monódico e pobrezinho como a própria música tupi, para melhor compreensão de seus verdadeiros ouvintes, os índios; segundo a opinião de grande poeta alagoano.

Nestes autos, principalmente no Auto de São Lourenço, é que ao lado da conotação religiosa surge o lado político e nacionalista de Anchieta, quando faz uma crítica direta aos franceses que disputavam o Brasil aos portugueses e, portanto, a nós, brasileiros.

Falamos da poesia de Anchieta, dissemos de suas qualidades pedagógicas e nacionalistas sem nos reportarmos ao fundo literário de suas composições.

E fizemo-lo propositadamente, para deixar ao crítico Eduardo Portella, atual Ministro da Educação, dizer da qualidade e da valia dos versos anchietanos.

Ouçamo-lo, pois: "Como poeta — observa Eduardo Portella — que é o primeiro dos nossos quinhentistas, ao Padre Anchieta corresponde em nossas letras o papel de iniciador de nossa poesia. Mas não é justo que apenas esta circunstância deva falar de sua poesia. Anchieta foi o primeiro poeta brasileiro, sobretudo pelo sentimento nativista tão arraigado nele. E acrescenta o Ministro da Educação em sua apreciação crítica: Anchieta é um poeta que fez da simplicidade a sua preocupação primeira. E nenhum exemplo melhor, neste sentido do que o seu conhecido poema a Santa Inês, tão forte e comovente no seu lirismo:"

Cordeirinha linda,
Como folga o povo
Porque vossa vinda
Lhe dá lume novo

Cordeirinha Santa,
de Jesus querida
vossa santa vinda
o diabo espanta

Por isso vos canta
Com prazer o novo
porque vossa vinda
lhe dá lume novo.

Mas o poeta, a cujos versos os críticos brasileiros se referem a partir do primeiro dentre eles, Silvio Romero, e entre os outros Waldir Ayala, aos es-

tudarem a obra literária de Anchieta, além de acentuarem o tom lírico de seus versos recordam sempre o sentido nacionalista de sua obra poética. Waldir Ayala, que traduziu o Auto de São Laourenço, composto de 1493 versos, dos quais 857 escritos em tupi, 1 em guarani, 595 em espanhol e 40 em português, acentuando, também, o sabor lírico da poética anchietana, nos diz que foi utilizando-a, sobretudo como instrumento de catequese, que insulflou em seus espectadores o sentimento nacionalista, anatematizando os franceses a fim de vê-los expulsos de nossa terra para que, em toda nossa extensão, formássemos, como formamos, um Estado único de fala portuguesa. Se os bandeirantes paulistas e baianos, com as bandeiras e entradas alargaram com as suas incursões terra a dentro o domínio da língua que ora falamos, foi sem sombra de dúvida Anchieta quem primeiro, cuidando do assunto, percebeu o quanto importante seria a Terra de Santa Cruz, se conseguíssemos transformá-la numa grande pátria, de língua una e de costumes idênticos.

Santificado ou não, pois o processo que se iniciara em 1618 somente veio a concretizar-se em 1980 — mais de trezentos anos depois — esta sessão solene seria justa, eis que estaríamos a exaltar a memória de quem foi altruísta e sábio, a memória de quem tendo sido o nosso primeiro poeta foi, também, nosso primeiro pedagogo, primeiro etnólogo, primeiro médico, primeiro dramaturgo, nosso primeiro nacionalista.

Tantos são os méritos de Anchieta e tal é nossa dívida, no Brasil, para com sua memória, que somente seus feitos terrenos merecem a homenagem que hoje lhe estamos tributando.

Este gesto de reconhecimento ficaria incompleto se não recordássemos seu papel de pacificador e santo, no célebre episódio de Iperoig, onde, com a sua ação de estadista, acentuaram-se seus dons divinizantes, pois suas palavras, atos e procedimentos sustaram quantos índios vinham à sua procura, talvez por estranhar a sua presença, para adverti-lo, ou com ele guerrear.

Alguns historiadores da época, falando da pacificação entre os tamoios, amigos dos franceses e seus aliados, e os tupis aliados dos portugueses, depois da derrota sofrida por aqueles, destacam a intrepidez do cacique Tibiriçá que, entretanto, depois da derrota dos tamoios, não sobreviveu.

A confederação dos Tamoios que Anchieta pacificou, abrangia quase todo o Vale do Paraíba. Estendia-se da Ilha de São Sebastião ao norte de Cabo Frio, congregando, em seus efetivos, cerca de 50.000 índios, multidão que se pegasse em armas, arrasaria São Vicente.

Pressentindo o perigo, Nóbrega, com a sua inegável vocação de estadista, resolveu parlamentar com os tamoios, levando com ele, além de Anchieta, um homem tido como azarentíssimo chamado Antonio Luis, a quem os índios tinham despojado de tudo: mulher, filhos, cunhados, escravos, enfim, todos os bens!

Diz Jorge de Lima que o pesar que a vila tinha deste pobre coitado foi se transformando aos poucos em objeto de galhofa, pois o infeliz andava de "seca a meca" atrás dos seus, hoje aqui numa tribo, amanhã ali, noutra, sem nada lograr de positivo.

Hospedados certa vez os jesuítas na aldeia do Chefe Pindobassu, que tinha verdadeira veneração por Anchieta, apesar disto e após a partida de Nóbrega do aldeamento, a vida de Anchieta foi, aí, então, uma odisséia, só amenizada quando no auge das dificuldades, o Apóstolo do Brasil, praia afora, meditava e escrevia na areia o seu célebre poema dedicado à Virgem Maria, eterno objeto de seu culto e seu broquel contra as tentações.

Embora não desejemos pormenorizar aqui todos os lances da pacificação da Confederação dos Tamoios, pois são de todos nós por demais conhecidos, é necessário ressaltar alguns momentos desta verdadeira epopéia do homem Anchieta que se fez santo.

Inicialmente comentaremos alguns ângulos sobre a história do filho do Chefe Pindobassu que, como se sabe, era um cacique muito afeiçoado a Anchieta. Seu filho, entretanto, aproveitando uma ausência do pai, na taba, na tenda paterna pretendia matar Anchieta. Este, que estava rezando, com as mãos levantadas a Deus, fazendo oração e até, como atestam os que presenciaram o lance, alçado do chão, virou-se, e com tão brandas palavras ao futuro algoz, desconsertou-o. Este, estático e atemorizado, ficou parado e, daí por diante, foi defensor e admirador convicto das virtudes do jesuíta.

Quero descrever, também, a façanha de Anchieta. Ele, frágil como era, teve de carregar às costas o Padre Nóbrega, para fugir a um provável assalto de índios que quase terminou num massacre de ambos.

Também para mostrar os percalços pelos quais passou Anchieta para conseguir a paz, uma vez mais, cedo a palavra a este admirável Jorge de Lima, para relatar os tormentos carnavais a que o nosso apóstolo se submeteu, vencendo-os.

"Na verdade ele não temia os índios da taba, todos seus amigos. Então o selvagem, que era sua própria carne e seus instintos, começou a fazer-lhe medo. A companhia de Nóbrega mesmo velho

e arriado controlava ou distraía este selvagem. Sozinho, o selvagem despertou. Era preciso dar nele. Aliás o único selvagem em que ele deu na vida. A própria natureza incitava-o contra o voto de castidade. A sua solidão ouvia agora gemidos de bichos desejosos e via ligações suspeitas. Homens e animais vinham amar a um passo, ali à sua vista. De noite as caboclas da tribo abriam-se nas redes ou ressonavam no chão, tão perto do santo que as impurezas de toda aquela gente entravam-lhe pelas narinas, arregalavam-lhe os olhos, prendiam-lhe todos os sentidos. A insônia ia inventando muitos gozos. Uma escuridão quente derramava em cima das pessoas certa vontade de abraços e de outras sensações peguntas. Os girasus estremeciam, e nem mesmo os grilos aguentavam — vinham tocar música amorosa com suas asas pretas. Era perigoso. O azorrague não deu resultado. Literatura também é sacrifício. Principiou metrificando um poema a Nossa Senhora, contando as sílabas, cansando a memória para guardar os versos, como quem cansa com carga pesada um animal. De dia garatujava na praia a versalhada. De noite, em casa, ia se lembrando do que tinha escrito, substituindo mentalmente uma palavra, um dístico, melhorando o ritmo, polindo, polindo, como se depois a Virgem fosse contar as sílabas, examinar a matéria e conceder-lhe prêmio de literatura. A Senhora foi vendo o sacrifício de seu poeta, e tendo pena, permitiu-lhe dia a dia mais inspiração, que ele transformava em verso compondo um abc de louvores com toda a vida da Mãe de Deus. A medida que o pensamento ruim se ia dissipando, o poema ia crescendo, registrando o tamanho do sacrifício, flagelando a memória, desviando os sentidos para que o subconsciente não berrasse. A gente devia olhar muita composição de Anchieta como mortificação mesmo. O poema elegíaco a Nossa Senhora deu 4310 versos. O martírio tinha sido tão enorme quanto os dois primeiros dias em Piratininga, que Anchieta "passou sem dormir, porque os dias ocupava inteiramente, nas obrigações do ofício, e conversas dos índios. Acontecia, não poucas vezes, romper a manhã e achar a Joseph com a pena na mão".

A Virgem Maria salvou a pureza de Anchieta que, por suas virtudes e milagres, se fez santo.

Mas a difícil missão terrena de Anchieta, que chegara noviço ao Brasil e iria terminar provincial, não terminara com a pacificação dos tamoios, pois logo depois de ter vencido uma epidemia de varíola, foi convocado por Nóbrega para acompanhá-lo ao Rio de Janeiro, ao lado de Estácio de Sá, para desalojar os franceses da Guanabara.

Como os santos têm também seus detratores, após o episódio da Guanabara surge o chamado caso de João de Bolés — um aventureiro francês, porém ilustre, de quem se diz que Anchieta, para minorar seus sofrimentos, ajudou a enforcar.

Contemos o episódio para desfazer a ilícita informação. João de Bolés que servira a Villegaignon, dele dissentindo por questões religiosas, procurou os portugueses e com seus conselhos ajudou-os a desalojar seus compatriotas do Brasil.

Homem de várias personalidades, um verdadeiro fregolista, hoje adepto da Reforma, amanhã fervoroso católico, João de Bolés tantas heresias fez e praticou que, considerado herege, o Padre Luiz da Grã fê-lo embarcar para a Bahia, donde o Bispo mandou-o para Portugal, tendo ele em seguida viajado para a Índia, jamais retornando ao Brasil.

Nada disto é verdade. Nem Anchieta converteu João de Bolés, tampouco colaborou na execução, pela força. Quem contesta esta infâmia é Capistrano de Abreu, historiador insuspeito e honesto e homem de áspere palavra, incrédulo, tão incrédulo que tendo alguém profligado seu ateísmo, redarguiu que não via necessidade de rezar, pois tendo duas filhas freiras, era sogro de Jesus Cristo. Pois é este homem avesso à religião que contesta o fato quando diz que considerava veraz a prova de que não é exata a versão de ter Anchieta ajudado a execução de João de Bolés, pois esta versão surgiu de um erro de tradução feita por um tradutor italiano de um trecho jesuítico, tradutor que assim confirma o prólogo de sua terra traduttore, traditore. Desfeito o erro e desmanchada a intriga que perdurou anos a fio, não obstante a afirmativa de Capistrano, e ultimamente também o desmentido de Pedro Calmon, que igualmente comprovou a infâmia, vamos agora encontrar Anchieta passando sete anos em São Vicente, local preferido para seus milagres, muitos deles dignos de registro, e seguindo depois para a Bahia, onde o esperava uma dignidade que ele não desejou, e logo depois declinou: ser o vigário dos jesuítas em nossa terra. Antes, todavia, de sua fase baiana, vale a pena acompanhar a narração do Cônego Manoel Vicente da Silva, quando relatando a sublimidade moral de Anchieta, nos conta dos seus feitos milagrosos, todos eles relatados por testemunhas oculares. Resenhemo-los: Antônio Cubas e Melchior

Ferreira nos contam — e o fazem porque participaram do evento — que se achavam com outros companheiros viajando em companhia do Padre José de Anchieta, quando um sol tropical começou a incomodá-los, principalmente a um dos viajantes que se achava adoentado. Irrompeu assim o desespero dos viajantes que, em altos brados, reclamavam do calor. Condoído com a situação, Anchieta chamou as aves marinhas, solicitando-lhes asas abertas para cobrirem a embarcação. E diz o cronista: dada a ordem às aves, era belo ver o bando de biguás, garças, gaivotas, colhereiros e guarás formando um dossel de diversificadas cores sobre a pequena embarcação, que acobertada por tão belo toldo, terminou a viagem, à sombra!

De certo, este é um milagre cuja narração provém de pessoas respeitáveis, porém leigas, capazes de render-se ao fascínio do apóstolo.

Mas uma autoridade insuspeita, o Padre Pedro Leitão, nos conta que tal como procedeu Jesus Cristo, certa feita Anchieta também abarrotou de peixes os cabazes dos pescadores de Maricá que não conseguiam pesca em face das fortes rajadas de vento sudoeste. Ouçamos a palavra dos depoentes no processo de beatificação: página 302 do Livro do Centenário:

“O reverendo Padre Pedro Leitão e Antônio Ribeiro depuseram, como testemunhas juradas, que se achavam em Maricá, aldeia muito sem recursos de viveres, quando as lufadas rijas do sudoeste, acompanhadas de chuvas, reinando a muitos dias em toda costa, impedia de ir ao mar, extremamente cavado, colher o principal gênero de alimento, de que se socorriam seus habitantes. Por essa ocasião aconteceu de ali chegar o Padre José de Anchieta.

Os moradores para logo se dirigiram a ele suplicando que lhes valesse em tão apertada conjuntura.

Sem embargo do mau tempo e de estarem as ondas muito alterosas, o Padre José, ao ouvir tantos queixumes, exclamou, emocionado: “Ao mar, meus filhos, ao mar, vamos ao mar!”

“Já temos tentado várias vezes inutilmente, replicavam eles: enquanto não abonançar, todos os esforços serão baldados.”

“Homem de pouca fê, diz Anchieta; por que tão pouco confiais em Deus? Vinde comigo e não temaeis”.

Pouco tempo depois, os espinheis eram erguidos, carregadíssimos de peixes, e houve abundância na casa dos pobres.”

Mais milagres quiséssemos arrolar e era só recorrer ao Processo de Beatificação, pois lá os encontraríamos narrados por pessoas dignas de crédito. Lá estão narrados, ignorados, dezenas de milagres, desde a cura de uma pobre preta surda e muda que ao pedir a bênção de Anchieta recobrou a fala e passou a ouvir, e até um caso de ressurreição que vale a pena recordar: num bairro da Bahia, chamado Anchieta, para confessar uma enferma, antes de chegar à casa, vem o marido da doente ao seu encontro para dizer que a confissão já não era necessária, pois sua mulher falecera.

O Padre, vendo a aflição e amargura do marido, dirigiu-lhe estas palavras: — não te contristes, meu filho, pois tua mulher é que irá chorar tua morte. Continuou o Padre seu caminho em direção à casa; entrou, tomou de uma vasilha, pôs um pouco d'água na boca, fez o sinal da cruz sobre a defunta, bórifou-lhe o rosto depois de retirar o lenço que o cobria. A mulher abriu os olhos e exclamou: foste tu que vieste para que eu voltasse. Em seguida, Anchieta a ouvia em confissão e esta mulher, após viver mais quarenta anos, foi quem fez o enterro do marido como o Padre previra.

Não sou eu, nem os cronistas que, expondo os milagres de Anchieta, atestam sua santidade hoje reconhecida *urbi et orbi*! São quantos deles se beneficiaram e depuseram no longo e demorado processo de beatificação.

Mas, se pacientes e padres podem ter sido enganados e relatado milagres inexistentes, por força de sugestões, médicos, certamente, não se deixariam levar a engodos.

Contemos, assim, para terminar este relato, aquele caso de um tuberculoso de Olinda, sujeito a crises hemoptóicas, tratado pelo Dr. Manoel Mendes Monforte, sem nenhum resultado, e que estava a expirar, quando bebendo pelas mãos do Padre Antonio Ribeiro um pouco de água com alguns fios de uma velha camisa de Anchieta, levantou-se repentinamente, para dizer: estou curado, não tenho mais doença alguma!

O caso, quem o relata, é o Dr. João Rodrigues de Souto.

Mais milagres poderíamos relatar e mais os teríamos, pois, ontem como hoje, Anchieta continua a realizá-los, segundo pode atestar o postulador da sua causa de beatificação.

O noviço, que se faz padre e chegou a provincial, provincialato que ele jamais desejou, queixava-se de que agora, com os encargos da Ordem, no Brasil, já não podia, sertão a dentro, arrimado a um rústico bastão e parco de alimentos, realizar sua colheita de almas, missão única de sua vida e de sua vinda para o Brasil.

Alquebrado e velho, renunciou ao provincialato para voltar aos seus trabalhos primitivos, afirmando com a sua eterna humildade, que já nem podia reger sua própria franqueza.

E como o novo provincial deixou a seu cargo escolher sua própria residência, ele voltou a escrever ao Padre Tolosa: pag. 97:

“O poder provincial deixou em minhas mãos escolher a casa que me aprovesse para minha residência na província. Mas, a falar a verdade, esta liberdade que se me concede, não me praz por nenhum modo; pois, como pode um homem saber por si mesmo aquilo que mais lhe convém? Bem errado andaria eu se depois de ter-me, por tantos anos, posto nas mãos da santa obediência, quizesse dispor de mim agora, que me acho velho e com os pés na sepultura.”

Voltou, então, aos seus primitivos trabalhos, catequisando do Rio de Janeiro ao Espírito Santo, onde sertão a dentro, os índios ainda assistiram os últimos lampejos de sua ação evangelizadora, no afã de convertê-los.

Depois, superior do Colégio do Espírito Santo, teve pelas suas canseiras e declínio da saúde de retirar-se para sua aldeia, estabelecendo-se na rampa de um morro defronte da embocadura do Rio Iriritiba, depois de Benevente e com tanto ardor recomeçou sua missão superior que, dentro em pouco, uma aldeia se formava em torno de sua choupana, tendo, então, erigido uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção, aldeia onde hoje é a cidade de Anchieta.

Reuniram-se ali seus catecúmenos para a oração, catecismo e outros atos piedosos.

No início de 1597, agravam-se seus padecimentos e Anchieta está chegando ao fim de sua vida terrena, pois a nove de junho, deste mesmo ano, morre como desejava: no meio de seus irmãos gentios, em completa penúria, e desamparado.

De Reritigibá foi seu corpo transportado por terra para Vitória, num caminhar de três dias, nos ombros dos índios, ficando sepultado no Colégio do Espírito Santo, sendo, depois, trasladado para Salvador.

Notável é que, ao chegar em Vitória e aberto o ataúde, em pleno sol, quatro dias depois da morte de Anchieta, seu corpo estava incorrupto!

Passam-se anos, anos passam e só em 1736 o Papa Clemente XII reconhece as virtudes divinas de Anchieta, cuja beatificação não se completou porque a Companhia de Jesus fora então extinta.

Agora que Anchieta ascendeu oficialmente aos altares, ele, sublime apóstolo, já estava reluzindo em nossos corações.

E podemos dizer que em nome da justiça e do direito Anchieta acaba de entrar no templo do futuro, tornando-se um santo e portanto célebre; ele, um homem que se tornou célebre precisamente porque fugia da celebridade, segundo o oportuno dizer de um dos seus biógrafos.

Aí está o perfil do Santo que, aos páramos da Eternidade, derrama fecunda claridade, aquecendo a coragem de nossos passos, no mapa da História!

Santo José Anchieta, brasileiro de Tenerife, rogai por nós que recorremos a vós, para que nossa Pátria cresça, tendo a paz por princípio, a ordem e o progresso por norma!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDISON LOBÃO EM SEU DISCURSO.

EPISTOLÁRIO

Coligidos por Celso Vieira

I — Carta do Irmão Joseph de Anchieta para os enfermos de Portugal, na *Vida do Venerável Padre Joseph de Anchieta*, por Simão de Vasconcellos, Liv. I, Cap. X.

II — Chartas quadrimensaes de Maio a Setembro. — Da Índia Brasileira, anno 1554: Versão de Teixeira de Mello. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. I, fasc. nº 1.

III — Cópia de outra do mesmo Irmão Joseph que escreveu neste mesmo tempo. (Piratininga — fim de dezembro de 1556) *An. da Bibl. Nac.*, vol. I, fasc. 2.

IV — Letras quadrimestres de Setembro até o fim de dezembro de 1556. Do Brasil I de Janeiro até Maio de 1557. 1ª via. *An. da Bibl. Nac.*, vol. I, fasc. nº 2.

V — Cópia de hũa carta que escreveu o Irmão Joseph ao pe. geral de S. Vicente ao ultimo de Mayo 1560. Versão litteral de Teixeira de Mello e Martinho Corrêa de Sá nos *An. da Bib. Nac.*, vol. I, fasc. nº 2. É a que tem por objecto a historia dos seres e das cousas naturaes de S. Vicente. Foi publicada pela primeira vez no anno de 1799, edição de Lisboa, em avulso e latim, pelo

cons^o. Lara e Ordóñez, reproduzida em 1812, por ordem da Academia Real das Sciencias, no 1º volume da *Collecção de Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*. Afóra a versão Teixeira de Mello e Corrêa de Sá, existe outra, em avulso, do professor João Vieira de Almeida, com um prefacio do Dr. Miranda Azevedo, ed. do Centenario da Descoberta do Brasil, 1900, S. Paulo. Sobre a fidelidade da traducção anterior escreve o Dr. Miranda Azevedo: "Ha no correr da versão dos *Annaes da Bibliotheca* descuidos e faltas que adulteram e tornam obscura a narrativa tão fiel e tão exacta do Grande Apostolo, de maneira que o leitor não poderá, por mais esforço que faça, comprehender na traducção o que aliás estava clarissimo no original. Outras vezes, o lapso torna inverosimil ou ridicula a licção de Anchieta, que não deve continuar sob essa suspeita para a qual em nada concorreu."

VI — Carta que escreveu o Irmão Joseph ao pe. geral de S. Vicente o primeiro de junho de 1560. Em castelhano. Traduzida e impressa por Balthazar da Silva Lisboa nos *Annaes da Provincia do Rio de Janeiro*, tomo VI, pags. 111 a 139.

VII — Cópia de hũa do Irmão Joseph q escreveu de S. Vte. ao pe. general Me. Diogo Lainez de 12 de Junho de 1561. Em castelhano. Traduzida e publicada por B. da Silva Lisboa no tomo VI dos *Annaes*, pags. 46 a 63.

VIII — Cópia de hũa do Irmão Joseph, pera o Pe. geral, de s. viçente de março de 1562. Rda. a 20 de Setembro do dito anno. Em castelhano. *An. da Bib. Nac.*, vol. I, fasc. nº 2.

IX — Cópia de uma de S. Vicente del hermano Joseph de Anchieta para el Padre Mte. Diogo Laynez Proposito general de 16 de Abril de 1563. Em castelhano. — Traduzida pelo conego Januario da Cunha Barbosa e impr. no tomo II da *Rev. trim. do Instituto Historico*, pags. 541 a 555.

X — Cópia de hũa do Pe. Joseph pra o padre Mestre Diogo Lainez propositio Geral da Companhia de Jesu. S. Vicente, janeiro de 1565. Em castelhano. *An. da Bib. Nac.*, vol. II, fasc. nº 1.

XI — Cópia de hũa do padre Joseph da Baya de todos os Santos que escreveu ao padre Doutor Diogo Mirão provincial da companhia de Jhús de 9 de Julho de 1565. Impressa nos *Annaes da Provincia do Rio de Janeiro*, tomo VI, pags. 166 a 181. Sobre o valor dessa publicação escreve o sr. Capistrano de Abreu em uma das suas notas á 3ª edição da *Historia Geral do Brasil*, de Varnhagen, 1º volume, pag. 419: "Extractou-a Simão de Vasconcellos, publicou-a na integra Balthazar da Silva Lisboa, com tamanha incorrecção que melhor fôra deixasse-a inedita. Uma copia antiga existente na Bibliotheca Nacional está praticamente inutilisada; uma copia moderna possuida pelo Instituto Historico, outra publicada no *Diário Official* deixam bastante a desejar, comquanto sejam incomparavelmente superiores ao que sahio nos *Annaes do Rio de Janeiro*".

XII — Carta del Hermano Joseph que scriuiu del Brasil alos padres y hermanos dela compãia de Iesus em Portugal. Escripita de Piratininga, em castelhano. *An. da Bib. Nac.*, vol. III, fasc. numero 2.

XIII — Carta del Hermano Joseph. Piratininga, 15 de Março de 1555. *An. da Bib. Nac.*, vol. III, fasc. n. 2.

XIV — Relação de cartas ineditas copiadas do Archivo da Companhia de Jesus. *An. da Bib. Nac.*, vol., XIX, p^a. Nto. Padre M. Ignaciõ preposito general de la Compania Jhesus. Ex commissione Revdi. in X^o Patris Emmanoeleis Danobrega. Piratininga, julho de 1554.

XV — Ibid. ibd. ibd. Litterae trimestres a majo ad. aug: 1556, ex india Brasilica 1^a via. Piratininga. Em latim.

XVI — Ibid. ibd. ibd. Al muy Rdo. en Christo Padre. El P. fra.^{co} de Borja preposito general de la Comp^a. de Jesu, da S. Vte del Brasil, 10 de julho de 1570. Em castelhano.

XVII — Ibid. ibd. ibd. De rebus ad Collegia domiciliaque Societatis in hac provincia Brasilica collocata spectantibus brevis narratio anni 1584. Em latim.

XVIII — Ibid. ibd. ibd. Resposta do P. Joseph de Anchieta ao Pe. Gonçalo Dólvira. Brasil 1590. Em portuguez.

XIX — Ibid. ibd. ibd. Ao capitão Miguel Dazeredo meu Senhõr em Christo na Capitania do Spiritu Santo. Em portuguez.

XX — Ibid. ibd. ibd. Al Muy Rdo. in X^o. Pe. N^o El Pe. Claudio Aquaviva preposito general de la Comp^a. de Jesus. Espirito Santo, 7 de Setembro 1594. Em castelhano.

XXI — Ibid. ibd. ibd. Ao frater Emmanuel. Sem data. Em latim e portuguez.

XXII — Carta ao Irmão Antonio Ribeiro, escripita no Rio de Janeiro, 1587.

XXIII — Carta ao Padre Ignacio Tolosa, escripita em Reritigbá.

XXIV — Carta ao Irmão Francisco Escalante, escripita em Reritigbá.

XXV — Carta ao Irmão Francisco Escalante, de Reritigbá, 7 de julho de 1591. As quatro epistolas sob ns. XXII a XXV foram publicadas na *Vida do V. P. Joseph de Anchieta*, por Simão de Vasconcellos.

RELIQUIAS DE ANCHIETA

As reliquias de Anchieta, em parte, foram transferidas para a igreja do Collegio da Bahia, por determinação de Claudio Aquaviva, geral da Ordem, no anno de 1611, ficando ao pé do altar-mór, veneradas pelos romeiros e devotos. Em 1625, porém, como o breve pontifical de Urbano VIII. *de non cultu*, vedasse aos fiéis o culto dos não beatificados ou canonizados, passaram a outro lugar. Uma dellas, por esse tempo, foi enviada a Roma. (Sumão de Vasconcellos, *Vida do V. Padre Joseph de Anchieta*, liv. V, cap. XV). Expulsos do Brasil os jesuitas, mandou o chanceller Thomaz Roby a d. José I, em 12 de abril de 1760, as reliquias anchietanas do Collegio da Bahia — tibias e peroneos, mais duas tunicas — num cofre de jacarandá, forrado de prata. (Xavier Marques. *Nova comunicação do Instituto da Bahia*, 1914). Das que permaneceram no Espirito Santo, já não existem documentos comprobatorios nem sequer vestígios. Apenas, de um trabalho do sr. Pereira de Vasconcellos (*Ensaio sobre a historia e a estatística da Provincia do Espirito Santo*, consta o seguinte: "Na sessão do Instituto historico e geographico brasileiro, celebrada em 17 de agosto de 1855, foi apresentada pelos Snrs. Pereira Pinto e Norberto uma proposta para que se solicite do governo a entrega de um fragmento dos despojos mortaes do missionario Anchieta, que se conserva em uma caixa com lavor de prata no thesouro publico da Côte ou da Provincia do Espirito Santo". Commentando essa informação, escreve Teixeira de Mello: "*O The-souro Publico* de quem falla dubitativamente Vasconcellos seria de certo o da capital da Provincia do Espirito Santo, si não se soubesse que se tracta aqui da igreja dos Jesuitas na capital d'aquella provincia, onde se acha *vasia* a lou-sa tumular do sancto varão apostolico, de cujos restos mortaes alguns presidentes da Provincia, com mais cortezania para com os vivos do que veneração para com os mortos, têm lançado mão para obsequiar a amigos ou a altas personagens, que visitaram a igreja em que elles jaziam". — Joseph de Anchieta, *Ann. da Bib. Nac.*, v. II, f. I. O sr. Sá e Benevides, em 20 de dezembro de 1876, informava ainda ao sr. Ramiz Galvão que existiam na sacristia da igreja dos Jesuitas, ao lado do palacio do Governo da Victoria, duas caixas de prata, contendo a primeira uma canella de Nobrega e a segunda um fragmento da canella de Anchieta. Em summa, as reliquias do santo espalharam-se pelas capitancias do Brasil, onde se alardeava o seu poder curativo, de norte a sul, havendo sempre uma na sacristia de cada templo dos jesuitas, que benzião com ella os vasos de agua para os enfermos.

OBRAS DO PADRE JOSEPH DE ANCHIETA

Extracto da "Bibliothèque de la Compagnie de Jesus", por Carlos Sommervogel S. J., toms. I e VIII

1 — *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brazil*. Feyta pelo Padre Joseph DE ANCHIETA, da Cõpanhia de Jesu. En Coimbra, por Antonio de Mariz, 1595, 8^o ff. 58.

— de Anchieta publicada por Julio Platzmann. Edição facsimiliaria stereotipa. Leipzig, Trubner, 1874, 16^o ff. 58.

— Jos. DE ANCHIETA, *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brazil*, novamente dado á luz por Julio Platzmann. Leipzig, Trubner, 1874, 8^o pp. XII-82.

— *Grammatica der Brasilianischen Sprache*, mit Zugrunde legung DES ANCHIETA, herausgegeben von Julius Platzmann. Leipzig. B. G. Trubner, 1874, 8^o, pp. XIII, 178.

— MARCGRAVIUS (G.) *De lingua Brasiliensium e grammatica*, P. Josephi de Anchieta; — p. 274 de *Historiae rerum Brasiliae*.

— RELAND. (Hadr.) *De lingua Brasilica ex Grammat. Anchieta*; — em *Dissertationes Miscellaneae*, t. III, p. 175.

No collegio dos Jesuitas de Palermo havia um exemplar msc. desta grammatica: novamente accrescentada, e reduzida á ordem da arte de grammatica latina. Pelo Padre Luiz FIGUEIRA, da mesma Companhia. Anno 1620. In-4^o de 108 pags.

2 — *De Beata Virgine Dei Matre Maria*.

É um poema de 2086 disticos, insertos de pag. 481 à 528 na *Chronica do Brazil*, do P. Simão de Vasconcellos, S. J., e na *Vida do ven. P. Joseph de Anchieta*, pelo mesmo autor, p. 443-593.

Vita Beatissimae Virginis Mariae, a Josepho ANCHIETA, Lusitano societatis Jesu, ex-voto composita. Msc. do seculo XVII, 12^o com uma approvação do P. J. Renaudin (*Caval. Boulard*, 4^a parte, p. 131, nº 26).

Poema Marianum Auctore Venerabili P. Josepho de Anchieta Lacunensi, Sacerdote Professo Societatis Jesu, Apostolo Brasiliensi nuncupato. Anno MDCCCLXXXVII. Typis Vicentii a Bonnet. In Urbe Sancta Crucis (Teneriffa), 8º pp. 176 slt. 1 photogr.

Breve ofício de la Immaculada Concepcion de la SS. Virgen, escrito en versos sáficos latinos por el V. P. José DE ANCHIETA, S. J., traducido al Euskarra en el mismo metro por el P. Jos. de Arana; — na *Euskal-erria*, revista bascongada, t. VIII (San Sebastian, 1883), p. 415-418.

3 — *Informações e fragmentos históricos do Padre Joseph de Anchieta* (1584-1586), publicados por Capristano DE ABREU. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886, 8º pp. XVI-84.

Em tom. I de: *Materiaes e achegas para a historia e geographia do Brazil*, publicados por ordem do Ministerio da Fazenda. Na mesma collecção acham-se:

4 — *Cartas do P. Joseph de Anchieta* (1554-1567), publicadas por Teixeira DE MELLO.

a) Duas cartas em: *Copia de unas cartas de algunos padres y hermanos de la Compañia de Jesus, que escribieron de la India Japon y Brasil a los padres y hermanos de la misma Compañia en Portugal, trasladadas do portugues en castellano. Fueron recibidas el año de mil y quientos y cincuenta y cinco*. Lisboa, por Juan ALVARES, 1555, ff. 33 uch.

As cartas do Padre Anchieta foram reproduzidas no t. III, p. 316-323 dos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio-de-Janeiro*.

b) *Copia d'alcuni capitoli della lettera del Brasille del mesedi Maggio 1560*, scritta da Joseph che tratta degli animali, et piante, et d'altre cose notabili dell'Indie; — p. 150-171 de *Nuovi avvisi particolari deli Inate....* 3ª parte. Venetia, 1562, 8º.

c) *Copia di una del fratello Josepho*, scritte del Brasil per il padre general della Compagnia di Giesu alli. 10, di Luglio del 1561; — *ibid.* 4ª parte, Venetia, 1565, p. 182.

d) Na *Josephi Anchietae.... Vita... a Seb. Beretario* (Lugduni 1617) ha cinco cartas. Citamos as pags., onde se acham algumas cartas segundo a edição de Colonia (1617).

Ad Antonium Ribeirum Societatis Fr. (pp. 391-395). — *Ad Franciscum Escalantium* (pp. 396-398). — *Ad eundem* (p. 399) *Ad eundem* (pp. 400-403); e um extracto da sua carta *Ad Ignatium Tolosam* (pp. 407-409).

e) *Carta para os enfermos de Portugal*; *Carta a hum Sacerdote*; inseridas a pags. 52-54, e 302-308 da *Chronica do Brazil* do P. Simão de Vasconcellos S. J.

f) *Epistola quam plurimarum rerum naturalium, quae S.-Vincentii (nune S.-Pauli) provinciam incolunt, sistens descriptionem, a Didaco de Toledo Lara Ordonez adjunctis annotationibus edita*. Olisipone. Typ. Acad. 1799, 4º, pp. 6-46. — Foi inserida a p. 127-178, t. I da *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas* (Lisboa, 1812, 4º). *Ibid.* 1856, 4º, vol. VII.

Foi trasladada para portuguez (pela primeira vez) e publicada nos "Annaes da Bibliotheca Nacional" (*do Rio de Janeiro*), I, pp. 275-305.

g) *Copia de uma carta, de S.-Vicente*, do Irmão Jozé de Anchieta, para o Padre mestre Diogo Laynes, preposito Geral, 16 de abril de 1563; — no t. II, pp. 538-552 da *Revista trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1840), 8º, *ibid.* 2ª edição, pp. 541-555.

h) *Copia de uma carta do Padre Joseph, da Bahia de Todos os Santos*, que escreveu ao doutor Jacomo Martins, provincial da Companhia de Jesus, de Julho de 1563; — *Ibid.* t. III, pp. 248-258. — 2ª edição, p. 254-262.

i) *Informação dos casamentos dos indios do Brazil*; *Informação do Brazil e de suas capitancias*, 1584. *Ibid.* t. VI, p. 404 e *Cal. dos Mss. de Evora*, I, p. 16.

j) *Carta do P. Manoel da Nobrega a el-rei*, escripta de S. Vicenté a 1 de Junho de 1560; excerptos de uma carta de Anchieta ao seu geral da mesma data e logar... — p. 115, t. I, 2ª serie do *Brazil Historico* de Mello Moraes (1.866).

k) *Uma Carta da Bahia*, de 7 de Junho de 1578, que se encontra em *Une Sucrierie Anversoise au Brésil*, par le P. Kieckens, S. J. (Anvers, 1883, 8º).

As poesias (*Cantos*) de Anchieta foram impugnadas pelo Dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira nos 5 artigos successivos que a esse respeito publicou o "Diario Official" de 11 a 15 de Dezembro de 1882, sob o titulo "Cantos do Padre Anchieta".

Nos mesmos artigos (Diario Official de 14 de Dezembro de 1882) Baptista Caetano classifica de impostura — a traducção do P. Juan da Cunha.

Mello Moraes filho, no seu "Parnaso Brasileiro (*B. L. Garnier, editor*, 1885)" publicou de Anchieta as poesias seguintes (em portuguez):

Ao Santissimo Sacramento (Inedito);

Santa Ursula (Dialogo entre um Anjo e Satanaz); e

O pelote domingueiro (Ineditos).

5. — *Poesias do veneravel padre Jozé d'Anchieta*, escriptas em tupi, castelhano, latim e portuguez. ff. 54, *Cat. dos Mss. do Instituto Hist. e Geog. Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1884, p. 146, nº 40.

— *Poesias del venerable P. José de Anchieta*, escritas em lingua Tupy. (Seguidas de una traduccion portuguesa, del P. Juan da Cunha). Copiadas de un msc. autentico existente en los Archivos de la Compañia de Jesus en Roma por el Dr. D. José Franklin Massena y Silva. Roma 1863. 8º, pp. 18.

É um drama em dois actos, intitulado: *Jesus na festa de S. Lourenço*. — O mesmo Mello Moraes filho, no seu "Curso de Litteratura (2ª edição. Rio, 1882), publicou:

"Da resurreição" e outras poesias de A.

— *Poesia en lengua Tupi*, por el P. Joseph de Anchieta. Copiada de un manuscrito autentico de la Compañia de Jesus en Roma par J. Franklin Massena. Roma, 6 de Diciembre de 1863. Traducida al portugés por el P. D. João da Cunha. 8º, pp. 8.

Contém: "*Dança que se fez na procissão de S. Lourenço*, Poesia." Vid. Conde de la Vinaza: *Bibliografia española de lenguas indigenas de America*. (Madrid, 1892, pp. 211-212). Na mesma obra, p. 243, cita-se a seguinte peça: *Poesias del venerable P. Joseph de Anchieta escritas en lengua Tupy*. Tres codices originales existentes en la Bibliotheca de la Compañia de Jesus, de Roma.

As copiadas por Franklin Massena estão reunidas sob o seguinte titulo:

Canções de José de Anchieta. — A Nossa Senhora dos Prazeres. — Santa Ignez. — Vaidades das cousas do mundo. — Da morte. — Carta (*em verso*) da Companhia de Jesus para o Seraphico S. Francisco. Conforme copias de um nanuscrito de Pedro Andreoni. Provincial que foi da Companhia de Jesus, extrahidos em Roma, no anno de 1863, por Franklin Massena, sócio correspondente do Instituto historico Brasileiro, e pertencentes á Bibliotheca do Imperador.

6. — *Sermão sobre a Conversão de S. Paulo*. No t. LIV (1892) da *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico*.

Sotivel dá a seguinte lista das obras do P. Anchieta:

1. — *Ars Grammatica linguae Brasilicae*. — In. Lusitania typis excusa. — 2. *Dictionarium ejusdem linguae brasilicae*. — 3. — *Doctrina christiana pleniorque catechismus eadem lingua explicatus*. — 4. *Dialogi de Religionis mysteriis scitu dignis*. — 5. *Institutio ad interrogandos inter Confessionem poenitentes*. — 6. *Syntagma monitorium ad juvenidos moribundos*. — 7. *Cautiones sacrae linguis Latina, Lusitanica, Hispanica et Brasilica*. — 8. — *Drama ad extirpanda Brasiliae vitia*. 9. *Poema de B. Virginis Vita. Versu elegiaco quod ad bis mille et octoginta distica excurrit*. — 10. *Brasilica Societatis Historia et Vita Clarorum Patrum qui in Brasilia vixerunt*.

Foi sem duvida do nº 10, inedito, que o P. Franco extrahiu as Vidas dos P. Manoel de Payva, Salvador Rodrigues, Fr. Pires e Gregorio Serrão que se acham no t. II, pp. 212-214 e 215-219 da *Imagem da Virtude em o Noviciado de Coimbra*. A p. 205 cita o P. Franco, do Padre Anchieta: "Apontamentos á cerca das primeiras cousas e primeiros Padres da provincia do Brazil."

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quêrcia.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Autoridades religiosas, minhas Senhoras, meus Senhores:

Estamos aqui reunidos, Assembléia de Representantes do Povo, para homenagear o primeiro beato da nossa História e, a se cumprir o desejo de todos, o primeiro Santo brasileiro da História da Igreja.

Para felicidade do nosso povo, compartilhada pelos espanhóis e portugueses, desde o último domingo, o Papa João Paulo II, em cerimônia solene realizada na histórica Basílica de São Paulo, no Vaticano, encerrou a etapa mais importante de um processo que se arrasta há mais de quatro séculos, determinando a beatificação do Padre José de Anchieta, muito justamente denominado o Apóstolo do Brasil.

O ritual solene assistido por uma missão brasileira chefiada por um Ministro de Estado ecoou por todo o País, principalmente no pequeno município capixaba de Anchieta, onde mais de 20.000 peregrinos, provenientes das diversas Regiões do País participaram da missa campal, especialmente organizada na cidade que leva o nome do beato e onde ele morreu aos 63 anos de idade, após 44 anos de serviços prestados ao desenvolvimento da nossa História.

Muito natural e justo que o Congresso Nacional se rejubile por isso, pelo evento extraordinário e realize esta cerimônia idealizada pelo ilustre Deputado Edison Lobão, neste ato tão identificado com o anseio nacional.

Se estou falando em nome da Bancada do PMDB no Senado, acredito que tenha sido solicitado a fazê-lo e sobretudo por representar no Congresso o Estado de São Paulo.

O padre José de Anchieta atuou em todo o nosso território. Com o seu espírito de luta, de catequista, de educador, durante decênios percorreu o litoral desde o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco, mas a grande identidade histórica de Anchieta acredito, me perdoem, ocorreu em São Paulo, cujas primeiras sementes lançou ao destino da jovem Nação. Em 1554, a 25 de janeiro, data da conversão do apóstolo que emprestou o nome, fundou ele, no Planalto de Piratininga, o Colégio que abriu as perspectivas da edificação de São Paulo. Foi, também, no meu Estado nas praias de Iperoig, hoje Ubatuba, quando prisioneiro dos tamoios que, segundo a lenda, Anchieta escreveu na areia o célebre poema em louvor da Virgem Nossa Senhora.

Dois características essenciais do Jesuíta Santo o ligam, portanto, a São Paulo: o missionário e educador que tão bem cumpriu um dos objetivos fundamentais da Companhia de Jesus, de ampliar o número de almas a serviço da Igreja fundando a nossa capital, e o fundador da literatura brasileira, iniciador da poesia lírica com intenções religiosas.

Todos nós, brasileiros, nos alegamos com o evento da beatificação.

Senhores Congressistas:

A Companhia de Jesus, idealizada por Inácio de Loyola, parente longe de Anchieta, segundo algumas versões, na movimentação da contra-reforma, tem se notabilizado — repito, a Companhia de Jesus — em toda a sua atribulada existência, por formar pessoas de extraordinário autodomínio, disciplinadas e capazes de atingir os fins mais difíceis. Anchieta, mais do que ninguém corresponde a esse modelo de força, no caso, aliado a uma doçura de santo.

Um homem franzino, doente, precocemente envelhecido, se transforma num gigante de ação e boa vontade, trabalhando sem cessar, atravessando noites inteiras escrevendo poesias e peças destinadas a facilitar a sua missão: educando, construindo, sendo bondoso, doando-se inteiramente. Esse homem, esse padre, cujo pai recebera perseguições por ser simpático às reivindicações de trabalhadores braçais e de lavradores, logo depois de sua morte foi reconhecido santo pelos próprios companheiros da Companhia de Jesus, os quais iniciaram o processo de sua canonização.

Depois de quatro séculos o Vaticano reconhece, às vésperas da primeira visita do Sumo Pontífice à nossa Pátria, a santidade de Anchieta. Faz justiça a um santo e homenageia o Brasil.

A Nação brasileira, cujo anseio por justiça e liberdade é extraordinariamente grande, fica feliz. E o Congresso Nacional se engrandece com justa razão. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sr. Presidente, Sr. Congressistas,

A homenagem que esta Casa presta a José de Anchieta reveste-se de uma importância singular, porque reconstitui o quadro de uma época em que a nacionalidade brasileira se formava sob a inspiração dos preceitos do cristianismo primitivo e da procura da valorização do homem na aventura da conquista de novas terras e de novas almas para um mundo novo e fraterno que se abria com os horizontes das Américas.

Se é verdade que a Providência, quando deseja executar determinada tarefa, coloca o homem predestinado no local certo dos acontecimentos e lhe sopra ao ouvido, José de Anchieta estava escolhido para uma das mais nobres atribuições históricas do continente americano.

Dividido o amplo continente pela linha imaginária das Tordesilhas, Portugal e Espanha disputavam a primazia da conquista real do território, podendo o destino entregar a um ou a outro a maior parcela, dependendo da capacidade colonizadora e da audácia com que penetrassem os sertões invios e fixassem as bases da nova civilização.

Enquanto Aleixo Garcia fazia o percurso de S. Vicente ao Peru, em 1526, Ulrico Schmidel (que visitara os mamelucos de João Ramalho), saía de Assunção e vinha parar em S. Vicente em 1552.

Assim, como nós poderíamos levar a linha das Tordesilhas até os limites do Pacífico, os espanhóis poderiam trazê-la até às costas do Atlântico, dependendo, apenas, das condições de comunicação e de fixação.

Aliás, a opinião de Martius e de muitos outros é a de que os tupis haviam descido dos platós bolivianos à procura do "País das Palmeiras", como era conhecido por eles o nosso território.

E Cassiano Ricardo adota, plenamente, essa versão em *Marcha para o Oeste*.

De qualquer forma, havia um imperativo nessa aventura que dourava o sonho dos conquistadores, arrancando-lhes as características simplistas de ambiciosos descobridores de riquezas materiais. Havia um ideal superior que os impelia ao arrojado das proezas marítimas e ao arriscado penetrar dos ser-

tões com todos os segredos de suas agrestes ameaças: os animais ferozes, os índios muitas vezes antropófagos e as doenças desconhecidas.

É bem verdade que o próprio Padre Manuel da Nóbrega advertia temer mais as mãos assassinas dos brancos que aqui aportavam, às vezes despertados pela cupidez do ouro, das pedrarias, da fortuna fácil, do que a agressividade dos gentios.

Já estava ele informado de que os sacrifícios eram grandes, valendo lembrar a advertência do Irmão Pêro Corrêa ao Padre Belchior Nunes Barreto, em carta de São Vicente, aos 8 de junho de 1551, de que "a fome apertava conosco e comíamos alguns palmitos cozidos com água e algumas frutas bem desengaçadas".

Mas, aquele ideal de alguns devotados colonizadores felizmente predominou na fase de transição mais arriscada para a Colônia que nascia.

E foi o milagre do amor que completou o quadro da formação histórica do Brasil, dando-lhe ao lado do contorno físico de um coração, o contorno sentimental de um sonho de esperança que o mundo procurava como uma nova Canaã.

A predestinação de Anchieta na vocação evangélica do Brasil se resalta nos mínimos detalhes de sua biografia e da biografia da Pátria que ele ajudou a construir à sombra do Evangelho e das mais puras e simples lições que o Divino Mestre destinou aos povos, na esperança de que eles as imitassem, exemplificando através da caridade e do amor.

Já Pêro Vaz de Caminha se extasiava diante da natureza virgem, escancarando o contraste do verde iluminado pelo sol abrasador e das noites acesas de estrelas, espiando pelo Cruzeiro do Sul as riquezas adormecidas do país do futuro.

Anchieta não chegou ao Brasil desajustado aos problemas da terra e da paisagem.

A Providência lhe dera, ao nascer, nas Ilhas Canárias, em Tenerife (Laguna), as condições de um ambiente tropical, antecipando-lhe, numa visão realista, a paisagem que iria encontrar nas terras de Santa Cruz.

Essa antevisão das terras brasileiras lhe permitiria um preparo psicológico para a tarefa que não estava distante.

Foi curta sua infância para apreender as belezas da ilha em que nasceu e acostumar-se ao canto dos pássaros, que viriam pousar um dia sobre os seus ombros ou as suas mãos em terras distantes, incultas e bravias.

Embora filho de nobres espanhóis, com sangue judeu por parte da mãe que era "cristã nova", o terceiro de uma origem ilustre, provinda da Vascônia, família que já dera à Companhia de Jesus o seu fundador — Inácio de Loyola — preferiu deixar as delícias do lar confortável de D. Juan de Anchieta e de D. Mencía Díaz de Clavijo, para auscultar o desconhecido e ignoto mundo das Américas.

Max Fleiuss manteve, durante muito tempo, correspondência com Manuel de Ossuna y Benítez de Lugo, diretor de uma Revista de História, estando todas as cartas do estudioso espanhol e membro da família de Anchieta, datadas de La Laguna, nas Ilhas Canárias.

Em suas cartas, Ossuna dizia que sua família era "la representante en Canarias de la antigua casa de Anchieta, a que pertenció el expresado apostol del Brasil", acrescentando: "escribiré con la mayor extensión la historia de la ilustre y antigua casa de Anchieta, establecida desde principios del siglo XVI en las Islas Canarias y a la que perteneció el Padre José de Anchieta, que fué hijo del fundador de esta familia en estas Islas".

Mas, a fase de adaptação exigiria, por certo, o período de cerca de dois anos em território português, familiarizando-o, assim, com os costumes, as leis, o espírito dos colonizadores lusitanos.

E foi, por certo, para isso, que a Providência o colocou dos 17 aos 19 anos de idade, em Coimbra, onde cursou o Colégio dos Jesuítas.

Contam seus biógrafos, (A. da Rocha Britto, inclusive, na conferência "Aspectos do Brasil Médico", publicada na *Revista Brasileira*, Coimbra, 1942), que Anchieta sofria da espinha desde que em Coimbra caiu sobre ele uma escada que o tornou "um tanto corcunda".

Assim, para andar tinha que se apegar às paredes, às vezes, quase se arrastando, mas, sempre preocupado em que não o eliminassem a pretexto da moléstia.

E, por isso mesmo, redobrava de esforços, a fim de que não percebessem a gravidade da moléstia e as dores surdas que abafava nas orações de cada dia.

Conta-nos José Maria Vigueiros Barreiro que tanto foi notada essa preocupação de Anchieta que, um dia, o seu superior lhe disse: "Meu filho José, deixa essa preocupação que tens, porque Deus não o quer com melhor saúde."

Mas, a moléstia e seu cortejo de dores e de angústias irreveladas não impediram que ele integrasse a caravana que aos 8 de maio de 1553 partiu do

Tejo, trazendo consigo para terra do Brasil o segundo Governador-Geral, Duarte da Costa.

Durante os dois meses em que a natureza se repartiu entre o mar e o céu, confundindo o azul marinho com o azul celeste, como se ambos se constituíssem num só pálido de bençãos, o jovem noviço, iluminado pela fé, não se contentou com o contemplar a magnificência da grandeza de Deus que a imensidão do verde refletia no infinito.

Refugiu-se nos mistérios mais modestos da nau, lavando louça e ajudando nos demais serviços de cozinha, segundo ainda nos revela o Prof. Vigueiros Barreiro, catedrático da Universidade de Espanha.

Quirício Caxa, contemporâneo de Anchieta, informava que "entrando no navio, lançou logo mão do fogão e cozinha e assim, da dispensa dos Nossos com que a todos veio servindo, começando Nosso Senhor a lhe dar esperanças de melhor disposição".

Aqui o esperava o grande laboratório que a variedade de tipos e de raças estava construindo, como um ponto de ligação entre duas civilizações, e onde os insondáveis desígnios da Providência o colocaria, para sonhar entre as selvas o mundo novo e melhor que trazia no coração.

Não tinha os portugueses e espanhóis uma idéia sequer aproximada do mundo que haviam dividido com o marco ideal das terras de Portugal e Espanha, com "o meridiano a 370 léguas a oeste das ilhas do Cabo Verde — e as dificuldades trazidas pela conversão de graus em léguas". E isso porque para Eratóstenes, o grau era de 87,5 milhas; para Ptolomeu, de 62,5 milhas, apoiando-se neste último Enciso, na Suma de Geografia que dá ao grau 162/3 de légua e chega à conclusão que levou a Carlos V, segundo a qual os limites das terras portuguesas iam até a boca do Ganges...

Eduardo Prado, nas "Conferências Anchiéticas", havia exclamado e com muita razão que se "prevalecesse essa linha divisória (a de Tordesilhas), toda a Amazônia, todo o Mato Grosso, todo o Rio Grande e parte de Goiás, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, pertenceriam à Espanha", e que, assim, "foi o paulista quem na América do Sul alargou os domínios de Portugal, demarcando e balizando o Brasil do futuro". (Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. XLVII, pág. 215, S. Paulo, 1929).

Preparavam-se os postos avançados da civilização européia no continente desconhecido.

E foi com justificada razão que Alexandre de Gusmão, em seguida ao Tratado de Madrid, marcou nossas fronteiras com a América Espanhola, fixando a legenda suave e profunda, ao mesmo tempo: "Pax et Justitia osculae sunt" — A Paz e a Justiça se beijaram.

Na penetração dos sertões, ao lado da igreja e do colégio, os padres plantavam a horta e incentivavam as primeiras culturas entre os indígenas.

Os paulistas continuaram a tarefa dos jesuítas e dos primeiros colonizadores como plantadores de cidade, segundo o poeta do Caçador de Esmeraldas:

"Tu cantarás na voz dos sinos, nas charruas,
No esto da multidão, no tumultuar das ruas,
No clamor do trabalho e nos hinos da paz!
E subjugando o olvido, através das idades,
Violador dos sertões, plantador de cidades,
Dentro do coração da Pátria viverás".

Eram os mesmos paulistas que Morgado de Matheus descreveria em meados do século XVIII, como "grandes servidores de Sua Majestade" e que "no seu real nome, fazem tudo quanto se lhes ordena, expõem aos perigos a própria vida, gastam sem dificuldades, tudo quanto têm e vão ao fim do mundo, sendo necessário".

Eram os mesmos paulistas de "coração alto, grande e animoso, o seu juízo grosseiro e mal limado, mas de um metal muito fino; são robustos, fortes, sadios e capazes dos mais intoleráveis trabalhos" e "tomam com gosto o estado militar, oferecem-se para acometer os perigos e facilmente se armam e se fardam à própria custa".

A legenda — A Paz e a Justiça se beijaram — não serviria apenas para marcar os limites entre a América Portuguesa e a América Espanhola, era, também, uma insígnia para o acordo que faziam os habitantes dos sertões, os silvícolas, com o colonizador, através da mediação do jesuíta que lhes serviu de ponte, possibilitando um contato que parecia impossível ou demorado.

Antônio Pinto de Carvalho, em seu estudo sobre *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil* (Coimbra, 1942), lembrou o extraordinário esforço que se tornava necessário para o estabelecimento de tais postos avançados da religião e da cultura, com os embaraços materiais e as dificuldades de comunicação acrescidas pelas tentativas dos corsários franceses e ingleses para se apossarem da colônia.

O autor destaca, então, o papel de Nóbrega, afirmando que Nóbrega não descoroçoou, pois dirigia os súditos, animava-os com a sua presença, quando ia à frente deles a abrir-lhes o caminho, pois, para além do Brasil erguia-se o Paraguai.

Nóbrega pensara ir pessoalmente ao Paraguai que tanto ele quanto Tomé de Sousa, o primeiro Governador-Geral do Brasil, considerava um prolongamento da mesma expressão geográfica, ou seja, um prolongamento de nosso território.

Na carta de 12 de fevereiro de 1553, Nóbrega informa o Padre Simão Rodrigues que ficara na Capitania de São Vicente, depois de haver corrido as outras com o governador, "porque N. Senhor assim me parece que foi servido".

O sul lhe era mais propício.

O bispo que ele tanto solicitara, viera para a Bahia, porém, "virtuoso, mas fraco tendo os índios incapazes de toda doutrina, por sua bruteza e bestialidade" e os considerando "ovelhas de seu curral, que nem Cristo Nosso Senhor se dignaria de os ter por tais".

E afirma Nóbrega que "nada se poderia esperar da catequese assim abandonada do prelado" e "nem reforma dos cristãos pois trouxera o bispo por companheiro uns clérigos de mau exemplo que mal usavam e desperdiçavam os sacramentos", que "desatavam as ataduras com que nós detínhamos as almas", bem como "pondo tudo em perdição", transformando a sociedade da colônia em "colmeia de pecados", ou num fervedouro de "ódio, murmurações, detrações, roubos e rapinas, enganos e mentiras".

Disse Nóbrega, textualmente, em carta a Tomé de Sousa, que pensara em perder o juízo com tanta dor que sofreu com o mau exemplo do bispo na Bahia e, por isso mesmo, é que explica ter ficado no sul, para encontrar muita miséria a pecados para chorar, "desabrindo a mão de tudo, encomendando a Deus a Bahia e seu prelado".

Mas, a importância dessa localização no sul ele a afirmara na carta de fevereiro de 1553, quando declarou que "desta Capitania se deve fazer mais fundamento que nenhuma, porquanto por esta gentildade nós poderemos estender pela terra adentro, e por isso, vindo irmãos, a esta Capitania deveriam vir, porque nas outras já creio que se fará pouco mais que ensinar meninos".

A informação tinha base.

O Irmão Antônio Rodrigues tinha ido ao Paraguai que, naquele tempo, era considerado território do Brasil e não se contentara apenas em ali chegar, deslocando-se até o Peru, como faz fe sua própria carta de São Vicente, datada de 31 de maio de 1553 e dirigida aos Padres e Irmãos de Coimbra:

"Eu faíei ao Pe. Manuel da Nóbrega que fôsse ou enviasse para lá um de nossa Companhia, porque ali próximo há outros gentios que não comem carne humana, gente mui piedosa e aparelhada para receber nossa santa fé, por ter em grande estima e crédito os cristãos. Agora tenho desejos de ser de 20 anos e ter longa vida para ir com alguns padres de nossa Companhia."

Não era, pois, sem razão que Tomé de Sousa na missiva que dirigiu a D. João III, Rei de Portugal, datada de primeiro de junho de 1553, de São Salvador, esclarecesse que se fora descobrindo, pouco a pouco, que a povoação conhecida como Assunção está tão perto de São Vicente, não devendo passar de cem léguas, parecendo "a todos que esta povoação está na demarcação de Vossa Alteza".

A convicção de Nóbrega estava fortalecida com tão importantes depoimentos e, assim, ao escrever ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, de São Vicente, aos 15 de junho de 1553, terra adentro, porque esta Capitania é a mais conveniente que todas as outras". E, por isso mesmo, podia acrescentar, naquela missiva, que "também devia S.A. tomar mão desta Capitania de S. Vicente, pois é a entrada de dentro da terra".

Preparou Nóbrega tudo para a longa viagem, porém dessa tarefa teve que desistir em virtude de determinação superior consequente do litígio entre as coroas de Portugal e Castela que disputavam a posse da mesma região.

Reafirmou, no entanto, a disposição de ir ao Paraguai, logo que a situação o permitisse.

Nóbrega reclamara mais padres, porém advertia: "E ordene V.P. (Vossa paternidade) que não nos dêem cá nada aos padres que entendemos com os próximos, porque parece que é dar-nos renda e como salário de nossos trabalhos".

Na carta que dirigiu na Bahia, aos 10 de abril de 1549 ao Padre Simão Rodrigues, Nóbrega chamava a atenção para os irmãos de humanidade, os silvícolas, clamando: "Parece-me que não podemos deixar de dar a roupa que trouxemos a estes que querem ser cristãos, repartindo-lha até ficarmos todos iguais com eles, aos menos, para não escandalizar aos meus irmãos de Coimbra, se souberem que por falta de algumas ceroulas deixa uma alma de ser cristã e conhecer a seu Criador e Senhor e dar-lhe glória".

Talvez a catequese do colonizador civilizado, deformado pelos vícios do velho mundo e castigado pela maldade que trazia dos piores antros da sociedade européia, tenha sido mais penosa para o jesuíta que a catequese do índio.

Aliás, não era apenas dos índios que cuidava, considerando-os seu objetivo, como dos brancos e, mais tarde, dos escravos de cor, conforme faz ver em sua carta aos Irmãos de Coimbra, datada de Pernambuco, aos 13 de setembro de 1551, onde afirma claramente: "Destes escravos e das pregações entre a fama às aldeias dos negros, de maneira que vêm a nós de muito longe a ouvir nossa prática. Dizemos-lhes que por seu respeito principalmente viemos a esta terra, não pelos brancos".

O próprio plano de colonização adotado por Mem de Sá não era, senão, o traçado por Nóbrega, no qual, inclusive, sugeria a vinda de maior número possível de portugueses para o povoamento, possibilitando, assim, que o Brasil perdesse o aspecto de feitoria.

Por isso mesmo é que Nóbrega renovava na carta que da Bahia mandara ao Padre Simão Rodrigues, aos 9 de agosto de 1549, o pedido: "Trabalhe V. R. por virem a esta terra pessoas casadas" ou "parece-me coisa mui conveniente mandar S.A. algumas mulheres, que lá têm pouco remédio de casamento, a estas partes, ainda que fossem erradas, porque casarão todas muito bem, contanto que não sejam tais que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo".

Não se contentava em sugerir a vinda de mulheres para o trabalho do povoamento e da colonização. Justificava seu apelo, afirmando que é a "terra muito grossa e larga, e uma planta que se faz uma vez dura 10 anos aquela novidade, porque, assim como vão apanhando as raízes, plantam logo os ramos e logo arrebentam". "de maneira que logo as mulheres teriam remédio de vida e estes homens remediariam suas almas, e facilmente se povoaria a terra".

É exatamente nessa missiva em que se revela o espírito do colonizador previdente e visionário, ao mesmo tempo, que Nóbrega fixa aquela afirmativa que todos os seus biógrafos reproduzem: "Esta terra é a nossa empresa".

Aliás, a providência reclamada por Nóbrega foi a mesma de que se utilizaram os holandeses, em Pernambuco, pois, segundo Hermann Watzon, no *Domínio Colonial Holandês*, no Brasil, à página 394, veio para a colônia, nos primeiros anos, "um carregamento de mulheres perdidas". E acompanhamos Antônio Pinto de Carvalho quando entende que a perfeita compreensão e unidade de vistas entre Nóbrega e Mem de Sá tenha sido o fator mais decisivo para a formação e consolidação do Brasil.

Aos 13 de julho 1553, Anchieta chegava à Bahia de Todos os Santos, onde o aguardava o enviado de Nóbrega, Padre Leopoldo Nunes, que deixara São Vicente com o objetivo de servir de guia a ele e seus companheiros.

Trazia o canarino de olhos azuis e alma lírica a semente que germinaria em um por mil, conquistando o gentio para a civilização e para o Evangelho: a semente do amor que daria frutos e sombra, através de séculos de história pátria.

Por certo já lhe percorreram as preocupações silenciosas, a reação dos mercadores de escravos que não viam com bons olhos "o mau exemplo" da libertação dos índios que eles julgavam em condições de substituir o trabalho escravo dos negros, poupando-lhes as despesas de compra, de apresagem, de transporte e o risco de morte por doenças, acidentes ou suicídios, nos "navios negreiros" que encadeavam o comércio execrando.

Por certo, também se preocupava com as reações desses mercadores à catequese dos gentios, considerada pela maioria dos colonizadores, ávidos de riqueza, como declaração antecipada de alforria para os índios.

Essa preocupação se confirmou, mais tarde, quando nas suas *Informações do Brasil e de Suas Capitanias*, em 1584, reclamava que "... nem os Bispos fazem muito caso disso, pois com os índios livres... se não faz diligência nenhuma no que toca à sua salvação, quase como de gente que não tem alma racional nem foi criada e redimida para a Glória".

A indiferença à salvação dos índios o revoltava e, nessa ocasião, sua irritação altruísta, quase divina, não diferia da de Nóbrega, tantas vezes contudente e ferino.

Essa irritação parecia tão estranha ao terno pastor, mas a revolta não comportava outro caminho.

Não teria sido Anchieta sequer capaz daquelas explosões de Nóbrega quando pedia mulheres de vida incerta para talhar a mancebia e fundar a família; quando se postava à porta da casa de um pecador para bradar que ali se crucificava Jesus Cristo; quando subia ao púlpito e apontava nominalmente o culpado a quem proibia entrar na Igreja, como o fez ao próprio João Ramalho; ou mesmo, quando para experimentar o Padre Paiva, o fazia oferecer-se à venda como escravo, pelas ruas da vila!

Wanderley de Pinho, em *Anchieta na Bahia e a Bahia no Tempo de Anchieta* traçou, de forma primorosa, a diferença de gênio e de reações dos dois jesuítas, citando vários desses exemplos.

Mas conclui — e muito oportunamente — que só os compreende juntos e não atina como alguns os tenham separado.

Por certo, ainda, suas idéias se congestionavam em pensar na luta árdua que iria travar contra a antropofagia de certas tribos, colocando sua vida em permanente risco.

Mas, dificilmente, teria antecipada a visão de momentos como aquele em que juntamente com Manuel da Nóbrega, impedindo o sacrifício de um dos índios que caíra em mão de tribo antropófaga, pudesse, no dia seguinte, ter a seus pés, chorando, arrependidos, os ferozes gentios da véspera...

Nóbrega e Anchieta se completavam.

Um encarnava o gênio governativo, o tino administrativo, a clara visão dos acontecimentos e a antevisão da história sem a fuga à realidade.

O outro encerrava a sabedoria e a santidade, unidos pelo mesmo ideal evangélico.

Ao biografar Nóbrega, Anchieta se retratara de corpo inteiro, com a fidelidade de um sincero auto-retrato: "No tratamento pessoal era necessário terem cuidado dele, porque ele o não tinha de si. Seguiu sempre a comunidade sem singularidade alguma, salvo para maior estreiteza. Era de pouco comer; e ainda que de compleição delicada, nenhum trabalho receava, como andar a pé por caminhos ásperos de matos e serras, com grandes frios, chuvas e alagadiços. E, às vezes, por não poder com o peso da roupeta, caminhava sem ela, por escusar ser levado às costas alheias. Seu vestido era o pior e não podia trazer roupa nova, senão velha, e remendada e sem uso de mantêu, porque então pela muita pobreza o não havia".

A condição da população aborígine era a mesma descrita por Pêro Vaz de Caminha que assim escrevera a D. Manuel:

"Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pode deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente arremessou-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio. E outro lhe deu um ramal grande de contínuas brancas, miúdas que querem parecer aljófar, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se voltou às naus por ser tarde e não pode haver deles mais fala, por causa do mar."

Prossegue a descrição dos índios do litoral, ora esclarecendo que eram pardos, mas um tanto avermelhados, de rosto e nariz bem feitos.

Nóbrega em carta de 1553 observara, também, que "não se pode falar com os gentios sem facas, anzóis, contas, espelhos e outros objetos..."

Pêro Vaz de Caminha não esquece de sublinhar a inocência dos silvícolas, não lhe escapando, também, as observações das características físicas, inclusive os detalhes: o beijo furado e metido nele um osso verdadeiro, da grossura de um fuso de algodão.

E se espantava ao verificar que traziam o osso encaixado de tal sorte não os machucava, nem lhes impedia de falar, beber ou alimentar-se.

Não era outro o indígena que Nóbrega e Anchieta encontrariam, de cabelos lisos e escorridos, simples, ignorante, porém compreensivo e capaz de entendimento ao primeiro contato.

Não seria de estranhar o perfeito entendimento entre os jesuítas e os indígenas, a imaginar pelo que, ainda da nau cabralina, o escrivão oficial contara em detalhes quanto aos primeiros contatos entre a tripulação e os gentios.

Ora fitavam o colar do capitão, fazendo acenos com as mãos em direção à terra, ora se assustavam com uma galinha.

O pão, o peixe cozido, os doces, os figos secos que lhes deram de comer, apenas os provavam, lançando-os fora.

Limitaram-se, de início, a provar o vinho que lhes trouxeram em taças, usando a água que lhes ofereciam, apenas para bochechar.

Logo mais, porém, estavam trocando objetos de uso pessoal ou doméstico, com a naturalidade de civilizados, guardando, apenas, alguma reserva, embora tivessem jogado ao chão, os arcos e as setas.

Informado já Anchieta sobre as preocupações teatrais do indígena, através do histórico de Pêro Vaz de Caminha, certamente cuidava de utilizar-se das tendências artísticas para melhor desenvolver e estimular o interesse pela alfabetização e pela catequese.

Em seu trabalho *Os Guayanás*, publicado em 1902, o General Couto de Magalhães referiu-se ao aproveitamento por José de Anchieta de uma dança dos índios, conhecida por *caateretê* para atraí-los ao Cristianismo, acrescentando que a introduziu nas festas de Santa Cruz, do Espírito Santo, da Conceição e de São Gonçalo.

O arguto observador não se limitou a essa referência, estudando o nosso folclore, onde ele subsistiu, inclusive em São Paulo, Rio, Minas, Goiás, Mato Grosso, passando o *caateretê* ou *caateretê* a ser cantado em versos, com a vantagem de desenvolver o raciocínio, fazendo surgir os trovadores e cantadores populares.

Revela-nos Pêro Vaz de Caminha, após a narrativa da primeira missa, o interesse dos índios pela música e pela dança, quando noticia que Diogo Dias, que fora almoxarife no Sacavém, passando-se para "a outra banda do rio", levou consigo um gaiteiro com sua gaita. Puseram-se a dançar, juntamente com os índios, tomando-os pelas mãos, ao som da gaita, o que muito os alegrava, arrancando risos.

Mas, se eram dóceis, não eram servis.

Os primeiros brancos ao entrevistá-los, embora na muda linguagem dos gestos, perceberam, por certo, desde logo, que eles jamais se prestariam a escravos:

"Ninguém lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais.

E tudo se passa como eles querem para os bem amansarmos."

Essa personalidade forte e independente do índio iria tornar-se elemento preponderante no caldeamento de raças de que somos, ainda hoje, a mais original das experiências no planeta, traduzindo-se essa influência numa expressão popular ainda hoje em voga de que aqui "com amor e carinho tudo se alcança."

O exame de conceito dos índios sobre moral e propriedade não escapou ao escrivão que descreveu, inclusive, a aventura do degredado Afonso Ribeiro que permaneceu até tarde entre os índios, tendo esclarecido que não lhe tomaram nada do que levava consigo, exceto algumas continhas amarelas que um deles lhe arrebatou, mas que devolveu, de imediato, à simples menção de que as desejava de volta.

Dentro em pouco, no entanto, podia informar que "era já a conversação deles conosco tanta que quase nos estorvavam no que havíamos de fazer".

A impressão do primeiro cronista do Brasil é a de que o indígena tinha "tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos", sendo certo que "estavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós estávamos entre eles".

E mais alguns dias, vários deles já dormiam na nau, em camas com lençóis, almoçavam ou jantavam à mesa, e até chegavam a beber do vinho que lhes era oferecido.

A advertência do escrivão ficaria ressoando aos ouvidos de S. Alteza a quem a carta fora dirigida, a fim de que para cá mandasse os catequisadores, também reclamados, mais tarde, por Nóbrega.

E é afirmação de Pêro Vaz de Caminha, depois de lembrar que para ser cristã a população da nova terra, bastaria que entendêssemos a sua linguagem, completando:

"E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar; porque já então terão mais conhecimentos de nossa fé, pelos dois degredados que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram."

Logo a sugestão seria atendida e os jesuítas começariam a chegar a terras brasileiras, para a missão que lhes competia na catequese dos índios e na radicação mais fácil dos colonizadores, através de uma melhor identificação com os seus habitantes.

Aliás, Couto de Magalhães, no seu conto histórico sobre a fundação da cidade de São Paulo faz, à página 118, a seguinte observação: "Todos os escritores que se têm ocupado desses índios são acordes em afirmar que eram homens simples, de muito boa-fé, inclinados a acreditar facilmente em tudo quanto se lhes dizia". Já Teodoro Sampaio designaria os "guaianás" como ramo da raça tupi.

Antes de por o ponto final na primeira narrativa histórica da terra de Santa Cruz, firmada a primeiro de maio de 1500, Pêro Vaz de Caminha ainda sublinhava que "querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo", embora "o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente", e que "esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar".

Anchieta que para cá viria como simples "Irmão" da Companhia, seria o grande semeador, o semeador das messes eternas!

Aliás, o Padre Antônio Vieira muito inteligentemente distinguia entre os semeadores do Evangelho e os que ficavam nas atividades mais burocráticas dos centros civilizados, gozando de todo o conforto da civilização.

E a citação desse desabafo do Padre Antônio Vieira é feita, também, por um jesuíta, o Padre Luís Gonzaga Cabral, no seu livro *Jesuítas no Brasil*, à página 72: "Lá fez notar Vieira, a respeito dos semeadores do Evangelho, que uns saem a semear e outros semeiam sem sair", observando finalmente que "a uns pagará Deus a semeadura, aos outros pagará a semeadura e contará os passos", para desfechar na exclamação daquele elegante e profundo trocadilho: "Ah! Pregadores (Vieira falava na Capela Real) os de cá achar-vos-ei com mais paço, os de lá com mais passos!"

* * *

Como descrever Anchieta, se os seus retratos e a descrição que dele fizeram e fazem artistas e escritores são contraditórios?

Descrição das melhores nos parece a do jesuíta Antônio Franco, autor da *Vida do Admirável Padre José de Anchieta — Taumaturgo do Novo Mundo*, e que é a mesma reproduzida pelo Padre Simão de Vasconcelos, apontando-o como "de estatura medíocre, diminuto em carnes, no vigor do espírito robusto e atuoso, em cor trigueiro, os olhos parte azulados, testa larga, nariz comprido, barba rala, mas no semblante inteiro, alegre e amável".

Aureliano Leite, em seu trabalho "A Iconografia de Anchieta", publicada em o *Estado de S. Paulo*, examina minuciosamente as divergências, concluindo que o seu melhor retrato é o que se encontra na sacristia da Catedral de Salvador, que "vale não só pela antiguidade, mas por outras características, pela verossimilhança".

Acrescenta o autor da *História da Civilização Paulista* que nos traços fisionômicos lembrados por um quase pintor jesuíta transparece o vulto do que, pela doçura com que orava em prosa e verso, lhe chamavam por antonomásia o canário. E concluía que era exatamente o seu rosto trigueiro, os cabelos duros e lisos, o corpo pendido para um lado, o aspecto doentio, a seu flanco, inofensiva, quase amorosa, uma onça pintada.

Muito feliz a escolha de Aureliano Leite entre os vários quadros e retratos existentes que o desfiguram, engordando-o demais, tornando-o rosado, e até, pondo-lhe barbas...

Anchieta tinha que ser retratado como era, na sua humildade, sem a beleza que lhe desfiguraria as características fundamentais, inclusive o moreno de sua pele e o defeito físico que lhe agravava os sacrifícios das grandes caminhadas, exigindo o bastão, mas apesar de tudo lhe dava forças, inclusive, algumas vezes para apoiar Nóbrega, mais velho que ele, gago, e sofrendo de úlceras varicosas...

Também nos pareceu boa a gravura portuguesa do século XVIII, reproduzida pela *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume II, publicada pela Editorial Enciclopédia Ltda.

Sua figura enfermicha, humilde e tímida, acanhada, retraída, permitia que muitos se equivocassem no primeiro julgamento.

Conta-se, a propósito, que o Padre João Batista, auxiliar de Anchieta, no Rio de Janeiro, fora solicitar ao comandante Diogo Valdez, da esquadra que se dirigia ao estreito de Magalhães, que libertasse um prisioneiro.

A resposta de Diogo Valdez foi esta:

"Se o Padre José o pede, faça-se; não queira Deus que eu deixe de fazer o que ele me manda, pois a primeira vez que o vi, nada se me afigurou mais desprezível, mas, depois, ouvindo-o e tornando a olhar bem para ele, nunca me senti mais apoucado e reverente, ainda em presença de qualquer majestade."

Valeria a pena uniformizar a divulgação de suas fotografias ou pinturas, evitando os quadros deformantes com que nos defrontamos a cada momento, inclusive os monumentos e estátuas que transmitem aos pósteros, com risco de erro cada vez maior, um Anchieta que não se assemelha ao Apóstolo, que não lhe reproduz as características físicas, nem reflete a mansidão e a ternura que seus contemporâneos, sem exceção, lhe atribuem.

Embora Anchieta chegasse à Bahia de Todos os Santos em 13 de julho de 1553, onde já o esperava o emissário enviado por Nóbrega, encarregado de trazê-lo, juntamente com os demais, somente no fim do ano estaria em São Vicente.

O Padre Manuel de Paiva já aqui se encontrava desde 1550, tendo viajado em companhia de mais três outros jesuítas, Afonso Braz Salvador Rodrigues e Francisco Pires, tendo a viagem sido feita em embarcações capitaneadas pelo galeão "O Velho".

Em 1549, juntamente com Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral, havia aportado ao nosso território, com atribuições especiais do Padre Inácio de Loyola, os Padres Manuel da Nóbrega, João Aspicuelta Navarro e Leonar-do Nunes, além de Diogo Jácome e Vicente Rodrigues.

Aguardava-os um intenso trabalho junto aos indígenas, marcado pelo sacrifício, pela renúncia e pela humildade.

Anchieta descrevera os índios no relatório que da Bahia enviou, mais tarde, ao seu superior eclesiástico, quando já podia comparar os hábitos das das várias tribos indígenas:

"Os índios desta Província são inumeráveis pela terra adentro de várias nações e costumes e linguagem e muitos deles são como selvagens e não se lhes pode entender sua língua e há pouco remédio para a sua salvação, exceto alguns inocentes ou adultos que se batizam "in extremis" e se vão para o céu. Os mais políticos entre eles são os Tupinambás, senhores da Bahia, Tupiniquins e outros que se convertem, que dantes viviam pela costa de mar e ainda todos estes são gente de mui pouca capacidade natural, se bem para sua salvação tem juízo bastante e não são tão boçais e rudes como por lá se imagina.

Não têm escrita, nem caracteres, nem sabem contar, nem têm dinheiro; "commutatione rerum" compram uns aos outros; sua língua é delicada, copiosa e elegante, têm muitas composições e síncopas mais que os gregos, os nomes são todos indeclináveis, e os verbos têm suas conjugações e tempos. Na pronúncia, são sutis, falam baixo que parece que não se entendem e tudo ouvem e penetram; em sua pronúncia não põem F, L, Z, S e RR, nem põem muta com líquida como Bra, Craze.

Fazem muito caso entre si, como os romanos, de bons línguas e lhes chamam senhores da fala e um bom língua acaba com eles quanto quer e lhes fazem nas guerras que matem ou não matem e que vão a uma parte ou a outra, e é senhor de vida e morte e ouvem-no toda uma noite e às vezes também o dia sem dormir, nem comer e para experimentar se é bom língua e eloquente, se põe muitos com ele toda uma noite para o vencer e cansar, e se não o fazem, o têm por grande homem e língua.

Por isso há pregadores entre eles muito estimados que os exortam a guerrear, matar homens e fazer outras façanhas desta sorte.

São como vermelhos de cor, de mediana estatura, cara e os mais membros mui bem proporcionados; o cabelo é corredo de homens e mulheres, são grandes pescadores e como peixes do mar e vão ao fundo e estão lá espaços até trazerem o que buscam.

Nos campos e florestas andam e rompem como bichos; são guerreiros e grandes frecheiros, basta ver um olho só descoberto a um homem para lhe pregar; são tão dextros que não lhes escapa passarinho que não matem, e a frechadas matam o peixe na água; andam nus, são dados ainhos que fazem a seu modo, são algo melancólicos e se querem morrer com aprender somente a morte na imaginação ou com comer terra; ou lhes digam que se hão de morrer ou lhes ponham medo morrem brevemente.

De dia e de noite fazem seus comeres, cantares e festas até a manhã, andam muitos dias sem comer se não o têm, mas quando o têm não descansam sem acabá-lo "et vicut in diem", não guardando as coisas para o outro, casam sem dote e às vezes servem aos pais por casar com as filhas, como fez Jacó e Labão, amam muito os filhos mas não procuram deixar-lhes heranças, dormem em redes de fio de algodão no ar, por causa das cobras, tem grande candura natural e com andar nus "non verecundant", parece que representam o estado de inocência.

Não têm juramentos nem ídolos, alguns feiticeiros há entre eles a que chamam pagé. A estes, para alcançar saúde, se dão a chupar e consentem que lhes façam outras cerimônias, mas não acreditam nelas. Não são demandões, mas benfazejos e caritativos; todos os que lhes entram em casa comem com eles sem lhes dizer nada.

Não casam de ordinário até que tomem ou matem um homem, e, se o matam, tomam por insígnia sarjar-se o corpo por tal modo e artifício que ficam mui galantes e pintados e nisto têm grande primor.

Vivem muito juntos em umas casas mui grandes de palma que chamam ocas e com tanta paz que põem espanto, e com terem as casas sem portas e suas coisas sem chave por nenhum modo furtam uns aos outros. E têm outras coisas e costumes mui notáveis que por brevidade deixo."

Ainda sobre a nudez dos índios, referia Anchieta, noutra oportunidade:

"Os índios da terra de ordinário andam nus e quando vestem alguma roupa de algodão ou de pano baixo e nisto usam de primores à seu modo, porque um dia saem com gorro, carapuça ou cha-

pêu na cabeça e o mais nu; outro dia, com seus sapatos e botas e o mais nu; outras vezes trazem uma roupa curta até a cintura, sem mais outra coisa. Quando casam vão às bodas vestidos e à tarde se vão passear somente com o gorro na cabeça sem outra roupa e lhes parece que vão assim mui galantes."

Manuel da Nóbrega já havia escolhido o local para a edificação da cidade de penetração, num planalto — constituindo-se, assim, no precursor do bandeirismo.

Geograficamente, a "bandeira" nasceu do planalto, "a cavaleiro do sertão", conforme anota cassiano Ricardo.

— Observam alguns que a denominação "bandeira" vem do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra.

E, se a bandeira não visava a conquista de terras, mas do território, seu sentido coletivo, seu objetivo político desmentia qualquer preocupação individualista, embora as exceções existissem para confirmar a regra.

Por isso mesmo, o autor da *Marcha para Oeste*, conclui que o nascedouro social e histórico da "bandeira" é o planalto, estando situado nele o seu foco original.

A Martim Afonso já impressionara o fato de o Tietê, nascendo junto ao mar, correr para o interior do continente.

O "bandeirismo" paulista que fixou geograficamente o Brasil, é fruto, particularmente, do trabalho dos jesuítas, de Nóbrega, de Anchieta, conseguindo fixar nos Campos de Piratininga o índio de tendência e de vivência nômade, preparando a grande base para as penetrações do sertão.

O bandeirismo nasceu, portanto, no planalto de Piratininga, onde se fixaram o índio e o colonizador a cavaleiro do sítio, servidos pela "montaria" natural que era o Tietê, contrariando o normal dos cursos de água e possibilitando com mais facilidade que os "bandeirantes" se encaminhassem para o oeste.

Que não teria acontecido se o Tietê tivesse curso normal, podendo servir de montaria na direção do Paraguai para o nosso litoral?

Dirigindo-se a Manuel de Paiva e Antônio Rodrigues (este entrara para a Companhia naquele mesmo ano de 1553, sendo considerado "grande língua", isto é, bom intérprete do tupi) que o acompanharam, Nóbrega olhando o planalto, na antevisão fantástica deste admirável potencial humano e de seu poderio econômico, disse, com a concordância dos que o ouviram, que ali seria erguido o colégio.

Era uma terça-feira, dia 29 de agosto de 1553, data que marca a degola de São João Batista.

No dia 31 do mesmo mês e ano, Nóbrega dirige-se em carta ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, em Lisboa, descrevendo as providências tomadas.

Já em outubro de 1553, isto é, no mesmo ano, Nóbrega escreve a D. João III, Rei de Portugal, datando a carta da "Capitania de São Vicente", e não da "Vila de São Vicente", ou de "São Vicente", o que permitiu a alguns historiadores fixarem a sua redação em Piratininga.

Essa a opinião de Vale Cabral e de Serafim Leite, refutando a afirmação de Cândido Mendes de Almeida que alegava a impossibilidade de ter a carta sido escrita em Piratininga, dada a fundação de São Paulo em 1554, ignorando que Nóbrega instalara a aldeia em 29 de agosto de 1553, conforme opina, autorizadamente, Capistrano de Abreu e, posteriormente, plenamente confirmada pela publicação de outra carta de Manuel da Nóbrega já referida e escrita em 31 de agosto de 1553.

Na missiva ao Rei, Nóbrega explica por que a maioria dos integrantes da Companhia de Jesus prefere São Vicente, argumentando que é a Capitania "terra mais aparelhada para a conversão do gentio que nenhuma das outras, porque nunca tiveram guerra com os cristãos, e é por aqui a porta e o caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão, de que temos boas informações".

Acrescenta que os índios, ali, não comem carne humana e que só entram em guerra para defender-se.

História os primórdios de Piratininga, ainda em 1553, localizando-a geograficamente:

"E do mar dez léguas pouco mais ou menos, duas léguas de uma povoação de João Ramalho, que se chama Piratininga, onde Martim Afonso de Sousa primeiro povoou, ajuntamos todos os que Nosso Senhor quer trazer à sua Igreja e aqueles que sua palavra e evangelho engendra pela pregação. E estes de todo deixam seus costumes e se vão estremando dos outros, e muita esperança temos de serem verdadeiros filhos da Igreja; e vai-se fazendo uma formosa povoação, e os filhos destes são os que se adotrinam no colégio de S. Vicente."

Mas não esquece de acentuar a dificuldade que têm os jesuítas com a língua nativa, ao destacar que "na Bahia não se entende agora com o gentio por falta de línguas que não temos".

Além de Nóbrega, Manuel de Paiva e Antônio Rodrigues, quais teriam sido as testemunhas da decisão histórica de 29 de agosto de 1553, que marcaria o início da vida de uma cidade, o verdadeiro nascimento de Piratininga?

Imaginemos o panorama. O planalto cortado por córregos, dos quais se destacavam o Tietê ou Anhembi, o Tamanduateí e o Pinheiros.

Do alto, se podia divisar grande parte do território, apesar da mata e do acidentado do sítio.

Não tinham, ainda, os colonizadores, a menor idéia da extensão do território, mas tudo indica que a antevisão profética de Nóbrega alcançava os contrafortes dos Andes, espiando pela fresta das árvores e pelo incomensurável das campinas.

Não se pode atribuir a fixação da Vila de Piratininga a uma escolha simplista e casual, embora o próprio Nóbrega houvesse visitado o local outras vezes e Martim Afonso o fizesse de forma mais ou menos formal, como o fizera, também, em outras direções, tantos anos antes. (*)

Capistrano de Abreu nos seus *Caminhos antigos e Povoamento do Brasil*, ressalta que a situação geográfica de Piratininga impelia-a para o sertão, para os dois rios de cuja bacia se avizinha, o Tietê e o Paraíba do Sul, teatros prováveis das primeiras bandeiras que logo tornaram famoso o temido nome paulista.

Capistrano é preciso, nos seus *Ensaio e Estudos* (2ª série), sobre a decisão de Nóbrega de penetrar o sertão continental, quando ainda Anchieta apenas sonhava em vir integrar-se na extraordinária tarefa.

"Na sua ausência (de Anchieta) — afirma Capistrano — Nóbrega tinha transposto a serra de Paranapiacaba e escolhido o lugar para seus súditos se recolherem e trabalharem na conversão dos índios sem os inconvenientes da marinha. Deixando a borda da mata, com a Vila de Santo André, erigida pelo governador-geral, procurou os campos de Piratininga, já conhecidos de Martim Afonso. Atraía-o a proximidade do rio Tietê, caminho do Paraguai, sobre o qual fundara e algum tempo nutriu esperanças, levado de informações favoráveis, quanto à docilidade do gentio e facilidade de catequizá-lo".

Além das características de defesa natural contra os piratas que incursionavam as costas imensas do território, vale ressaltar a existência das muralhas naturais que separam o litoral do altiplano, e o clima ameno.

Aliás, bem perto, em Santo André da Borda do Campo, João Ramalho já fixara a primeira família.

Ali estavam os índios que, inclusive, auxiliariam os portugueses na defesa da Colônia contra os corsários.

É bem verdade que o índio era nômade por natureza, incapaz de fixar-se no trabalho da enxada e do plantio, escandalizando, porém, o europeu com o banho diário, refletido, ainda hoje, no brasileiro dos nossos dias, com o pente e o espelhinho no bolso...

Sua influência iria exercer-se predominantemente sobre os colonizadores no uso da rede, nos pés descalços, no óleo de coco para o cabelo, no mingau, etc.

Para os jesuítas que não ficaram escravizados ao litoral, sua contribuição foi maior: fora o seu guia, o seu canoieiro, o seu caçador.

A escolha de Nóbrega, fixando a Vila de Piratininga no Planalto, teve tanta significação para a História da formação das nossas cidades, que os bandeirantes ao construírem suas casas, escolhiam os altiplanos para que dali pudessem ter ampliado o ângulo visual e garantida de forma mais efetiva a segurança do sítio contra os invasores.

Não fora sem razão que Anchieta retratara Nóbrega dizendo que "a experiência tem mostrado ser ele movido com o espírito de Deus e puro zelo de seu serviço e salvação das almas".

A correspondência de Nóbrega para o Rei, não era o cumprimento de uma obrigação meramente formal, ou mesmo burocrática.

(*) "As relações dos índios daquele planalto com os portugueses não começaram nessa altura. Datam de muito antes. Está calculado aproximadamente o ano de 1512 como a época do desembarque de João Ramalho em São Vicente; e é sabido que desde então se estreitaram as relações dos portugueses com os índios do planalto piratiningano. Mais tarde, Martim Afonso de Sousa, depois de ter fundado a Vila de São Vicente, fez uma expedição ao sobredito planalto, escoltado por João Ramalho e seus aliados, e estabeleceu ali em outubro de 1532, uma segunda Vila. Se esta fundação tivesse tido seguimento, teria sido indiscutivelmente Martim Afonso de Sousa o fundador da cidade de São Paulo. A fundação, porém, de Martim Afonso de Sousa, teve existência efêmera. Os moradores da Vila de Piratininga, atraídos pelo mar, baixaram até ao litoral, permanecendo, entretanto, por aqueles lugares João Ramalho com a sua numerosa descendência e outros elementos mais intrépidos. Em 1550 o Pe. Leonardo Nunes conseguiu reunir muitos deles à volta de uma ermida que mandou construir. Esta ermida, dedicada a Santo André, foi a que o Governador Tomé de Sousa encontrou em fevereiro de 1553, quando elevou à categoria de Vila o agrupamento de colonos ali reunidos, e mandou fortificar o sítio, dando-lhe o nome de Vila de Santo André da Borda do Campo. Pôs então à frente dele o influente João Ramalho". (Paulo Durão, S. J., em *Nóbrega, fundador de São Paulo*, Edições Broléna, Lisboa, 1955).

Vale anotar, aqui, a confusão do jesuíta Paulo Durão. A vila que Martim Afonso de Sousa estabeleceu em outubro de 1532 foi a de Santo André. É a ermida em torno da qual o Padre Leonardo Nunes conseguiu reunir muitos índios e colonizadores. É a ermida de Santo André, em 1550, a mesma, ainda, que Tomé de Sousa mandou fortificar três anos depois.

Podia-se aquilatar sua importância através da observação de Anchieta, segundo a qual, a confiança que o Rei nele depositava era tal que "El Rei lhe escrevia mui familiarmente encomendando-lhe a conversão dos gentios e o mais tocante ao bom governo do Brasil e que o avisasse de tudo, e assim mais faziam por uma carta do Padre Nóbrega que por tantas outras informações e instrumentos".

Descrevia Nóbrega como ele era, na sua humildade para com o simples e ignorante, e na sua severidade para com os poderosos.

Dos próprios padres dissera Nóbrega coisas que somente se explicam pela dura realidade com que observava os fatos, segundo se constata da carta ao Padre Simão Rodrigues, escrita na Bahia, aos 15 de abril de 1549: "Cá, há clérigos, mas é a escória que de lá vem; *omnes querunt quae sua sunt*. Não se devia consentir em embarcar sacerdotes sem ser sua vida muito aprovada, porque esses destroem quanto se edifica".

Mais tarde, o Padre Torres censurou-o em carta por este modo de dizer as coisas. (Cf. Serafim Leite, CXLII, nota I, págs. 464, 465).

Os jesuítas que estavam sob suas ordens, no entanto, deveriam ser modelo de virtude e trabalho desinteressado.

Eram exatamente aqueles que Melo Moraes, na sua *Crônica Geral do Brasil*, à página 39, descrevera como "pobríssimos, inventavam para viver, ofícios mecânicos, e nas obras de descanso faziam rosários de pau, faziam alpercatas de cordas por não haver sapatos, que repartiam com os homens do povo e de que eles usavam nos caminhos ásperos; uns eram carpinteiros, outros torneiros, outros funileiros, em cujos ofícios ganhavam para o sustento da vida".

A maneira direta de narrar os fatos era uma das suas características.

Na carta de 9 de agosto de 1549, igualmente dirigida ao Padre Simão Rodrigues, e também datada da Bahia, Nóbrega cuidava do fato de que quase todos os brancos tinham "suas negras por mancebas", deixando-as quando queriam.

Não estranhava tanto que assim se amancebassem, mas que abandonassem as concubinas, sem atentar para as responsabilidades que haviam assumido.

Noutra oportunidade, escrevendo ao Padre Simão Rodrigues (Pernambuco, 11 de agosto de 1551), foi explícito e contundente: "os clérigos desta terra têm mais ofício de demônios que de clérigos: porque além de seu mau exemplo e costumes, querem contrariar a doutrina de Cristo, e dizem publicamente aos homens que lhes é lícito estar em pecado com suas negras, pois que são suas escravas", aduzindo: "de maneira que nenhum demônio temos aqui que nos persiga senão estes".

E aproveita a oportunidade para transmitir a desculpa corrente entre os brancos, de que não tinham mulheres para casar, embora admitisse que "cassariam se achassem com quem".

Não ocultava, sequer, o caso de um Ouvidor da Capitania que tinha tomado a mulher a um pobre, denunciado de público por Nóbrega que o comparara a Herodes, o que valeu ao jesuíta, entre outras ameaças, também a de morte.

É o próprio Anchieta quem atribui a Nóbrega a declaração: "Eu, se houver de ser mártir, há de ser à mão de nossos portugueses cristãos e não dos brasis", designação esta com a qual os jesuítas identificavam os índios.

Mas, a visão que se abria ao dom profético de Nóbrega não era, apenas, a visão geográfica mais próxima ou a segurança contra os piratas que pontilhavam a área costeira, para justificar a escolha dos campos de Piratininga para a fundação da cidade que seria o marco para a penetração do oeste.

Alcançava o jesuíta a importância histórica da futura cidade, localizada como o coração a pulsar no esforço conjunto, alimentando de sangue novo e forte os mais distantes rincões do território, dadas as condições de polarizar as atividades e difundir o progresso nas variadas direções.

Ali estava, também, o sonho profético de Nóbrega de preparar o centro econômico, o centro de produção, o centro cultural, papel que São Paulo iria desempenhar na vida da Nação que se formava.

Mas, diante da grandeza da paisagem, o homem não era menor que a natureza, porque com ela se identificava nos propósitos e nos sonhos.

Além deles, estava presente o índio, simbolizando a formação cosmopolita de Piratininga e sua vocação liberal: Tibiriçá.

E além deste, um mameluco: André, filho de João Ramalho, paulista de nascimento.

João Ramalho era a figura mais importante do planalto, ou melhor, de toda a região que tinha sua base inicial em Santo André — que estava localizada à borda do campo, do sertão, mas, através da qual se mantinha contato com as aldeias de índios de Pinheiros, de São Miguel, etc.

Na carta que dirigiu ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, citada por Paulo Durão, S.J. (Lisboa, 1955, *Nóbrega, fundador de São Paulo*), que a de-

clara inédita até 1934. Nóbrega informava que João Ramalho era o mais antigo habitante branco na terra e que já tinha muitos filhos e parentes em todo o sertão.

E foi exatamente o filho mais velho de João Ramalho que acompanhou Nóbrega pelo sertão, e segundo este, "por mais autorizar o nosso ministério".

Revelava a carta o conhecimento e a veneração em que João Ramalho era tido entre os gentios, informando que tinha ele filhas "casadas com os principais homens da Capitania", e que todas eram filhas da mesma índia, por sua vez, filha do chefe Tibiriçá.

Por isso mesmo, confiava muito em que João Ramalho e seus filhos pudessem ser de incalculável utilidade para a conversão dos gentios.

E, além de tudo — ainda é Nóbrega quem o afirma — João Ramalho era parente do Padre Paiva e esse parentesco havia sido já confirmado por ambos.

Fazia 40 anos que João Ramalho estava em nossas terras. Em Portugal, deixara mulher, a qual, segundo informações que lhe chegaram, havia já falecido, e, agora, pensava em casar-se com Bartira — sua companheira índia — e, para tanto, não se cansou de enviar pedidos de informações, cujas respostas, no entanto, não chegavam.

Nóbrega raciocina em torno da importância de ter consigo, integrado na tarefa, João Ramalho e com esse objetivo escreve, ponderando a necessidade de que essas informações sejam enviadas, encarecendo, ademais, sua urgência, e sublinhando sua significação com aquela advertência de que "é coisa de tanta importância!"

João Ramalho, porém, já pensara, inclusive, nas despesas visando regularizar a primeira família paulista, mas o próprio Nóbrega transmitira o compromisso ao Padre Luís Gonçalves da Câmara de que "se isto custar alguma coisa ele o enviará de cá em açúcar"...

São Paulo produzia açúcar e João Ramalho poderia permutar a certidão de óbito da esposa ou a informação de Portugal pelo produto paulista.

Já as relações com João Ramalho, nessa altura, estavam melhores, pois que o Irmão Pêro Correa, escrevendo ao Padre Belchior Nunes Barreto, de São Vicente, aos 20 de junho de 1551, e referindo-se a uma índia Isabel Dias que seria Bartira, bem como ao próprio João Ramalho, acentuara: "E uma destas se achou umas dez léguas daqui, onde quiseram tratar mal ao nosso Padre e o ameaçaram com um pau, e o ameaçador foi um homem que há quarenta anos que está nesta terra, e tem já bisnetos e sempre viveu em pecado mortal, e ainda excomungado, e o Padre não quis dizer missa com ele, e daqui veio, depois da missa acabada, e querê-lo maltratar, porque ele é poderoso, mas a índia ali pregou muito rijo e com mui grande fê, oferecendo-se a padecer de companhia com o Padre se cumprisse".

Admirável observar como quis a Providência que o Brasil nascesse em raízes humildes e ternas, colocando dentro do colossal laboratório, o índio ignorante, o degredado e desterrado, o missionário desprendido e, depois, os escravos de cor, as mulheres de vida duvidosa, e, finalmente, os desajustados sociais, religiosos ou políticos de toda a sorte que aqui encontraram de braços abertos a natureza exuberante e o homem sem preconceitos.

Instalada a Vila de Piratininga, para fixar-lhe a decisão, Nóbrega deixara ali, a partir de 29 de agosto de 1553, dois Irmãos que Serafim Leite aponta como sendo, provavelmente, Manuel de Paiva e Antônio Rodrigues que o acompanharam ao sítio.

Mas, a 10 de março do mesmo ano, já havia descrito em carta, o local, carta essa redigida por um dos meninos que o acompanharam a São Vicente.

Nesse documento, citado por Paulo Durão, S.J., (conferência pronunciada no Porto e editada em Lisboa, em 1955), lê-se: "O Padre Nóbrega determinou ir pela terra dentro entre os gentios e levar alguns irmãos para os ensinar e ajudar a conhecer ao seu Criador, do qual andam tão longe, e com a ajuda do Senhor, fazer entre eles uma cidade".

Está certo Paulo Durão ao fixar, aí, a preocupação de Nóbrega em fundar uma cidade em Piratininga, mesmo porque Santo André já existia, evidentemente elevada à condição de agrupamento organizado, nessa época.

Piratininga, ou melhor, os Campos de Piratininga, se localizavam no planalto, até encostar na várzea do Tietê, pois, a partir do rio, na direção do bairro hoje conhecido como Santana, estava o "além Piratininga".

E, a 15 de junho daquele mesmo ano de 1553, em carta de S. Vicente, escrevia Nóbrega ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, que se encontrava em Lisboa: "No Campo, daqui há doze léguas se querem juntar três povoações em uma para melhor aprender a doutrina cristã, e mostram grande fervor e desejo de aprender e de os ensinar. Com eles gastaremos o tempo até vir o Irmão Hermano Correa, da Bahia para entrarmos".

Aliás, já na carta que do "Sertão de S. Vicente", começou a escrever no dia 30 de agosto, terminando no dia 31, Nóbrega informava o Padre Luís Gonçalves da Câmara: "Ontem, que foi festa da degola de São João, vindo a

estar em uma aldeia onde se ajuntam novamente e apartam os que se convertem, onde coloquei dois Irmãos para catequese deles, fiz solenemente uns 50 catecúmenos dos quais tenho uma boa esperança que serão bons cristãos e que merecerão o batismo".

Os jesuítas que Nóbrega esperava, somente chegariam a São Vicente na véspera de Natal daquele ano de 1553, além do Irmão Correa que ele igualmente aguardava e que se encontrava, então, na Bahia.

Mas, as duas embarcações que traziam para o sul Anchieta e seus companheiros tiveram uma surpresa em Abrolhos.

Esse local é cheio de recifes e bancos de areias.

A embarcação em que viajava Anchieta perdeu o leme e encalhou no banco de areia, enchendo-se de água.

Após inúmeros sobressaltos e enorme esforço, conseguiram levar o barco até a praia onde ficou em reparos durante 8 dias, findos os quais seguiram para Caravelas, onde o Padre Nunes já não os contava com vida.

Durante os 8 dias que ali permaneceram, os primeiros foram de grandes dificuldades, passando, inclusive fome, porque não encontravam facilmente o que comer.

Os meninos que acompanhavam os jesuítas (mais uma leva de pequenos órfãos como os que haviam chegado aqui nas viagens anteriores), já não pareciam os vadios recrutados no Mercado do Peixe, em Lisboa.

Começaram a cantar para os índios e estes, encantados com a música, trouxeram pressurosos, os alimentos para trocá-los pelas melodias européas...

Ainda descendo na direção de São Vicente, a nau em que viajava Anchieta aportou no Espírito Santo, onde desceu Braz Lourenço, e onde embarcou Afonso Braz, o qual, já no começo do ano seguinte, estaria com Anchieta em Piratininga.

Eram treze ao todo e Nóbrega os coloca sob as ordens do Padre Manuel de Paiva, o Superior do Colégio, confiando-lhe a árdua tarefa em Piratininga, onde o Colégio viria a ser instalado a 25 de janeiro do ano seguinte, 1554, com a celebração da missa, data que ficou posteriormente consagrada como a da fundação da cidade.

Tão absoluta era a previsão de que Piratininga seria o centro da difusão continental e o foco de toda a luz que irradiaria para os sertões, o primeiro caminho, o marco inicial das bandeiras, que, ao findar o ano de 1554, a Companhia de Jesus que possuía no Brasil 26 membros, tinha com a extraordinária previsão de Nóbrega, nada menos que 13 em Piratininga, e 5 em S. Vicente, enquanto os demais se distribuíam em 4 para a Bahia, 2 para Porto Seguro e 2 para o Espírito Santo!!!

Melhor do que qualquer especulação histórica, esse simples levantamento serve para comprovar que a escolha dos Campos de Piratininga não havia sido consequência de uma penetração comum e habitual, mas o resultado de uma convicção maduramente alimentada através dos anos.

O celebrante da missa foi Manuel de Paiva, paramentado, tendo como assistentes os jesuítas, os catecúmenos, os índios curiosos e os portugueses já localizados em Piratininga e Santo André.

A missa foi celebrada junto ao "altarzinho, à porta de esteiras de canas da pequena casinha de palha", que se erigia em Igreja, à presença do Irmão-coadjutor Mateus Nogueira, de Afonso Braz, Vicente Rodrigues, Diogo Jácome, Pêro Correa, Manuel de Chaves, Leonardo do Vale, Gaspar Lourenço, Gonçalo de Oliveira, Fabiano de Lucena, Simeão Gonçalves Cipriano, José de Anchieta, Gregório Serrão e, provavelmente, de Antônio Rodrigues que fora o mestre-escola dos corumins de Piratininga, desde agosto do ano anterior.

Coube ao noviço Anchieta, magro, pálido, e um tanto coreunda, lavrar a primeira ata do memorável acontecimento, através da carta escrita em latim e dirigida ao Superior-Geral da Companhia de Jesus em Roma.

A carta foi dirigida ao Padre Inácio de Loiola, "por comissão do Pe. Manuel da Nóbrega", e está datada de julho de 1554.

De início, dá conta do trabalho assistencial dos meninos órfãos e esclarece a sua importância na adaptação à língua local e às facilidades conseqüentes para a conversão dos adultos.

Tínhamos, então, a chamada "língua geral" que era, predominantemente, o tupi, falado especialmente na costa.

As línguas faladas pelos índios do interior, do sertão, eram chamadas "línguas travadas", porque complicadíssimas, em contraste com o tupi que era muito simples.

O choque que então se travou entre a língua portuguesa e a chamada "língua geral", possibilitou aos jesuítas e, mais particularmente, a Anchieta, compreender que o melhor caminho para a identificação com o indígena seria adotar a "língua geral", fazendo-a conhecida no interior entre as demais tribos.

O intercâmbio se tornaria mais fácil e a catequese poderia ser promovida sem maior dificuldade.

Não seria possível catequizar o gentio falando-lhe língua estranha, como o espanhol, o português ou o latim...

Essa adaptação se fez de forma tão intensa e hábil que os filhos dos portugueses nascidos aqui, facilmente aprendiam a "língua geral", e, muitas vezes, para conversar com eles, os próprios pais necessitavam de intérprete.

Se a música enebriava o índio, era preciso tornar-se músico para combiná-la com o ensino da Cartilha e da Moral Cristã, soletrando ao som dos cânticos simples à maneira deles, copiados deles, para suavizar a aridez das lições e o desencanto da taboada.

É bem verdade que os índios facilmente aprendiam o português e o falavam com muita graça, mas os jesuítas não se interessavam apenas em converter os corumins, porém, usá-los para a conversão dos adultos, que somente poderia ser alcançada através do tupi, e dos suaves enleios da música que os fascinava.

Não foi por outra razão que Anchieta dedicou à "língua geral" a sua *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, copiada aqui várias vezes a mão, e editada em Coimbra em 1595, sistematizando através dela o tesouro linguístico do tupi.

A preocupação de Nóbrega revelada ao Rei em carta que lhe dirigira, mencionando a dificuldade de entendimento com os índios, estava desanuviada com a tarefa que tão bem desenvolvia Anchieta, articulando os fonemas novos e estabelecendo comparações provisórias entre os vocábulos tupis e as mesmas palavras em português, espanhol e latim.

Mas, essa divulgação da "língua geral" feita pelos jesuítas não agradava aos portugueses que preferiam ver o tupi absorvido rapidamente pela sua língua.

Nos *Anais da Biblioteca e Arquivo do Pará*, volume 8, página 39, vamos encontrar o curioso depoimento de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, chamando de "invenção diabólica" a língua geral, e citando, entre outros casos, o seguinte ocorrido entre dois homens de cor: "o segundo foi o de ver debaixo da minha janela dois negros dos que proximamente se estão introduzindo da Costa da África falando desembaraçadamente a sobredita língua e não compreendendo nada da Portuguesa".

A penetração, acendendo focos de luz do Evangelho pelos sertões, se verificara precisamente na época em que predominava a língua tupi, ou "língua geral" que, por isso mesmo, era a língua popular, a cujos encantos não resistia a língua portuguesa que não tinha, segundo Plínio Ayrosa, sequer a leveza da nasalização mal revelada.

O colonizador, praticamente, dominava o nativo, porém era obrigado a estudar e a falar a sua língua e a curvar-se aos encantos dos mamelucos que iniciavam uma nova fase de estrutura social e étnica da colônia.

Observava Teodoro Sampaio que "as levas que partiam do litoral a fazerem descobrimentos falavam, no geral, o tupi; pelo tupi designavam as novas descobertas, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias espalhadas nos sertões, falando também o tupi e encarregando-se naturalmente de difundir-lo".

Nos colégios dos jesuítas, ao lado do latim e do português, aprendia-se o tupi e por este último ficavam designados pássaros, rios, montanhas, objetos de uso pessoal, doméstico, etc.

Nas igrejas, os sermões não eram em latim ou português, mas em tupi, conforme também destacava Teodoro Sampaio, ao informar que "falavam os padres a língua dos aborígenes, escreviam-lhe a gramática e o vocabulário, e ensinavam e pregavam nesse idioma".

O material para organizar a gramática e preparar as lições de tupi, os jesuítas o obtiveram com os corumins, cuja contribuição se solidificou, permitindo uniformizar informações e critérios com a aproximação de tribos inimigas ou distantes umas das outras e trazendo-as, assim, até ao fácil contato com o colonizador português.

Talvez houvesse inspirado Castro Alves, aquela extraordinária dedicação de Anchieta, passando noites a fio a copiar as cartilhas para os corumins, — matéria plástica que iria amoldar — quando escreveu seus memoráveis versos:

"Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros a mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro-caindo na alma
É germe — que faz à palma,
É chuva — que faz o mar."

Quirício Caxa, que recebera do Provincial Pêro Rodrigues a incumbência de escrever a biografia de Anchieta, pois com ele convivera, tendo sido vice-reitor do Colégio da Bahia, conta o sacrifício do seu biografado, em Pi-

ratininga, preparando as páginas do "ABC": "Não havia arte nem livros por onde os estudantes aprendessem, pelo que lhe era necessário para suprir a falta de livros. E como todo o dia tinha bem ocupado, era forçado cortar pelo sono. E assim, ordinariamente, não dormia senão 3 ou 4 horas e às vezes menos, e algumas noites, e não poucas, lhe aconteceu passá-las em claro, escrevendo até pela manhã".

Não fosse o corumim a transmitir ao jesuíta esse material da língua nativa, a comunicação entre o colonizador e o índio teria sido trabalho de difícil sucesso.

Pode-se, mesmo, atribuir a essa visão esplêndida do jesuíta, especialmente de Anchieta, o primeiro fio indispensável à manutenção da unidade geográfica, política, jurídica e espiritual do território, porque a ponte de ligação foi exatamente a língua tupi.

Aliás, em recente exposição feita em São Paulo, o Prof. Benjamin M. Shieber, da Universidade do Estado de Louisiana, Baton Rouge, destacou que enquanto no Brasil todo o Direito é uno e nacional, nos Estados Unidos cada Estado tem o seu Direito Privado.

Plínio Ayrosa em trabalho sobre *O Português e o Tupi*, refere a impertinência de alguns filólogos pelo fato do enorme contingente vocabular que o tupi levou à "bela flor do Lácio" e aos "tupismos" que pupulam em nossa língua.

Destaca, mesmo, aquele estudioso devotado da língua tupi, que não só ao português, mas também ao inglês "juntaram-se numerosíssimos termos da língua brasileira", e acrescenta: "uma rápida consulta ao Webster e ao United States Dispensary, de Woodlawn, para não citarmos obras especializadas em ofícios, aves, peixes, insetos e crustáceos ou plantas em geral, provará que os dicionaristas anglos, ao contrário dos organizadores dos léxicos portugueses — calvários da língua, na frase de Carolina Michaelis — souberam dar o devido valor aos neologismos ameríndios, registrando-os em larga escala".

Argumentou, mesmo, que o contato da língua portuguesa com o tupi lhe foi tão proveitoso que lhe fez perder a sisudez de idioma acadêmico, ganhando fluidez e tonalidades novas com a insolação que a "língua geral" lhe proporcionou.

Em outro trabalho em que vê Anchieta face ao tupi-guarani, o mesmo pesquisador adverte sobre as injustas acusações contra os jesuítas, particularmente contra Anchieta, de deformações da língua indígena, por tê-la tentado ordenar em preceitos e regras gramaticais latinas.

O próprio Anchieta descrevera a língua dos indígenas como "delicada, copiosa e elegante", sendo que os verbos tinham suas conjugações e tempos.

Não via Anchieta caminho mais fácil e eficiente de penetrar a comunidade nativa que através dessa adaptação e do melhor conhecimento de sua língua.

Assim, as acusações lançadas contra os jesuítas e, particularmente, contra Anchieta tinham razões de ordem sectária e de ordem filológica, incluindo-se na primeira, a preocupação dos portugueses de que sua língua perdesse o predomínio na colônia, humildemente absorvida pela "língua geral".

Analisou Castro Nery, em trabalho sobre as acusações aos jesuítas em matéria literária, as observações de Silvestre Ribeiro, Mota Veiga, Rabelo da Silva, Teófilo Braga, Mendes dos Remédios, Agostinho Fortes, Sílvia Romero e José Veríssimo.

Se três eram essas acusações, quanto ao desprezo da língua materna, quanto à introdução de vícios de estilo e quanto à produção de uma literatura sem valor, elas puderam ser facilmente rebatidas pela análise do autor da *Evolução do Pensamento Antigo*.

As proibições de uso da língua materna não eram apenas comuns aos povos católicos, como também aos protestantes, da época, quando o espanhol e o português não eram mais que línguas do povo, ou "língua vulgar", sendo seu uso algumas vezes até proibido.

O latim era língua viva, tão em uso que se dispensava a tradução para o português de obras como o *Thesaurus Pauperum*; quando, inclusive, criados de quarto, como o do humanista flamengo Clenardo, só falavam latim!

Júlio Dantas enumera vários desses exemplos, entre os quais, o de Hortência, filósofa que defendia teses na Real Universidade de Évora, em latim, ou a rainha Joana que em latim dava audiências...

A acusação do estilo rebuscado dos jesuítas, por sua vez, não encontra fundamentação lógica, mesmo porque a literatura de ficção, entre eles, afeitos especialmente ao gênero epistolar e ao teatro, não se desenvolveu, pelo menos em terras do Brasil.

Se bem que souberam adaptar-se ao meio, indo procurar na língua do indígena a formação de comunicação mais rápida e inteligente, foram eles, no entanto, os que melhor defenderam a língua portuguesa da invasão cultural que acompanhara conquistadores de outras origens e que aqui enfrentaram, antes de tudo, os próprios jesuítas.

Voltemos, porém, à carta que Anchieta dirigiu ao Pe. Inácio de Loiola. Nela, lembra Anchieta a necessidade de que venham mais alguns irmãos para o trabalho de Piratininga, podendo vir mesmo os doentes que aqui "sariariam com os trabalhos e a bondade da terra, como temos experimentado nos enfermos que de lá vieram".

Dirigindo-se a Aspicuelta Navarro (*) aos 10 de agosto de 1549, e escrevendo ainda da Bahia, Nóbrega lembrava que a terra "é mui sã e de bons ares, de tal maneira que com ser a gente muita e ter muito trabalho, e haver mudado os mantimentos com que se criaram, adoecem mui poucos e esses que adoecem logo são sãos". E acrescentava que a terra é "mui fresca, de inverno temperado, e o calor do verão não se sente muito", não lhe escapando, sequer, a observação de que as frutas muito variadas não têm inveja das de Portugal.

Não se contentando, apenas, em sugerir ao Superior-Geral a vinda de novos jesuítas, dirige-se Anchieta, diretamente, aos seus Irmãos de Companhia que residem no Colégio de Coimbra. Lamenta que só de ano a ano parta um navio, e se refere à carta precedente, de junho de 1554, que lhes dirigira, mas da qual não temos notícia, a não ser a informação de Serafim Leite, de que se extraviou. Aproveita a oportunidade para animá-los a vir ao trabalho missionário, "para colher algum fruto do muito que por falta de obreiros se perde nestas imensas terras da gentildade, que estão mui secas por falta de água saudável da palavras de Deus".

Era o que, em outras palavras, dissera o Irmão Pêro Correa ao Padre Belchior Nunes Barreto, na Carta que lhe enviou de São Vicente, data de 20 de junho de 1551: "Ora, pois, caríssimo Padre, em tamanha vinha, há aí que cavar, mas faltam os cavadores".

E prossegue Anchieta esclarecendo que está "nesta Aldeia de Piratininga onde temos uma grande escola de meninos, filhos de índios ensinados já a ler e a escrever, e os aborrecem muito os costumes de seus pais, e alguns sabem ajudar a cantar a missa".

"Estas são — diz Anchieta — nossa alegria e consolação, porque seus pais não muito dóceis, posto que sejam muito diferentes dos das outras Aldeias, porque já não matam nem comem inimigos, nem bebem como antes."

A 10 de agosto de 1554, foram distribuídas a Aldeia de Piratininga, algumas roupas feitas com o pano enviado pelo Rei como esmola, fato que muito alegrou os índios, segundo o jesuíta, que ali não tinha para si nada mais que os seus discípulos quanto a qualquer tipo de comodidade e conforto.

A intuição de Nóbrega quanto à necessidade de fazer de Piratininga a base para a penetração do sertão continental, não era, apenas, uma preocupação daquele jesuíta. E o nascimento de Piratininga não poderia ser entendido como a simples ereção de um colégio e uma igreja.

Sua persistência nas tarefas a que se propunha era inigualável.

Através da carta do Padre Antônio de Quadros ao Padre João de Polanco, datada de 17 de março de 1554, encontramos a seguinte informação que se diz colhida com Tomé de Sousa. Nóbrega fora tantas vezes tentar converter um degredado português, de nome Barbosa, que este já não suportava a insistência do jesuíta. Até que, certa feita, voltando tarde para casa e ainda pretendendo comer, encontrou Nóbrega firme no seu propósito de convertê-lo.

Irado, Barbosa lhe disse: "Farleis melhor de me ir limpar o vaso que está sujo e trazer-me água, que não tenho, que falar disso".

Dentro em pouco, voltava Nóbrega com a água e o vaso limpo, encontrando Barbosa em choro, confundido com o seu gesto de humildade.

A persistência de Nóbrega vencera sua resistência, porém mais que sua persistência, sua exemplificação de humildade.

Barbosa acabou ingressando como irmão para a Companhia para auxiliar os trabalhos com os meninos-índios e para transportar, com auxílio de uma montaria, tudo de quanto se necessitasse no colégio e na igreja.

Anchieta, conscientemente, acompanhava o plano de Nóbrega de transformar o planalto no centro de penetração do Oeste, e a persistência de um, aliada à ajuda convicta de outro, haveria de transformar Piratininga na base dessa penetração, abrindo e articulando estradas e caminhos em sentido contrário ao litoral.

Eduardo Prado bem fixou essa penetração, lembrando que "do Brasil", primeiro teatro dos seus trabalhos, partiram os primeiros jesuítas, subiram o Prata e foram civilizar o Paraguai; esses jesuítas, espanhóis, italianos, irlandeses e portugueses, haviam já praticado no Brasil, na escola de Nóbrega e Anchieta, e para o Paraguai levaram o seu sublime espírito".

E o próprio Eduardo Prado sublinha que estes jesuítas "foram mandados por Anchieta, em 1587, quando exercia o cargo de Provincial".

Completava Anchieta a obra de Nóbrega sem discrepância, numa tarefa homogênea que não sofrera solução de continuidade na substituição da chefia provincial.

Mas, o principal objetivo da fixação de Piratininga está revelado de forma clara, num trecho da carta de 1º de setembro de 1554, dirigida também por Anchieta ao Padre Inácio de Loiola, ao observar: "... e especialmente porque se abriu por aqui a entrada para inúmeras nações, sujeitas ao jugo da razão".

Foram eles os responsáveis pelas grandes vias de penetração, conscientemente, sabendo o que faziam e o que planejavam, e conhecendo a fascinação que exerceriam as miragens de riquezas fabulosas sobre os colonizadores.

E por que não dizer que eles incentivaram, até certo ponto, a ambição dos colonizadores na exploração dessas riquezas, como recurso hábil para desenvolver a política de interiorização em demanda do Oeste?

Como estariam, então, os jesuítas em Piratininga?

Baseemo-nos nos informes de Anchieta a Loiola.

Eram oito os da Companhia, na Vila, a pleitear da Providência lhes permitisse chegar até às outras nações aborígenes para convencê-las pela palavra.

Os índios, espontaneamente, levavam os filhos ao Colégio de Piratininga, onde se encontravam então matriculados 130 para o catecismo e 36 para o batismo.

A frequência das mulheres, no entanto, era maior, e grande, também, o seu concurso.

Mas, freqüentes também eram alguns portugueses, aos quais se estendia a influência educadora, corrigindo-lhes vícios e mazelas...

Há, porém, uma observação que não pode escapar ao analista desse período da história de Piratininga.

O batismo não era realizado enquanto o índio não estava cataquizado, tanto que "o batismo não lhes deve ser concedido senão depois de longa prova".

Narra Anchieta a conversão de um índio que "costumava repetir-nos a cada passo que muitas vezes era chamado do céu e incitado a vir ter conosco por um filho seu inocente, falecido depois do batismo, e que não duvidava ter sido trazido aqui pelo filho".

As condições de vida eram, no entanto, em setembro de 1554, as mesmas do início do ano.

Na casa humilde, feita de barro e paus, e coberta de palha, de 14 passos de comprimento e 10 de largura, às vezes se alojavam vinte pessoas, isto é, os jesuítas e alguns nativos que os acompanhavam.

A "casa pobrezinha" de que fala Anchieta era, "ao mesmo tempo, escola, enfermaria, dormitório, refeitório, cozinha e dispensa".

Não tinham, porém, saudade das "casas amplas que os nossos habitam noutras partes".

A casa fora feita pelos índios, com o auxílio de Tibiriçá que pessoalmente ajudou a construí-la, mas se preparavam os jesuítas para construir outra maior, "de que nós seremos operários com o suor do nosso rosto e o auxílio dos índios".

As acomodações eram tão precárias que muitas vezes Anchieta ministrava as lições de gramática ao ar livre e, mesmo quando o frio apertava, era preferível sofrer fora o frio do que o fumo dentro.

Menos severo que Nóbrega, no entanto, Anchieta nem sempre era tão liberal quanto ele.

Não se encontra de Anchieta sobre o fumo senão a crítica e a preocupação em combatê-lo.

Já Nóbrega o admite por necessidade, justificando-o, segundo se verifica da carta que em 1550 dirigiu ao Padre Simão Rodrigues: "todas as comidas são difíceis de desgastar, mas Deus remediou isso com uma erva cujo fumo muito ajuda a digestão e a outros males corporais e a purgar a fleugma do estômago. Nenhum dos nossos irmãos a usa, e nem assim os outros cristãos por não se conformarem com os infiéis que muito a apreciam".

E anota com certo desafio: "Teria dela precisão por causa da umidade e do meu catarro, mas abstenho-me"...

Era Anchieta extremamente modesto e simples.

Não apenas se vestia pobremente, quase em andrajos, como também era tormento para ele ter que vestir, alguma vez, uma "roupeta" nova.

E a informação é de um seu contemporâneo que foi Vice-Reitor do Colégio da Bahia: Quirício Caxa.

E o mesmo informante quem aduz, ainda, que ao tempo em que Anchieta era Provincial, o mais incômodo para ele era o louvor, embora tivesse "tantas cousas de que com razão pudera ser louvado", e já denunciava os ba-

(*) O Padre Aspicuelta Navarro, primo de Anchieta, era de origem biscaína e antes de meio ano de Brasil, já se entendia com os índios em tupi, sendo o primeiro intérprete da "língua geral", precedendo Anchieta nesse intercâmbio linguístico (Carta de Nóbrega, de 10 de agosto de 1549). Aliás, já se chamou a atenção para a singular identidade existente entre o vocabulário indígena tupi e o dialeto biscaíno.

juladores da época, informando que com ele nunca tiveram "entrada os que por essa via pretendem valia com os superiores".

Que imensa alegria, no entanto, envolvia aquele ambiente de Piratininga, revivendo os momentos evangélicos e os dias simples da infância do Cristianismo; convencendo-os a todos da responsabilidade que os comprometia na conquista do território para a civilização cristã e do índio para a seara do Mestre.

Anchieta não esconde essa alegria, quando diz, referindo-se aos meninos que frequentavam a escola: "quem não se comoverá vendo-os expostos ao vento e ao frio, aquecendo-se ao calor dum tição aceso, e aplicar-se à lição numa pobríssima e velhíssima (*) e no entanto, feliz cabana?".

O alimento básico era a farinha de mandioca, ou "farinha de pau" que substituiu o trigo. A seguir, vinha a carne de animais como macacos, pardais, peixes, além de favas, abóboras, palmitos e outros legumes.

A bebida era uma espécie de água cozida com milho ao qual se misturava mel, quando havia.

A alimentação era, no entanto, sadia, de tal sorte que um irmão — mencionado por Anchieta — que viera doente de Portugal e que vivia numa aldeia há cerca de 90 milhas, tinha como alimento diário uma galinha que ia buscar em lugares distantes e a preços altos, porém, sem nenhum resultado.

Bastou que viesse para Piratininga alimentar-se de farinha de pau e das "comidas pobríssimas da terra", para curar-se.

Preparavam-se os bandeirantes do amanhã, os audaciosos conquistadores do sertão, sob a inspiração dos jesuítas que iniciavam a penetração do oeste, em longas caminhadas como a do Irmão Antônio Rodrigues que na carta de 31 de maio de 1553 narra sua aventura, confirmada por Anchieta ainda no documento enviado a Loiola em setembro de 1554: "A estes seguem-se inumeráveis outras gentes a ocidente, pelo interior até a Província do Peru, quase todas as quais percorreu um irmão nosso".

A penetração dos sertões pelos jesuítas era de tal ordem que o próprio Rei resolveu dirigir, através da Carta Régia de 23 de julho de 1554, a Duarte da Costa, a seguinte advertência, reproduzida no volume XLVIII, de 1929, da

A penetração dos sertões pelos jesuítas era de tal ordem que o próprio Rei resolveu dirigir, através da Carta Régia de 23 de julho de 1554, a Duarte da Costa, a seguinte advertência, reproduzida no volume XLVIII, de 1929, da *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, e originalmente constante do Registro do Conselho Ultramarino, Livro I, folhas 191:

"Dom Duarte da Costa, eu el rei vos envio muito saudar, eu são informado que os padres da companhia de jesu que residem nessas partes entrão pela terra a dentro sem vossa licença nem companhia alguã/ e posto que o fação com bom zelo, pela informação que deste caso tenho, ey por bem que elles não entrem pela terra sem vossa licença, a quoall lhes vos dareis quando tiverdes tall informação da terra pera os que quizerem ir por ella vos pareça que não correrão risco elles nem as pessoas que com elles forem e que podem faser fruyto, fERNÃO CalEma e o fez em lisboa a 23 de julho de 554." (Reg. ant. fls. 182)."

Não era sem razão que Saint-Hilaire, nas suas *Viagens nas Províncias de São Paulo e Santa Catarina*, afirmava que quando alguém lê os pormenores das jornadas intermináveis dos antigos paulistas, sente-se como que tomado de estupefação e inclinado a crer que estes homens pertenciam a uma raça de gigantes.

Alcançar o planalto, porém, não era tarefa simples.

A caminhada da serra brupta, apesar de tudo, não desanimara mesmo os irmãos mais fracos e doentes como Anchieta, Serrão e João Gonçalves.

A trilha mal se adivinha, coberta pela mata cerrada e pela neblina comum do alto da serra.

Lá em baixo, o abismo, e Anchieta observa o "caminho mui áspero e, segundo creio, o pior que há no mundo de atoladeiros, subidas e morte".

A trilha não era exatamente a mesmo dos índios.

Quando a esquadra de Martim Afonso foi vista, índios da tribo dos Tupiniquins que habitavam o litoral, comunicaram o fato a Tibiriçá, chefe da tribo dos Guaianases que habitava os Campos de Piratininga e em companhia do qual vivia João Ramalho.

Três dias depois, João Ramalho, tendo à frente 300 índios, apresentava-se a Martim Afonso.

A rapidez do aviso e a chegada de João Ramalho à praia dentro de três dias, com a perigosa travessia da cordilheira marítima, comprova a existência

de um caminho aberto pelos índios, bem como as relações que mantinham as tribos do planalto e da costa.

As comunicações se faziam entre tribos de regiões as mais diversas, permitindo expedições como as de Álvaro Nunes Cabeça de Vacca que de Santa Catarina seguiu para o Paraguai em 1540, e do aventureiro Ulderico Schmiedel que fez o percurso de Assunção a São Vicente.

Mas, se não era o mesmo o caminho, as dificuldades do percurso não seriam menores.

O Padre Simão de Vasconcelos descrevendo o trecho entre o litoral e o planalto lembrou que "o mais do espaço não é caminhar, é trepar de pés e mãos, aferrados às raízes das árvores, e por entre quebradas tais e tais despeñhadeiros, que confesso de mim, que a primeira vez que passei por aqui, me tremeram as carnes, olhando para baixo".

E descreve o historiador a profundidade espantosa dos vales; a diversidade dos montes uns sobre os outros, parecendo tirar a esperança de chegar ao fim e, quando se pensa que chegou ao cimo de um dos morros, vê-se que se está ao pé de outro não menor.

O Padre Simão de Vasconcelos descrevendo o trecho entre o litoral e o planalto lembrou que "o mais do espaço não é caminhar, e

A compensação, no entanto, lhes interrompia o sacrifício da viagem, quando do alto de um dos morros, lançando os olhos para baixo, parecia olhar do céu o globo terrestre, e com tal beleza que lhe concedia a variedade de vistas, do mar, da terra, dos campos, dos bosques e serranias.

Adolfo Augusto Pinto, em sua *História da Viação Pública de S. Paulo*, publicada de início do século, admite que a trilha usada por João Ramalho não fora a mesma utilizada pelos jesuítas para subir o planalto, embora admita que parte do caminho dos padres tenha aproveitado velha trilha dos silvícolas.

"Compreendendo o Governador — afirma Adolfo Augusto Pinto — que convinha abrir outro caminho, a fim de facilitar a comunicação da beira-mar com o campo e melhor garantir o trânsito dos viandantes, expostos a ciladas dos selvagens, mandou traçar nova estrada por lugares mais seguros, encarregando dessa tarefa o Padre José de Anchieta, que de bom grado a desempenhou, lançando o novo caminho por um trilho feito também pelos índios e dele conhecido, o qual por isso veio a chamar-se caminho do Padre José".

Essa, no dizer do autor da *História da Viação Pública de S. Paulo*, a primeira estrada regular que o homem civilizado abriu na Capitania de São Vicente.

E foi essa via a origem da estrada asfaltada dos nossos dias, ligando Santos e a nossa Capital, e muito justamente cognominada de "Via Anchieta".

Ainda de Adolfo Augusto Pinto é a referência à primeira incursão pelo rio Tietê, atribuída a Anchieta, em missão de Mem de Sá: "Parece que Anchieta navegou o Tietê além de Porto Feliz, fundando-se a suposição em que, perto dessa cidade, há no rio a cachoeira Avaremandoava, que quer dizer *lembrança do padre*, e, segundo a tradição, esta denominação vem do fato de haver ali naufragado a canoa em que ia Anchieta, referindo a lenda que o taumaturgo foi tirado do fundo do rio vivo e lendo seus breviário com uma luz na mão".

Do alto da serra, o caminho prosseguiu para Santo André da Borda do Campo, a pousada tranquila do roteiro.

Mas, ali, os jesuítas haviam encontrado João Ramalho que residira, anteriormente, em São Vicente, onde já se instalara, desde 1532, vivendo entre os selvagens.

Aires do Casal, porém, em sua *Geografia Brasileira*, cuja primeira edição data de 1817, informava que Diogo Garcia, piloto português que estava a serviço de Castela e que aportara no ano de 1527 não muito distante da embocadura do rio Uruguai, passara, no ano anterior pela baía de São Vicente, "onde um bacharel português o provera de refrescos, e lhe dera um gento seu para lhe servir de língua no rio de sólis, ou Paraguai".

E acrescenta o presbítero secular em sua *Relação Histórico-Geográfica do Reno do Brasil*: "É natural que Diogo Garcia, na volta, aportasse em S. Vicente para entregar o intérprete: é provável que o bacharel fosse ou João Ramalho, ou Antônio Rodrigues, que Martim Afonso de Sousa ali encontrou cinco anos depois." (*)

O "bacharel", porém, não era nem João Ramalho, nem Antônio Rodrigues, mas Cosme Fernandes Pessoa que manteve entendimentos com Pêro Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa.

(*) O "velhíssima" deve ter sido usado não apenas tendo em vista a idade da construção da nova casa, mas, especialmente, o estado em que já devia estar aquela precária construção de barro e palha.

(*) Refutando as maliciosas informações de que João Ramalho era analfabeto, Alfredo Ellis Júnior, no *Resumo da História de São Paulo*, pondera: "Resta-nos examinar a objuratória de ter Ramalho sido analfabeto. As assinaturas ramalhanas aí estão grafadas de maneira idêntica, embora em épocas muito diferentes. Isso faz certo que essas assinaturas foram feitas pela mesma pessoa". E acrescenta: "A asserção de ter sido Ramalho analfabeto é inteiramente gratuita e não tem base em prova alguma".

Afirma, ainda, que a certeza de se acharem ali portugueses estabelecidos há alguns anos, e o testemunho de Herrera de que ali se embarcaram indígenas para Portugal em 1527, parece ser robusta prova de que havia ali feitoria, antes mesmo da chegada de Martim Afonso que, por sua vez, concedeu a Pedro de Góis o direito de mandar certo número de aborígenes para o reino.

E conclui sua lógica argumentação, que com a notícia que o navio de Diogo Garcia levou a Portugal em 1528 ou 1529, de que os castelhanos estavam estabelecidos no rio da Prata e com o risco de que prosseguissem para leste do rio Uruguai, local que parecia marcado pela linha divisória convencional. D. João III entregou à chefia de Martim Afonso de Sousa, que nascera junto com o Brasil, em 1500, uma poderosa expedição, ano de 1531, com ordem não apenas para preparar a defesa, construindo fortes e fortalezas, mas, também, para cuidar do povoamento das terras, com a distribuição de terrenos àqueles que desejassem residência aqui.

Aos 10 de outubro de 1532, portanto cerca de vinte anos antes de Nóbrega vir localizar o sítio para a construção da Igreja e do Colégio, e mais de vinte e um anos antes da data consagrada à fundação de São Paulo, em 1554, Martim Afonso visitou o campo de Piratininga, em companhia de João Ramalho.

Percebendo que o local era privilegiado, resolveu proibir que os brancos, sem licença especial, ali se instalassem.

Preocupava-se Martim Afonso não apenas em evitar o choque com os índios, mas, especialmente, impedir o despovoamento das costas, fator que animaria piratas e corsários à sua ocupação, em prejuízo da Metrópole portuguesa.

João Ramalho, que obtivera exceção, instalou-se à meia légua da Borda do Campo, fundando com outros europeus, provindos de São Vicente, a povoação de Santo André.

De início, várias foram as arremetidas dos tamoiós contra a povoação, porém Tomé de Sousa autorizou João Ramalho e este construiu, a trincheira, os baluartes, a cadeia, a Igreja e o pelourinho, e com a criação da Vila de Santo André, coube-lhe ser o alcaide-mor.

Com a liberação da fixação de brancos naquele sítio, em 1554, porém, muitos subiram a serra e vieram fixar-se na Vila de Santo André da Borda do Campo, no Patriarcado de João Ramalho, despovoando quase totalmente Bertioxa e Itanhaém, acontecimento, aliás, que não escapara à previsão de Martim Afonso.

Várias vezes destacou Anchieta a participação de João Ramalho nos primeiros contatos com a terra de Piratininga e com as tarefas de edificação da igreja e do colégio.

Têm Anchieta e seus companheiros em Piratininga, a ajuda de Tibiriçá, chefe dos guaianás naquela região e pai da índia Bartira, companheira de João Ramalho.

Tibiriçá deixa sua taba de Santo André para auxiliar os jesuítas que já cantavam com a colaboração do velho chefe índio Caubi, senhor de Geribatiba, também da tribo guaianá, que se localizava em um arraial hoje conhecido como o bairro de Pinheiros.

A aldeia de Piratininga, graças ao núcleo de portugueses que nela se localizaram, escapou aos perigos do nomadismo do indígena e pode sobreviver.

A ternura com que Anchieta relembra Tibiriçá merece ser destacada.

Quando de sua morte, em 25 de dezembro de 1562, Anchieta assim se referiu à sua vida e aos sentimentos que a todos envolveram: (Carta ao Superior-Geral Pe. Diego Laynes, de 10 de abril de 1563) "Fez seu testamento e deixou encomendado a sua mulher e filhos que seguissem nossas palavras e doutrina, e, no dia do nascimento de N. Senhor Jesus Cristo morreu para nascer em nova vida de glória como esperamos. Foi enterrado em nossa igreja com muita honra, acompanhando-o todos os cristãos portugueses com a cêra de sua confraria. Ficou toda a Capitania com grande sentimento de sua morte pela falta que sentem, porque era ele quem sustentava todos os outros, considerando todos muito gratos a ele pelo trabalho que executou em defender a terra. Creio que nós da Companhia mais que todos lhe devemos, e por isso determinou-se considerá-lo benfeitor, mas ainda fundador e conservador da Casa de Piratininga e de nossas vidas".

Sé as cidades, como as pessoas, nascem com suas tendências e características, com sua personalidade, Piratininga já possuía traços definidos de altivez e liberalidade.

José de Anchieta ficaria como secretário de Manuel de Paiva, encarregando-se da correspondência e dos relatórios.

O estilo epistolar fixaria o nosso primeiro historiador de Piratininga.

Suas descrições não variavam das demais informações prestadas pelos que chegavam aos campos do planalto, porém eram mais completas e mais precisas.

O Padre Baltazar Fernandes, após a descrição do sítio e da forma como alcançá-lo, lembrava que a terra é "como essa do Reino, fria e temperada, dá-se nela vinho, azeite, se houver muitas oliveiras, havendo amostras disso; dá pão, como lá, se o semearmos".

Para o jesuíta que vivia aqui, a comida era pobre, mas para o visitante, era possível sonhar com o azeite ("se houver muitas oliveiras"), ou com o trigo ("se o semearmos")...

A terra, porém, não podia ser melhor.

Tinha razão o Pe. Baltazar Fernandes quando dizia que ela é terra "das boas que há no Reino e se dará nela, segundo parece quanto lá se dá", refletindo-lhe grande mágoa ter tanta e tão boa terra perdida, sem quem a habite e cultive.

Mais tarde, poderia Frei Vicente do Salvador acusar a presença da lavoura de trigo e dos vinhedos para a fabricação do vinho.

A Vila não tinha outros sacerdotes além dos que Nóbrega lhe destinou.

A luta pela fixação da Vila de Piratininga não foi pequena.

Algumas vezes, o atrativo das costas em contato mais fácil com as naus européias e certo conforto que não era fácil obter no clima frio do altiplano.

De outro lado, o nomadismo do indígena referido, aliás, pelo Pe. Luís da Grã, em carta de junho de 1556, constituía a maior dificuldade, pois essa gente "não atura num lugar senão muito pouco; porque como as casas de terra que usam, ou de palma, não duram mais que três ou quatro anos, vão fazer outras noutra lugar".

E o pior contado pelo Padre Grã não era a falta de fixação dos índios, propriamente, mas que eles se mudavam em grupos, ficando alguns remanescentes com os quais pouco compensava o trabalho da catequese e, ainda, estes, dentro de dois ou três anos, também iam embora.

Em 1585, quando o visitador Padre Cristóvão Gouveia veio inspecionar Piratininga, sua descrição não diferia dos primeiros anos de vida da aldeia.

A igreja ainda era pequena, mas muito enfeitada, com um fragmento do "santo lenho e outras relíquias".

O Colégio dos Jesuítas já "era uma casa bem acomodada, com um corredor e oito cubículos de taipa, guarneçada de certo barro branco e dispoendo de oficinas bem acomodadas".

Tinha, também, um pomar com marmelos, figos, laranjas, além de plantação de legumes de Portugal.

As novas obras do Colégio se haviam iniciado em 1556, a fim de comportar o grande número de interessados nas aulas de leitura, de escrita e de latim.

O mestre de obras, Padre Afonso Braz, dirigira os trabalhos com o auxílio dos índios que carregavam água em potes de barro e barro em cestos de palha.

Frei Gaspar da Madre de Deus, em suas *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, dedica especial referência à fundação de Piratininga.

Piratininga, vila indígena que ficava à margem de um córrego com o mesmo nome e afluente do Tietê, é palavra tupi que se decompõe em dois vocábulos: pirá (peixe) e tininga (seco). isto é, peixe-seco.

O motivo da denominação se tornava fácil de explicar, pois que, após as enchentes do Rio Tietê, quando as águas retomavam o seu leito permanente, formavam-se bolsas onde, com a evaporação das águas, se podia pegar peixe quase no seco.

Estavam fixados, naquele aprazível território, os alicerces da grande Metrópole e ainda hoje se pode prescreutar, na antevisão de Nóbrega e Anchieta, que seu objetivo se fixava no Oeste, não apenas tentando ampliar os limites territoriais, mas pensando, especialmente, em não restringir os benefícios da civilização cristã à faixa litorânea.

Guerra Junqueiro, na dedicatória que após à *História da Colonização Portuguesa*, afirmou que o Brasil, propriamente, nunca foi Colônia, pois "começou logo a ser Pátria".

Por certo, desejou significar que a defesa do território fora obra mais dos que aqui se encontravam, aliados aos índios, do que, exatamente, da Metrópole.

E, se essa era a sua intenção, ao expender aquele conceito, sem dúvida alcançou em cheio o objetivo, porque o Brasil somente não se transformou em pequenos pedaços espanhóis, holandeses, ou franceses, porque o espírito nativista e a coragem de sua população foram capazes de suprir, em ocasiões e locais os mais diversos, a omissão do império lusitano.

Era assim que procediam os moradores de São Vicente, advertindo o Rei dos perigos a que se expunham as costas do Brasil e, apesar da insistência com que reclamavam, insignificantes eram as providências.

A própria mensagem que o rei enviava a Mem de Sá era fruto dessas reclamações, pois cuidava, três anos antes da missão de Nóbrega e Anchieta jun-

to aos tamoios, da conclusão e aprovisionamento da Fortaleza de Bertioiga, que, por sinal, viria a ser escala dos jesuítas no roteiro para Iperoig.

Essa fortaleza havia sido erguida em face do Alvará régio, de 25 de junho de 1551 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Registro do Conselho Ultramarino*, L. II, fl. 79), alvará esse que também relevava aos oficiais e moradores da Capitania de S. Vicente a reposição dos 1.800 cruzados das rendas da Coroa, que aqueles dispenderam em defesa da dita Capitania "nas guerras ali ocorridas até fins de 1549".

A Carta Régia a Mem de Sá, de 18 de março de 1560, está vasada nos seguintes termos, segundo se verifica da *Publicação de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, Volume XLVIII, página 33, edição de 1929, e que se baseia no *Registro do Conselho Ultramarino*, L. II, fl. 47, verso:

"Men de saa, eu el Rey vos envio muito saudar. Os moradores da Capitania de são vicente da costa do brasil me enviarão diser que a fortaleza da bertioiga que está na dita capitania estava por acabar e muito desaparecida asy de polvora, camaras de bombardas como de bombardeiros e outras couzas de que tinham muita necessidade pedindo que ovese por bem que das minhas rendas que tenho na dita capitania a mandasse prover e fortificar pera se poder soster e defender dos contrarios quando sobre ela viessen como algumas vezes vinhão, e asy que lhes enviasse quatro bombardeiros pera residirem na dita fortaleza porque lá não avia quem soubesse tirar com pesas dartilharia/E visto seu requerimento ouve por bem que se lhes enviasse afora por antonio adorno morador na dita capitania que ora vay pera ela dez quintaes de polvora, bombarda pera provimento da dita fortaleza/e quanto aos bombardeiros e mais couzas que pedem ey por bem e vos mando que provejais sobre as ditas couzas, como vos parecer mais meu serviço, e lhes façais dar os bombardeiros, camaras e pelouros que vos parecer que averão mister pera sua defensão/ e o que lhes asy fiserdes dar se carregará em receita sobre os escriptos da dita capitania a que pertence e do que nisto fiserdes dareis conta por vosas cartas/ Adrião lucyo a fez lixboa a 18 de março de 1560. André soares a fez escrever///." (Reg. ant. mlls.)

Não era esta a primeira reclamação que se fazia chegar ao rei a respeito do abandono das nossas costas e da necessidade de enviar recursos para a sua defesa.

Muito mais preocupado com a defesa do território estavam os moradores de "quem mar", do que os responsáveis mais diretos pela sorte da Colônia.

A defesa do território era mais obra dos que estavam no Brasil, preocupados em manter os liames com o império português que não pretendia fazer investimentos na nova colônia, talvez pelo desalento das longas e perigosas viagens oceânicas e pelo seu alto custo.

Essa não era, porém, a decisão de outros povos colonizadores como os franceses e os holandeses, principalmente.

A frequência com que naus francesas navegavam em nossas águas e seus tripulantes se instalavam em nosso território, se abasteciam e chegavam a construir fortes, inclusive, não era desconhecida dos responsáveis pela Colônia, nem pelos dirigentes maiores, na Metrópole.

Já aos 12 de maio de 1548, Luis de Góis escrevia da Vila de Santos a El-Rei D. João III, antecipando-se a alguns outros apelos de São Vicente, pedindo-lhe que socorresse urgentemente as capitanias e o litoral do Brasil, para que a coroa portuguesa não viesse a perder o território americano, conforme se verifica da publicação do Arquivo do I.H.G.B., coleção Tôrre do Tombo, Livro I, fls. 263, transcrita na *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, editado pelo Arquivo do Estado de São Paulo:

"Senhor — já os dias passados por meu filho pero de guois escrevi a vosa Alteza algumas couzas que comprião ao serviço de Deos e seu! • E nesta azy o farei • porque antes quero ser repreendido de ygnorante escrevendo a tam alto E poderoso principe que magoar a fee E lealdade que lhe devo, Emcombrindo e calando E nam no fazendo sabedor do que tanto compre a seu serviço. E bem de seus Reinos e Senhorios, E agora peço a vosa Alteza que com sua acostumada clemencia queira perdoar meu atrevimento. E receba em serviço minha vontade diguo muy Alto e muy poderoso Senhor que se com tempo e brevidade vosa Alteza nam socorre a estas capitanias e Costa do Brasil, que ainda que nos percamos as vidas e fazendas vosa Alteza perderá a terra, E que nisto perqua pouco, aventura perder muito, porque não estaa em mais de serem os francezes Senhores delas que em se acabarem de perder estas Capitanias que

ficaõ, E de ter eles um pee no Brasil ey medo adomde quererão E podem ter o outro, Eu quizera antes dizelo em pessoa a vosa Alteza que escrevello porque tam periguossa esta a costa que não sey Esta Carta que fim averá • de dous anos a esta parte vem sete oito naõs cada anno ao cabo frio e Rio de Janeiro, já não ha navio que ouse parecer, porque a muitos tem comitidos E alguns tomados. Em quanto os francezes nam passavaõ do Cabo de Santo Agostinho mais que ate a baya, naõ eram tam sospeitosos nem tam perguozos, mas se atreverem a passar os baixos E dobrar o Cabo frio, queira deos não se atrevão a dobrar o cabo de boa esperança, E aindã há outro Emcomveniente não menos periguoço que Este, porque acostumando os francezes Esta tam sospeitosa navegação, como sam muitos E cobiçozos, não será muito vir-lhe à memoria o que tam cuidado poder ter, he E de crer que ou a ida, ou a vinda nellas fortalezas, pois dellas a Ilha de Santa Helena nom pode aver mais de trezentas léguas, que sam as paraigens em que por força as naõs da Índia vaõ ter", etc.

Gaspar Gomes, de Ilhéus (citado por F. A. Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*, editada em 1907, com revisão de Capistrano de Abreu), tivera sua nau, quando vinha de São Vicente, aprisionada durante dois meses e meio no Rio de Janeiro, por uma embarcação francesa, tendo também denunciado que outra nau da mesma origem encontrava-se, nessa ocasião, carregando em Cabo Frio.

Ao mesmo tempo, Luís Álvares, morador de São Vicente, informava ter encontrado outra embarcação com 300 homens da qual conseguira escapar, fugindo, e o próprio Brás Cubas, indo de Santos, teve oportunidade de observar que os franceses construíam uma fortaleza, também em Cabo Frio, cujos encantos, aliás, seu fino gosto já marcara pela preferência...

Realmente, bem antes do desembarque de Villegagnon na Guanabara, os franceses começaram a instalar-se em Cabo Frio, ali construindo uma fortificação.

De todas as tentativas de fixação dos franceses em nosso território, a mais importante delas foi, sem dúvida, a de Nicolau Durand Villegagnon, posto que, antes dele, apenas armadores e marinheiros sem apoio oficial, pirateavam a costa.

Gaffarel o considera um dos personagens mais extraordinários do século XVI, quando pontilhavam pelo mundo das aventuras figuras que a história guardou num misto de lenda, embora concluisse, lamentando os desentendimentos que frustraram sua fixação definitiva, e sublinhando que, "por causa dessas querelas lamentáveis a França perdeu um império"...

Gozava já Villegagnon a fama de ter transportado para a França a Rainha Maria, da Escócia, que se encontrava em Dunberton, burlando o poderoso policiamento marítimo dos ingleses.

Animado pelas informações que tinha do Brasil, Villegagnon apresentou ao almirante francês Gaspar de Colligny sugestões para instalar-se em nosso território, criando um asilo para os protestantes, e facilitando o plano de Henrique II que era dispersar as atenções belicosas dos espanhóis.

Ao Rio chegou Villegagnon aos 10 de novembro de 1555 e tão definitiva parecia a disposição dos franceses de se fixarem aqui, que André Thevet, no próprio título do seu livro publicado em 1558, *Les Singularités de la France Antarctique*, já nos havia trocado de nome...

A proximidade com a Capitania de São Vicente, preocupava os residentes naquela região, inclusive Nóbrega e Anchieta, especialmente em face de minuciosos informes dando conta da disposição em que estavam os franceses de uma fixação definitiva.

Pêro de Magalhães Gandavo, no seu *Tratado da Terra do Brasil*, revelava que a Capitania de S. Vicente já produzia trigo, embora essa cultura não prosperasse por haver na terra "outros mantimentos de menos custo", contando já a Capitania com três povoações e uma fortaleza, que era a de Bertioiga.

Logo à chegada, Villegagnon mandou à França um dos navios informar do êxito da expedição e solicitar mais reforços que, de fato, foram enviados, num total de 300 homens e três navios, ao comando de seu sobrinho, Bois Le Comte.

Embora fosse conhecido como homem severo entre seus patrícios, Villegagnon era condescendente e cortês para com os indígenas que pretendia atrair para sua causa, não havendo dúvida de que os franceses punham nesse trabalho mais carinho e sucesso que os colonizadores de Portugal.

A penetração dos franceses era tão acentuada que Duarte da Costa renovou as reclamações, solicitando reforços de Portugal para conter a massa crescente de invasores, sem obter, porém, resultado.

O próprio Nóbrega teve ocasião de expor essa situação à Metrópole e como o problema do povoamento era mais importante do que o envio de tropas organizadas, chegou a sugerir, inclusive, que se mandassem mulheres, pois, "todos se escusam que não têm mulheres com que casem".

Na carta dirigida ao rei, aconselhou-o que mandasse as que lá tinham dificuldade de casar-se, pois "cã é fácil", e "as erradas mesmo servem, contanto que não hajam de todo perdido a vergonha a Deus e ao próximo; casarão muito bem".

Era a visão do colonizador que não pleiteava, simplesmente, a vinda de soldados mercenários para uma defesa eventual do território, porém, que previa a necessária formação de uma sociedade capaz de solidificar-se e garantir a continuidade que a força militar não seria capaz de manter, através dos anos e dos séculos.

E a nova Canaã poderia absorver, sem preconceitos, mesmo as mulheres "erradas", que viriam diluir, através dos séculos, os seus dramas e mazelas, numa terra que abria os braços a todos, sem perguntar, sequer, por que vinham.

Afinal, Portugal dá a Mem de Sá a incumbência da administração geral do Brasil, e, aos 28 de dezembro de 1557, chega ele à Bahia de Todos os Santos.

A sua chegada, nosso terceiro Governador, recolheu-se a um quarto, durante uma semana, em exercícios espirituais, o que levou Roberto Southey, na sua *História do Brasil*, a levantar a suposição de que ele estivesse fazendo um curso de política com Nóbrega, "o melhor político que na terra existe".

A opinião do historiador protestante inglês é de ser levada em conta, tendo-se em vista, ainda, que D. João III que nomeara Mem de Sá Governador-Geral, se correspondia muito familiarmente com Nóbrega dando mais importância às cartas do jesuíta do que às informações oficiais que recebia.

Mem de Sá partiu para o sul com duas naus e oito embarcações menores para enfrentar os franceses no Rio de Janeiro, onde, à entrada da barra, foi reforçado com mais um bergantim e muitas canoas de guerra que lhe foram mandadas de São Vicente.

Os franceses se concentraram no forte Colligny, na ilha de Villegagnon, onde foram atacados durante dois dias e duas noites, ao fim dos quais, sem água nem pólvora, seus ocupantes capitularam.

O forte, construído por Villegagnon, tinha posição tão feliz que o governador Mem de Sá, escrevendo à Rainha D. Catarina, sucessora de D. João III, morto antes que o novo governador que ele nomeara chegasse ao Brasil, descrevera: "Posto que vi muito e li menos, a mim me parece que se não vi outra fortaleza tão forte no mundo".

Outra não era a opinião de Simão de Vasconcelos: "Toda a ilha era fortaleza, e toda a fortaleza ilha cercada de penedia inacessível".

Mas, os franceses já haviam envolvido mais de mil índios que os ajudavam e que continuaram ao lado deles, mesmo após a queda da fortaleza da ilha de Villegagnon, e tão bons atiradores de arma de fogo se revelaram que Nóbrega os equiparava aos próprios franceses.

Inicia-se, aí, a atuação mais pessoal de Anchieta, acompanhando Nóbrega na árdua tarefa de salvar a unidade geográfica e espiritual do território.

Villegagnon que se intitulava "Rei do Brasil", já se encontrava na Europa, para onde viajara algum tempo antes do ataque à fortaleza.

Nóbrega se colocara ao lado de Mem de Sá e defendia a tese de que os franceses que haviam penetrado o sertão, recolhendo-se às povoações indígenas, graças a amizade que solidificaram com os tamoios, poderiam voltar a ocupar a fortaleza cavada na rocha da ilha.

E aí estava colocada a alternativa: ou o portugueses se instalariam, imediatamente, na ilha, povoando-a, ou teriam de devolvê-la aos franceses, por omissão, e estes, por certo, acabariam recebendo maiores reforços de sua Pátria.

Assim, segundo Nóbrega, a única solução seria fundar a Vila do Rio de Janeiro, providência que resultaria em grande reforço para a segurança e defesa do Espírito Santo e de São Vicente.

Opina Simão de Vasconcelos, historiando a habilidade dos franceses, antes da queda do forte de Colligny:

"Posto que tão fortificados, os franceses não faziam, contudo, hostilidades, nem guerra ofensiva aos portugueses, satisfeitos com gozarem da terra quietosa e tratando do que mais lhes convinha, que eram as drogas e riquezas do Brasil, que dali embarcavam em suas naus e esperavam fosse crescendo cada vez mais; contudo, os tamoios, nação guerreira de natureza e favorecida da potência francesa, andavam insolentes e perturbavam a costa marítima e ainda parte do sertão, dando assaltos e fazendo danos grandíssimos nas fazendas dos portugueses. Em tanta maneira que era necessário an-

dar volantes em vivo exercício José, toda a sua escola e todos mais missionários daquela parte, acudindo jamais aos danos das almas, ganhadas que ao ganho das que haviam de converter-se."

Derrotados na ilha de Villegagnon, os franceses se reorganizaram com a ajuda efetiva da Confederação dos Tamoios, ocupando toda a região de Cabo Frio e São Vicente.

Algumas naus da armada de Mem de Sá haviam sido atingidas, durante a refrega, e tiveram que ser consertadas.

Quando ficaram reparadas, Mem de Sá dirigiu-se para São Vicente, em companhia de Manuel da Nóbrega, este, "com os pés inchados, a cara inchada, as pernas cobertas de postemas e outras enfermidades".

Os franceses, animados com a retirada de Mem de Sá, e já refeitos do embate, usando os recursos dos tamoios, e mais particularmente, o seu conhecimento da costa e do sertão, pretendiam alcançar São Vicente, tendo como objetivo, também, a Vila de Piratininga.

Mem de Sá, advertido dessa intenção dos franceses, tomou várias providências para a defesa de Piratininga, inclusive determinando que a população que se encontrava na Vila de Santo André, abandonasse a povoação e se concentrasse no planalto piratiningano, junto ao Colégio.

Essa determinação está bem especificada no documento que a Câmara de São Paulo dirigiu à Rainha D. Catarina, em data de 20 de maio de 1561:

"E así mandou que a vyla de Santo André, onde antes estavamos, se pasasse pera junto da Casa de Sam Paulo, que hé dos Padres de Jhesu, porque nós todos lhe pedymos por huma pytição, asy por seu lugar mayes forte e mayes defensavell e mayes seguro asy dos contrayros como dos nossos Índios, como por outras muytas causas, que a ele he a nós moverão."

Os franceses treinavam os índios no uso das armas de fogo, fornecendo-lhes instrumentos e pólvora.

Usavam, porém, de outras armas, especialmente a intriga, alimentando o ódio contra os portugueses e seus aliados.

Os índios cercaram Piratininga aos 9 de julho de 1562.

Avisado antecipadamente por um índio convertido, Anchieta conferenciou com Tibiriçá e este assumiu a defesa da povoação.

Na carta que de São Vicente aos 16 de abril de 1563, dirigiu ao Padre Diego Laynes, Anchieta descreve pormenorizadamente os acontecimentos do ano anterior, em Piratininga.

Recorda o receio que tinham do ataque dos índios que afinal declararam guerra contra Piratininga, embora muitos deles se passassem para a defesa do Colégio e dos jesuítas.

Nada menos que populações de oito aldeias que se espalhavam em torno do planalto, participaram do ataque a Piratininga.

A salvação da Vila, no entanto, deveu-se a Tibiriçá, que reuniu toda a sua gente de nada menos que três aldeias, abandonando suas casas para se recolherem sob suas ordens, e assistindo, depois, os invasores as destruírem.

Narra Anchieta a disposição de defesa da Vila por Tibiriçá que enfrentou, inclusive, irmãos e sobrinhos: "Yunque alguns de sus hermanos y sobrinhos se quedaron en una Aldeia, que no quisieron seguirlo, y uno dellos venia juntamente con los enemigos, y les mandó poner grandes miedos que eran muchos y avian de destruir la Villa, todavia tuvo en más el amor de nosotros y de los christianos que el de sus proprios sobrinos que tienen en cuenta de hijos, alevantando luego bandera contra todos ellos, y una espada de palo muy pintada, y ornada de plumas de diversos colores que es señal de guerra".

Na manhã seguinte, isto é, aos 9 de julho, avançaram os índios inimigos sobre o planalto, pintados e emplumados, com gritos de guerra.

Cruzaram-se flechas entre irmãos, primos, sobrinhos, tios, participando da luta dois filhos contra o próprio pai, mas, — diz o jesuíta — a mão de Deus parece ter intervindo na contenda, e impedido o massacre total.

As mulheres se recolheram à igreja e à residência dos padres, onde as mestiças haviam varado a noite com velas acesas, em oração.

Durou dois dias o cerco.

Southey, na sua *História do Brasil*, referindo-se ao bloqueio de Piratininga, informou que um exército imenso de nações confederadas se reuniu para investir contra a Vila, esperando surpreender todos os seus habitantes, porém, "um índio que antes tinha sido batizado pelos jesuítas, desertou e veio revelar o desígnio".

Por isso — prossegue Southey — "todos os indígenas da vizinhança imediatamente se juntaram na cidade debaixo de Martim Afonso (Tibiriçá), que era o chefe naquelas partes".

E, depois, portugueses e índios recompuseram a cerca e reforçaram as defesas do sítio, de forma mais segura.

Na mesma carta em que narra o cerco de Piratininga e os reveses por que passaram seus habitantes, Anchieta, informa da morte de Tibiriçá, que fora o

grande comandante da defesa da povoação, dizendo que ele fizera "su testamento y dejó encomendado a su mujer y hijos que siguiesen nuestras palabras y doctrina, y día de la Natividad de N. Señor Jesú Christo murió para nacer en nueva vida de glória como esperamos".

Enterraram-no na própria igreja, já que a ele os que mais deviam eram precisamente os irmãos da Companhia que se não o tivessem na defesa da povoação, teriam sido trucidados e a vila destruída, tendo-se-lhe, por isso, dado o título de benfeitor, de fundador e conservador da casa de Piratininga e de suas vidas.

Percebe-se que a carta que era de 16 de abril de 1563 antecedia de apenas dois dias a partida de Nóbrega e Anchieta para Iperoig.

A rebelião dos tupis, insuflados pelos tamoios e que culminara com o assalto a Piratininga, era uma séria advertência.

Por isso mesmo, ainda na carta de 16 de abril, Anchieta revela o objetivo da missão a Iperoig, dando ao Padre Diego Laynes, além das razões da viagem os detalhes do percurso.

Mas não escondia a sua preocupação e a de Nóbrega, dada a inquietação que dominava a Capitania com os ataques dos franceses e dos índios por eles insuflados.

Iriam tratar as pazes com os tamoios, e com eles permanecer até a concórdia.

A tarefa era das mais espinhosas e de arriscada execução.

Os hábeis e temidos guerreiros tamoios preparavam-se para atacar São Vicente.

Além de prepará-los no manejo das armas de fogo, os franceses os convenceram de que os portugueses iam tomar-lhes a terra e reduzi-los à escravidão.

Tentariam os dois jesuítas a conquista da paz, arriscando a própria vida.

Não pode essa extraordinária tentativa ser examinada sob o prisma meramente local, pois o que se fixava ali era a decisão de interesse internacional que nos manteria na colonização portuguesa ou nos levaria ao controle dos franceses que planejavam fundar no Brasil a França Antártica.

Em Iperoig não se necessitava de bons guerreiros, porque por melhores que eles fossem o meio lhes seria adverso, não apenas pela facilidade com que os índios armavam as emboscadas, como pela dificuldade em apanhá-los, posto que se embrenhariam pela mata cerrada.

E ninguém como eles conhecia a costa e o sertão litorâneo.

O que se necessitava era de bons diplomatas que soubessem anular a hábil intriga dos franceses e convencer os índios de que estavam empenhados numa luta inglória e sem objetivo.

Nóbrega e Anchieta, dirigindo-se a Iperoig onde chegaram a 5 de maio de 1563, fizeram penoso percurso que começara a 18 de abril do mesmo ano, com a partida de S. Vicente.

Entremearam a viagem com estadias na fortaleza de Bertioga e na ilha de São Sebastião.

A missão, porém, não era uma idéia de última hora.

Há dois anos que Nóbrega pensava nessa interferência junto aos tamoios, porém, que seria dele, gago, cheio de varizes ulcerosas, não conhecendo a língua dos índios?

A ida com Anchieta lhe tiraria algumas dessas preocupações e lhe possibilitaria o sucesso da empreitada, podendo apoiar-se no companheiro mais jovem, embora também curvado pela doença da espinha, nas caminhadas mais árduas, nas subidas mais pesadas.

A primeira escala era Bertioga, onde em torno da fortaleza já existiam alguns moradores e onde permaneceram durante cinco dias, esperando os barcos que viriam de São Vicente.

De Bertioga seguiram em dois navios, viajando Nóbrega e Anchieta no barco de José Adorno, somente chegando a 30 de abril, em São Sebastião, onde, no dia seguinte, Nóbrega celebrou missa.

José Adorno era irmão de Antônio Adorno, por intermédio de quem o rei mandara, segundo carta a Mem de Sá, alguns quintais de pólvora, precisamente, para a fortaleza de Bertioga.

Aliás, mister se faz destacar a importância da contribuição dos irmãos Adorno nessa dura fase da colônia.

Eram genoveses os Adorno (José, Francisco, Antônio, Rafael e Paulo) tendo se tornado José amigo dos filhos de Bartolomeu Marchioni, empregando-se aos seus serviços de armador, a princípio como inspetor de navios e depois como diretor de uma feitoria que os mesmos possuíam na Ilha da Madeira, onde iniciaram a cultura da cana-de-açúcar e onde foi encontrá-los a armada colonizadora de Martim Afonso, acabando por vir ao Brasil, com seus irmãos, em 1530, cuidar da fabricação daquele produto.

Enquanto José Adorno fundava com seus irmãos o núcleo central da Vila de Santos, instalando o "Engenho de São João", entre o Ribeirão São

Jerônimo e o Ribeirão do Destêro, e fazendo-o funcionar já em 1533, Antônio Adorno subiu a serra e associou-se a João Ramalho na produção do açúcar que este ofereceu, mais tarde, através de carta do Padre Nóbrega, como pagamento de uma certidão de óbito provável de sua mulher.

A influência de José Adorno era tão acentuada que o próprio porto se fixara no lugar de interesse do seu engenho, sendo ele a principal figura da região, e "o único cidadão da colônia que tinha crédito franco em Amsterdam, naquela altura, o maior porto comercial do mundo".

Fora ele, precisamente, quem colocara todos os recursos à disposição de Nóbrega e Anchieta para que fizessem a viagem a Iperoig.

Tão arriscada, porém, era a tarefa, tantos os riscos da viagem, que nenhum prático de barcos quis levar os jesuítas a Iperoig, não tendo José Adorno outra solução, dada a profunda estima que lhes dedicava, senão pessoalmente, levá-los ao local desejado.

Anchieta o descreve "vestido com o saiote negro dos cavaleiros cruzados, a espada descansando sobre os joelhos, sereno e altivo em meio do gentio feroz".

Era o mesmo José Adorno a quem Nóbrega, mais tarde, faria novo apelo, quando Estácio de Sá se desesperava por não poder expulsar os franceses, e que ele atendia mandando o reforço necessário de barcos, munições, armas, e cerca de 300 homens aliciados em Piratininga, São Vicente e Santos.

Era o mesmo José Adorno que, aos 80 anos, por ocasião da chegada a Santos de aventureiros ingleses, comandados por Edward Fenton, a 19 de janeiro de 1583, (segundo a carta de André Higino, capitão da Armada do Almirante Valdez, existente na Biblioteca Nacional, em cópia), e convidado para uma visita a bordo, com outros importantes da terra, foi ali banqueteadado, homenageado com continências militares. Nessa ocasião, foi ricamente presenteado, mas ele devolveu os presentes, avisando que gente de Santos não se corrompia e não se entendia com piratas, determinando a imediata retirada dos invasores, advertindo-os de que todos se aprestavam a combatê-los.

Realmente, dentro em pouco, Adorno e sua gente se aliava à esquadra do almirante Valdez que chegava àquele porto e com fogo de mar e terra, puseram em fuga os aventureiros.

Sua longa vida de mais de cem anos é toda ela um capítulo da vida de Santos que, infelizmente, não foi devidamente anotada pela História e pelos historiadores, devendo-lhe como deve a Pátria os mais destacados serviços, sempre envoltos na modéstia de suas tarefas e na corajosa humildade com que executava missões como a de levar Nóbrega e Anchieta a Iperoig quando nenhum outro se apresentava capaz de arriscar a vida, naquela viagem.

No dia 9 de maio estavam em Iperoig, onde os deixara José Adorno que retornou, no mesmo barco, com seus acompanhantes.

Narra Anchieta, em carta de São Vicente: "Ao tempo que saímos naquela fronteira de inimigos, tinha, os índios desta nação grande guerra junta sobre os lugares dos cristãos, para o qual tinham aparelhadas duzentas ou mais canoas... Com estes seus navios assim juntos tinham determinado dar nos cristãos, não com guerra descoberta, senão de saltos, uns em uma parte, outros em outra; uns idos, outros vindos, de maneira que nunca a carreira estivesse sem eles. E junto com isto, os que deles moram pelo sertão haviam de vir por terra com a mesma continuação, até destruírem tudo, se pudessem. E é de crer, segundo a pouca indústria que os cristãos têm em se defender, que em este ano se havia de assolar grande parte desta capitania, se não intervieram estas pazes". (*Cartas de Anchieta*, Biblioteca Nacional, Vol. II, pág. 86).

Descreve, também, a desconfiança dos índios à sua chegada com Nóbrega, informando (página 83 das *Cartas*) que "caídas de parte a parte as desconfianças com a troca de reféns, desejando eles que saíssemos à terra a ver os seus lugares, para se acabarem de assegurar, saímos e, com nós outros, oito dos nove portugueses, ficando muitos dos inimigos nos navios".

Prossegue dizendo que na praia se colocaram de joelhos, dando graças a Deus, mostrando, embora, todos os presentes — homens e mulheres — muita alegria em vê-los.

Os amigos de São Vicente que os foram levar, se despediram com muitas lágrimas, com se os deixassem "entre dentes de lobos famintos, e na verdade todos os cristãos desta costa e ainda a nossos Padres, que conhecem esta brava e carniceira nação, cujas queixadas ainda estão cheias de carne dos portugueses, pareceu isto não só grande façanha, mas quase temeridade, sendo esta nação de maneira que cada um faz lei para si e não dá nada pelos pactos e contratos que fazem os outros..."

Ali, Nóbrega e Anchieta levantaram um altar e celebraram a primeira missa.

Assim descreve Anchieta a missa daquele domingo:

"Em o primeiro domingo depois que saímos (9 de maio), fizemos um altar em um bosque junto ao lugar e dissemos a primeira

missa naquela terra. E depois, aos 14 de maio, dentro do lugar nos aposentaram em uma casa, saindo-se todos dela, porque assim o deixou mandado seu dono, que era um principal dos cinco que foram no navio ao Rio de Janeiro, como acima disse. E nela celebramos missa, aspergindo-a primeiro toda com água benta por estar muito contaminada de mortes e outros pecados que nela foram cometidos. O qual foi o dia dos Santos Vitor e Corona, em que pedimos a Nosso Senhor que nos desse vitória contra o demônio para concluir-se e efetuar-se estas pazes, das quais se esperava resultar tanto bem e salvação de tantas almas, assim dos escravos e mulheres dos cristãos que cativavam continuamente e têm por mancebas e depois as matam e comem, como dos seus mesmos, dos quais tem Nosso Senhor muitos predestinados para sua glória. E daí em diante sempre dissemos missa, comumente antes do dia, por não ser perturbados dos índios, os quais se queriam achar presentes por curiosidade e eram-nos de alguma inquietação. E ainda com tudo isto nunca pudemos fazê-lo tão secretamente que não concorressem alguns e não se contentavam senão com chegar-se muito perto do altar e mirar muito bem a imagem do crucifixo que ali tínhamos."

Explicando que servira de intérprete de Nóbrega, Anchieta anota, modestamente que "por falta de outro melhor porque los más Hermanos son mandados a la Baya a tomar ordenes".

A agitação na Capitania era sem dúvida intensa, a ponto de se preocuparem os seus moradores, ultimamente, somente em como deixá-la. Segundo observou o próprio Anchieta, antecipando, porém, que se os inimigos desajassem mandar emissários para o estudo da paz, eles se dispunham a ficar em suas terras.

Na missiva histórica em que anunciara a viagem a Iperoig, advertira:

"Estamos ya de camino para esta jornada, entregando-nos a la divina Providência como hombres mortdestinados, no teniendo más cuentas con muerte ni vida, que quanto fuere más gloria de Jesú Christo N. Señor Y provecho de las ánimas que el compró con su vida y muerte."

As peripécias em Iperoig Anchieta as descreve em várias oportunidades, inclusive quando o tentam com as ofertas sensuais das índias nuas, quando ele se encontrava no vigor de sua mocidade.

Tinham os emissários da paz que obter o armistício, mas não levavam senão a palavra de Deus e a argumentação lógica de seus sermões.

Nada tinham a dar aos inimigos preparados para o ataque a S. Vicente, além da humilde oferta de suas preces.

O protestante Southey, ainda na sua História do Brasil, faz justiça a Nóbrega e Anchieta, narrando a viagem diplomática dos dois jesuítas: "De mais perigosa embaixada nunca ninguém se encarregara. Francisco Adorno, fidalgo genovês, um dos homens mais ricos do Brasil, levou-os num de seus próprios navios. Apenas o barco se aproximou da costa, coalhou-se o mar de canoas, que vinham atacá-lo; mas, ao verem os hábitos dos jesuítas, souberam os tamoiros que tinham diante de si os homens cujas vidas eram inocentes, e que, amigos de Deus, eram os protetores dos índios. Esta, posto que linguagem dos jesuítas, é aqui também a verdade. Anchieta as arengou no seu próprio idioma; e apesar de todas as traições e perfídias que haviam sofrido, tanta era a confiança destes selvagens no caráter da Companhia, que muitos subiram a bordo, escutaram o que lhes propunham e levaram o navio a porto seguro".

É bem verdade que para experimentá-los, narra o próprio Anchieta "como têm por grande honra quando vão cristão a sua casa dar-lhes suas filhas e irmãs para que fiquem por seus genros e cunhados, quiséram nos fazer tal honra, oferecendo suas filhas, insistentemente muitas vezes".

Assim passavam os dias, com os olhos postos no mar, ora esperando que alguma surpresa amiga os acordasse das meditações, ora os esforços dos próprios índios tamoiros que eram aguardados.

Mas, Anchieta parecia — como lembram seus biógrafos — um orfeu cristão, encantador de feras.

E as divagações, durante meses, diante da amplidão do mar e do céu, nos faz recordar os versos de Vicente de Carvalho, o poeta das praias paulistas:

"Branca vela errante, branca vela errante!
Como a noite é clara! Como o céu é lindo!
Leva-me contigo pelo mar... Adiante!
Leva-me contigo até mais longe, a essa
Fímbria do horizonte onde te vais sumindo
E onde acaba o mar e onde o céu começa..."

A 9 de junho, Nóbrega e Anchieta, da praia, divisaram uma canoa, em direção a eles.

* * *

Nóbrega doente teve que ser carregado por Anchieta.

Ao atravessar um córrego, Nóbrega lhe escapou das mãos, ficando ainda mais pesado com a roupa molhada, tendo que tirá-la, descalçando as botas, e prosseguindo a fuga apenas de camisa e bordão.

Iam eles em procura de cabana de Pindobuçu, mas ali foram encontrar não o chefe indígena que procuravam, porém o filho deste que os pretendia matar.

Tudo, no entanto, não passou de um susto, porque afinal, impressionados com o fervor das orações dos padres, acabaram os índios por desistir do intento.

* * *

Nóbrega e Anchieta trabalharam juntos durante dois meses, sem resultado, porque os tamoiros impunham condições incompatíveis com os princípios cristãos, fortalecidos que estavam pelo número e pelo armamento moderno que lhes haviam fornecido os franceses.

No planalto, os tupis, revoltados porque os jesuítas preparavam as pazes com os seus inimigos tamoiros, resolveram marchar contra Itanhaém.

Os tamoiros reagiram e aprisionaram alguns tupis, o que agradou os portugueses que acreditaram, assim, poder assinar as pazes com aqueles, dando-lhes a impressão de que estavam de seu lado e que já se haviam colocado contra os tupis.

E, assim, calculando que a paz estivesse preparada, mandaram de São Vicente um barco para trazer os jesuítas que estavam em Iperoig.

Não concordaram os tamoiros com a volta dos jesuítas e, quando muito, um deles deveria ficar como refém.

Nessa hipótese, ficaria Anchieta, mais jovem que Nóbrega e perfeito conhecedor da língua dos indígenas.

A 21 de junho, Nóbrega regressou para São Vicente.

As notícias são as de que chorou, na despedida, enquanto Anchieta o consolava.

Restariam para Anchieta mais três meses de paciente e hábil diplomacia.

Entre as cláusulas preliminares da rústica diplomacia, quando os dois jesuítas chegaram a Iperoig, havia-se fixado a de que eles ali permaneceriam, enquanto dois índios tamoiros seguiriam para São Vicente, aproveitando as mesmas embarcações que transportaram Nóbrega e Anchieta e que teriam de voltar ao porto de origem.

Os dois índios mandados para São Vicente eram os mesmos que haviam escapado à morte, entre os tupis, graças à intervenção dos jesuítas.

Com Anchieta, em Iperoig, ficara, também, Antônio Luís Aires Fernandes, do qual se tem pouca notícia nas cartas e documentos da época.

A situação para Anchieta, no entanto, era a de quem ficaria só, suportando as dificuldades e enfrentando os problemas sem o amigo e confidente que retornara às plagas vicentinas.

Certa feita, assistiu Anchieta uma cena dramática: descobriram os índios que uma de suas mulheres tivera um filho de pai inimigo e resolveram enterrar vivo o menino.

O jesuíta, compadecido da inocente criança, a desenterrou ainda com vida, rogando-lhes que deixassem consigo o menino.

Já não bastava o ridículo em que expunham seu sacrifício de celibatário, ainda agravavam as insinuações, chamando o menino de "filho do padre".

A alimentação para a criança se tornava difícil.

Quantas índias Anchieta encontrasse, rogava-lhes algumas gotas de leite para a criança.

Convenceu-se, porém, de que a tentativa era inútil e, ele próprio, dias depois, teve que enterrar o indiozinho, que morrera de fome.

Tal era a resistência dos tamoiros a uma conciliação que não se acreditava sequer pudesse Anchieta recuperar sua liberdade, quanto mais obter sucesso para sua missão pacificadora!

Mas, não apenas recuperou sua liberdade, como também impediu o ataque que se planejava a São Vicente, conquistando o armistício com os tamoiros, firmando, com essa vitória, o primeiro tratado internacional em terras da América, posto que a decisão punha fim ao predomínio francês e ao sonho da "França Antártica".

Southey afirma, por isso mesmo, que "foram os jesuítas que salvaram Piratininga", admitindo, ainda, que a intervenção de Nóbrega e Anchieta, em Iperoig, teria sido a "salvação das colônias portuguesas".

Mas, para essa conciliação muito se deve a Cunhambebe e Aimberé, além de outros caciques tamoiros que asseguraram, através do armistício, a

paz que os dois jesuítas conquistaram, possibilitando a continuidade da obra evangelizadora do continente.

Singular a identificação entre as duas figuras — Nóbrega e Anchieta — abraçados a um ideal comum pelo qual ofereceram a vida, pelo qual sacrificaram a juventude, não esperando recompensas nem favores, mas recusando-os, expressamente.

Estavam identificados pelo trabalho de cada dia e se juntos se encontravam em Iperoig como mensageiros da pacificação, no momento em que, estabelecidos na Guanabara, os franceses organizavam a Confederação dos Tamoios contra os portugueses, juntos igualmente se encontravam nas tarefas de São Vicente ou nas responsabilidades de Piratininga.

Anchieta foi um dos sucessores de Nóbrega na direção geral dos jesuítas e foi o seu mais fiel biógrafo, porque, além da identidade que os confundia, fora, inclusive, o seu secretário e o seu intérprete.

As virtudes lhes são comuns.

Não apenas a modéstia que lhes ornava o caráter, mas a penitência, a persistência, e a visão do futuro.

Nóbrega traçou planos e Anchieta os executou ou complementou.

Nóbrega era o planejador, Anchieta o executor, mas chegaria a hora em que este seria, ao mesmo tempo, o planejador e o executor.

Quando deixara Iperoig, aos cuidados de Anchieta, para que este prosseguisse no esforço de convencer os tamoios da necessidade do armistício, já estava Nóbrega seguro da boa execução da tarefa, porque ele próprio havia iniciado os contatos com a tribo.

Rocha Pombo destaca a identidade que os uniu em espírito e que lhes fortaleceu o trabalho e sublinha a audácia da empreitada de Iperoig.

Anchieta fala aos índios, mas estes reclamam contra os portugueses:

"Vós outros, quando nós começamos a guerra contra os teminós, gente do Gato-Grande (Maracaiguacu), confiados na multidão de arcos de nossos inimigos, vós os ajudastes, pelejando com eles contra nós..."

A Nóbrega coube responder:

"Eu porque sei que Deus está irado contra os meus, me ofereci a vir tratar pazes convosco, para com isso o amansar; mas, agora, por parte dos portugueses não se hão de quebrar estas pazes que por isso trago eu cá a minha cabeça e a de meu companheiro, sem medo algum porque trato de verdade."

Alcançando o significado e a profundidade daquele tratado, Rocha Pombo ressaltou: "Estes dois vultos ficaram para sempre na nossa História, e na fase heróica em que ela reveste alguma coisa mais do que o interesse restrito de nação, pois que sai da vida do próprio continente para entrar nos anais do mundo. Pela firmeza, perseverança e indefectível valor com que se fizeram medianeiros das duas raças, impedindo o extermínio ou a completa degradação dos aborígenes — estas duas grandes figuras, que representam naquele momento a civilização cristã, pertencem, legitimamente, à humanidade; hão de crescer com o tempo e não anda longe o dia em que uma visão mais clara ou um simples instinto mais lúcido para abranger toda a grandeza do drama histórico — há de destacar naquele período, a função daqueles homens — a mais augusta que já coube na terra a um ideal religioso".

Seus dias em Iperoig podem ser reproduzidos, não apenas nas descrições feitas pelos irmãos da Companhia ou pelo próprio Anchieta em cartas e informações daquela época, como através do próprio "Poema da Virgem", ali composto, primeiramente, na areia da praia.

Diante do mar, das montanhas, da lua, do porto onde ancoraram os barcos que os trouxeram, seu poema retrata o ambiente em que vivera aquele dramático período.

Assim é que, no verso 419 desse poema, Anchieta implora:

"Tornas-me rijo para a luta os membros enfermeiros; ungindo-os com o óleo da piedade."

A canseira da espera lhe esgotava as forças e, ainda uma vez (verso 380 e seguintes) ele revela seu estado:

"Olha como todo se esvai o meu vigor,
como os joelhos fracos me vacilam;
estende-me teu braço
para que estes pés trementes não resvalém."

Quantas horas e dias não passara Anchieta a meditar, observando a areia da praia, sobre a qual a eterna esponja das ondas passava, preparando-lhe o chão para novos versos:

"mais depressa contaria as areias dos mares,
as ervas dos campos, as gotas da chuva,
as estrelas do firmamento, os ramos da floresta"

(806 e segs.)

A influência da paisagem era preponderante nestes versos, ao contrário do que têm sustentado alguns críticos literários que isolam, estranhamente, o "Poema da Virgem" das influências nativas:

"Tu és a colina,
onde a selva destila o perfume em torrentes,
onde o cheiroso incenso do tronco lacrima",

(385)

"És o Depósito de água viva
donde decorrem para todo o mundo
os canais da divina fonte"

(392)

"Tu és a Lua,
cujo esplendor desconhece fases"

(426)

"Tu és um Mar imenso:
maior que o imenso abismo, escondes em teu seio
exércitos inumeráveis"

(435)

"Tu és o Porto tranqüilo,
a enseada segura dos navios,
batidos pela fúria do mar enlouquecido"

(448)

"As muralhas do céu, os recantos da terra, a
vastidão do mar"

(1.287)

"Às mais remotas praias do oceano infundo,
até onde a estrela da manhã abre o caminho
ao dia
e Vésper lhe fecha o cortejo"

(1.391)

"Chuva torrencial de amor inexaurível,
Jesus dissolve incessante as rochas do coração".

(1.435)

"Nenhuma filha de Adão te precedeu na marcha,
deixando nas pegadas guia a teus passos,
Bandeirante única dos céus, subiste aos astros,
desprezando o chão lodoso deste mundo."

(1.619)

A paisagem exuberante domina inteiramente o poema, retratando todo o quadro que a natureza pródiga lhe abria aos olhos perquiridores, e ao pensamento que vagava longe.

Não era sem razão que a paisagem o empolgava.

O historiador inglês Buckle dizia que "no Brasil a vegetação é tão fecunda e tão vigorosa que a natureza parece entregar-se a uma orgia desregrada de pujança".

Os caminhos difíceis, cheios de pedras e espinhos, são descritos nos versos com muita singeleza e naturalidade:

"És a primeira a rasgar estrada larga,
entre espinhais, vencendo horrores de caminhos
És a primeira a empreender viagem
por trilho impraticável,
calcando, aos nêveos pés, ásperos seixos."

(164)

O mel e seus adoráveis favos (*) que, provavelmente, era um dos alimentos prediletos de Anchieta, encontra guarida em seus versos à Mãe de Jesus:

"Tu, põe-te a escutar,
pois só doçura paira nos seus lábios,
mais doces do que um favo.
Eis, vai-se abrir a boca da colmeia
e a chuva de mel começa a cair."

(1.985)

Ou, no verso 2.983, ainda repetindo a doçura do poderoso alimento:

"Ó doce colmeia do céu, que produziste um favo
que supera todo o mel da terra."

(2.983)

Nem mesmo quando desamparado e doente, clama pelo auxílio daquela a quem dedicava os versos — e é prontamente atendido — deixa de dizê-lo, revelando esclarecimentos a detalhes de seu voluntário exílio entre os tambois:

"Arrebatado numa aluvião de males,
apenas invoquei
com minha voz cansada o teu socorro,
mais veioz que o vento sul tu acorreste,
bondosa Mãe, ao filho indigno,
como ainda agora me assistes carinhosa."

(3.757)

E nas comparações não impede que reproduza a própria chegada, depois de uma viagem de vários dias e com tantos incidentes e riscos:

"porto a que se acolhe a barca na procela".

(4.487)

Mas, ali, a natureza virgem abrigava milhares de pássaros e não ficava mal comparar a Mãe de Jesus a algumas daquelas avezinhas simples e puras do céu: (**)

"Tu sempre gozaste as alegrias de um ninho plácido;
porque voas, qual rôla, às serras altaneiras."

(2.079)

Ou, ainda, para localizar a oferenda com a lembrança local:

"Pois não te apresentarás ao Senhor de mãos vazias,
Um casal de rôlas será a oferta do teu Filho."

(3.207)

Mas, o encantamento que o envolvia nas paragens paradisíacas de Iperoig denunciava sua fraternidade imensa, expressa neste verso:

"abarcas todas as praias que gemem junto ao mar".

(2.190)

A leitura do "Poema da Virgem", feita verso a verso, nos permitiu sentir, diretamente, não apenas a influência que o meio exercia sobre o Apóstolo, mas, especialmente, os reveses e sofrimentos que ele pode revelar nas expressões, nas comparações, nas exclamações, nas descrições, mas, ao mesmo tempo, a confiança que tinha em superar todos os obstáculos, porque a Virgem era o porto tranquilo, a chuva torrencial, de amor, o depósito da água viva, onde mitigava a sede e revigorava suas energias combatidas, a sublimação virtuosa de seus desejos.

Se quisesse Anchieta descrever o litoral onde passara tantos meses de expectativa, reproduzindo-lhe os contornos, os detalhes, as cores, não o teria feito melhor do que através daquele poema, onde tudo rescende o encanto da paisagem, a alegria da natureza, a magnificência do infinito prolongando-se no mar e casando-se no céu com as estrelas.

Ali estava toda a agressiva beleza de Iperoig, ainda hoje sensibilizando nossos olhos e nossos ouvidos em todo o percurso de Ubatuba e nos caminhos que levam àquela histórica cidade.

Cunhambebe, cumprindo sua promessa, levou Anchieta de volta a Bertoga, em sua própria canoa, e ali chegaram a 22 de setembro de 1563.

Os tambois do Rio e de Cabo Frio recusaram-se a cumprir o acordo, mas não havia mais como escaparem ao compromisso, pois estava terminada para os franceses a colaboração das tribos que manteriam, a partir dali, a unidade em torno da decisão de paz.

Estácio de Sá que voltara a Portugal, pela galera "Esaura", regressaria ao Rio com a incumbência de sanear-lo, povoá-lo e defendê-lo, trazendo consigo dois navios de guerra.

Em 6 de fevereiro de 1564, Estácio de Sá chegava à Guanabara, mas lhe faltava Nóbrega, razão pela qual mandou um barco especialmente para trazê-lo de São Vicente, de onde o jesuíta veio juntamente com seu companheiro inseparável, Anchieta, partindo aos 19 de março.

Capistrano de Abreu, em nota à página 406, volume I, da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, informa: "Estácio de Sá, apenas chegou ao Rio, mandou um navio pequeno a São Vicente chamar Nóbrega para com seu conselho se assentar o que havia de fazer. Nóbrega, trazendo Anchieta, partiu a 19 de março e chegou ao Rio a 31, sexta-feira santa, à meia-noite. A esquadra de Estácio de Sá que saíra dois dias antes voltou obrigada pelo tempo, no sábado de aleluia. No dia seguinte, domingo de páscoa, foi celebrada missa solene na Ilha de Villegaignon; carta de Anchieta de 8 de janeiro de 1565, que assim descreve o estado da ilha: "mandando logo à terra, a uma ilha que foi dos Franceses, acharam todas as casas, onde os nossos pousavam, queimadas e alguns corpos de escravos que ali tinham morrido de uma doença, desenterrados, as cabeças quebradas, o que haviam feito os inimigos, por não se contentar de matar os vivos; mas também desenterraram os mortos e lhes quebram as cabeças para maior vingança e tomar novo nome". Estes cadáveres, desenterrados e de cabeças partidas, eram evidentemente companheiros de Estácio de Sá que resistiu quase dois dias antes de se decidir a procurar S. Vicente".

O Padre Leonardo do Valle, em carta escrita de São Vicente, aos 23 de junho de 1565, esclarecera que a maior parte dos índios que a armada levava consigo para povoar o Rio fora de discípulos de Piratininga que, embora tristes e sofrendo por deixarem suas mulheres e filhos, partiram para atender à convocação que lhes fora feita.

Passando os jesuítas, nessa ocasião, por Iperoig, não deixaram de fazer uma escala, para cumprir uma promessa, saudando e abraçando os aliados tambois!

A 31 de março estavam no Rio, ao lado de Estácio de Sá.

Dando tudo o que tinha pela unidade do Brasil, Nóbrega interveio e fez com que todos os recursos de que dispunha a Capitania de São Vicente fossem colocados à disposição de Estácio de Sá.

No ano seguinte, todos os recursos de São Vicente foram enviados para o Rio, para onde também seguiu Anchieta, como cronista.

Nóbrega, para suprir o abandono em que ficaria a Vila, permaneceu em São Vicente.

A 1º de março de 1565, com o desembarque das tropas de Estácio de Sá, entre os morros Cara de Cão e Pão-de-Açúcar, considerou-se fundado o Rio de Janeiro.

Anchieta deixou o Rio a 31 de março do mesmo ano, seguindo para a Bahia, onde fora ordenar-se sacerdote, pelo bispo D. Pedro Leitão.

Ali, Anchieta escreveu, narrando a Mem de Sá a situação no sul, sugerindo reforços que realmente foram enviados para o Rio, ao mesmo tempo que Nóbrega, de São Vicente, mandava, além de material e homens, alimentos de que havia abundância na Capitania.

Chegando o auxílio da Corte portuguesa à Bahia, ali é reforçado por Mem de Sá, e, assim, a armada, sob o comando do nosso terceiro Governador-Geral, acompanhado de Anchieta, já ordenado padre, dirige-se para a Guanabara, onde aporta a 18 de janeiro de 1567.

A 20 de fevereiro desse ano, encerrava-se a luta contra os invasores franceses, exatamente quando Estácio de Sá tombava morto em consequência de ferimento recebido.

A 18 de outubro de 1570, contando 53 anos, Nóbrega morre no Rio de Janeiro.

Dois dias antes, saíra pela cidade, despedindo-se dos amigos e explicando a cada um deles para onde ia, apontando o firmamento.

Sobre os ombros de Anchieta pesavam, agora, mais duras e acumuladas responsabilidades, com a ausência do companheiro de tantas tarefas.

Mas, suas atribuições como Superior em São Vicente e em Piratininga, mesmo antes da morte de Nóbrega, já se destacavam, inclusive, através das cartas dos irmãos da Companhia, como a de Baltazar Fernandes, de 5 de dezembro de 1567, que dá notícia da Capitania e da chefia de Anchieta.

Novamente, em 1577 volta à Bahia, onde, como Provincial, segundo Antônio Franco, fez um governo que era "todo uma violência amável", a todos

(*) A variedade de abelhas do Brasil foi objeto de observações de Aires do Casal, em sua *Corografia Brasílica*, apontando aquele historiador a "urucu", de cor parda, a "mumbuca", escura, a "mandassau", negra e pequena, a "tupim", ainda menor, a "teuba", amarelada; a "cupineira" que ocupa as casas abandonadas dos cupins, e que fabrica bom mel, "tataira", "saranhô", "getaf", "caruara", "preguiçosa", "mo-quintinho", "mami", e lá fabricando "ortifício" tão cheiro de um mel amarelado e saborosíssimo, que por fim fica como açúcar refinado.

(**) Aires do Casal, na sua *Corografia Brasílica*, reedição de 1943, cita, entre as numerosas espécies de aves de São Paulo, as rôlas (pág. 154), acrescentando (pág. 56) que a "espécie das rôlas também é muito variada", citando as *parus* que são as que passam da África para a Europa durante a primavera, as "rôlas cascavel", que vivem em estalós com as asas quando se levantam e que são lindamente pintadas de branco, as "rôlas caboclas", de cor de tijolo, as "cardineiras" bem menores, as de "asa branca" semelhantes aos pombo trocizes da Europa e as "trocizes do país" que são grandes e têm o bico vermelho.

cativando, mesmo porque o modo de mandar era sempre o "podeis fazer isto?", "será bom que façais isto".

Fernando Cardim, o padre visitador e Anchieta se encontram em Porto Seguro e o cronista assim descreve um dos momentos de suas peregrinações:

"Recebidos dos índios com uma dança mui graciosa-de meninos todos empenados com seus diademas na cabeça, e faziam suas mudanças e invenções mui graciosas; dali tornamos à vila, e vindo encalmados por uma praia, eis que desce de um alto monte uma índia vestida como elas costumam, com uma porcelana da índia cheia de queijadinhos de açúcar, com um grande púcaro de água fria, dizendo que aquilo mandava seu senhor ao Padre Joseph que vinha de trás com as abas na cinta, descalço, bem cansado; é este padre um santo de grande exemplo e oração cheio de toda a perfeição, desprezador de si e do mundo; uma coluna grande desta Província, e tem feito grande cristandade e conservado grande exemplo; de ordinário, anda a pé, nem há tirá-lo de andar sendo muito, enfêrmo. Enfim, a sua vida é vere apostólica."

Simão de Vasconcelos o vê, de retorno à Bahia, "no gesto o menos aprazível, humilde, rôto, quebrado de costas".

Em Itaparica, sem nenhuma surpresa — pois que já o avisara aos circunstantes — recebe sua nomeação de Provincial e assim justifica, em carta de 7 de junho de 1578, sua presença: "Resido nesta cidade da Bahia porque me deitaram às costas o cargo de Provincial".

Depois de sete anos de Provincialato, na Bahia, retornou ao Rio, mas levou, sempre, a lembrança dos seus trabalhos naquela Província, onde como chefe chorava duas ou três vezes diante de Deus, antes de chamar a atenção por uma falta aos seus subordinados, segundo documenta o Padre Pêro Rodrigues.

Mas ele que fora conquistar a paz pelo amor em Iperoig e que peregrinaria entre o Rio e a Bahia, acompanhando o governador-geral, que assistira a derrocada dos franceses no Rio de Janeiro, que durante sete anos serviria de Provincial e que se preparava para outras tarefas, apesar da idade e da saúde abalada, poderia dizer, tranquilamente: a mão de Deus é mais forte, os céus se dobram e a justiça se faz!

Anchieta, mais que o pórtico da literatura brasileira, foi merecidamente considerado o seu alicerce.

Com ele tivemos as primeiras manifestações literárias de caráter tipicamente local.

Escrevendo em latim, em espanhol, em português e em tupi, utilizava-se de cada uma dessas línguas segundo o objetivo que visava e o tema que abordava, de tal forma que usava o veículo lingüístico próprio para cada tipo de leitor ou de ouvinte.

Em português e tupi escrevendo para os colonizadores de Portugal e para os índios, o fazia em linguagem mais simples, acessível, despreocupada e muitas vezes chã, uma justa adaptação ao meio social a que se destinava o escrito.

Já em espanhol e latim escrevia para seu deleite pessoal; na sublimação, de seus ideais religiosos e literários, ou para os seus pares, daqui ou d'além-mar.

De qualquer forma, porém, as bases da literatura nacional repousam sobre seus escritos.

O próprio indianismo nasceu com ele, elo que era, consciente ou inconsciente, da literatura medieval européia e da nova civilização que aqui se instalava.

Não é possível isolá-lo do meio social e geográfico em que fixou suas raízes literárias.

Suas características nacionais se acentuam não apenas pela obra evangelizadora, mas, especialmente, pela total integração de sua vida espiritual, literária e física na paisagem geográfica e humana.

Jamais se preocupou em voltar à Europa de onde viera aos 20 anos, tornando-se verdadeiramente brasileiro por adoção.

Disse, mesmo, em certa oportunidade, que não fora aos portugueses que viera buscar aqui, mas aos índios.

Essa integração em nossa literatura o faz muito mais nosso que vários outros escritores ou poetas que nasceram no Brasil e que ficariam totalmente comprometidos com a literatura de outros países.

Com Anchieta começou a história de nossa vida cultural e o interesse pelo nativo, pelo índio, não apenas como objeto de especulação literária, mas, na condição de pessoa humana, como veículo de cultura, e mais do que isso, como elemento de fixação de cultura.

Não deve ter sido tarefa fácil descer até ao primarismo do índio, para fazer-lhe versos, canções, redondilhas, estribilhos, modinhas, ao seu gosto,

usando as próprias expressões do nativo, explorando seu meio e seus hábitos, os animais que o rodeavam, as forças da natureza que o extasiavam, e adaptar tudo isso aos interesses da evangelização, inclusive convertendo Tupã em Deus Todo Poderoso...

Ignorante e simples, porém terno de coração, o indígena necessitava de alguém que o entendesse e fosse capaz de chegar até ele com o mesmo enternecimento com que ele recebera os primeiros visitantes que aportaram com Pedro Álvares Cabral, e, apenas, na linguagem muda dos gestos, lançar os arcos e flechas ao chão, revelando a disposição de paz com que recebiam os nossos primeiros visitantes.

As próprias imagens de santos que chegavam, eram motivo para as modinhas com as adaptações indispensáveis ao interesse do índio, misturando-se com as músicas ou ajustando-se ao teatro.

Os velhos e surrados temas do bem e do mal recebiam vestimenta nova para os discípulos, pois Anchieta os preparava com o gosto local; à base do folclore indígena.

Afirmam seus críticos que há, especialmente, em latim, versos extraordinários que revelam suas qualidades poéticas e que o prenunciavam o grande poeta que poderia ter sido se não permanecesse como permaneceu, isolado em ambiente hostil e inóspito, completamente desligado das atividades literárias da Europa e de preocupações estéticas puras. E a esses argumentos acrescentavam o de que, durante o resto de sua vida, não fizera qualquer outro curso, além dos estudos de Coimbra.

No entanto, aos seus versos se atribui musicalidade maior que a de Gil Vicente, tendo o seu *Auto de Mem de Sá*, ainda nas comemorações Anchieta-nas de 1966, sido comparado aos *Lusíadas*.

Insistimos, porém, que é preciso compreendê-lo dentro do ambiente em que vivia, fazendo de tudo, trabalhando nos mais diversos e pesados mistérios, sendo, ao mesmo tempo, o agrimensor, que abriu, atendendo ao apelo do Governador, o caminho mais seguro entre o litoral e o planalto piratiningano; o escritor e o poeta, ora escrevendo na praia e gravando na memória para reproduzi-lo, mais tarde, no papel, o Poema da Virgem, ora redigindo as cartas-relatório ao Superior-Geral da Companhia, ou aos seus irmãos de Coimbra; o médico que não apenas fazia clínica geral, mas que também executava certo tipo de cirurgia; o construtor, dirigindo as edificações da nova vila, como em São Paulo de Piratininga; o administrador do Colégio, em sua Vila dos Campos de Piratininga, ou em São Vicente, ou na Bahia, onde foi Provincial, ou, ainda, no Espírito Santo, onde também dirigiu o "Colégio e as Residências"; o catequista, conquistando pela palavra fluente e convincente, o indígena para a civilização cristã; o sertanista, penetrando os sertões à procura de pérolas para a vinha do Senhor; o mestre-escola, ensinando os curumins para que estes levassem aos índios velhos da tribo as lições do Divino Mestre, fazendo deles o elo para o intercâmbio de duas civilizações que se contrastavam mas que se procuravam e se atraíam; o botânico, a descrever os inúmeros tipos de plantas do território; o historiador, a fixar, nas suas cartas minuciosas e sinceras, os acontecimentos mais importantes de sua época com a agudeza do analista imparcial.

Mas, sua obra não estaria completa, se a ela não tivesse dado as pinceladas de seus versos que a enquadram em moldura de terna evocação.

Havia, nos seus versos, nas suas canções, nas suas modinhas, muito encantamento, musicalidade e simplicidade.

No entanto, muito mais poesia continha sua vida, que desabrochava ao sol tropical de nossa terra, derramando-se em multicores lampejos de bondade.

No jovem noviço, que se amparava ao bastão para subir serras e montanhas, havia a poesia da juventude consagrada pelo amor fraterno e divino.

Havia muita poesia no carinho com que tratava o índio, colocando-o acima do colonizador, como objeto principal de sua tarefa.

E quanta poesia nos gestos de humildade e de compreensão para com aqueles que o cercavam com alegria, fazendo-se forte para não envergonhar-se de ser carregado por irmãos de humanidade, quando já o corpo dobrava ao peso dos anos e da doença, e, levantar-se da rede, para, num extremo esforço, fazer a pé o percurso.

E que extraordinária poesia em seus anúncios premonitórios, marcando o local onde iria morrer, ou avisando a Gregório Serrão que ainda ficariam juntos — como ficaram — vizinhos de lápide, na Capela de São Tiago, no Espírito Santo.

Sua poesia foi escrita em quatro línguas que ele dominava com a agilidade de mestre, mas sua vida toda resscende essa doce e tranqüila poesia de quem vive em paz consigo mesmo e consegue transmitir aos demais que o cercam os ritmos harmônicos de seus gestos.

Foi Anchieta o nosso primeiro historiador, no sentido mais exato do termo, porque suas cartas são descrições de fatos históricos, fiéis à verdade, em-

bora lhe anteceda, não com caráter de continuidade, Pêro Vaz de Caminha, a quem se deve, num documento isolado, a certidão de nascimento do Brasil.

Mas, o nosso apóstolo, dadas as obrigações que tinha com a redação dos relatórios da Companhia, cultivava o gênero epistolar como poucos dos seus contemporâneos, e, através das suas "Quadrimestrais" retratou o Brasil com as cores berrantes de sua realidade selvagem.

Se não teve preocupação nitidamente literária, nem por isso pode ser excluído de nossa história cultural, mesmo porque exercitou as letras, e, através delas conseguiu transmitir ao indígena ignorante uma noção cristã do mundo e da vida.

E que poderia consagrar melhor um escritor que o ter ele alcançado o seu objetivo através de seus escritos?

Não foi, como muitos, um demolidor de nossa formação, mas um construtor.

A ele se deve a difusão do tupi, ou seja, da "língua geral" dos nossos índios, tesouro lingüístico que ele salvou.

Seu método para conquistar almas e ensinar era hábil e sutil.

Utilizava-se, por exemplo, das concepções indígenas para penetrar a alma, o espírito do índio, seduzindo-o com a música e com os diálogos pedagógicos do seu teatro.

Tendo recebido aqui todas as influências, pode e deve ser considerado um poeta genuinamente brasileiro.

Fez-se entender perfeitamente pelos indígenas, como poeta; como dramaturgo, como orador, como mestre-escola.

Não fora sem razão que uma devota dissera, ao ouvi-lo:

"O Espírito Santo põe na boca do Padre o que há de dizer, como a pomba na boca de seu filhote o que há de comer."

Explorou a paixão do índio pela dança e pela música.

E essa exploração didática das tendências do índio o coloca com enorme antecipação ao desenvolvimento da técnica educacional moderna.

Mesmo sua dramaturgia era eminentemente didática.

Sem que se apercebessem, os índios repetiam os cânticos religiosos, dentro dos quais estavam os rudimentos da doutrina cristã.

O teatro ao ar livre, com a representação de peças como o *Auto da Pregação Universal* ou *Jesus na Festa de São Lourenço*, sempre continha debates e ensinamentos sociais, morais e filosóficos.

Após seis meses de estudo do tupi, dominava-o completamente e, assim, escreveu a *Arte da Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, editada "com licença do Ordinário & do Preposto Geral da Companhia de Iesu. Em Coimbra por Antônio de Mariz, 1593", o mais antigo e valioso monumento da "língua-geral".

Evidentemente, a edição é muito posterior à sua utilização no Brasil, onde circulava através de cópias manuscritas.

Gramatizando a "língua geral" que era a mais usada no Brasil, particularmente na faixa litorânea, Anchieta bem entendeu que ela "tinha todo o aspecto de língua de necessidade, criada para intercâmbio". (Schuchardt, *Die Lingua Franca*, in Z.R. Ph. XXXII).

Foi a Gramática de Anchieta, na opinião do historiador Max Fleiuss, a "verdadeira chave de Édipo para o enigma da multidão de dialetos bárbaros, instrumento maravilhoso de catequese, sem o qual seria impossível integrar a raça vermelha em nossa população".

Não lhe interessou cuidar da chamada "língua travada", porque esta era de pouco uso, além de difícil e complexa, segundo o próprio Padre Antônio Vieira documenta, nº 5º Volume dos seus *Sermões*, a fls. 337: "Por vezes me aconiteceu de estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais ou consoantes de que se formavam, equivocando-se a mesma letra com duas ou três semelhantes... O primeiro trabalho é ouvi-la; o segundo percebê-la; o terceiro, reduzi-la à gramática e a preceitos; o quarto estudá-la; o quinto... pronunciá-la."

Analisando a maneira como Anchieta se preparou para escrever a *Arte da Gramática*, Teodoro Sampaio recorda que no estudar a estrutura do vocábulo tupi, ele verificou a inexistência de grupos consonantais nasálados, como *mb*, *nd*, isto é, o *b* e o *d* nasais que não existem na língua portuguesa, bem como o *i* gutural característico do tupi que necessitou grafar de maneira especial, como *ig*.

Esse *i* gutural, pronunciado entre o *u* e o *i*, era por muitos grafado nas duas formas, sendo, finalmente, em 1620, substituído na Gramática do Padre Figueira pelo *y*.

Ainda vale a pena reter Teodoro Sampaio, extraordinário estudioso e pesquisador de nossa vida colonial, para lembrar que no tupi, é singular o poder de nasalização para as sílabas que lhe ficam em contato num mesmo vocábulo e que não há distinção nela entre singular e plural, pois essas distinções são feitas através de proposições, o que no seu entender dá ainda maior encanto no falar.

Considerou Teodoro Sampaio notável a riqueza dos verbos tupis, os seus singulares recursos e a sua força de expressão.

O poder de síntese do tupi era admirável, a ponto de uma palavra encerrar todo um período.

Assim, um Cunhambebe (chefe dos tamoios) significava o homem da fala baixa; um Araigboya (chefe temiminó) que era cobra do mau tempo; Yaguanharão (um dos chefes tupis que assaltaram Piratininga), significava a onça brava; Tyberecá, o vigia ou inspetor da terra; e o chefe dos potiguaras, Carobabé, traduzia-se como cara de bicho perfeita.

Outra curiosa singularidade da língua tupi, mencionada por Teodoro Sampaio, era a inversão total da frase, como se verifica pelo seguinte exemplo: o "Pelo sinal da santa cruz", na língua geral assim se escrevia: "Santa curuçá rangáua recé".

Na língua portuguesa, a frase começa pela preposição "pelo" enquanto em tupi, esta é a última palavra "recé".

Alcançava Anchieta o objetivo, graças à simplicidade dos versos, capazes de serem bem compreendidos pelo indígena, como em "Ao Santíssimo Sacramento":

"Ó que pão, ó que comida,
Ó que divino manjar
Se nos dá no santo altar
Cada dia!

É fonte de todo o bem,
Da qual quem bem se embebeda
Não tenha medo da queda
Do pecado!

Por caber dentro de nós
Vos fazeis tão pequenino
Sem o vosso ser divino
Se mudar!
Meu Esposo, meu Senhor,
Meu Amigo, meu Irmão,
Centro do meu coração,
Deus e Pai!

Seja minha refeição,
E todo meu apetite,
Seja gracioso convite
De minha alma.

Ar fresco de minha alma,
Fogo de minha frieza
Fonte viva de limpeza,
Doce beijo.

Mitigador de desejo,
Com que a vós suspiro e gemo,
Esperança do que temo
De perder.

Comendo de tal penhor
Nela tenha a minha parte
E depois de vós me farte
Com vos ver.
Amem."

O "Poema da Virgem" (De Beata Virgine Mater Dei Maria), não foi mencionado na longa carta que escreveu, na época, Anchieta ao Superior-Geral em Roma, porém, não era de seu hábito fazer referências às suas atividades literárias, a não ser quando algum acontecimento de interesse mais geral o exigisse.

Essa omissão justificou, durante algum tempo, a equívoca especulação em torno da autoria do poema, especulação que se destruiu por si própria, eis

que até na dedicatória dos versos, a identidade do autor se tornava tão clara, e tão evidentes os objetivos do poema:

"Eis os versos que outrora, ó Mãe Santíssima
Te prometi em voto,
Vendo-me cercado de feros inimigos

Enquanto a minha presença
amansava os tamoios conjurados
e os levava com jeito à suspirada paz,
tua graça me acolheu
eu teu materno colo

E teu poder me protegeu intato corpo e alma.

As inspirações do céu,
em muitas vezes desejei penar,
cruelmente expirar em duros ferros.

Mas sofreram merecida repulsa os meus desejos:
só a heróis
compete tanta glória!"

Há várias explicações sobre a redação original do *Poema da Virgem*.

A maioria aceita a versão segundo a qual, tendo excelente memória, Anchieta, depois que escrevia os poemas na areia da praia, em Iperoig, os gravava definitivamente na memória e, somente muito mais tarde, os transmítia ao papel.

Alguns, no entanto, entendem que após escrevê-los na areia da praia, voltava Anchieta à cabana, em Iperoig, e os passava ao papel.

Outros, finalmente, afirmam que Anchieta os guardou de memória até o seu regresso a São Vicente, quando os escreveu definitivamente. E os que adotam essa versão, argumentam, inclusive, com o fato de que Anchieta, em Iperoig, não teria tanto papel à sua disposição.

Aliás, a escassez do papel obrigava, mesmo em São Vicente, ou em Piratininga, naquela época, o aproveitamento dos restos de cartas dos comerciantes, além da utilização do couro cru, das folhas secas de pacova que eram usadas da mesma forma que o papiro, enquanto a tinta era fabricada pelos índios com um tipo de corante, e tão boa era a tinta que atravessou séculos sem-esmaecer.

Tendo 5.732 versos, o Poema não é, apenas, a narração da vida de Maria, mãe de Jesus, sua infância, a encarnação do Verbo, o nascimento de Jesus, a glória do Filho e da Mãe, mas também, transmite, robustamente, a influência do meio em que o escrevera, cercado pela natureza agreste e os índios em revolta.

Respeitosamente, discordamos de Plínio Ayrosa ("Os versos de Anchieta", Revista da Academia Paulista de Letras, vol. 31), quando opina que "o Poema à Virgem, esboçado nas areias alvas e históricas de Iperoig, num instante decisivo para a pequenina Vila de São Paulo, e, quiçá, para a colonização portuguesa no Brasil, é um longo poema inteiramente estranho pela forma, pelo fôdo e pela língua ao ambiente brasileiro", e que "nada ali reflete a larga paisagem misteriosa em que o seu autor se moveu".

A Bíblia e o Breviário que o acompanhavam, levados com alguns pertences em uma "caixa", são fontes principais do poema.

A opinião generalizada dos críticos é a de que Anchieta é um prolongamento de Gil Vicente, embora com mais musicalidade em seus versos que aquele. E afirma-se que Anchieta o relembra, especialmente, no Colóquio da Anunciação.

Longaro Degliondi, em 1738, escrevia (Publicações da Academia Brasileira de Letras, 11: História, pág. 545), que "tal era l'armonia e deoçezza del suo compari in versi latini, che in grazia di essi era chiamato il Canario, alludendo com gracioso escherso e alla Patria e agli angeletti di tal nome tanto celebri apresso tutti per la soavità del canto".

Seus mestres de Coimbra preferiam Virgílio e Ovídio e essa influência marcou, acentuadamente, a obra poética de Anchieta.

Aliás, "foi devido à graça com que os imitava que os apelidaram, brincando com o seu patronímico, de o canário".

Não nos parece justa a observação de Plínio Ayrosa e de outros estudiosos da vida e da obra de José de Anchieta quando afirmam que o "Poema da Virgem" nenhuma contribuição tenha trazido à nossa história, pois, além da dedicatória, numerosas são as referências às dificuldades que o autor enfrentara na solidão das paragens praianas, quando o escrevia, no aguardo das decisões de Iperoig, utilizando-se em suas imagens literárias, das belezas naturais da região e dos animais que a povoavam.

É evidente que não tem o poema o mesmo valor histórico do *De Gestis Mendis de Saa*, mas constitui, ainda assim, excelente contribuição à nossa história, inclusive, estimulando e possibilitando o interesse pelo estudo dos

acontecimentos ali desenrolados, lançando um pouco mais de esclarecimento aos dias agitados que antecederam a paz com os tamoios.

Escrevê-lo em latim que era, praticamente, a língua universal naquele século, era uma providência que lhe possibilitaria maior difusão, pois que mesmo em tupi, sua leitura não desceria à compreensão primária do gentio.

Se os seus versos em tupi eram propositadamente pobres de conteúdo e de imagens literárias, e se os escritos em português também mantinham o mesmo nível intelectual, esse fato só servia para explicar a preocupação do autor em ser bem compreendido pelo silvícola quando, igualmente, alcançava o colonizador português, cuja idade mental não estava distante da do índio.

A própria crítica aos versos escritos por Anchieta em tupi deve-se, muito, às criminosas deturpações feitas, segundo opinião generalizada de estudiosos, sob o título de tradução, pelo Padre João Cunha, em 1732 e reeditadas, com muita infelicidade, em 1923 e, de outro lado, as cópias feitas por curiosos, deturpando-lhe as palavras e mesmo o sentido.

Já com o "Poema da Virgem", as cópias manuscritas não foram feitas por curiosos e se obteve, relativamente cedo, (1663), a edição patrocinada por Simão de Vasconcelos, que o fez imprimir como anexo à sua Crônica da Companhia de Jesus no Brasil.

Se essas cautelas não tivessem existido, talvez o trabalho estivesse, hoje, totalmente perdido ou estropeado.

As imagens próprias de quem tinha diante de si a imensidão do céu e do mar, e a moldura de uma exuberante natureza tropical e selvagem, se sucedem no poema, ajudando as comparações e facilitando as interpretações filosóficas ou religiosas, ou, ainda, despertando-o para a revelação de um novo mundo, fiel ao Cristianismo primitivo, à simplicidade da sua pureza original.

É por isso que se cuida das "ondas do mar sem limites", da "ondulação esquisita do mar", da "onda preguiçosa", sublinhando, em certo momento:

"Se o mar revolto por hórrida procela, ameaça
tragar nas ondas a vida ao marinheiro,
Tu alisas o mármore das águas,
abrandando os ventos,
qual mansa brisa soprando em mar tranqüilo".

(2150)

O céu que se lhe escancara ao sol tropical ou às noites de estrelas, penetra em seus versos, ajudando a formação de belas imagens, acordando as mais puras emoções da terra, como:

"Antes de lançar com a sua palavra os mundos pelo espaço".

(25)

"Rasgaram-se os nimbos, sorriram os pórticos do céu,
e o firmamento aplacado
mostrou de novo seu festivo rosto" (120).

"O turbilhão dos astros,
habitados por infinita floração de anjos". (120)

"campos esmaltados de estrelas". (500)

"És a árvore da vida,
fértil de frutos eternos,
cujas raízes se escondem nas entranhas da
terra,
cujas franças sublimes chegam às estrelas
do céu".

"Porém aos olhos do Pai celeste ela refulge
em todo o seu brilho
e inunda de resplendores as moradas etéreas".

(965)

"nas asas do espírito voas até aos astros"
(1.005)

"Quando virás arrancar o mundo às trevas,
Sol, que não-terás poente?" (1.008)

"Tanta é a luz que me sepulta os olhos!"
(1.095)

A natureza está presente nos versos de Anchieta e, lendo-os, não se pode silenciar em torno da injustiça que lhe fizeram, quanto ao *Poema da Virgem*, como um trabalho estranho à vida, aos costumes, aos hábitos e à geografia de nossa terra.

Rocha Pita, referindo-se ao Brasil, na sua *História da América Portuguesa*, não o descreve diferente da Anchieta, pois que anota que "em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes".

A Anchieta não escapa, no exame geral da paisagem, dentro de um quadro lírico, simples e envolvente, os raios e os córregos de água pura e as rolas, comuns à região que descrevia:

"Nem deslizava o rio em curvas caprichosas"
(25)

"Inda que a fresca noite
Deixassem de destilar o branco orvalho
e de soltar sua água as nuvens carregadas;
inda que as fontes límpidas
negassem ao viajante os olhos borbulhantes
nem fosse transparente
a linfa do regato que desliza" (240)

"Tu és a Rosa,
que entre espinhos nasceste sem risco,
no esplendor eterno da eterna primavera"
(460)

"Teus tristes arrulhos, rôla imaculada"
(1.155)

"Por que voas, qual rôla, às serras altaneiras?"
(1.175)

"As aves têm seus ninhos,
Suas tocas têm seguras as raposas,
para abrigar a si e a seus filhos.
E tu, Senhor dos céus, Pai do Universo,
não tens onde pousar a fronte augusta".
(2.655)

Parece-nos evidente que o Poema foi escrito na praia e, depois, passado ao papel na cabana de Iperoig, ou em São Vicente, provavelmente com algumas alterações, pois é o próprio autor quem esclarece:

"Ao cantar tuas glórias,
irrompe de um caudal outro caudal.
Nem sei que dique poderá repressar
tantas torrentes!
Não há medida que abarque tuas glórias,
e aqui é a matéria que supera arte!
Quando a mão desiste de continuar o encetado,
Tu mesma lhe pões de novo nos dedos a caneta".
(2.050)

Suas dificuldades, preocupações, doenças e angústias, em Iperoig, são reproduzidas em alguns dos seus versos, ora de forma clara e definida, ora nas entrelinhas do Poema:

"Olha como todo se esvai o meu vigor,
como os joelhos fracos vacilam;
estende-me o braço
para que estes pés trementes não resvaem".
(380)

"Tornas-me rijos para luta os membros enfermicos,
ungindo-os com o óleo da piedade".
(415)

"Nem as pedras do caminho te embarçam".
(415)

A beleza dos versos, às vezes, não se perde dentro do tom realista, com que, vez por outra, pincela o poema, escrito entre índios nus, correndo os campos, caçando, pescando, amamentando os filhos,

E, ante o realismo da paisagem humana, lembra o Menino Jesus ao colo de Maria:

"Sem o ardor da paixão o deste ao mundo
- e o estreitas agora nos teus braços,
metendo-lhe nos lábios
o botão florido do teu peito." (2.745)

Não perde o realismo e a originalidade em cena tão repetida quanto aquela que marca o nascimento da Divina Criança:

"Mas, tu só anseias dores e asperezas:
Molezas, nos palácios dos reis é que se
aninham.
Queres que te façam o berço de estreita mangedoura,
que seja tua enxérga um punhado de palhas.
Repousa, pois, aí, ao bafo de animais,
que doce sono o teu sobre estas palhas."

Ao lado de sua produção meramente literária, indispensável examinar seus escritos dirigidos aos superiores da Companhia ou aos seus irmãos de Coimbra e que constituem excelente contribuição à história natural brasileira, a qual não falta o detalhe pessoal do observador arguto e atencioso, bem assim os seus sermões que se constituíram nos primeiros ensaios da eloquência sacra no Brasil.

No prefácio que escreveu para as *Cartas Inéditas do Padre José de Anchieta*, traduzidas pelo Prof. João Vieira de Almeida, o Dr. Augusto Cêsar de Miranda Azevedo observa que, se o Brasil teve a sorte de encontrar uma testemunha para escrever na primeira página correspondente ao seu primeiro dia de vida para a civilização, também encontrou uma inteligência privilegiada que logo firmou os delineamentos de sua história natural, dando os nomes indígenas aos exemplares de nossa rica fauna e flora. E destaca que as primeiras informações claras e precisas sobre nossa flora e fauna devemos, exatamente a Anchieta.

Depois do Colégio dos Jesuítas, em Coimbra, não mais freqüentaria uma escola, mas ali adquirira um sólido preparo humanista que o credenciaria a ser o redator das "Cartas Quadrimestrais", cujo códice manuscrito em latim, datado do século XVI, chegaria, juntamente com as de outros jesuítas até os nossos dias, graças à oferta que fez o conselheiro Lara Ordoñez à nossa Biblioteca Nacional, quando da permanência de D. João VI no Brasil, sob o título de *Livro do Registro das Cartas dos Padres, da Companhia de Jesus sobre o Brasil — 1549-1586*.

Quem estranhamente conservara o precioso *Livro do Registro fora nada mais nada menos que o Marquês de Pombal, de quem Ordoñez o recebera como doação*.

Estudando a correspondência de Anchieta, afirma Max Fleiss que seu estilo, além de grande singeleza, tinha uma viva força de expressão, possuindo ele os dons de narrador epistolar, e não teve dúvida em localizá-lo entre os que melhor exploraram esse gênero literário, a saber: Cícero, com sua correspondência, revelando os interesses em jogo no mundo romano; Madame de Sevigné, de delicado sabor feminino, sobressaindo como em fina jóia os melhores quilates do gênio francês; e, finalmente, Voltaire, num dilúvio de mais de nove mil cartas que maravilham pela agilidade e variedade dos temas, e "abertas a todas as idéias, todos os gostos, todas as paixões, não somente de um homem, mas de um século inteiro".

De suas poesias em tupi, salvam-se as traduções feitas por M. L. de Paula Martins, publicadas em 1945, traduções essas realizadas à base de fotocópias fornecidas pelo Padre Frota Gentil, e com a evidente presença de Plínio Ayrosa, dado que a tradutora era assistente da Cadeira de Etnografia e Língua Tupi-Guarani, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Sua poesia tupi, no entanto, não está desligada da música e da arte cênica, mesmo porque para impressionar o indígena, tornava-se indispensável atraí-lo pelas manifestações artísticas.

Por isso mesmo é que um observador da primeira missa no Brasil pudera exclamar: "Tenho mais esperança de afugentar o demônio com música"; e Manuel da Nóbrega, anos depois, pudera afirmar que "com música e harmonia eu me atrevo a trazer a mim todos os indígenas da América".

As próprias tendências artísticas dos indígenas observadas pelos primeiros cronistas faziam-nos descobrir os tupinambás imitando vozes de animais ou trovando "por comparações", e "com rimas consoantes", segundo observa no seu *Tratado Descritivo do Brasil* em 1857 Gabriel Soares.

Gabriel Soares diz, claramente, quanto aos tambores, que "são grandes compositores de cantigas de improviso, pelo que são muito estimados do gentio, por onde quer que vão", e quanto aos tupinambás, informa que "todos cantam por um tom e os músicos fazem motes de improviso e suas voltas

que acabam no consoante do mote; um só diz a cantiga e os outros respondem com o fim do mote".

Não são eles nem mais nem menos que os nossos repentistas do interior de São Paulo e de Minas, ou mesmo, do Nordeste, especialmente de Pernambuco, Paraíba e Ceará.

A diferença entre as línguas tupi e guarani não era tão grande.

Couto de Magalhães, procurando mostrar essa semelhança, comparava-as ao espanhol e ao português, reproduzindo as seguintes perguntas e respostas:

- Como é o vosso nome?
- O tupi diz assim:
- Maan pa ende rera?
- Em guarani:
- Embae pá ende rera?
- Traze fogo para mim.
- Em tupi:
- Reruri tatá chebe.
- Em guarani:
- Erú tata chebe.

Anchieta aproveitou-se dessa semelhança e, ao gramatizar a língua tupi, tentou uniformizá-la, ou absorvendo o guarani, ou facilitando aos povos das duas línguas a mesma possibilidade de leitura e compreensão, forçando, embora habilmente, a generalização da "língua geral".

E é ainda Couto de Magalhães, a quem D. Pedro II incumbira de preparar um trabalho para a exposição norte-americana de 1877, ao lado de outros, sobre raças e línguas americanas, a observar que "quando duas senhoras brasileiras conversam, ouve-se, muitas vezes, este dissílabo — em em: ora, este em-em das senhoras é o sim na língua tupi.

Outro exemplo que dá o nosso ilustre sertanista é o de que, não possuindo o tupi a letra l, ainda hoje, a influência dessa ausência se constata em certas regiões do interior onde o caboclo não pronuncia o l com o h, e, assim, não diz "melhor", "mulher", "milho", mas "mió", "muié" e "mio".

É pena que as traduções dos trabalhos de Anchieta tenham sido tão estropiadas, através dos séculos, e não tivesse sido possível examinar os originais ou cópias autênticas da maioria dos seus escritos em época que impedisse essa deformação.

Para que se tenha uma idéia da deturpação dos trabalhos de Anchieta, ou dos equívocos e enganos nas suas várias traduções ou publicações, bastaria citar um dos exemplos colhidos por João Vieira de Almeida, que traduziu do latim as *Cartas Inéditas de Anchieta*:

"Mas, esses e outros descuidos não alteram o sentido, nem produzem uma verdadeira incongruência, como no período importante que relata o clima e fenômenos meteorológicos de S. Paulo. Na página 276 dos Anais, lê-se: "Não há muitos dias, estando nós em Piratininga, começou, depois do pôr-do-sol, o ar a turvar-se de repente, a enublar-se o céu, a amiudarem-se os relâmpagos e trovões, levantando-se então o vento sul a cercar pouco a pouco a terra, até que, chegando ao CORO (?) (onde quase sempre costuma aparecer a tempestade), invadiu-o (?) tão fortemente, com tal sanha, que parecia ameaçá-lo o Senhor com a destruição". Agora, o original: "Non multis ante diebus cum essemus in Piratiningae, post occasum solis caepit aer commisceri subito, obnubilari coelum, tonitruisque et fulguribus crebris minitari: tum ventus ab Austro consurgens paulatim ambire terram, donec ad CORUM perveniens (unde fere semper solet exoriri tempestas) acceptis viribus tantopere invaluit, ut existium minari Dominus videretur". Nem os próprios paulistas aqui residentes serão capazes de entender o que quer dizer o tradutor. Que CORO seria esse a que se refere; onde quase sempre costuma a tempestade a aparecer que estava ameaçado de ser destruído?... E isso no tempo em que a igreja uma "paupérrima e estreita casinha", cuja construção não podia nem de leve admitir um simulacro de coro: Não — a culpa não é de Anchieta, que traçou com elegância e admirável fidelidade o que observou, o que ainda hoje é observado em São Paulo — as tempestades repentinas que se formam ao Noroeste. O pecado aqui é do traduttore — traduttore —; que não quis refletir sobre a obrigação que se impõe de sempre respeitarmos a correspondência exata de um vocábulo pelo outro equivalente, entre as duas línguas que se traduzem."

As piores traduções, no entanto, foram as que se realizaram com base em cópias manuscritas de terceiros, já deturpadas nas reproduções sucessivas.

Ainda assim, não fossem as cópias que se localizaram do *De Gestis Mendi de Saa* (*), como se poderia republicá-lo, hoje, se os manuscritos originais foram destruídos em um incêndio?

Não o considerasse bom poeta; por certo, Fagundes Varela não teria feito o apelo a que lhe ensinasse a musa a linguagem celeste, em seu "Anchieta ou o Evangelho nas Selvas".

"Alma inspirada de Anchieta ilustre,
Espírito do apóstolo das selvas!
Sábio e cantor, luzeiro do futuro!
Tu, que nas solidões do Novo Mundo
Sobre as alvas areias borrifadas
Das escumas do mar, traçaste os versos
Do poema da Virgem, e ensinaste
Aos povos do deserto a lei sublime
Que ao reino do Senhor conduz os seres:
Ensina à minha musa timorata
A linguagem celeste que falavas!"

No *Gestis Mendi de Saa*, Anchieta não apenas ressalta o herói que é o ponto central de sua epopéia, mas os feitos militares e históricos que têm culminância na vitória sobre o forte de Villegagnon em 1560.

Embora testemunha de outros fatos, como a batalha naval de 20 de janeiro de 1567, que deu causa à fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, primeiramente o modesto arraial de Estácio de Sá e depois, a fixação definitiva no Morro do Castelo, dessa batalha não cuida o poema.

A produção épica de Anchieta tivera, por certo, também, o objetivo de tentar uma revisão histórica capaz de assegurar ao seu herói a glória da fundação da cidade do Rio de Janeiro, apesar da preferência de outros na fixação eventual de Estácio de Sá junto ao Pão de Açúcar em 1º de março de 1565.

Santa Rita Durão no seu *Caramuru* também dedica várias estrofes a Mém de Sá, porém seus versos não têm a ressonância nem o valor histórico dos que escreveu Anchieta, embora omitisse Anchieta uma parte importante dos acontecimentos, precisamente no período em que esteve mais diretamente ligado aos fatos, revelando, assim, provavelmente, a modéstia de quem se colocava sempre entre os menores e mais humildes colaboradores.

Embora encontrado poema épico dedicado a Mém de Sá junto com o *Poema da Virgem*, em Algorta (perto de Bilbao), e parecendo tratar-se o manuscrito da própria letra de Anchieta, verificou-se, posteriormente, que era uma cópia de terceiro com inúmeras incorreções, algumas delas retificadas, outras por corrigir, lamentando-se que não tenha chegado até nós a cópia esboçada original que o Apóstolo, por certo, entregou ao seu herói.

Entre essas falhas, o Padre Armando Cardoso observa na tradução que fez do poema épico que "os erros do copista são em geral devidos à troca de uma letra por outra", lembrando que "o r cursivo anchietano, grafado à maneira de v e ligado por cima é freqüentemente confundido com t, alguma vez com n e s ou vice-versa".

Insistimos na precariedade dessas traduções, porque, infelizmente, elas têm dado causa a análise apressada quando ao estilo e quanto aos próprios fatos históricos.

A importância do Poema para o conhecimento daquele período da vida brasileira não pode ser relegada a segundo plano, não apenas porque está fundamentada em documentos, em cartas de seus irmãos de Companhia, como também em informações orais que colheu através de testemunhas oculares, ou pela própria observação pessoal de Anchieta.

Não guardam os três livros de que se compõe o *De Gestis Mendi de Saa* proporcionalidade no número de versos, posto que se o primeiro tem 701, o segundo apresenta 913 e o terceiro 1.322 versos.

As características clássicas do poema se ressaltam, inclusive, nos discursos dos personagens, para não mencionar a escolha do tema e a própria exposição dos fatos.

O poema leva à Europa, não somente os feitos heróicos de Mém de Sá e as referências à terra e à paisagem, mas os aspectos da vida do homem americano, do indígena, aliado algumas vezes dos franceses nos grandes combates que empreenderam e que obedeciam ao plano traçado de construir aqui a sua "França Antártica".

Através dele, Anchieta eterniza na história a vitória sobre a fortaleza da ilha de Villegagnon:

"Vês como de nada valeu à esses ninhos altivos de pedra,
toda a estratégia das posições achadas.

(*) O Padre Mateos, durante as conferências anchietanas, em 1965, chamando Anchieta de "O Camões do Brasil", informou que o original do poema sobre Mém de Sá queimou-se durante a guerra espanhola, em Bilbao, mas um padre havia tirado dele cópias fotográficas que o conferencista examinou.

Inexpugnáveis embora à força humana as ameias erguidas
pelo hábil francês no cimo dessa penha,

Aquele que rege com seu braço o universo estrelado
e pode com um aceno volvé-lo e revolvê-lo,
franqueou-te ó vencedor, o forte de rochas horrendas
e a soberba de suas moles sob os teus pés meteu,
nem sofreu te barrassem o passo as frechas aladas
nem as balas que vomita a poderosa pólvora.

Quando já te faltavam as forças e tua esquadra cedia
desfalcada pelo baque de muitos de teus heróis,
quando já se acabara a pólvora que alimenta o incêndio
e que ao fogo voraz vem provocar as iras;

Bem sabes que o brilho fermentido do mundo
foge ligeiro e leve, e se desfaz na fuga.
Como se esvai pelas fendas da jarra partida
o líquido, e baldado procura enchê-la,
Assim, a honra fugaz, como água flui e se escapa
por entre os dedos que segurá-la tentam."

Mas, acima de tudo, foi Anchieta o autor na nossa primeira Cartilha, do ABC tupi, através do qual os corumins abriram as portas da civilização, soletrando as primeiras letras.

Afrânio Peixoto o considera o "iniciador da literatura brasileira", e José Osório de Oliveira, na sua *Breve História da Literatura Brasileira*, editada em Lisboa, relembra que se o Brasil nasceu sob o signo literário, com a carta de Pero Vaz de Caminha, prosseguiu sua predestinação com Anchieta.

Aliás, um trecho citado por José Osório de Oliveira e atribuído a Anchieta, que ele classifica como o "primeiro escritor brasileiro", embora dos mais expressivos, não é de sua autoria, mas de Fernão Cardim: "Todo o Brasil é um jardim de frescura e bosques e não se vê em todo o ano árvore e nem erva seca. Os arvoredos se vão às nuvens de admirável altura e grossura e variedades de espécies. Muitos dão bons frutos e o que lhes dá graça é que há neles, muitos passarinhos de formosura e variedade e em seu canto não dão vantagem aos rouxinóis, pintassilgos, colorinos e canários de Portugal e fazem uma harmonia quando um homem vai por este caminho, que é para louvar ao Senhor, e os bosques são tão frescos, que os lindos e artificiais de Portugal ficam muito abaixo".

Não foi, aliás, o crítico português, o principal responsável pelo equívoco da citação.

Provavelmente se baseara em Capistrano de Abreu que em seus *Mateus e Achevas* se equivocou, atribuindo ao jesuíta canarino um trecho de Fernão Cardim.

A verdade, porém, é que a citação não alterou fundamentalmente, mesmo sob o evidente engano, o retrato que Anchieta fazia das terras brasileiras.

E tal era a identidade das descrições e a elegância com que o fazia, que o próprio Capistrano, cauteloso, metucioso, exigente, atribuiu a descrição a Anchieta.

Ao defender José Osório de Oliveira a opinião de que Anchieta deve ser considerado escritor brasileiro — e o primeiro deles — lembra que a origem é o que menos importa no escritor para sua fixação nacional.

Assim, Anchieta não é um escritor espanhol por ter nascido na Espanha; nem um escritor português, pelo fato de ter estudado em Coimbra, mas brasileiro, não apenas porque aqui chegou com vinte anos de idade, mas, especialmente, porque vivendo aqui quase meio século, sem retornar à Europa, aqui trabalhou, cumprindo fielmente a tarefa que se impusera, catequisando índios e escrevendo sobre nossas coisas e nossa gente.

Por isso mesmo, o Padre Antônio Vieira, embora nascido em Portugal, é mais brasileiro que português, enquanto o moralista Antônio José da Silva (Matias Aires), autor de *O Judeu*, embora nascido no Brasil, é genuinamente luso.

Não precisaria, sequer perguntar, como perguntou, se Tomás Antônio Gonzaga, português de nascimento, seria um brasileiro dos mais legítimos?

E não consideramos Anchieta apenas brasileiro pela temática de sua obra, pelo simples enunciado de nossos problemas e coisas, pois assim teríamos que também integrar no Brasil o português Ferreira de Castro, autor de *A Selva*, que traduz a vida e o drama da paisagem amazônica, num extraordinário romance-documentário.

Algumas vezes, nos retraímos durante a redação deste trabalho, preocupados em que o entusiasmo com que estudamos a vida do Apóstolo não ve-

nha a ser responsável pelo excesso comum aos biógrafos que vêem seus biografados nas condições mais excelsas e inigualáveis.

Quando, porém, essa preocupação nos assalta, na redação e pesquisa histórica da vida de Anchieta, nova perspectiva se abre para apresentar em outro ângulo essa figura ímpar que cresce ao correr dos séculos e à observação do tempo distante.

Referindo-se às *Informações de Anchieta*, publicadas como *História Natural do Brasil*, e que, por espaço de quase três séculos ficou em manuscrito, vindo a ser editada pela Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1812, o Padre Luís Gonzaga Cabral exclamava: "Em pleno século XVI, entre os primeiros jesuítas evangelizadores da América Portuguesa, nada menos que aquele assombroso Anchieta, que parecia chegar para tudo, escreveu uma *História Natural do Brasil*".

É o próprio observador quem documenta a admiração de Saint Hilaire por esta *História Natural*, dizendo que este se extasiou "diante dela e proclamou a José de Anchieta, por um dos homens mais extraordinários do seu tempo", citando Borges de Baíros, em trabalho publicado na Bahia, em 1916 — pág. 25 — sob o título *A margem dos assuntos*.

Nem necessitaria acrescentar sobre a utilização do teatro para a conversão do gentio e a alfabetização deste e dos próprios colonizadores ou de seus filhos já nascidos aqui, mais que a opinião de Castro Ney quando anotou que "o escritor das primeiras cartas quadrimestrais, o autor das primeiras observações sobre a História Natural brasileira, o cantor da Virgem, o homem que reuniu em si a austeridade do santo, a coragem do herói e a suavidade do povo — o venerável Pe. José de Anchieta, cujo estro plasmou com mão de mestre as mais antigas peças e os Diálogos mais antigos de que se pode blazonar o teatro no Brasil".

Foi ele, sem dúvida, o fundador do teatro nacional, aquele que primeiro escreveu as peças, montou os palcos, treinou os meninos-artistas, escolheu as cenas e os cenários, abrandando as tempestades para a execução cênica...

O teatro de Anchieta atingia, plenamente, o seu objetivo social, moral, religioso, pois tinha ele uma compreensão exata das relações íntimas da arte com a psicologia, particularmente, a psicologia das multidões.

Era o seu teatro eminentemente didático, feito ao alcance mental do índio e do colonizador, antecipando, de vários séculos, os próprios métodos montessorianos.

Era teatro com objetivo, com conteúdo, e com extraordinária expressão popular.

Tomemos, por exemplo, o auto Na Vila de Vitória.

O local é a Vila de Vitória, no Espírito Santo.

Surgem, primeiramente, no palco Satanás e Lucifer numa disputa de domínio, num valioso debate a respeito de suas "virtudes" e de suas "vitórias", até que "São Maurício", padroeiro da Vila, com sua espada, os expulsa da Capitania.

É de imaginar-se o índio assistindo a peça, entremecida de cânticos e de música, interessado na sua trama, ou mesmo o colonizador, sem outra diversão, deixando-se penetrar pelos ensinamentos morais que ela encerra.

Euclides da Cunha sublinhara que "o missionário reagia à frente dos bárbaros arrancados às selvas contra os bárbaros oriundos das terras civilizadas".

E não apenas se apaixonariam os índios, como também os colonizadores, com o "suspense" da peça.

De repente, irrompe no palco, geralmente montado ao ar livre, uma grotesca figura de mulher a aguçar, ainda mais, a curiosidade dos assistentes, criando as melhores condições psicológicas para a difusão dos princípios cristãos.

Era a "Ingratidão" que assim se apresentava.

Criticam-se, então, os vícios da época, os pecados chamados "mortais" e se exalta a virtude.

Entram em cena o "Temor de Deus" e o "Amor de Deus", com o objetivo de valorizar as virtudes cristãs, enquanto o Bom Governo se compromete com a Vila de Vitória para o seu futuro, numa exaltação final a que não faltam as palavras de confiança do seu "protetor".

Toda a trama e o agitado dos diálogos, prendendo a atenção dos índios, os levavam através dos enleios do teatro e dos encantos da música, à descoberta das verdades cristãs, dentro dos princípios de moral em que se devia assentar a sociedade que nascia.

Não se encontrava veículo mais fácil e suave que o teatro popular de Anchieta para arrancar do indígena os vícios milenares da antropofagia, das guerras fratricidas e tantos outros!

Na ocasião de suas representações, vinham indígenas de aldeias distantes de cinquenta léguas, como ocorreu quando da execução do auto *O Mistério de Jesus* que atraiu aimorês, tamoiós e colonizadores.

Extasiavam-se todos com as figuras dos anjos, dos demônios, de Júpiter, Nero, São Lourenço e Saravaia, de braços dados com a Virgem Maria, ou São Sebastião cachimbando nos intervalos dos atos...

O *Auto de São Lourenço*, peça teatral trilingüe (espanhol, tupi e português), tinha seu título original *Na festa de São Lourenço*, e foi apresentada na aldeia do mesmo nome que fica do outro lado da baía de Guanabara.

Os originais examinados por M. L. de Paula Martins ("José de Anchieta, auto representado na festa de São Lourenço", Documentação Lingüística, Boletim I, Ano I, 1948, São Paulo), foram fotocopiados pelo Padre Frota Gentil do próprio manuscrito de Anchieta que se encontra em Roma.

A representação assistiram, além de colonizadores, índios de Piratininga e de São Vicente, remanescentes tamoiós, temiminós do Espírito Santo e índios de Araribóia.

Cuida o primeiro ato da morte de "São Lourenço" nas grelhas e labaredas.

É o martírio dignificado pela fé na vida eterna.

Essa primeiro ato é todo em castelhano, porém, igualmente simples e claro:

"El fuego del fuerte amor
o mio Dios, con que me amas,
más me quema que las flamas
y brasas con su calor."

Surgem do fogo do inferno três personagens e, a seguir duas chamam tomam formas e surgem aos olhares extasiados dos expectadores: o "Temor de Deus" e o "Amor de Deus".

Já o segundo até é inteiramente em tupi e nele se movimentam três diabos e três anjos: o anjo da guarda da aldeia, "São Lourenço", e "São Sebastião", este, protetor do Rio de Janeiro.

A forma de apresentação já atraía interessadamente o indígena, pois que "São Lourenço" morrera queimado e "São Sebastião" atravessado por setas.

Até nos detalhes para a escolha dos heróis, Anchieta procurava identificar o drama real com os hábitos e vícios locais.

A forma psicológica de interessar o índio era a mais hábil, inclusive adotando temas que eram ou tinham sido dos seus mais arraigados hábitos.

Dos três demônios, dois têm nomes populares entre os índios.

Um deles fazia a pregação diabólica:

"Ódios, morticínios,
Antropofagia, caças de escravos
amancebamentos, desonestidades,
alcovitices, meretrício:
— não quero que os índios deixem isso."

Quando uma velha entra em cena, o colorido realista acorda a natural curiosidade do índio, podendo-se facilmente observar a penetração obtida pelo diálogo e seus efeitos imediatos:

"Upa! Este deve ser o diabo!
Pois como se incomoda o seu fedor!"

Um diabo chama outro e conta os sucessos que tem tido em outras Províncias, junto aos índios, conseguindo mantê-los nos velhos vícios e também narra seu desapontamento com o fracasso de um grupo que resolvera acompanhar os padres.

E continuavam os diabos a repetir:

"Vem, pois, tentá-los
para que eles transgridam a lei de Deus
bebam cauim, furetem,
vivam fazendo assaltos,
levem uma vida má,
vão-se embora desta aldeia."

Entre outros objetivos estava o de combater o nomadismo do índio, procurando fixá-lo na aldeia em condições mais estáveis e, assim, possibilitando a permanência do grupo para igualmente permitir o trabalho de alfabetização e de catequese.

O predomínio de "São Lourenço", nos diálogos, tinha sempre uma fundamentação lógica e psicológica ajustável exatamente à compreensão do indígena.

Guaixará — um dos diabos — exhibe os chifres e os dentes.

Aimberê — outro demônio — exhibe as garras, a cauda comprida e o gancho.

Os "santos" amarram os diabos, restando um deles — Saravaia (nome que é uma adaptação da palavra tupi significando selvagem) ao qual o anjo se dirige:

"Que está ali calado?
Será um morcego,
Uma borboleta, ou uma cúfca?
... Sapo troncho!
Não, gambá é que é."

Imagine-se o índio encantado em ver seus bichos selvagens promovidos para o palco, inclusive a maritacaca e até a lombriga.

O término do segundo ato já é uma exaltação à vitória contra o mal, ali personificado pelos demônios.

Também o terceiro ato é em tupi, mas nele já os demônios são serviçais dos anjos.

Deviam os corumins rejubilar-se e regalar-se com as figuras (só homens representavam nas peças de Anchieta, inclusive executando papéis femininos), como na ocasião em que Jaguarussu entrou em cena empunhando um tacape:

"Eis aqui o tacape pintado,
para eu quebrar a cabeça do maldito
e devorar os seus miolos.
Eu sou o grande lobo, a onça,
a onça pintada devoradora de gente."

Não sentiriam os indiozinhos (e os adultos que tinham sua idade mental) a mesma emoção que na história do "Chapeuzinho Vermelho e do lobo mau?"

Passa-se ao diálogo dos imperadores Décio e Valério, agora novamente em castelhano.

Aí, Anchieta aproveita-se para criticar os colonizadores mais preocupados com a riqueza material e coloca os dois reis nas mãos dos demônios que os arrebatam, enquanto os índios tupis assumem o trono do Império Romano, segundo Lemos Barbosa, como se vissem nos índios-diabos, vestidos de anjo de luz, o "anelo jesuítico do triunfo da causa indígena sobre o neopaganismo colonial, eterna e amarga ameaça aos desígnios da catequese".

O quarto e quinto atos são apresentados em português e espanhol, encerrando-se com procissão, danças e outros festejos.

Deu Anchieta, juntamente com alguns dos nossos primeiros escritores, à língua portuguesa — fazendo-a receber o impacto do tupi — a movimentação de que ela carecia, pois do contrário, em vez de língua viva, em permanente evolução, poderíamos tê-la como língua morta, estacionada, ou estudada apenas pela semântica, convertida em um "sânscrito" camoniano!

As línguas evoluem e se alteram no tempo e no espaço e não foi por outra razão que Machado de Assis advertiu que "querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas".

Se não tinha Anchieta a sensibilidade política de Nóbrega, nem o tino administrativo de Luís da Grã, a verdade é que nenhum deles lhe toma a palma nas atividades culturais, educacionais ou literárias, propriamente ditas.

Mas, era, ao mesmo tempo, o mestre-escola e o aluno.

Aliás, duplamente mestre-escola, porque aos seus irmãos de Companhia ensinava o latim, e aos índios, a Cartilha Brasileira do Tupi, enquanto era, também, o aluno que pesquisava e aprendia as palavras da língua nativa, sorvendo-lhe os sons, as sílabas, as particularidades.

Era o mestre-escola curvado à mesa tosca e à luz mortiça, articulando as linhas das primeiras letras para o Brasil-Criança; ou o aluno que estudava com os corumins a pronúncia e o sotaque tupi, para melhor alfabetizá-los dentro dos rigores da gramática.

Dupla missão de mestre-aluno, apreendendo os primeiros traços da cultura aborígene e difundindo as primeiras letras do alfabeto indígena com o amor de quem nascera aqui e que para esta terra viveria.

Vários trabalhos de Anchieta continuam inéditos até hoje e alguns outros se extraviaram.

Não se editaram a *Doutrina do V. Padre Joseph de Anchieta* que se encontra nos Arquivos da Companhia de Jesus, em Roma, e *O Confessionário*, escrito em tupi.

Também se extraviaram os originais de um trabalho em que Anchieta gramatizou, igualmente, a língua dos tapuias, segundo documenta Quirício Caxa, em livro publicado logo após a sua morte, eis que foram contemporâneos.

Nas suas *Cartas Inéditas*, prefaciadas pelo Dr. Augusto César Miranda de Azevedo, encontramos este trecho em que Anchieta pede pela terra onde veio trabalhar e morrer: "Pedimos pelo amor de Deus que todos se lembrem

de nós em suas orações, e que nenhum esquecimento invada os nossos irmãos a respeito desta nação, perante o Senhor”.

Fagundes Varella bem interpretou esta total dedicação de Apóstolo à terra brasileira, quando escreveu, colocando como palavras de Anchieta estes versos:

“Pátria querida, pátria gloriosa!
Continua fitando os horizontes,
Se meu berço não foi teu grêmio ilustre
As primícias te dei da mocidade,
Os labores do estudo, as flores d'alma,
O sentimento e a vida”

Quanto ao seu *Auto da Pregação Universal*, escrito em tupi e português, para servir, ao mesmo tempo, ao indígena e ao colonizador, culturalmente nivelados, e o escrito para “impedir as indecências em autos representados na Igreja”, considera-se a primeira peça do nosso teatro, escrita no Brasil, opinião de Serafim Leite que Péricles da Silva Pinheiro adota plenamente em seu trabalho sobre *Manifestações Literárias em São Paulo na Época Colonial*.

Não sendo encontrados os originais ou cópias autorizadas, correm desse *Auto da Pregação Universal* deturpações ou reproduções duvidosas que não autorizam exame mais sincero no seu aspecto literário.

Valemo-nos, ainda, de Péricles da Silva Pinheiro para a localização de Anchieta face às primeiras manifestações literárias em São Paulo.

“Alia, assim, o canarino, às qualidades de orador sacro, as intelectuais para compor excelentes sermões, de sólida estrutura, vigorosos em substância e expressivos como produto literário, como essa da conversão de S. Paulo. Anchieta, nas condições do quinhentismo paulistano, é a única figura que realmente sobressai e marca com a versatilidade de seu engenho e de seus pendores artísticos, consubstanciados em produtos, em atos concretos de criação literária, a paisagem deste recanto da colônia portuguesa na América. Depois dele e durante largo espaço, a crônica quinhentista não registra em seus anais nenhuma outra personalidade como a sua no âmbito restrito da atividade intelectual e literária, que tenha de certa forma contribuído ou acelerado o processo da formação do pensamento brasileiro, no cenário humano e cultural de São Paulo.”

Foi não apenas o nosso primeiro escritor.

Foi o responsável pela elevação do nosso índio ao respeito da sociedade e até mesmo pela sua participação na vida social, obrigando a Europa orgulhosa a examinar-lhe os costumes e as tendências, e, ao mesmo tempo, chamando a atenção dos europeus para outros aspectos do novo mundo que não eram apenas de conquista de terras ou de riquezas materiais, mas que revelavam ser o continente um celeiro espiritual, ansioso pelas luzes que clamava da escuridão das selvas, e pela civilização com que sonhava, soletrando com o Apóstolo as primeiras letras, espiando das trevas a imensidão do céu, recoberto de sóis.

Uma das singulares facetas da atividade do Apóstolo em terras brasileiras é sua dedicação à saúde do índio e ao estudo das medidas de combate a determinados tipos de doença que grassavam no território.

Anchieta encontrou São Vicente e Piratininga, particularmente, numa época em que o tratamento era um misto de magia e de terapêutica rudimentar.

Os males predominantes eram, então, as disenterias e as febres.

É claro que então se confundiam muitas das moléstias que hoje estão perfeitamente caracterizadas e diagnosticadas, mas naquela época, uma série delas era incluída na denominação geral de disenterias, se bem que a maior parte tivesse nítida origem bacilar e caráter epidêmico.

A que é conhecida, hoje, como disenteria bacilar era a aguda e contagiosa, enquanto a outra, cuja cronicidade posteriormente ficou bem diagnosticada, apresentava-se com sérias complicações, assustando, por isso mesmo, mais que a primeira.

A própria febre-malária que grassou em São Paulo de Piratininga, nas suas diversas manifestações e quase permanentemente, não era como tal conhecida e, embora já existisse na região amazônica, foi trazida para o sul pelo português, encontrando aí campo fácil, graças aos seus mais eficientes veículos: o pântano e o mosquito.

Veio ela de Portugal, onde o susto que provocava, com a denominação de “sezões” ou “sezonismo” não poupou sequer a pena de Gil Vicente que a referiu em seus escritos.

Jean de Lery, o missionário calvinista que viera ao Brasil acompanhando Bois Le Comte, escreveu na sua *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil autrement dit Amerique*, que “os selvagens são mais fortes, mais robustos e

cheios, melhor dispostos e menos sujeitos a doenças do que os europeus e entre eles são raros os coxos, os cegos e deformados de qualquer natureza, muitos chegam à idade de 100 e 120 anos, e mesmo em tal idade muito poucos se vêem de cabelos brancos”.

A medicina não ia, então, além das benzeduras e dos exorcismos.

Esclarece Frei Vicente do Salvador que os médicos — e os melhores — eram “os acautelados e que padeceram as mesmas enfermidades, os quais, aplicando ervas ou outras medicinas com que se acharam bem, saram os enfermos; mas, se a enfermidade é prolongada ou incurável, não há mais quem os cure e os deixam ao desamparo”.

Observa, também, que “não há entre este gentio médicos sinalados senão os seus feiticeiros, os quais moram em casas apartadas, cada um per si, e com a porta mui pequena, pela qual não ousa alguém entrar, nem tocar-lhe em alguma cousa sua, porque se alguém lhes toma, ou lhes não dá o que eles pedem, dizem: vai, que hás de morrer, a que chamam lançar a morte”.

Piratininga só viria à ter médico, e assim mesmo um “autorizado”, quando se reconheceu em Antônio Ruiz, “barbeiro”, “homem experimentado e examinado”, o “primeiro médico”, a quem foi atribuído o papel de “juiz do ofício dos físicos”, aos 16 de agosto de 1597.

Das febres, grassavam a tífica e a amarela, sendo que desta o primeiro surto verificou-se com a chegada de Villegagnon, e São Paulo de Piratininga sentiu-lhe os efeitos entre 1555 e 1556.

De algumas febres e doenças, livrou-se o Campo de Piratininga, graças às imensas muralhas naturais que resguardavam o planalto e de outras, somente bem mais tarde recebeu o impacto.

A bexiga foi responsável pela morte de muitos no vilarejo.

Não existiam entre os índios a lepra, que chegou mais tarde com os colonos e os negros; a tuberculose, também trazida pelos colonizadores e pelos escravos, embora sua etiologia somente se aclarasse, muito mais tarde, confundia-se, então, com outras doenças; a própria sífilis que também foi contribuição dos colonizadores (não se pode confundir-la com a úlcera venérea, encontrada entre os índios e muito comum naqueles primeiros tempos), ou, mesmo, a boubá, que também deveria ser nativa e que, dadas as semelhanças com as manifestações sífilíticas provocou uma confusão que somente se esclareceu com a descoberta do seu agente, em 1905; finalmente, o tracoma, que veio com os primeiros imigrantes italianos.

As “feridas bravas” sobre as quais encontramos em documentos da época inúmeras referências não deveriam ser senão a úlcera de Bauru, cujo agente, a leishmania, também muita confusão permitiu, durante séculos.

As verminoses, de terríveis conseqüências sociais, com a praga dos opilados, na ancilostomíase, foram referidas pelo cronista Gabriel Soares de Sousa e por Sigaud, os quais observaram entre os índios o costume de comer terra, o que lhes teria propiciado a anemia, a fadiga, e a propalada indolência.

Chegava Anchieta ao grande campo de trabalho para as sangrias, os partos, os curativos, as cauterizações, incutindo, primeiramente, entre os índios as noções de higiene e de profilaxia.

Simão de Vasconcelos, um dos seus primeiros biógrafos, observava: “tudo quanto é dores alivia, advogado das febres, de partos e apostemas”.

Os recursos da época, mesmo na civilizada Europa eram reduzidíssimos.

Anchieta teria que lançar-se aos recursos nativos, à virtuosidade medicinal dos mandacarús, cragoatás, carobas, ananazes, enfim, à flora exuberante do Brasil que iria ganhar nome, inclusive, em Portugal, onde ficaria famosa a receita da “Triaga Brasileira”, que continha nada menos que 21 raízes do novo mundo.

Já a manipulava o Irmão André da Costa, segundo Bettendorff, “optimus pharmacopula” e “quimicus insignis”, com plantas e raízes cultivadas nas quintas e fazendas da Companhia de Jesus.

Mas, apesar das moléstias que aqui grassavam, nativas ou importadas, o clima e as condições de cura eram de tal ordem, que muitos dos jesuítas vieram em busca de saúde.

Quando instalaram a Igreja e o Colégio, em Piratininga, também aí localizaram a primeira enfermaria, segundo o próprio Anchieta informa na epístola quadrimestral de maio a setembro de 1554: “... em uma pobre casinha feita de barro e paus, tendo catorze passos de comprimento e apenas dez de largura, onde estão ao mesmo tempo, a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a dispensa”...

O próprio Anchieta, que sofria da espinha desde o acidente em uma escada, em Coimbra, sendo franzino e de aparência doente, teria vindo para o Brasil, também, em virtude de sua saúde abalada, segundo alguns.

A tarefa do Apóstolo na assistência médica aos índios e aos colonos (estes, trazendo moléstias até então desconhecidas no continente americano), era mais que um sacerdócio, merecendo lembrar que somente com Tomé de

Sousa vieram cerca de 400 degredados, portadores dos piores vícios e doenças do velho mundo.

Há referências suas às bexigas, às febres, às priorises, ao tabardilho, às câmaras de sangue, ao sarampão, à malária e às mordeduras de animais.

Utilizava-se ele de várias plantas medicinais e de suas raízes, caules, folhas, bagos, sementes, sucos, cascas, pólen, etc., destacando-se entre elas a *ipecaçuana*, ou a *ipecaçuha*, e a *quina* que os jesuítas revelaram aos europeus, na composição de drogas, entre as quais, a chamada "mezinha dos padres da Companhia".

Rocha Brito, em conferência pronunciada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob o título "Aspectos do Brasil Médico", (Brasília, Coimbra, 1942), lembrou que Anchieta enumerara as cobras venenosas, os sintomas de envenenamento e o mecanismo da mordedura, sublinhando que "as jararacas, a coicininga, a ibiboca... são descritas com exatidão".

E é Anchieta o primeiro a constatar a imunidade obtida com uma primeira mordedura de cobra venenosa, tendo claramente informado, referindo-se à jararaca, que os índios quando "mordidos sucessivamente não só não correm risco de vida, como mesmo sentem menor dor, o que tivemos mais uma vez ocasião de observar".

Foi ele um dos nossos primeiros imunologistas.

Não mencionava, simplesmente, a imunidade conseguinte das sucessivas mordeduras, pois sua observação englobava o fenômeno da vacina, abrindo amplo campo para o seu tratamento.

E a observação era de 1560, quando tão distante nos séculos se encontraria a possibilidade de fabricação da vacina antiofídica:

"Porro id apud Indos sic habet ut si semel icti a colubio mortem evadunt, percussu deinceps non solum in discrimen vital non veniant, sed multo etiam minus sentiant doloris, quod non semel experti sumus."

Mas, sua observação e seus estudos não ficavam ac limitados.

Preparava o *ytecopê* para a tosse e a expetoração, enquanto usava a *ipecaçuha* como vomítico e antidiarréico.

As virtudes das plantas nativas lhe eram conhecidas.

Os indígenas, aliás, já usavam a abstinência alimentar; faziam suas dietas com mingaus de carimã; empregavam o emplastro; praticavam a transpiração artificial com o "banho turco", acendendo fogueiras sob as redes em que se deitavam, para transpirar; utilizavam-se das folhas de carova e do suco de jenipapo, para o tratamento da boubá, aplicando, também, ungüentos de jenipapo e de urucu para picadas de insetos.

Conjugava Anchieta as atividades de curador e cirurgião com as de sapateiro, pois que, segundo informa em uma de suas cartas, no tempo de Piratininga servira de médico e barbeiro, curando e sangrando muitos índios, mas, aprendera, também, o ofício que a necessidade lhe ensinou — conforme ele próprio observa — que é o de fazer alpargatas, do que já era bom mestre, confeccionando-as, inclusive, para os seus colegas de Companhia, visto que andar por estas paragens com sapatos de couro não era possível.

Ele próprio confessa o pesado trabalho na ocasião das epidemias, declarando que "quando há doenças gerais, como houve cá muitas vezes de bexigas, priorises, tabardilho, câmara de sangue, etc., não há descansar; e nisto se gasta cá a vida dos nossos, com que se tem ganhado, em todo o Brasil, muitas almas ao Senhor".

Vale a pena reproduzir o depoimento de Quirício Caxa, seu contemporâneo em tarefas da Bahia: "Ó quantas vezes o vimos assentado sobre um tição pegado com a rede do índio doente, e às vezes de doenças que podiam causar horror, consolando-o e esforçando-o com não menos afeto e brandura, do que uma mãe pode ter em tal tempo com um filho que muito ama. E parece verdadeiramente que assim como seu gosto em vida foi tratar com os índios e empregar-se todo em seu remédio, assim Deus lhe quis dar por última consolação que morresse entre eles".

Mas, Quirício Caxa que o conheceu de perto, pôde testemunhar, ainda que "muitas vezes lhe acontecia levantar-se de noite e aticar o fogo e botar brasas debaixo das redes dos índios com quem caminhava, estando eles dormindo".

Certa feita, uma estranha epidemia assolou Piratininga, e Anchieta enfrentou-a, utilizando-se de um canivete que servia para preparar penas de escrever que, nessa época, se faziam de penas de aves, e com o instrumento, bem amolado, passou às sangrias.

Utilizava-se, também, de tesoura para extirpar os tecidos mortos em um tipo de doença que ele classificava como uma forma de lepra, porém, que pos-

teriormente verificou-se não se tratar do mal de Hansen, mas que, de qualquer forma, ele descreve como um patologista:

"Cobre-se todo o corpo dos pés à cabeça de uma lepra mortal... morrendo em 3 a quatro dias... quebra-se-lhes a carne pedaço a pedaço, com tanta podridão de matéria, que sai deles um terrível fedor".

A necessidade, porém, o fazia, constantemente, o ginecologista, o parteiro, o clínico que não receia o contágio e que enfrenta todos os riscos.

Narrando a extirpação de um flegmão, assim explica a providência:

"Entre esses enfermos houve um que veio com intenção de me matar, ao qual se inchou uma mão de tal maneira que toda se corrompeu, a qual eu lhe abri em duas partes com uma lanceta e junto com isto se lhe empolou o braço até os ombros."

Sua dedicação no trabalho preventivo ou na cura ou no tratamento das moléstias que assolavam o território, naquela época, é por todos reconhecida.

Jonatas Serrano afirma que a lição mais fecunda que ele ministrava era a do sacrifício pessoal.

E é preciso imaginá-lo entre os índios que àquela época já praticavam o aborto com a ingerência de haberegens e da contração abdominal.

E indispensável observá-lo no cuidado aos índios que, àquela época, já tratavam o cancro (não o sífilítico, que só apareceu no continente mais tarde, trazido pelo colonizador), conforme a descrição que faz em uma de suas cartas:

"O cancro (que lá é tão difícil de curar), cura-se facilmente pelos índios."

Aquecem ao fogo um pouco de barro bem amassado, desse que serve para se fazerem os vasos, e tão quente quanto a carne o possa suportar e aplicam aos braços do cancro, os quais morrem pouco a pouco e tantas vezes repetem esse curativo que o cancro se solta e cai por si. Isto foi há pouco provado por experiência com uma escrava dos portugueses, a qual sofria desta doença."

O anotador de 1812 indagava se esse não era o cânceroma: "An autem vera essent Carcinomata, de quibus Anchieta loquitur?"

Na carta de maio de 1560, faz Anchieta um completo relato de nossa flora e fauna, distinguindo, inclusive, no *ylicopê*, o contraste de suas sementes venenosas, quando a árvore servia para "acalmar a tosse e descongestionar o peito".

A própria planta carnívora foi localizada e descrita pelo nosso metuculo-oso observador: "Entre outras há uma erva disseminada por toda parte (muitas vezes a vimos e tocamos), que chamamos viva, e parece animada dum como que sentido; pois tocando, ainda que de leve, com a mão ou qualquer outro objeto, logo as suas folhas se recolhem em si, juntam e como que se colam; e depois, com pouca demora, tornam-se a abrir".

Uma resina, de cheiro suavíssimo, é utilizada para curar feridas, de tal forma que "em pouco tempo nem sinal fica da cicatriz", segundo sua observação.

As medidas exatas na utilização de resinas medicinais já eram fixadas pelo estudioso e transmitidas aos europeus, como nesta informação, também de sua carta de maio de 1560: "Há uma árvore, da qual, cortando-se a casca com faca ou quebrando-se um ramo, sai um líquido branco, parecido ao leite, mas mais espesso, o qual, se se beber pouco, desembaraça os intestinos e limpa o estômago com um vômito de grande violência; mas, se houver demasia na porção, por pouco que seja, mata. Convém tomar só o que cabe numa unha, e diluído com muita água".

Já se procurou identificar essa árvore com a Gameleira — *Ficus deliaria* — de Martius, como o *marareço*, (também purgativa), que se calcula seja a *es-pelina tomba*.

Nas observações daquela longa e minuciosa carta-relatório que ainda hoje constitui fonte de inesgotável estudo de nossa flora e fauna, lembra Anchieta que entre os índios quase não se encontram cegos, surdos, aleijados, coxos.

Na carta dirigida aos 30 de julho de 1561 ao Padre Diego Laynes, Anchieta, aludindo à epidemia que, nesse ano, grassou em Piratininga, e do trabalho que a doença trouxera à sua atividade já sobrecarregada, informava que "de dia e de noite não cessávamos de confessar e de acudir com os remédios que podíamos, máxim em Piratininga onde os Irmãos são médicos espirituais e corporais, e tudo depende deles, onde não havia casa sem doentes e em algumas havia três, quatro, de maneira que bem era necessário o dia e parte da noite para os sangrar, curar, confessar".

Conformado, Anchieta falava de Manuel da Nóbrega e de suas muitas e contínuas enfermidades e das doenças de outros irmãos da Companhia, com febres, pleurisia, "mas el que las da las cura por sua misericórdia, que en la

tierra pocas medicinas ay pera ello, bendito sea él por todo". (Carta de março de 1562 ao Padre Diego Laynes).

Muitas vidas se salvaram graças à sua intervenção pronta e oportuna.

Fosse de dia, fosse de noite, não se esquivava ao atendimento.

E essa dedicação ao índio doente lhe abria as portas ao gentio e lhe facilitava o trabalho de catequese.

Por isso mesmo, salvou muitas almas, impedindo o aborto, o homicídio, a antropofagia, apenas se utilizando das armas da inteligência e da caridade para conquistar a confiança do gentio e convencê-lo da condenação daquelas práticas injustas ou delituosas.

Poder-se-ia perguntar se ele não fora muito mais médico do que aquele nomeado em 1597 como "juiz do ofício dos físicos", e se a história da Medicina no Brasil não o localizará como marco inicial, fixado no sacrifício sem temores das moléstias contagiosas a cujo tratamento ele se entregava com o entusiasmo de um sacerdócio?

Não era o Brasil, ou particularmente, São Vicente e Piratininga, simplesmente a meca dos doentes incuráveis de Portugal e Espanha?

Era, também, o centro para onde convergiam ladrões, assassinos, fugitivos da justiça do velho mundo, mulheres de vida duvidosa, além de condenados à morte ou degradados, com toda uma série variadíssima de doenças a transplantar para o continente americano?

O próprio D. João III decretara a abertura dos portos do Brasil a todos os criminosos do Reino, inclusive os condenados à morte, exceção feita apenas a alguns delinquentes que a coroa preferia tê-los por lá, à vista, como os moedeiros falsos.

Diz o decreto-real:

"Atendendo El-Rei a que muitos vassallos, por delitos que cometem, andam foragidos e se ausentam para reinos estrangeiros, sendo aliás de grande conveniência que fiquem antes no reino e senhores, e sobretudo que passem para as capitanias do Brasil, que vão de novo se povoar, há por bem decretá-los couto e homizio para todos os criminosos que nelas quizerem ir morar, ainda que, já condenados por sentença, até em pena de morte, excetuados somente os criminosos de heresia, traição, sodomia e moeda falsa. Por outros quaisquer crimes não serão de modo nenhum inquietados."

Não era de estranhar, por isso mesmo, que a luta de Anchieta tivesse que ser desenvolvida contra a prática do alcoolismo que já existia entre os índios, mas que se acentuava com a vinda de "povoadores" como estes, de tão péssimos antecedentes e hábitos e para os quais D. João III abria as portas do novo território, prometendo, não os inquietar.

O próprio Anchieta denuncia o colonizador alcoolizando o nativo e contra isso se rebelava: "Vencido, assim, pela longa importunação, acedeu ao convite e entregou-se à bebida, pelo que caiu em gravíssima languidez a que se seguiu à morte".

Sua luta contra as doenças, não apenas quando elas se manifestavam, como o seu trabalho preventivo e profilático, mereceria estudo mais profundo e longo, completando-se com o exame dos vários produtos medicinais aqui utilizados e levados também à Europa, como a quina, por exemplo, que durante muito tempo foi conhecida como "pó dos jesuítas".

As próprias Casas de Misericórdia se ergueram sob sua inspiração, e a do Rio de Janeiro teve em Anchieta, senão o seu fundador, um dos seus mais sólidos esteios.

Augusto de Lima em Anchieta, o erudito, afirma: "Para o que nos interessa, basta e cumpre que se assinala que, pelo ano de 1582, estando José de Anchieta em visita ao Colégio, lançou, segundo é tradição, os fundamentos da Santa Casa de Misericórdia desta cidade".

Sua *Carta aos Irmãos Enfermos de Coimbra*, datada de São Vicente, em 1554, não apenas se constitui num convite a que venham às terras salutaras do Brasil, mas revela sua constante preocupação com os problemas de saúde.

Acenava-lhes com a cura de suas moléstias e a muitos talvez assim convencesse e os atraísse às terras do novo mundo.

Ele, propriamente, não esperava senão a recompensa da vida eterna e de sua eterna bem-aventurança.

Em carta que escreveu da Bahia, aos 28 de dezembro de 1584, afirmou que não procurava "nenhuma espécie de prêmio ou recompensa, esperando unicamente aquela vida de bem-aventurança que o Senhor promete aos trabalhadores de sua vinha".

Pêro Rodrigues declara que ele exercitava sua humildade e caridade com os enfermos, onde quer que estivesse, com muito boa vontade e sob a admiração de todos, tanto quando Provincial quanto em toda a sua vida.

E acrescenta que no Colégio da Bahia era o mais diligente ajudante com que o enfermeiro contava, em todo o serviço da enfermaria.

Levantava e deitava doentes. E, se era preciso pernoitar vigiando algum deles, mandava que o enfermeiro fosse dormir e vigiava por ele.

O mesmo fazia quando se encontrava nas selvas, ou nos vilarejos, entre os índios.

Sem dúvida que o Senhor lhe reservou a vida de bem-aventurança que desejava, a única recompensa, o único prêmio a que aspirou.

* * *

Como um novo Paulo, Anchieta era o peregrino de terras novas e estranhas, cercado de surpresas e de emboscadas.

Não as que lhe preparavam os índios, mas que lhe armavam, às vezes, os que se encontravam mais próximos deles.

Uma dessas inconcebíveis injustiças nasceu, exatamente, com uma referência comprovadamente falsa, levianamente endossada por Frei Vicente do Salvador, a propósito do chamado caso "Bollés".

E essa referência comprovadamente falsa teve origem na informação de um "irmão nosso", segundo depõe Pêro Roiz, no seu livro escrito dez anos após (1607), a morte de Anchieta.

Pêro Roiz não cita o nome do "herege muito pertinaz", nem o nome do informante, mas a dubiedade da informação e a maldade do anonimato desse informante deu azo a Frei Vicente do Salvador e a outros a que se desse foro de verdade à inominável injúria.

É preciso ter em vista que tanto Nóbrega quanto Anchieta reclamavam contra o comportamento de certos "irmãos", havendo desabafos em linguagem pesada contra os que aqui vinham desmanchar o que haviam feito!

Não é de estranhar que algum dentre eles pudesse armar a injustiça, dando-lhe a impressão de revestir-se de verdade.

Mesmo nas citações referentes ao suposto sacrifício de Bollés, mesmo admitindo, por absurdo, para argumentar que o fato fosse verdadeiro, no momento em que repreendera o algoz, dando-lhe "ordem como o fizesse bem", segundo a frase de Pêro Roiz, a informação se deturpou, porque se entende que a tradução da conjunção cum (quum), deveria sê-lo que, o que mudaria sensivelmente o sentido da frase.

Assim, teria Anchieta, — preocupado com o sofrimento do condenado, dito ao algoz que o fizesse bem, e não "como o fizesse bem".

Frei Vicente do Salvador, a quem se deve um excelente documentário histórico, na sua *História do Brasil*, que teria sido ultimada em 1627, teve uma edição desse trabalho lançada em 1918, pelos Editores Weisflog Irmãos, com anotações de Capistrano de Abreu.

Era o mesmo Frei Vicente de Salvador que se deliciava com as tricas e furtivas da Córte, mas que tinha a preocupação, nem sempre hábil, porém sutil, de colocar mal alguns personagens, poupando outros por omissão consciente.

Assim é que, na sua *História do Brasil*, enquanto a alguns preconcebidamente colocava mal, a outros encobria-lhes os defeitos e erros, como no caso de D. Luís de Vasconcelos, Governador do Brasil, filho do arcebispo de Lisboa, e que ele apenas menciona como "muito amigo deste fidalgo"; nas desavenças entre Duarte de Costa e o bispo D. Pedro Fernandes, quando alega ignorância para não intervir; sobre a capacidade de D. Fradique, na Bahia, do que guarda a maior discrição, etc.; algumas das várias observações que Capistrano faz para colocar à mostra a maneira injusta com que aquele autor tratava os acontecimentos e as pessoas que neles estavam envolvidas.

À página 191, ainda de sua *História*, informa que entre os primeiros franceses que vieram ao Rio de Janeiro, em companhia de Nicolau Villegagnon, chegara "um herege calvinista chamado João Gouller" que teria fugido para a Capitania de S. Vicente, onde os portugueses o receberam pensando que fosse católico, e como tal o admitiam em suas conversações, por ser ele também versado em línguas, escrituras sagradas, etc.

Denunciado ao bispo, fora ele — continua Frei Vicente do Salvador — condenado e mandado ao governador, o qual o teria condenado à morte.

E acrescenta: "Achou-se ali pera o ajudar a bem morrer o Padre Joseph de Anchieta, que já então era sacerdote, e o tinha ordenado o mesmo bispo D. Pedro Leitão, e, posto que no princípio o achou rebelde, não permitiu a divina providência que se perdesse aquela ovelha fora do rebanho da igreja, senão que o padre com suas eficazes razões, e principalmente com a eficácia da graça o reduzisse a ela. Ficou o padre tão contente deste ganho, e por conseguinte, tão receoso de o tornar a perder que, vendo ser o algoz pouco dextro em seu ofício, e que se detinha em dar a morte ao réu e com isso o angustiava e o punha em perigo de renegar a verdade que já tinha confessado, repreendeu o algoz e o induziu pera que fizesse com presteza seu ofício, escolhendo antes pôr-se a si mesmo em perigo de incorrer nas penas eclesiásticas, de que logo se absolveria, que arriscar-se aquela alma às penas eternas".

E não escapou à pena maliciosa, habilmente ferina de Frei Vicente do Salvador, esta outra observação: "Casos são estas que desculpa a divina dis-

pensação e a caridade, que é sobre toda a lei, e, sem isto, mais são pera admirar que pera imitar”.

Muitos dos biógrafos de Anchieta recusam-se ao exame de tão ridícula acusação, de tão leviana malícia.

E essa recusa tem possibilitado a exploração injunta do falso acontecimento, em detrimento da verdade histórica.

Entendemos que o historiador deve enfrentar os fatos e trazer ao exame dos estudiosos as conclusões a que chegou, não evitando o estudo de aspectos considerados negativos do biografado, sob pena de comprometer a própria pesquisa realizada e deixar em suspenso, como espada de Dâmocles, uma acusação que o leitor menos avisado poderá considerar uma fuga a esse exame.

Ainda há pouco, nas conferências anchietanas, promovidas pela Comissão Nacional designada pelo Sr. Presidente da República, em nenhuma das palestras dos vários estudiosos da vida de Anchieta (e assistimos a todas elas), o fato foi sequer mencionado.

Aliás, Vicente Themudo Lessa em seu trabalho de defesa de Jean de Bollés e de acusação a Anchieta, bem se aproveita da fuga de seus biógrafos mais recentes ao exame dessa acusação.

Cumprir verificar até onde o acontecimento foi verdadeiro, com bases em documentação irrefutável.

Capistrano de Abreu, nas próprias anotações à História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador — página 140 — confessa que custara muito apurar a real identidade de Jean de Bollés, mas que hoje, sabe tratar-se de “João Quinto de Crespín et Lery, senhor des Boulez, autor de um folheto cuja existência primeiro apurou Ramiz Galvão”.

O caso se iniciou com um inquérito para apurar a infiltração calvinista e que esbarrou, diretamente, no francês conhecido como “Monsieur de Boullés”, fugido do Rio de Janeiro em 1558 ou 1559, e refugiado em São Vicente.

A difamação ou a injúria mais pífida é exatamente aquela que se aproveita de um fato originalmente verdadeiro e deturpa conscientemente a verdade, dando aspectos de legitimidade à mentira bem arquitetada.

Jean ou João de Bollés, como ficou mais conhecido, teve seu inquérito iniciado na Capitania de S. Vicente, prosseguindo depois na Bahia, e, finalmente, em Lisboa.

Verifica-se na documentação existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa (Inquisição de Lisboa, processos nºs 1.586 e 5.454), que João de Bollés foi absolvido em 1564, tendo tido grande influência nessa absolvição, a opinião de Mem de Sá que reconheceu os seus serviços prestados no Brasil, especialmente no ataque com sucesso ao forte de Coligny, na fortaleza de Villegagnon, quando Bollés teria revelado os acessos secretos ao reduto militar francês.

Em Lisboa, interrogado qual o seu nome, disse chamar-se “Joauano Contá, natural de Bollés, lugar da França, da jurisdição de Toia, Câpanho, do Arcebispado de Saans” (Anais, XXV, 255).

Acrescenta Serafim Leite que, nessa região, se encontra Coligny e também um pequeno lugar que atualmente se denomina Le Bloulay, segundo o *Dictionnaire Géographique de la France*, Paris, 1869, e mais, que o apelido de família aparece na pena de Villegagnon, como Cointat, e na de Crespín, como Cointac, e que, assim, a consoante (t ou c) suprimida na pronúncia e na escrita, leva à acentuação da vogal final: Cointá.

Não era Jean de Bollés levado a sério, mesmo entre os seus compatriotas, ainda que antes dos acontecimentos referidos, pois Lery assim observara “Le dimanche vingt & unième de mars (1556) que la sainte cene de Nostre Seigneur Jesus Christ fut célébrée la première fois, au fort de Coligny em l'Amérique, les ministres ayant auparavant préparé & catechisé tous ceux qui y devoyent communiquer, parce qu'ils n'avoient pas bonne opinion d'un certain Jean Cointa, qui se faisoit appeler monsieur Hector, autre fois docteur de Sorbonne, lequel avoit passé la mer avec nous; il fut pré par eux qu'avant de se presenter il fist confession publique de la foy; ce qu'il fit: & par mesme moyen devant tous, abiura papisme”.

O próprio Lery (Capítulo VI, pág. 67), na sua *Histoire d'un Voyage, fait en la terre du Brésil, autrement dit Amérique*, anota: “... parce qu'ils n'auoyent pas bonne opinion d'un certain Jean Coint qui se faisoit appeler Monsieur Hector autrefois docteur de Sorbonne, lequel avoit passé la mer avec nous...”.

Era exatamente, o Jean de Bollés que adotara como sobrenome o da própria terra de origem;

Do auto que Gonsalo Monteyro, ouvidor eclesiástico, mandara fazer a requerimento do Padre Luís da grã, verificamos quais eram as “heresias” de Jean de Bollés, resumidamente: que tanta dignidade tem um bispo quanto um Papa; que o Papa é um homem como nós; que as bulas do Papa são uma falsidade, que não há purgatório; que Deus não impede que os padres sejam casa-

dos; quanto ao pão e vinho “consagrados”, que ele comeria e tomaria como qualquer outro, etc.

E a petição continuava:

“E, por tanto, requeiro a vosa mercê que devase sobre tudo e, achando culpado ao dito Monsior de Bollés, o retenha que não se vá para o Reino, porquanto está de caminho nesta nação, que hora parte para o Reino; e faça diligência com brevidade; e, porque todos os seus companheiros, que com ele vierão, tem a mesma causa, deva-se também sobre eles; o que lhe asi requeiro da parte da Santa Madre Igreja e da Santa Inquisição, a quem requeiro que os remetta com as culpas ou ao Senhor Bispo à Baya, Luiz da Graam.”

Em torno dessa petição, foram ouvidas as testemunhas, na residência de Gonsalo Monteyro, ouvidor, na Vila de Santos, aos 22 de abril de 1560, sendo escrivão do feito Antônio Rodrigues d'Almeida.

A primeira testemunha ouvida, nessa ocasião, foi o Padre Manuel da Nóbrega, o qual, entre outros fatos, narrou alguns ocorridos quando viajara na mesma nau com Bollés e com o governador Mem de Sá.

Foi Anchieta a segunda testemunha. Seu depoimento foi pequeníssimo, comparado ao de Nóbrega, e igualmente tomado pelo escrivão Antônio Rodrigues d'Almeida.

Interrogado sobre a petição, ou melhor, sobre a peça acusatória, Anchieta, que jurara sobre os Evangelhos, apenas transmite informações de Pero de la Cruz (“as quais palavras dizia Pero de la Cruz como opinião do dito Monsior de Bollés, e não como referindo opinião de outros”), acentuando, especialmente, que as declarações do francês não eram feitas de público, mas em segredo.

Havia o evidente interesse de Anchieta em não comprometer criminalmente o réu, ora acentuando que transmitia informações de terceiros, ora destacando que o mesmo não fizera tais declarações em público, e além disso apenas referidas por outros.

Do seu curto depoimento tiramos mais este trecho: “E dise ele testemunha que ouvira dizer ao dito Pero de La Cruz que dizia ho dito Monsior de Bollés que estas cousas lhe tivese em muito segredo, diguo, em muito grande segredo”.

A terceira testemunha, o Padre Fernão Luis, também só transmitiu informes de terceiros, o que ainda ocorreu com a quarta, o Padre Silvestre Lourenço, vigário-geral e mestre-escola da Sé, ouvido em 20 de janeiro de 1561.

Várias outras testemunhas foram inquiridas, já então pelo escrivão Joam Marante, entre elas, os padres Adão Gonçalves e Gaspar Pinheiro.

A devassa prosseguiu na Bahia, onde afinal, Jean de Bollés, foi confiado ao mestre da nau “Barrileira”, a 8 de maio de 1563, que o levaria de volta ao velho mundo, e a 28 de outubro do mesmo ano, passava a ocupar uma cela da Inquisição, em Lisboa.

Somente ficou livre a 15 de novembro de 1564, embora sua sentença tenha sido publicada a 12 de agosto daquele ano, com o esclarecimento de que ele fora luterano, confessando-se, arrependendo-se, e recebendo a comunhão católica.

A 22 de agosto do mesmo ano, isto é, dez dias após a sentença absolutória, ingressou no Convento de S. Domingos em Lisboa, e ali aguardou a liberdade que ainda tardou quase três meses.

Capistrano de Abreu, dedicado e minucioso pesquisador de nossa história, depois de bem examinar o assunto, é categórico em suas conclusões, no livro *Ensaio e Estudos*, 2ª série, página 347:

“Desta história, pouco edificante, têm-se aproveitado incréus e protestantes. Será verdadeira? Manca pelo menos num ponto capital: Bollés não morreu no Rio, mas na Índia, para onde foi mandado depois de anos de vida ruidosa no Brasil e de um processo rigoroso no Santo Ofício de Lisboa. Se vítima houve, não foi certamente ele.”

José Maria Morais, no livro *Nóbrega, o primeiro jesuíta do Brasil*, conclui, face à documentação consultada em Portugal, nos Arquivos do Tombo, que Bollés, incompatibilizando-se com Villegagnon, fugira da Guanabara para São Vicente, onde o prenderam e o enviaram a D. Pedro Leitão que, da Bahia, o mandou para Portugal, na nau que levaria Estácio de Sá, e “lá se ateve com a Inquisição seguindo depois para a Índia”.

É o próprio Anchieta a informar que com medo de Villegagnon, Jean de Bollés fugiu com outros para São Vicente, em canoa dos tambois, fazendo escala, primeiramente, na fortaleza de Bertioga, onde permaneceu algum tempo, indo, depois, para São Vicente.

Dali é que fora mandado pelo Padre Luís da Grã ao Bispo da Bahia, D. Pedro Leitão, o qual, por sua vez, o enviou para Portugal “e de Portugal à Índia e nunca mais apareceu”, conclui Anchieta.

Se Anchieta tivesse alguma informação nobre a morte de Bollés e, especialmente, se houvesse sido seu assistente na hora final, não lhe escaparia o acontecimento, mesmo porque não lhe escapou o caso de um outro francês de menor nomeada, mencionado em sua "Informação" de 1584:

"Ofício da Inquisição não houve até agora, posto que os bispos usam dele, quando é necessário, por comissão que têm, mas dando apelação para o Santo Ofício de Portugal; e com isso se queimou já na Bahia um francês herege."

É bem verdade que Altino Arantes cita o caso de um francês que foi queimado e que, portanto, também não teria sido Bollés apontado como morto por asfixia de corda.

Quanto a este caso, Frei Vicente do Salvador que o descreve poderia ter explicado, também, a provável origem do equívoco envolvendo o nome de Anchieta, segundo depõe Altino Arantes:

"Na história dos colégios do Brasil, refere o respectivo autor, a seu turno, que em 1573, foi queimado como relapso, um herético cujo nome não cita, "condenado em um auto que se fez da Inquisição (que foi o primeiro no Brasil) no qual pregou um padre dos nossos, sendo também ajudado pelos nossos até dar sua alma a Deus."

Em outro volume, Capistrano de Abreu (*Ensaio e Estudos*), 3ª série, Livraria Briguiet, 1938), estudando o caso Bollés, reconstituiu, precisamente os fatos, iniciando essa reconstituição pelo primeiro indício revelado pela existência de um livro na Biblioteca Nacional, de autoria de João de Cointa, Ramiz Galvão em artigo publicado na *Revista Brasileira*, de 1879, indagava se João Cointa, já conhecido pela narrativa de Lery, não seria o mesmo Jean de Bollés das crônicas jesuíticas.

Na *Revista do Instituto Histórico*, Cândido Mendes afirmava, na mesma época, que João Cointa e Jean de Bollés eram a mesma pessoa, podendo declarar que nem este sofrera o suplício anunciado pelos cronistas, nem Anchieta executara o papel que se lhe havia atribuído.

Em 1900, segundo também documenta Capistrano de Abreu, em Lisboa, Sousa Viterbo, nos *Anais da Academia* afirmava, como conclusão de pesquisa, que João Cointa, autor de dois livros editados naquela cidade, era o mesmo Jean de Bollés.

Mas, não ficara, apenas, nessa identificação.

Localizou o processo a que Jean de Bollés respondeu na Inquisição de Lisboa e, com esses dados, possibilitou reconstituir, plenamente, a vida e a atividade do suposto mártir.

A observação de Capistrano, nessa altura, é por demais valiosa, quando acentua que era "pois, o mesmo fato descoberto independentemente três vezes por pessoas diversas, duas auxiliares pelo acaso, Cândido Mendes levado só pela força de sua inteligência, por consideração intrínseca e atirando logo a barra mais adiante que os dois".

O processo de Bollés, promovido pela Inquisição, encontra-se na Torre do Tombo, porém a Biblioteca Nacional recebeu cópia, e sua reprodução se encontra no volume 25, páginas 215 e 308 dos *Anais da Biblioteca Nacional*.

Foi possível, com o auxílio desses importantes documentos, reconstituir a vida e as aventuras de Jean de Bollés.

Tratava-se de pessoa culta, de argumentação fácil e lógica, porém pretensiosa, o que bem faz ressaltar da carta que dirigiu ao Bispo da Bahia e onde diz:

"Dizem que V. S. põe gran diligencia em perscrutar se eu sei letras e se as que sei são sacras ou profanas. Para tirar V. S. deste trabalho, saiba que eu me prezei sempre de cavalheiro, e tenho por grande pulha chamar-me letrado, pois ainda que minha meninice e mocidade gastei em letras, passei minha juventude em armas, para as quais nasci... Não aprendi letras para ganhar algo com minha ciência, mas estudei nas profanas por desenfado, e as sacras por descaso de minha consciência. Sei dizer ainda a V. S. que andei por França, Espanha e Itália, nunca achei quem me levasse vantagem em gramática, retórica, dialética, lógica, física e filosofia, e nunca achei meu igual, nem quem me chegasse de uma légua em metafísica, profundidade de escritura sagrada, e na especulativa profana ou teologia prática."

Quando Mem de Sá preparou a expedição para atacar o Forte de Villegagnon, por aproveitar os serviços de Bollés que resolveu acompanhá-lo face às cartas da Rainha mostrada pelo primeiro, onde se lia que o rei da França garantia nada ter com Villegagnon e que Portugal tinha liberdade de expulsá-lo quando quisesse.

Capistrano anota:

"Diz Cointa que deu o ardil para a tomada da fortaleza, e Mem de Sá de fato jurou que ele dera um ardil sem, entretanto, manifestar-se quanto à sua importância."

As observações de Capistrano de Abreu são perfeitamente lógicas, quando esclarece que o ardil teria sido para o ataque ao forte Coligny, tanto que a forma como atingiram a ilha e como conseguiram apreender as máquinas de guerra, apossando-se da pólvora, só teria sido possível com a assistência de alguém que bem conhecesse os pontos fracos e de acesso à mesma, os depósitos de material, etc. E Frei Vicente do Salvador informa que na luta pela fortaleza, valentes soldados portugueses, subindo por uma parte que parecia inacessível, conseguiram penetrar no castelo, apossando-se do principal e levando, assim, o desânimo aos sitiados que acabaram deixando a ilha.

Quando Estácio de Sá partiu de Santos, em navio que pertencera aos franceses, com o objetivo de ir à Europa, levou em sua companhia Jean de Bollés.

No entanto, quando aportou na Bahia, aos 28 de dezembro de 1550, Bollés foi preso por ordem do bispo D. Pedro Leitão.

Ali, entre outras coisas, Bollés afirmou, rememorando, por certo, a orientação que forneceu para o ataque à fortaleza da ilha de Villegagnon, cujos segredos ninguém melhor do que ele conhecia, que "tinha feitos muitos serviços a El-Rei que ainda que ele quebrara a cabeça a Jesus Cristo que lhe houvera guardar dois ou três dias para que ele saísse fora".

Nesse mesmo dia, desembarcado, foi entregue ao aljuibeiro Antônio Fernandes, porém, já no mês seguinte, isto é, em janeiro de 1561, eram ouvidas as testemunhas no processo preparatório e no dia 26 de junho do mesmo ano era interrogado.

Mas já se dizia católico, não se sabe se por manha ou por convicção, embora fazendo algumas ressalvas, como o caso da excomunhão papal que, segundo ele, "não atava nem desatava".

A 3 de agosto, submetia-se a novo interrogatório, mas aí já sabia de cor "os mandamentos da lei de Deus", os "pecados mortais", o Padre-Nosso, a Ave-Maria, o Credo, resvalando, apenas, na "Salve-Rainha", de que "não se lembrava".

Antes, porém, de findar o mês de agosto, (dia 25) o bispo despachou o processo, determinando a ida do mesmo com o réu para Lisboa, onde a Inquisição cuidaria dele.

Escreveu Bollés nova carta ao bispo, o qual, por sua vez, mandou anexá-la aos autos do processo porque entendia que existiam nela elementos que o incriminavam.

Desta carta, para que se possa ter uma idéia da personagem de Bollés, vejamos este trecho:

"Não deixo, todavia, de ter lido e ainda decorado quase todos os comentários dos doutores antigos hebraicos, gregos e latinos. V. S. me terá por parvo, porque demasiadamente me gabo; mas, a fim de que possa rir à boca aberta, outra vez digo que muito mais me fica por dizer que não tenho escrito."

Mem de Sá, ouvido no processo da Inquisição contra Bollés, completou a convicção de que o francês, conhecendo o segredo da fortaleza da ilha de Villegagnon, levava as tropas portuguesas à vitória sobre a ilha inexpugnável: "... falara ao suplicante fosse em sua companhia, o qual o fizera de boa vontade, e lá peleara bem e mostrara bom ardil de tomar a fortaleza aos franceses como se tomara".

Bollés continuou preso e o processo parado, mas aos 9 de janeiro o Cardeal Infante Inquisidor-Geral, mais tarde "El-Rei D. Henrique", o avocara para o Tribunal de Lisboa, e, assim, a 8 de maio de 1563, seguiu para o velho mundo, confiado ao mestre da nau "Barrileira".

Em Lisboa, sucederam-se as audiências do seu processo, a partir das realizadas a 5 e 11 de novembro daquele ano, nas quais declarou que ficara três anos preso por ordem do bispo da Bahia e que não fizera nenhuma declaração contra a Igreja de Roma.

Tudo — segundo ele — não passara de uma exploração pois que era católico, embora tivesse sido passageiramente luterano.

Lembrou que algumas das confissões e declarações que então formulava, não as fizera ao bispo, na Bahia, porque este jamais o deixaria vir para o Reino. O que poderia acontecer é que o mandassem de volta a França e, como ele conhecia perfeitamente o Brasil, inclusive suas entradas seguras, os franceses o fariam regressar, aproveitando-se dele para tentar apoderar-se do território e que esse fato poderia ser muito prejudicial a Portugal.

Mas, a mais provável versão ele não enunciou.

Provavelmente, se o processo não fosse tão grave, não seria ele enviado para o Reino em companhia do réu, mas seria resolvido aqui mesmo, culmi-

nando, por certo, com sua expulsão para a França. E, o que é mais importante, Bollés, certamente, temia represálias porque fora um traidor dos seus compatriotas, revelando a Mem de Sá os segredos para o ataque à fortaleza da ilha de Villegagnon, segredos que permitiram o sucesso do ataque.

Novas audiências, a 25 de novembro, 7 de dezembro, e 4 de janeiro de 1564.

A 3 de fevereiro, foi apresentado contra ele libelo acusatório, que contrariou no dia 10 do mesmo mês.

A sentença, porém, somente foi enunciada a 12 de agosto e dela extraímos o seguinte trecho.

"... El lhe mandam que abjure seus Heréticos errores em forma e em penitência deles lhe assinam, cárcer pelo tempo que lhe parecer aos Inquisidores somente, o qual árceer será naquela parte e lugar que lhe será assinado, e nele será instructo nas cousas que cumprem para a salvação de sua alma, como nos tais casos se requer, e fará a dita abjuração na mesa diante dos Inquisidores e seus oficiais, e aí será absolto in forma ecclesiae da dita excomunhão, maior que encreu.

E se confessará às três paschoas do ano e nela receberá o sétimo (talvez santíssimo) sacramento de conselho do seu confessor, que isso mesmo lhe será assinado; resará os sete salmos penitenciais em todas as quartas e sextas-feiras da semana, por tempo de um ano, com suas preces e ladainhas e mais orações, fazendo todos os mais autos de bom católico e cristão, e se guardará muito da comunicação de pessoas suspeitas e que lhe possam causar dano à sua alma nas cousas da fê.

E da mais pena de penitência pública e ordinária que pelo caso merecia releyem, havendo respeito à qualidade do dito caso, e de como passou e assim à qualidade da dita confissão e de sua pessoa e ser estrangeiro, e do lugar onde cometeu as ditas culpas, com outras considerações que nisso se houveram: E não sairá do Reino sem licença dos Inquisidores."

Sucedem-se vários acontecimentos na vida de Bollés, após a sentença: a 22 de agosto, é recolhido ao Mosteiro de São Domingos; a 16 de setembro, obtém licença para ir duas vezes por semana à cidade, contanto que não procure falar com Sua Alteza; dias depois, pede que relaxem sua prisão, ainda que S. Alteza o mandasse para onde lhe conviesse, pois ali não tinha como manter-se; a 15 de novembro, afinal, obteve decisão favorável ao seu pedido.

Era esta a decisão:

"Há sua alteza por bem usar com ele de misericórdia, e lhe alvanta a mais penitência do cárcer que ainda tinha por cumprir e manda que seja solto e possa sair do Mosteiro de S. Domingos que lhe foi assinado por cárcer; e porém cumprirá as mais penitências que na dita sentença lhe foram assinadas e que prometeu em sua abjuração e não sairá do Reino sem licença do dito Senhor."

O processo durara cinco anos.

Saindo do cárcere, passa a escrever, publicando um livro dedicado a São Sebastião, a 1º de janeiro de 1566, visto e aprovado pela "Santa Inquisição", intitulado *Paradoxo ou Sentença Filosófica*, e o segundo, "Católica e Religiosa Amoestação e Sujeitar o Homem sem Entendimento, à Obediência da Fé com Breve e Clara e Douta Exposição dos Símbolos", este lançado a 10 de março do mesmo ano.

Chegamos ao ponto fundamental dos argumentos.

A suposta execução de Bollés teria ocorrido, segundo seus informantes, em 1567, isto é, um ano após sua libertação do cárcere de Lisboa.

Não teria retornado ao Brasil, mesmo porque sua viagem dependeria de autorização da Inquisição que seria conhecida na hipótese afirmativa, porém, por outra razão igualmente lógica: não lhe seria permitido voltar ao continente americano dadas as incompatibilidades que aqui criou e intransponíveis, da mesma maneira como a Inquisição não o mandaria de volta a França, onde poderia vir a ser utilizado para orientar novas incursões de corsários e aventureiros no território, cujas saídas e entradas tão bem ele conhecia.

Por isso mesmo, é que Capistrano de Abreu adota como exata a versão que é, também, do próprio Anchieta, segundo a qual Bollés foi mandado para a Inquisição de Lisboa, a fim de responder processo — como respondeu — e dali para a Índia, de onde não mais voltou.

Numerosos são os fenômenos paranormais na vida de Anchieta, classificados como "milagres" nas várias de suas biografias e que o envolvem na lenda, mas que atravessam os séculos, dando à sua figura uma projeção extraterrena.

Jean Lhermitte, membro da Academia de Medicina da França, em um dos mais curiosos e documentados estudos sobre esses fenômenos, em um li-

vro sério e atual, *Le problème des miracles*, os examina sob o aspecto científico e filosófico, citando Claud Bernerd, segundo o qual, tais fenômenos não se chocam com a ciência, simplesmente porque estão fora dela.

Reconhecendo que as chamadas "curas milagrosas são de todos os tempos e religiões", demora-se no exame dos "milagres evangélicos" e aproveita para fazer uma paradoxal citação de Voltaire que afirmara que "tudo é milagre na natureza, porque tudo é admirável desde a formação dos mundos até o movimento dos astros, o retorno periódico das estações, os cursos dos rios, a vegetação, a vida dos animais, enfim, o pensamento do homem".

Examina Lhermitte esses fenômenos, dividindo-os, com a profundidade de um observador duplamente idôneo que, como médico, chegara às culminâncias da Academia de Medicina da França.

Assim, considerava a morte sob dois aspectos distintos: a morte real e a morte aparente, divisão indispensável para a análise dos referidos fenômenos.

Quando, apesar da decomposição dos tecidos, a vida se restabelecia, e o organismo recuperava sua normalidade orgânica, inclusive se reconstituindo, voltava-se de uma morte real.

Quando, porém, a vida era recuperada para um corpo cujos tecidos não haviam entrado na fase da decomposição ou da necrose, a morte fora aparente.

Com essas premissas, dividida os "milagres evangélicos", para o efeito da análise científica, entre os que exigiam a reconstituição dos tecidos e os que não os necessitavam, dadas as condições ainda hígdas do corpo.

O caso da ressurreição de Lázaro é ali examinado como um exemplo da chamada morte real.

Citando as "curas" evangélicas, narrou o exemplo transmitido por Mateus, de um leproso que, aproximando-se de Jesus, prostou-se diante dele, dizendo: "Senhor, se vós desejais, podeis curar-me", ao que o Divino Mestre, estendendo a mão, o tocou e disse: "Eu o desejo, estás curado". E, no mesmo instante, sua lepra desapareceu.

Mas o melhor exemplo é o de cura à distância, como o de Cafarnaum, quando o centurião pediu a Jesus que curasse seu servo, que estava distante e que foi curado com a advertência do Mestre quanto à fê que o animava, na-quele pedido, muito maior dō que a dos demais que o cercavam e o acompanhavam na jornada.

A mulher, atingida por uma hemorragia, há 12 anos, segundo narra Mateus, foi curada pelo poder da fê, na observação do Divino Médico: "Tendes confiança, minha filha, vossa fê vos salvou".

Não há, na vida de Anchieta nenhuma dessas curas fenômenos que envolvam a chamada morte real, segundo a classificação de Jean Lhermitte, porém ocorrem vários deles que se enquadram nos casos de morte aparente, inclusive a do índio Diogo, de que cuidaremos mais adiante.

É indispensável, portanto, lembrar que, enquanto a chamada "morte real" é atestada pela decomposição dos elementos constitutivos do organismo, a "morte aparente" consiste na suspensão da atividade fisiológica, apenas, possibilitando o reencontro do corpo com seus órgãos intactos e com a absoluta possibilidade de retomar o ritmo de atividade específicas de cada um e de todos, na harmonia do conjunto.

Segundo os racionalistas, para os quais esses fenômenos são de uma impossibilidade absoluta, constituindo-se em observações mal estabelecidas, seu fundamento é, simplesmente, a ilusão.

Vivemos, hoje, o mesmo clima da época anchietana, quando a humanidade se dividia, apaixonadamente, entre os que se indentificavam com o materialismo total e os que se escravizavam à religiosidade cega e ilimitada, isto é, a ausência de fê racionalizada.

Mas, tais fenômenos paranormais não se encontravam, na vida de Anchieta, apenas quando sustava as tempestades, quando comandava o movimento dos passáros, quando curava os doentes, quando promovia a ressurreição do índio, mas, em outras ocasiões, inclusive quando levitava(*), e assim era surpreendido pelos seus irmãos de Companhia; quando, inutilmente, o chamavam, dado o estado de êxtase em que se encontrava.

Segundo Lhermitte, o que separa radicalmente a arte médica da técnica dos "curadores", responsáveis pelos "milagres", é que aquela está consideravelmente enriquecida, a ponto de não ser possível sequer comparar o estágio da ciência médica do início do século XIX ao da ciência médica contemporânea, enquanto, em contraposição, a ação do "curadores" modernos em nada difere da ação e dos fenômenos do início da era cristã.

(*) Aliás, os fenômenos de levitação foram exaustivamente estudados, nas várias tentativas científicas de sua interpretação, por Leroy, em *La Léviatlon, Contribution Historique et Critique à l'Etude du Merveilleux*, vol. 1, Edit. du Cerf, 1928, por Fillozat, em *Les Limites du Pouvoir Humain dans L'Inde*, e *Les Limites de L'Humain*, pela Presse Médicate, outubro de 1936, em *Documents Recueillis aux Indes sur les Yogis*, analisados por Laubry e Thérèse Brosse; por Robert Tosquet, em *Tout l'Occultisme Dévoilé Médiums, Fakir, Voyantes* vol. 1, Amiot-Dumont, Paris, 1952, por Léon Hypolite Denizard Rival, e tantos outros.

As palavras, as denominações, podem ter mudado, porém, o centro do mecanismo continua o mesmo.

Os vários fenômenos aqui referidos e constantes dos depoimentos de várias testemunhas do processo de canonização são, especialmente, fenômenos de cura, de premonição, de levitação, tendo Anchieta como agente, e não podem ser atribuídos, simplesmente, como em alguns casos poderia ocorrer, à sugestão ou à influência sobre a fisiologia das glândulas endócrinas, tão bem estudadas em nosso século.

Esses fenômenos revelam a força extraordinária do seu espírito e os poderes especiais que o revestiam numa missão que ultrapassava a transitoriedade física da vida.

Certa ocasião, uma índia, na presença de Luís da Grã e Inácio de Azevedo, entregou duas velas a Anchieta, dizendo que as usasse numa missa por sua intenção, quando fosse santa.

Algum tempo depois, em distância de cerca de trinta léguas, Anchieta acendeu as velas e celebrou a missa e, como Nóbrega lhe perguntasse que santa havia mencionado em sua oração, respondeu que era para uma "santa índia" que acabava de entregar sua alma a Deus.

Realmente, algum tempo depois, confirmou-se a visão de Anchieta: a índia havia sido morta pelos índios tamoiós de Cabo Frio, que a haviam levado cativa, tendo sido o sacrifício assistido por várias pessoas que, tempos depois, o testemunharam.

Outro fato que merece destaque, é o da ressurreição do índio Diogo, que falecera em casa de Domingos Dias, na Vila de Santos.

Horas depois de constatada sua morte, o índio passou a mover-se e pediu aos presentes, assustados, que fossem procurar o Padre para o batizar, pois que o seu espírito o encontrara junto ao riacho, tendo Anchieta determinado que ele voltasse ao corpo.

Encontrava-se Anchieta em São Vicente, que fica há duas léguas da residência de Domingos Dias.

Foram buscá-lo e, quando chegou, o índio dirigiu-se a ele, perguntando-lhe pelo relicário que ele mostrara, no encontro do caminho, ao que Anchieta, tirando-o do peito, exibiu-o aos presentes que choraram de emoção, enquanto o padre dizia que só aquele acontecimento era suficiente para considerar bem empregada sua vinda ao Brasil.

A esposa de Domingos Dias, Grácia Rodrigues, testemunhou o fato.

Um outro acontecimento, referido por muitas testemunhas, no processo de sua canonização e considerado, então, público e notório, é narrado na *História do Colégio do Rio de Janeiro e suas Residências*, tendo a respeito dele declarado Anchieta ao Padre Pedro Leitão: "Eu não adverti quando a canoa se virou, porque estava rezando as horas de Nossa Senhora da Conceição, e, assim, assentado como estava, me fui ao fundo e continuei com a reza, sem que a água me fizesse mal".

Essa história do fundo do rio, está assim narrada naquele livro:

"Havia, em São Vicente, uns mestiços, homens esforçados; um destes, sem temor de Deus, se foi com mulher e filhos para o deserto entre os gentios. Levou consigo um homem branco casado (Domingos Luís Grou), com toda a sua família, para viver à sua vontade, mais como gentios que como cristãos. Muitas vezes foram chamados assim pelo Capitão como por outras pessoas honradas, mas não quiseram vir; davam esperança que, se fosse o Padre José em sua busca, se tornariam. O padre, com desejo de remediar aquelas almas, foi com o Padre Vicente Rodrigues em companhia de um homem branco (Manuel Veloso) e alguns índios.

No caminho, livrou-os Nosso Senhor de um grande perigo. iam em uma canoa por um rio abaixo e à tarde viram uma cachoeira, e, com o ímpeto da água que descia, sumiu-se a canoa e nunca mais apareceu. Foram-se todos ao fundo e saiu nadando o homem branco com alguns índios, depois o Padre Vicente Rodrigues que sabia nadar alguma cousa. O Padre José não sabia nadar e assim esteve grande tempo debaixo d'água, encomendando-se a Deus e à Virgem Nossa Senhora, de quem é muito devoto. Ia naquele tempo rezando as horas da Conceição.

Um índio (Araguassu) por duas vezes foi ao fundo em buscar e trazendo-o uma delas às costas, com o peso o soltou, ficando lá o Padre. Tornou o índio com grande esforço, dizendo: "não se sofre que este Padre se nos fique aqui", e assim o tirou a salvo, sem ter bebido nenhuma água.

Foram então todos pelo mato adentro, por grandes montes e arvoredos sem achar caminho, mortos de frio e bem molhados e assim de noite, tentando, foram dar com o caminho que ia para a aldeia onde aqueles homens estavam.

Vendo virem os Padres daquela maneira, moveu-lhes Deus muito o coração à compaixão, assim dos Padres como de si mesmos, pois para remediar suas almas, tinham os Padres tomado tanto trabalho e, depois de ter descansado alguns dias, tornaram com eles a São Vicente. Causou isto grande alegria e edificação a todo o povo, especialmente por haver muitos índios que eles queriam chamar os gentios e vir dar guerra aos brancos."

Além do índio Diogo, vale anotar o caso ocorrido com um outro índio que Anchieta batizou com o nome de Adão.

Penetrando a mata de Itanhaém, Anchieta surpreendeu, junto a uma árvore, um índio tão velho e de feições diferentes dos habitantes daquela região, logo concluindo que ele chegara ali graças a alguma força superior, mesmo porque forças físicas já não tinha para andar, segundo narrou ao Padre Pedro Leitão.

O velho índio, dirigindo-se a ele, passou a explicar algumas passagens bíblicas e, depois, tomando da água que alguns cactus daquela região litorânea recolhem, batizou-o, encomendando-lhe a alma a Deus.

Algumas vezes, do local onde orava, eram emitidos feixes de luz, observados pelos seus contemporâneos.

Martim Gonçalves, vigário-geral do Rio de Janeiro, ouvindo Afonso Gonçalves que ali residia, tomou conhecimento de um desses fatos, ocorrido em Bertioiga.

Visitando os índios miramonis, numa aldeia junto à fortaleza de Bertioiga, entre os quais estivera algum tempo, e dentre os quais tinha um amigo mais íntimo que havia salvo em Piratininga, Anchieta se recolheu e, a certa hora da noite, a mulher de Afonso Gonçalves ouviu cânticos suavíssimos que partiam da igreja, onde se recolhera o padre e de onde escapavam feixes de luz, através dos beirais e das telhas, iluminando feericamente o alpendre.

A mulher de Afonso Gonçalves chamou o marido que imediatamente abriu a janela da fortaleza, onde moravam, tentando, depois, caminhar em direção à igreja, mas sentiu que seus passos foram tolhidos, não conseguindo prosseguir.

No dia seguinte, porém, falaram ao padre do que viram, porém, Anchieta proibiu-lhes de transmitir a notícia do que haviam visto e ouvido, e somente cinco anos depois de sua morte é que o revelaram.

Algumas vezes, seu espírito se ausentava do corpo, como transportado a outros locais, conforme ocorreu, certa feita, quando pregava em Itanhaém, segundo descreve o Padre José da Frota Gentil.

Anchieta, no púlpito, na véspera da festa de Nossa Senhora da Conceição, pareceu desmaiar e o corpo pendeu como se fosse despencar-se ao chão.

A assistência se angustiou, mas, logo em seguida, levantou ele o busto, explicando: "Quereis saber as mercês da Virgem? Pois ainda agora voltou de assistir a uma devota sua que a tinha chamado; por sinal que traz os vestidos umedecidos de orvalho".

A 4 de agosto de 1578, encontrando-se em Bertioiga, entre os índios miramonis, revelara grande tristeza.

Indagaram-no do motivo e Anchieta explicou: "Nestes dias se preparam grandes trabalhos para o mundo".

Aquele dia marcava a catástrofe de Alcácer-Kibir e tantos meses o separavam de qualquer notícia do local dos acontecimentos! (*)

Vários são os fatos narrados pelo Padre Antônio Franco revelando aspectos dessa extraordinária força de Anchieta, reveladora do poder divino.

O Padre Gaspar Sampaes, por exemplo, afirmou sob juramento que, "pregando o Padre Anchieta, se lhe pôs no ombro esquerdo uma avezinha como canário, todo com meneios festivos, e por mais que o padre com o meneio das ações o despedia do ombro, ele tornava a seu posto".

Aliás, o bispo D. Pedro Leitão costumava dizer que "mais gostava de ouvir este só canário em seus sermões que todo o bando de pregadores".

Conta-se que, pregando na Vila de Santos, Anchieta disse do púlpito, dirigindo-se às autoridades: "Eu sou cão da casa do Senhor; não hei de deixar de ladrar; digo-vos, da parte de Deus que não deixeis sair deste porto uns dois navios, que estão de verga d'alto para fazer viagem aos Patos, Índios que estão em paz conosco e são amigos nossos, a cativá-los com suas costumadas injustiças, e troças. De outra sorte, hão de ver os que forem a ira do Céu sobre si".

Completando a narrativa do fato, acrescenta que, levados pela cobiça de terem escravos, não deram atenção ao aviso e os navios foram ao fundo, resstando dois sobreviventes para contar a história.

(*) "Na mesma hora em que nos plenos de Alcácer-Kibir se consumava a grande catástrofe do exército de D. Sebastião, estava José de Anchieta na casa do Espírito Santo, "e sendo-lhe revelada, escreve o historiador Rocha Pitta, em visão, esta tragédia, saiu da oração como fora de si, exclamando com íntimos suspiros e copiosas lágrimas, que se perdera a batalha, e computado depois pelas notícias o tempo, foi no mesmo dia e hora que ele se dera". (A citação é de Rocha Pitta, *História da América Portuguesa*, v. I, III, nº 70, a referência do Pe. Luís Gonzaga Cabral)

Anchieta partira com um irmão-auxiliar, segundo outra narrativa da época, e já haviam andado cerca de oito léguas, quando perguntou pelo breviário que o jovem auxiliar havia esquecido em casa. Este fez menção de voltar para trazê-lo, mas o Padre Anchieta não o consentiu. À hora da oração, no entanto, na Igreja, o Padre entregou o breviário ao jovem, recomendando-lhe que não descuidasse outra vez!

Costumava rezar com o Evangelho à mão, e geralmente, antecedida à oração, a leitura do texto sagrado.

Ainda das informações do Pe. Antônio Franco tiramos duas, narrativas em que Anchieta aparece na casa de uma senhora, cujo marido estava na cama. Feita a leitura do Evangelho pelo doente, este se levantou e acabou ceando com os presentes.

Em outro leito de enferma, a descrição é, praticamente, a mesma: "Chegando-se ao leito, tocou com a mão a cabeça da enferma, rezando sobre ela o Evangelho", e "a enferma se levantou sã de todo".

Toda vez, porém, que lhe interrogavam sobre as curas que por seu intermédio se obtinham, respondia com a maior humildade que elas eram devidas à fé que os beneficiados possuíam.

Nada jamais o afastava da trilha humilde e do método simples de vida que levava, mesmo quando nos povoados maiores.

Mesmo quando seus irmãos de Companhia escreviam aos superiores, "por comissão do padre reitor Joseph de Anchieta", como se verifica da Carta de Baltazar Fernandes, escrita de S. Vicente, aos 22 de abril de 1568, revelavam a preocupação dessa vida de simplicidade evangélica fiel ao Cristianismo primitivo:

"Andamos, ordinariamente, descalços, passando águas, que há muitas nesta terra e isso não uma vez senão freqüente; passamos caminhos e matos mui trabalhosos, e muitas vezes não temos nem um punhado de farinha da terra pera comer, porque esta pobre gente é tão miserável e coitada que espera que lhe demos do nosso, quanto mais dar-nos ela do seu."

E sua humildade fez escola.

As cartas de seus irmãos de Companhia, anos depois, seguiam-lhe a trilha.

Assim é que Antônio Gonçalves, por "comissão do Padre Braz Lourenço", na carta de 15 de fevereiro de 1566, assinava-se "Índigno filho de V. Revm.", ou Baltazar Fernandes, na carta de 5 de dezembro de 1567 subscrevia-se "servus inutilissimus" ou o Padre Francisco Gonçalves, em carta da Bahia, de 1568, "por comissão do padre Reitor", assinava-se "De V.P. servo inútil", etc.

As expressões finais eram as mesmas que identificaram a farta correspondência de Anchieta aos seus superiores e aos seus irmãos de Coimbra.

Suas premonições se tornaram conhecidas e famosas.

Um aviso premonitório se constatou com o martírio do Padre Francisco Pinto nos sertões do Ceará, pelos índios da serra do Ibiapaba, em janeiro de 1608.

Quando em 1579, na Bahia, estava sendo concedida extrema-unção ao referido sacerdote, numa enfermaria, ali entrou Anchieta e disse: "V. Reverência queria ir-se ao céu de mãos lavadas? Pois não há de ser assim. Longa tibi restat via, terá ainda que fazer muito serviço a Deus na Companhia e não morrerá de morte descansada. Levante-se V. Reverência, vá ao côro dar graças ao Santíssimo Sacramento que Ele é servido conceder-lhe saúde". E, dirigindo-se ao enfermeiro, completou: "Irmão, dê-lhe suas vestes e não torne este Padre mais à enfermaria".

Outras premonições revelam que esses acontecimentos não eram isolados, passíveis de dúvida, face à continuidade e à segurança com que ocorriam os fenômenos previstos por Anchieta.

O pedreiro João Fernandes era casado em Portugal, onde vivia sua mulher; no entanto, quando o mesmo colocava o sino no companário do Colégio, na Bahia, por volta de 1581, Anchieta advertiu-o: "Segurai-o bem, sereis vós o primeiro da Companhia em cujo entêrro dobrará este sino".

A mulher de João Fernandes faleceu, e, no estado de viuvez, este ingressou na Companhia de Jesus, e quando doente, Anchieta o visitou, repetindo a profecia e marcando, a data do seu desenlace: "O agradecimento que vos peço deste benefício, que por amor da Senhora vos faço, é que vos lembreis de mim quando estiverdes na sua presença de hoje a sete dias".

O sino do campanário do Colégio dos Jesuítas que João Fernandes instalara dobrou pela primeira vez.

Todos estes fatos vêm documentadamente narrados nos primeiros livros que a seu respeito escreveram, e logo após sua morte, especialmente, nos depoimentos tomados no processo de sua canonização.

Teríamos que enumerar, ainda, o caso da esquadra de Diogo Flôres que, inesperadamente, surgiu no horizonte do Rio de Janeiro, com dezesseis velas,

e, enquanto a população se aterrorizava, em março de 1582, ele a acalmava, prevenindo: "Ninguém se inquiete, porque a armada não é inimiga; antes, vem nela um bom carpinteiro que entrará na Companhia e será homem de grande virtude".

De fato, a armada era de Diogo Flôres Valdez que o Rei Felipe II mandara para o estreito de Magalhães e o carpinteiro que permaneceu na Ordem até morrer seria o futuro padre Francisco de Escalante.

Sua suave linguagem envolvia os animais e os tornava dóceis às suas ordens.

Quando da pescaria na lagoa de Maricá, em fins de 1548, já novamente no Rio, Anchieta ora apontava aos pescadores os locais onde se concentravam os cardumes de peixe e as redes se enchiam; ora ordenava às aves de rapina que se fossem e que só voltassem depois de recolhidos os peixes grandes na praia, e elas o obedeciam; ora, ainda, sua mão com um simples toque fazia deslizar ao mar uma canoa, que os índios mais fortes não conseguiam empurrar, senão com grande sacrifício.

Certa feita, foi surpreendido sentado sobre as ondas que o cercava, sem perturbar-lhe a tranquilidade da oração, deixando uma faixa de mar livre, até a praia, enquanto absorto nas suas meditações, sequer ouvia os que os chamavam da terra.

No processo de sua canonização, depondo Antônio Cubas e Melchior Ferreira que se encontravam em um barco, na travessia feita, certa ocasião, juntamente com Anchieta, de São Vicente e Itanhaém, disseram que o sol estava abrasador, e o jesuíta, a um pedido deles, respondera: "Tendes ânimo, haveis de ter sombra". Logo a canoa cobriu-se de sombra de graças, colhereiros, guarás e gaivotas que lhes fizeram um parasol durante meia hora...

Duas vezes, no Espírito Santo, suas premonições salvaram a Capitania do assalto dos corsários.

Numa delas, já à noite, chamou um moço e mandou que este avisasse o capitão para que preparasse a defesa, porque haveriam de vir corsários, que, realmente vieram, mas acabaram recuando ante a resistência que se havia preparado com a oportuna antecedência.

Noutra oportunidade, mandou tocar os sinos e prevenir de um ataque que se planejava contra a Capitania, no dia seguinte, o que permitiu livrá-la, ainda uma vez, de invasão inimiga.

O Padre Pêro Roiz descreve vários outros acontecimentos em que premonições, visões, transportes, levitações, envolvem a vida de Anchieta.

Uma dessas descrições refere a primeira apresentação teatral em São Vicente, ao ar livre.

Uma imensa nuvem negra que já fazia cair algumas gotas escureceu o céu, ameaçadoramente. Os assistentes começavam a retirar-se, quando Anchieta lhes disse: "Aquietem-se todos e ninguém se vá, porque não há de chover até se não acabar a obra".

A tempestade esperou três horas; isto é, o fim do espetáculo, quando se precipitou sobre a vila, com grande fúria.

Transcrevemos, aqui, alguns desses fenômenos descritos pelo Padre Pêro Roiz, em 1607:

"... e os companheiros, olhando para trás, não o viam, e buscando-o com os olhos o viam diante de si, sem darem fé quando passara por eles".

"... acompanhado do Padre Reitor Gregório Serrão, e de outros, padres, todos a cavalo; só o Padre José ia de trás pé, muito longe.

Disse que fossem embora, que ele logo ia, foram todo a caminho os padres com o Bispo; o Padre Pêro da Costa, que tinha cuidado da aldeia, saiu a receber o Bispo com procissão e cruz levantada, e o Padre José ao mesmo tempo se achou na procissão, descalço como tinha vindo, do que o Bispo se espantou muito, mas aos padres não foi cousa nova".

"... estando o Padre José em São Vicente, dali a doze léguas; eis se não quando naquela Capitania aparece só, antes do jantar, sem companheiro".

"Estava um Irmão, por ordem de seus Superiores, em uma fazenda a que se não podia ir senão por mar; sucedeu achar-se uns dias mui afligido, sem ter com quem se consolar; nisto andando ao longo da casa, passando no caminho, vê, de súbito ao Padre José com seu bordão na mão, sem viva pessoa consigo; deu-lhe as boas-vindas, e o padre lhe disse: só por amor de vós venho cá.

Tratou com o padre o que importava a sua alma, com muita consolação sua, e o padre se ausentou, sem o Irmão saber mais parte dele, como ou em que ou que passara o mar, à ida, ou tornada”.

“Escrevo a minha irmã, disse o Irmão. O Padre sorrindo-se disse: — Ide-me vos dar de comer, a mim (porque o padre andava mal disposto e o Irmão era enfermeiro), e a vossa irmã mandai-lhe cartas ao céu”. Daí a algum tempo soube o Irmão por outra via, ser morta sua irmã e que morrera no mesmo tempo em que o padre lhe dissera.”

Ainda o Pe. Pêro Roiz narra uma advertência premonitória de Anchieta.

Anchieta e o Padre Vicente Roiz partiram de São Vicente com destino a Piratininga e se hospedaram na serra, em uma choupana, enquanto alguns homens que vinham de São Paulo se hospedaram em outra, meia légua distante da primeira.

Chamou Anchieta um índio e mandou àqueles um aviso de que viessem logo até ele, para dormirem ali, pois àquela noite, cairiam árvores sobre a choupana em que estavam abrigados.

Na manhã seguinte, continuando a caminhada, encontraram a casinha sob os pesados troncos das árvores caídas. Salvaram-se os viajantes com o aviso, e a história foi transmitida ao Padre Pêro Leitão pelo Padre Vicente Roiz que era o companheiro de Anchieta, naquela caminhada.

O Padre Provincial Inácio de Toloza levava do sul Anchieta até à Bahia, em 1577.

Anchieta havia permanecido em São Vicente de 1567 a 1577, onde o Padre Inácio de Azevedo o deixou como Superior.

Humilde, franzino, sem imponência física, Anchieta, ao chegar à Bahia, provocara uma pergunta de um irmão de Companhia a ele próprio: “Que vem fazer isto aqui?”

Anchieta, porém, surpreendeu-lhe o pensamento, e respondeu concordando com a maliciosa pergunta do irmão:

— “Assim é, assim é, meu Irmão. Entre tantos, só vós me conhecestes”.

E assim dizendo, abraçou o irmão irreverente e presunçoso, o qual, descoberto em seus mais íntimos pensamentos, envergonhou-se publicamente do gesto. (*Vida Ilustrada do V.P. José de Anchieta.*)

Julgavam seus pares que ele fora para ocupar o lugar de Reitor do Colégio, na Bahia.

Aliás, alguns meses antes, em Piratininga, ele gracejara com o Irmão Agostinho de Matos e outros presentes: — “Olhai: dizem que hei de ser Provincial. Vêde que costas estas minhas para tal peso! Dizem mais que hei de ser Reitor da Bahia; virá patente, porém eu não o hei de ser”.

De fato, o Padre Geral Everardo Mercuriano o nomeara como Reitor do Colégio da Bahia, porém os próprios Irmãos da Bahia expuseram ao mesmo a imprudência de colocar Anchieta em tão alta posição, pois que sequer tinha presença. Essas informações pretensiosas, no entanto, chegaram com as escusas de Anchieta, o qual humildemente se declarara não estar à altura da atribuição que lhe era conferida.

As ponderações, porém, surtiram efeito exatamente contrário, pois em lugar de ser nomeado para Reitor do Colégio da Bahia, sua nomeação foi para Provincial dos Jesuítas do Brasil.

Nessa ocasião, encontrava-se Anchieta na Ilha de Itaparica, a três léguas da cidade de Salvador, na Bahia, ouvindo a confissão de uma índia doente e sentado numa acha de lenha, quando lhe ofereceram melhor assento.

— “Outro assento — disse Anchieta — me está esperando, para o qual serei chamado antes que daqui me levante e será de menos gosto para mim.”

Mal fazia a revelação, entregavam-lhe a carta de Provincial e o ato de sua nomeação que ele leu, com os olhos marejados de lágrimas.

Era Anchieta o 5º Chefe Provincial dos Jesuítas no Brasil, devendo durar oito anos sua gestão.

Os fatos paranormais que envolvem sua vida, o credenciam como um espírito excepcional de virtudes, sobre o qual as benesses do céu descem, coroando-lhe a frente.

Se em 1552 Nóbrega, escrevendo ao Rei D. João III, pedia auxiliares que amassem o Brasil, a Providência mandara, entre tantos operários de boa vontade, aquele que haveria de amá-lo mais que ninguém: Anchieta.

Ao mesmo tempo que o vemos converter a água em vinho, extirpar as carnes mortas do leproso e pensar-lhes as chagas, mandar lançar as redes à água, no pior tempo, e estas subirem repletas, o encontramos convertido em sapateiro e em pedreiro, pois para não ser pesado aos outros, como os outros não eram a ele, tudo adquiria com o suor do próprio rosto.

O Padre Luís Gonzaga Cabral, descrevendo uma das levitações de Anchieta, informou que, algumas vezes, iam encontrá-lo com os joelhos dobrados, “de mãos postas, com o rosto esbraseado, o olhar penetrando os céus, os

lábios amorosamente sorridentes, todo ele enlevado em Deus, não raro levantado dois ou mais côvados da terra, na êxtase da oração, no arroubo do além”.

E, na chamada ao pé da página 117, anota em seu livro *Jesuítas no Brasil*, de um destes êxtases com levitação lhe sucedeu diante de várias testemunhas, na ermida de Nossa Senhora da Escada, que tivera ocasião de visitar.

José Maria Vigueiros Barreiro, professor da Universidade de Madrid, impressionou-se com a cura definitiva de uma epilética, simplesmente com tocar-lhe a cabeça, ou com a informação de fatos ocorridos a grande distância, no mesmo momento em que se verificaram, como aconteceu com a morte de um discípulo seu, na Itália.

Ecita, como outro exemplo, o da cura de um menino mudo de nascimento, quando, numa festa de aldeia, dois cidadãos disputavam um prêmio, que consistia em um pato.

Solicitaram a Anchieta que fosse o juiz.

Na oportunidade de decidir, Anchieta dirigiu-se ao menino, mudo de nascimento, perguntando-lhe: — “De quem é o pato?”

E o menino respondeu: — “O pato é meu, quero levá-lo para a minha mãe”.

Em uma das cartas de Anchieta, publicada no volume de suas *Cartas Inéditas*, prefaciado por Augusto César de Miranda Azevedo, encontramos um trecho significativo, à página 52: “Esta é uma outra que estava doente eram visitadas por nós, e uma delas se restabeleceu, após alguns dias, e perguntando-lhe a mãe como estava, ela respondeu que ia muito bem, e que não havia que admirar, visto que o padre lhe tinha imposto a mão; por isso é que as mulheres nos demonstram extraordinária estima”.

Quando procuravam elogiá-lo pelas curas e “milagres”, no entanto, ele redarguia: “Boas costas são estas para lançardes sobre elas cousas tão grandes; andai, andai, que não sabeis quem sou”.

E conta-nos Antônio Franco, que quando observavam, na presença de Anchieta, que os pássaros o obedeciam e pousavam no seu bordão, no seu braço, no seu breviário, ele atalhava: “Bom dito! Grande milagre! E não se põem eles nos monturos e nas forças?”.

Ele era um legítimo intermediário da vontade divina.

Através de suas mãos, curas eram produzidas, ora retratando a expressão fraterna do homem, ora refletindo a compreensão sublime do Apóstolo.

* * *

Em 1586 Anchieta passou a viver no Colégio do Rio de Janeiro, onde era reitor o Padre Fernão Cardim.

O Padre Fernão Cardim, citado por Capistrano de Abreu, nos seus *Ensaio e Estudos*, (2ª série), retrata Anchieta em traços que se gravam, definitivamente, em nossa memória; “O Padre vinha de trás, a pé, com as abas na cinta, descalço, bem cansado; é este padre um santo de grande exemplo e oração, cheio de toda a perfeição, desprezador de si e do mundo, uma coluna grande desta Província, e tem feito grande cristandade e conservado um grande exemplo; de ordinário, anda a pé, nem há retirá-lo de andar sendo muito enfermo”.

Adoecendo, gravemente, ainda no Rio, ali, teve que advertir, dirigindo-se aos seus irmãos de Companhia, tão preocupados com sua saúde, de que não haveria de morrer naquela cidade, mas no Espírito Santo.

De fato, melhorando, foi transferido para o Espírito Santo, tendo viajado em companhia do Padre Diogo Fernandes, fixando residência na aldeia de Reritiba, hoje, Anchieta.

A carta que então dirigiu ao Padre Ignácio Toloza e transcrita pelo Padre Antônio Franco bem explica sua viagem para a aldeia onde passaria os últimos dias de sua vida;

“O Padre Provincial me mandava licença para que estivesse em qualquer parte da Província que quisesse; não quis tanta liberdade, porque vai ser causa de cegueira e errar caminho, não sabendo o homem escolher o que lhe convém. E fora grande desatino, havendo eu 42 anos que deixei em tudo à livre disposição de mim na mão dos superiores, querer agora no cabo de minha velhice dispor de mim.

Pus-me nas mãos do Padre Fernão Cardim, Reitor do Colégio do Rio de Janeiro, e ordenou Nosso Senhor que acompanhasse ao Padre Diogo Fernandes nesta aldeia de Reritiba, para o ajudar na doutrina dos índios, com os quais me dou melhor que com os Portugueses, porque àqueles vim buscar ao Brasil, e não a estes; e já poderá ser que ordene a Divina Sapiência que o acompanhe ao mesmo Padre em alguma entrada ao sertão, a trazer alguns deles ao grêmio da Igreja; e, pois não mereço por outra via ser mártir, ao menos me ache a morte desamparado em alguma destas montanhas — Ubi

possam animam meam pro fratribus meis. A disposição corporal é fraca, mas esta basta com a força da graça, que da parte do Senhor não faltará; e porque eu da minha parte não falte — Possige tu dextram, et benedic mihi filiolo tuo in Christo JESU Domino Nostro. — Joseph.”

Comparava, certa feita, com o Padre Jerônimo Soares o desejo que tinham alguns irmãos de morrerem em algum colégio ou residência; a fim de que pudessem ser assistidos devidamente, quando a sua vontade era a de morrer pelos montes e lagoas, no socorro aos seus irmãos necessitados, no socorro ao seu próximo.

Ainda fez uma outra viagem à Bahia, a fim de participar da assembleia da Congregação Provincial onde o Padre Luís da Fonseca foi eleito Procurador a Roma, mas logo em seguida retornava à aldeia de Reritiba.

Apesar de curvado ao peso das duras tarefas, da idade e das doenças que já o visitavam, não pode recusar a determinação do padre Provincial que lhe confiara a responsabilidade da direção da Casa do Espírito Santo e de suas Residências.

Não queria entregar-se antes do tempo, e ele que percorreria a pé tantos e longos caminhos, agora apoiando-se mais firmemente no bastão que lhe descansava as dores da espinha, já não podia penetrar o sertão e visitar as aldeias indígenas mais afastadas.

Submeteu-se, finalmente, aos costumes nativos, aceitando que o carregassem na rede de uma para outra das várias aldeias que estavam sob a jurisdição da Companhia, na Província do Espírito Santo.

Dormia com a roupa diária, preocupado em atender a emergência de algum chamado de enfermo.

E que roupa era a sua?

Uma de suas biografias (Edição da Federação das Congregações Marianas, São Paulo, 1934), editada com o “imprimatur” do Monsenhor Gastão Liberal Pinto, explica que “no cubículo não permitia roupa senão a precisa, e essa remendada e a pior da casa”.

Não tinha sequer caneta que pedia de empréstimo quando queria escrever.

E ele que caminhara tanto, e a pé, varando serras e sítios, rios e lagos, matas e charcos, grutas e precipícios, agora tinha que ser carregado em rede.

Nem da montaria se utilizava, porque o mal da espinha não lhe permitia, ou, para usar suas próprias palavras, porque “lhe fazia mal ao desconcerto das costas”.

Foi esse o período em que os seus chamados “milagres”, foram mais numerosos, não apenas na cura de vários enfermos, na premonição de diversos acontecimentos, nas advertências proféticas, na obediência que lhe deviam os animais, de tal forma a reafirmar a sua força divina.

Conta-nos um de seus biógrafos que quando ia pregar em outras igrejas, dois pássaros “canindês” o acompanhavam a pé e voando.

Pousavam no campanário e, quando a pregação ultrapassava o período normal, as aves grasnavam irrequietas, e Anchieta, do púlpito, lhes respondia “logo acabaremos”, ou observava aos seus ouvintes: “É bem que acabemos, porque têm razão...”

Final, ainda mais cansado das lutas diárias, deixou o governo do Colégio dos Jesuítas do Espírito Santo, recolhendo-se, finalmente, à sua aldeiazinha de Reritiba.

A essa época, somente poderia ser transportado em rede, dada a extrema debilidade e o agravamento da moléstia da espinha.

No entanto, Deus lhe dera forças supremas para que, logo à saída da cidade, quando a deixava com destino a Reritiba, envergonhado de ser carregado pelos índios, também seus irmãos em humanidade, pulou da rede e teve tantas forças para fazer a pé a maior parte do percurso que nem os melhores andarilhos o alcançaram.

A doença o levou à cama e todos o julgava nos últimos dias de vida.

No entanto, sua visão profética ainda se fez presente, quando, dirigindo alguns versos ao Padre Jerônimo que lhe visitara, dizia que iria viver algum tempo “para conselho”, o que de fato ocorreu quando chegou correspondência do Superior, determinando que nada ali se fizesse sem sua orientação e conselho.

Os versos ao Padre Jerônimo Rodrigues estavam assim redigidos:

“Padre Jerônimo,
Vi-me agora neste espelho,
E comecei a dizer:
Córcoz, toma bom conselho,
E faze bom aparelho,
Porque cedo há de morrer.
Mas, com juntamente ver
O beijo, um pouco vermelho,

Disse: fraco estás, e velho;
Mas pode ser que Deus quer,
Que vivas para o conselho.”

Ainda lhe foi possível ir a Goaraparim, já tão bom lugar para sua saúde, onde permaneceu durante vários meses, como Superior da Casa e Residências enquanto não chegava o Padre Pedro Soares que fora designado para as funções.

Os que se haviam despedido dele julgavam vê-lo pela última vez, porém o Apóstolo lhes advertiu: “esteja de bom ânimo, que nos hemos de tornar a ver nesta vida; desta não hei de morrer”.

Já o repetira Anchieta, muitas vezes, que seus últimos dias estavam contados e que a aldeia de Reritiba era sua última morada, nesta terra.

Fagundes Varella assim resume aquele momento:

“Exclama o verdadeiro missionário —
Oh! Não choreis, irmãos, que sinto nalma
A paz divina que precede a aurora
Dá verdadeira vida!”

Para ali retornou, cumprindo-se assim, a profecia.

Recolheu-se, definitivamente, ao leito.

Mas, certo dia, quando fora preciso preparar o medicamento para um enfermo, armou-se de fé e de coragem, levantando-se para o preparo da droga.

Suas forças já não suportavam aquele sacrifício.

Caiu como morto, o corpo enregelado e duro.

Carregaram-no para a cama.

Voltou a si, mas jamais recobrou as forças.

Era domingo, 9 de junho de 1597; contava Anchieta 64 anos de idade, dos quais 44 vividos em terras do Brasil, a serviço da Pátria que ajudara a construir, quando seu espírito deixou a terra que tanto amou o corpo franzino que voltava ao pó.

O autor de Anchieta e o Evangelho nas Selvas reproduziu o derradeiro instante em versos lapidares:

“... a voz sumiu-se
No seio enfraquecido do profeta,
As pálpebras cerraram-se tranqüilas,
Os lábios entreabriram-se, e um sorriso
Ditoso de criança que adormece,
Deixou passar o alento derradeiro!”

Colocaram-no num caixão de madeira.

As descrições são idênticas em Antônio Franco, Simão de Vasconcelos, Teixeira de Melo, Brasília Machado, Xavier Marques e muitos outros, quanto ao cortejo e à emoção que dominou a todos.

As aldeias ficaram despovoadas, pois adultos e crianças vinham chorar a morte do padre, alguns deles queixando-se ao céu de o ter levado.

Decidiu-se que o corpo fosse enterrado na Igreja de Vila Vitória, à cerca de 15 léguas de Reritiba.

À frente, junto à cruz, o Padre João Fernandes, com sua estola branca e a massa de índios chorando e cantando canções fúnebres.

E assim viajaram dia e noite, carregando-o sem que sentissem sequer o peso do seu corpo, que em vez do mau cheiro natural, os envolvera num odor suavíssimo como se viesse do céu, segundo revelou, inclusive, o Padre Pedro Soares.

Chegando à Vila Vitória, depois do incidente do rio, em ponto onde este se choca com o mar, e em cujo local as águas revoltas serenaram para o transporte do corpo em canoa, abriu-se o esquife para que os que esperavam pudessem matar saudades.

Ali estavam, entre outros, o capitão de terra Miguel de Azevedo, o padre administrador Bartolomeu Simões, e João Soares, além dos padres da Misericórdia, de São Francisco e das demais Confrarias.

O Padre Antônio Franco afirma: “Aqui se viu como, havendo quatro dias que era falecido, andando ao sol e sereno dois dias, estava incorrupto e sem algum ruim cheiro, sendo assim que nenhuns defensivos se tinham com ele usado”.

Enterraram-no na Capela de São Tiago, ao lado da lápide de Gregório Serrão, que fora seu irmão de Companhia e seu companheiro de tarefas em Piratininga.

Em 1611, parte de seus restos mortais foi para o Colégio da Bahia, por decisão do Padre Geral Cláudio Aquaviva e guardados ao lado do altar principal da igreja.

Pelo decreto “Non cultu”, de Urbano VIII, foram seus restos mortais retirados daquele local e levados para outro, sendo que uma parte deles seguiu

para Roma, havendo recente informação transmitida ao presidente da Comissão Nacional das Comemorações de Anchieta, jornalista Júlio de Mesquita Filho, de que retornariam ao Brasil, com autorização papal, o que, de fato, ocorreu.

Pelas informações históricas colhidas por Xavier Marques, e pelas referidas por Brasília Machado, parte dos despojos ficara na capela de São Tiago da Vitória, no Espírito Santo.

A fim de esclarecer a dúvida existente, Xavier Marques dirigiu-se ao Dr. João Lordello dos Santos Sousa, que exercia as funções de diretor do Serviço Sanitário do Espírito Santo, e em carta datada de 10 de agosto de 1913, este lhe respondera:

"Prazerosamente, após a leitura de sua missiva, fui em busca do jazigo do padre Anchieta, de acordo com as informações que me deu. A capela de São Tiago, que fica junto ao Palácio do Governo, está sendo demolida, por ter sido desapropriada para a criação de um estabelecimento — Museu do Estado. Indagando, soube que havia uma lápide em frente ao altar-mor, onde consta ter sido inumado o Padre José de Anchieta. Mandeí proceder a uma pequena escavação. Sob os escombros da demolição, de fato, encontrei a referida lápide com os seguintes dizeres textuais: "Hic jacuit venerab. P. Josephus de Anchieta Soc. Brasiliae Apost. et novi orbis novus Thaumaturg. obiit Reritiba die IX Jun. Ann MDCVII". Não existe porém a sepultura do Padre Gregório Serrão. Pela inscrição verifica-se que aí fora supultado o Padre José de Anchieta, visto dizer *jacuit* e pelos documentos existentes na Biblioteca Pública do Estado constar que efetivamente os ossos foram em 1611 trasladados para o Colégio dos Jesuítas na Bahia. No entanto, ainda existe um fêmur que esteve muito tempo guardado na Tesouraria da Fazenda e pertencente ao esqueleto do bem-aventurado extinto.

Quanto ao 2º quesito, tenho a declarar a existência do fêmur, tendo eu também encontrado falsas costelas e outros ossos (vértebras, etc.), na sepultura sobre a qual estava a lápide, não sabendo se de fato pertencem a Anchieta. Não existem documentos que provem a existência dos despojos nesta cidade, tendo tido informação fidedigna sobre o fêmur, de um respeitável serventário federal. Tive ocasião de visitar a capela de Reritiba, hoje Anchieta, edificada pelo mesmo e que ainda existe, bem como a cela. Fica no alto de um pequeno morro, donde se descortina o alto mar. Alguns objetos, bem como o breviário e a cadeira, estão, segundo soube, em poder de um prático de farmácia, Álvaro Rocha."

Xavier Marques observou uma divergência de grafia entre a cópia dos dizeres da lápide, fornecida pelo Dr. Lordello e a constante da conferência de Brasília Machado, reproduzida de um trabalho de J. M. Pereira de Vasconcelos, publicado em 1858. Assim, enquanto um copiou "Hic jacuit", Brasília Machado citou "Hic jacet".

Mas, o próprio Xavier Marques pondera que "Jazeu ou jaz, como quer que seja, a inscrição não importa ao fato da transladação por todos afirmada".

Na Bahia, Xavier Marques procedeu a várias investigações, especialmente junto à Igreja do Colégio, entendendo-se com o então capelão Monsenhor Flaviano Osório que lhe disse não existir nenhum documento e nenhum indício na Catedral que fora colégio até 1765, e que indicasse a existência de despojos de Anchieta, ali.

Apenas encontrou, naquela igreja, o retrato, na galeria que ocupa o forro do consistório e que, aliás, a abalizada opinião de Aureliano Leite considerava o mais fiel e perfeito.

Restava saber, agora, que destino teriam algumas dessas peças, quando mudadas de lugar, pois apenas uma parte dela seguiu para Roma. Foi inútil a pesquisa realizada por Xavier Marques.

As cinzas do corpo ilustre voltaram ao pó, em terras da Bahia, onde, pela primeira vez, pôs os pés em território brasileiro, empolgado pelos sonhos da juventude que conservou durante os 44 anos que no Brasil serviu o seu semelhante, particularmente, o gentio.

A dúvida de que os holandeses, durante a ocupação tivessem dado destino ignorado a essas relíquias não tem qualquer procedência, embora a preocupação de alguns parecesse fundamentada pelo fato de que, segundo Frei Vicente do Salvador, o Colégio foi usado por eles para loja de negócios e a igreja como enfermaria e adega!

Ora, se os restos mortais de Anchieta foram retirados e levados parcialmente para Roma, de acordo com o decreto papal promulgado em 13 de março de 1625, e confirmado em 2 de outubro do mesmo ano, conforme consta da Biblioteca do Seminário de Santa Teresa, na Bahia, esses despojos

teriam escapado à ação dos calvinistas holandeses, mesmo porque, segundo observa Xavier Marques, "a sua transferência para aquele "outro lugar" foi posterior à restauração da cidade e ao restabelecimento do culto na Igreja dos Jesuítas e demais templos da Bahia".

Aliás, já se encontra no Brasil uma tibia do jesuíta, cedida como relíquia pelo Vaticano que o guardava, em Roma.

Informação de Lisboa, por outro lado, (*O Estado de S. Paulo*, 3-9-1965) esclarece que alguns outros ossos do Padre Anchieta estão encerrados em uma urna preta de jacarandá, guardada na Faculdade de Ciências de Lisboa.

A informação foi transmitida pelo Prof. José Sarmiento, vice-reitor da Universidade Clássica de Lisboa, o qual afirmou que as relíquias foram encontradas, acidentalmente, em 17 de abril de 1964, na Faculdade de Ciências, durante pesquisas que ali estavam sendo realizadas para a localização dos restos mortais de um dos fundadores do Colégio de Cotovia, de Lisboa, estabelecimento de ensino que fora destruído por um incêndio no dia 22 de abril de 1845.

Os ossos de Anchieta teriam sido transportados da Bahia para Lisboa em 1760, por determinação do Marquês de Pombal e a urna, face aos documentos existentes, corresponde à descrição feita por jesuítas na própria época da transladação.

Nas suas cartas, em geral, apenas assinava "José", preferindo não registrar o sobrenome "Anchieta" que lhe vinha da família, com traços de sangue nobre.

Mas, não assinava apenas José.

Antecedia-lhe o nome a humildade de "Minimus Societatis Iesu" (cartas de julho de 1554 e de 1º de setembro de 1554, dirigidas ao Padre Inácio de Loiola); ou de o "pobre e inútil José" (carta de 20 de março de 1555 aos irmãos Enfermos de Coimbra); ou o "Mínimo de la Companhia de Jesús" (carta de 1º de junho de 1560 ao Superior Padre Diego Laynes).

Essa humildade se repete em todos os atos de sua vida, inclusive quando no Poema da Virgem, falando da infância da mãe de Jesus, oferece os versos: "Recebe ó bela Virgencinha, os versos que em teu berço depõe este pobre mendigo, este enfeitado", ou quando se declara, ali, "o último entre seus servos".

Ao definir o predestinado consciente de sua tarefa histórica, José Bonifácio de Andrada e Silva o retratou: o homem grande é modesto; o homem medíocre baduleja as suas menores vantagens, assim como os rios majestosos correm em silêncio e os regatos correm ruidosamente pelos seixos...

Sua humildade, sua ternura, sua eloquente fraternidade envolveram a Pátria que lhe serviu de lar durante quase toda a sua vida e seu espírito privilegiado paira sobre todos nós como uma benção vigilante na defesa de sua Vila de Piratininga convertida em Metrópole, e da Pátria maior que os paulistas ajudaram a construir empurrando em todas as direções os limites irrealizáveis das Tordesilhas, como se lhe seguissem os passos firmes através dos sertões, procurando fixar, com coragem e renúncia, as linhas divisórias que fariam o nosso território conter a área de um verdadeiro continente.

Mas, a altitude de sua figura nos permite olhar, em visão panorâmica, o amplo território como se ele fosse o luzeiro sobre as selvas escuras e selvagens.

A Pátria de hoje, que já o consagrou como um Apóstolo, não seria surpresa para quem ontem assim a desejou e a sonhou, porque ela é a Pátria do Evangelho, guardando nos contornos geográficos a figura de um coração como o seu, pulsando pelo mundo angustiado sem paz e sem amor.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mais que um ato de autoridade religiosa que reconheça as virtudes deste servidor da humanidade e de nossa Pátria nascente a homenagem a Anchieta é o coroamento do preito de gratidão que lhe devemos como cidadãos do mundo que sonham para os filhos e a terra a prática cristã da caridade e do amor. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — As justas, eloquentes e eruditas palavras que acabam de ser proferidas, nesta sessão do Congresso Nacional, são o testemunho de que as pegadas de Anchieta, através das praias do Brasil, embora decorridos quatro séculos, ainda continuam bem vivas e presentes. São as pegadas não apenas do Santo, mas do autor da nossa primeira gramática, do pacificador de índios, do médico, do criador de cidades, do fundador de colégios, enfim, do educador. São essas pegadas que aí permanecem e permanecerão eternamente, traduzindo o reconhecimento do Brasil, o reconhecimento da nacionalidade por tudo quanto fez aquele frágil e extraordinário homem, representante da benemérita Companhia de Jesus, na sua obra de missionário.

Vale dizer que Anchieta, antes de subir aos altares, como acaba de ser proclamado pelo Vaticano, ele já estava em outros altares, que eram os altares da Pátria brasileira.

Desejo agradecer, aqui, a presença do Sr. Dom Geraldo d'Ávila, Bispo Coadjutor de Brasília e representante do Sr. Arcebispo Dom José Newton e

demais personalidades da Igreja que aqui vieram para conosco celebrar este grande acontecimento, para todos nós, que é a beatificação do grande José de Anchieta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 15 minutos.)

ATA DA 154ª SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE JUNHO DE 1980

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. LUIZ VIANA

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Alberto Silva — Bernardino Viana — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Alberto Lavinias — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brosard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PDS; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nêlio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Eptácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Vítor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PDT; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Figueiredo Correa — PP; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PP; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PDT; Carneiro Arnaud —

PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Coutinho — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; Geraldo Bulhões; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PDT.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquissom Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna; José Amorim — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odolfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Cristiano Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PMDB; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Benjamin Farah — PP; Cêlio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PT; Felipe Penna — PP; Florim Coutinho; Hydekêl Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Mauricio — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowel Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Osvaldo Lima — PMDB; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Pêrciles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Darío Tavares — PDS; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib

PMDB; Genival Tourinho — PDT; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise, Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Nogueira de Rezende — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Roseburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvia Abreu Jr. — PP; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antonio Zacharias — PDS; Athié Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho — PDS; Benedito Marcilio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novais — PMDB; Jayro Multoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PT; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Pedro Geraldo Costa — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo; Ruy Silva; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achóa — PMDB; Santilli Sohrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PT; Anísio de Souza — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro; Genésio de Barros — PDS; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS; Wilmar Guimarães — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Correia da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; Leite Schimidt — PDS; Levy Dias — PMDB; Ruben Figueiró — PDS; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kifuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PDS; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo-Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães PP; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Colliari — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Elioar Guazzelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio

Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Jeronimo Santana — PMDB; Odacir Soares — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 409 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão.

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (PP — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A comissão de técnicos do Ministério da Previdência Social encarregada de estudar a questão da contagem recíproca de tempo de serviço para obtenção da aposentadoria, nas áreas estadual e municipal, encerrou os seus trabalhos apresentando ao Ministro Jair Soares anteprojeto de lei que estende aos servidores públicos estaduais e municipais a possibilidade de computação do tempo de serviço exercido no setor privado, para efeito de aposentadoria.

Os funcionários públicos civis da área federal — aí incluídos os servidores dos Territórios e Distrito Federal — obtiveram o benefício da contagem do tempo de serviço ao se transferirem para empresas particulares ou vice-versa, através da Lei nº 6.226, de 1975. A extensão da medida para as áreas estadual e municipal, tentada desde então, esbarrou sempre no obstáculo da definição de quem deveria arcar com as despesas de custeio. A questão é bastante complexa, tanto que na Câmara Federal, de 1976 até este ano, já foram apresentados cerca de 25 projetos.

A principal dificuldade encontrada pelo Grupo de Trabalho do MPAS (instituído há dois meses) também foi tornar viável a parte de execução da fonte de custeio. Outro ponto que teve que ser contornado foi o de caracterizar a proposta, de forma a não ferir o dispositivo constitucional que concede autonomia aos Estados e Municípios.

Sr. Presidente, depois de longo período de intenso trabalho, através de discursos e de projetos de lei, eis que o Governo se sensibilizou com a situação discriminatória a que foram relegados os funcionários públicos civis dos Estados e municípios diante da Lei nº 6.226, de 1975, que concedeu o benefício da contagem recíproca de tempo de serviço público e de atividade privada, graças ao alto espírito de justiça que tem norteado a ação do nosso ilustre colega Jair Soares à frente do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Outrossim, impõe-se-me o dever de ressaltar a dedicação do economista Francisco Mauro Dias, Secretário de Administração fluminense, que fez côro com os nossos seguidos apelos, tanto que o Estado do Rio já está preparado para cumprir qualquer decisão do Governo federal em torno da contagem recíproca de tempo de serviço para a aposentadoria de seus funcionários. Os contra-cheques emitidos pela Superintendência da Despesa de Pessoal, órgão subordinado à Secretaria de Estado de Administração, começarão a apontar, este mês, o tempo de serviço prestado por funcionários a empresas privadas, com descontos comprovados para o INPS.

Por outro lado, chega-me a notícia de que recentemente em Manaus, Secretários de vários Estados reunidos no 4º Encontro, discutiram e aprovaram os critérios de elaboração de um projeto uniforme, estabelecendo a contagem recíproca para funcionários públicos estaduais e municipais, computando-se o tempo de serviço também na empresa privada para fins de aposentadoria.

Já não é preciso aditar outras razões para justificar minha presença nesta tribuna, certo de que o nosso esforço não foi em vão, eis que foi encontrada uma solução para a extensão dos benefícios da Lei nº 6.226, de 1975, aos servidores públicos estaduais e municipais, vítimas de injustificável discriminação.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José de Castro Coimbra.

O SR. JOSÉ DE CASTRO COIMBRA (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Nobre Presidente, Srs. Congressistas:

Algumas leis vão muito bem enquanto não são cumpridas. Quando alguém procura fazer com que essas leis sejam cumpridas, surge então o grande problema. É o que está acontecendo com a Lei nº 5.965 que, efetivamente, dentro do nosso contexto atual, é absurda e impraticável, como a classifica o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista dos Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo, José Monteiro.

Isto vem chamar a atenção para um problema que já focalizamos aqui, algumas vezes. Essa lei, no seu art. 15, § 1º, diz o seguinte:

“A presença do técnico responsável será obrigatória durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento.”

Isto quer dizer que o farmacêutico, aquele homem que, normalmente, dentro da nossa legislação, apenas dá o nome à farmácia, muitos deles, sem nem saberem onde se situa a farmácia; muitos deles morando em Estado diferente daqueles onde estão situadas as farmácias, obviamente nunca poderiam estar nas farmácias durante todo o tempo. Isto tem criado uma injustiça muito grande para o provisionamento de prático, oficial de farmácia credenciado mas não provisionado, porque esse homem, que tem a verdadeira vocação para a farmácia, apesar de ter uma vivência muito grande e apesar até da legislação protegê-lo, encontra uma dificuldade muito grande nos Conselhos Regionais e no Conselho Federal de Farmácia, para ser o responsável pela sua farmácia, em benefício daquele outro que, efetivamente, não aparece na farmácia.

Bastou o Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, Dr. Adib Jatene, resolver fiscalizar, para verificar se a Lei nº 5.965 estava sendo cumprida, para que surgisse toda esta grita que, de alguma forma, tem um aspecto positivo, o de orientar, no sentido da reformulação dessa legislação, para que ela seja mais realista, para que ela atenda, também, aos interesses dos proprietários de farmácias. Se for levada à risca esta legislação, não teremos, de agora em diante, farmácias abertas à noite em plantão, porque é impossível e inviável a presença do técnico durante os plantões. E teremos um prejuízo muito grande da população que se serve, nas urgências, dessas farmácias de plantão.

Então, queríamos, nesta oportunidade, chamar a atenção do Ministério da Saúde para a necessidade urgente e premente, no sentido de uma reformulação realista, dentro da nossa realidade atual, para que esta Lei nº 5.965 possa ser atualizada, para que ela possa ser cumprida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Consoante denúncia formulada pelo Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná, divulgada pelo combativo Deputado Estadual Gernote Kirinus, do PMDB, graves irregularidades estão sendo praticadas por hospitais credenciados pelo INAMPS no Município de Marechal Cândido Rondon, que estão impedindo o livre exercício profissional de médicos credenciados pelo Instituto no atendimento de segurados da Previdência Social.

Informa-se, na denúncia em questão, que os responsáveis pela direção dos nosocômios, Hospital e Maternidade Filadélfia, Hospital Marechal Cândido Rondon e Policlínica Rondon vêm sistematicamente recusando o internamento de pacientes — segurados do INPS — que desejam continuar sendo atendidos por seu médico-assistente, credenciado pelo INAMPS, só permitindo que sejam internados se passarem a ser assistidos por médicos vinculados ao hospital.

Simultaneamente, os responsáveis por referidos hospitais vem pressionando vários médicos credenciados pelo INAMPS a abrirem seus consultórios nas dependências dos respectivos estabelecimentos hospitalares, sem o que não mais poderão atender a clientes segurados da Previdência Social em suas instalações.

A situação, evidentemente, é grave, pois além de estar sendo impedido o livre exercício da medicina, estão sendo diretamente atingidos e seriamente prejudicados os segurados da Previdência Social.

Segundo nos informou o Deputado Estadual Gernote Kirinus, a Superintendência Regional do INAMPS no Paraná, cientificada a respeito dos fatos, ainda não adotou qualquer medida concreta a respeito.

Nesta conformidade, desejamos, desta tribuna, dirigir veemente apelo ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de que a denúncia seja urgentemente apurada e adotadas as providências que se fizerem necessárias. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (PP — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A análise que pretendo fazer aqui revela e explica a razão de críticas desmedidas que certos setores governamentais vêm fazendo ao comportamento da Igreja, inclusive identificando a conduta de seus ilustres membros com movimentos de formação ideológica de fundo marxista-leninista, considerando essas supostas vinculações como espúrias, maculadas pelo pecado de estarem traindo a doutrina da Igreja. E, com isso, procurando maliciosamente incompatibilizar os representantes da Igreja com os diversos seguimentos da comunidade católica.

Não penetraremos nesta seara de discutir se está ou não a Igreja vinculada, incluída neste contexto de fazer parte, como um todo, ou apenas fração dela, representada por inúmeros prelados brasileiros, nos movimentos de formação ideológica marxista-leninista, da internacional socialista de origem alemã, soviética ou até chinesa. Mesmo porque, apesar de ter opinião formada se devem, ou não, os membros da Igreja, como cidadãos, tomar parte nas discussões político-ideológicas, não sou autoridade para tratar do assunto muito menos estou autorizado a fazê-lo.

Mas o fato é que toda a pressão que sofre a Igreja, por parte de certos setores situados no governo e adjacências, quando sofrem seus membros, da Igreja, verdadeiras agressões e ameaças no seu elementar direito de orientar o seu povo e alertá-lo contra as más influências e violações que sofrem de forma crescente e acintosa. É que a Igreja não abre mão do direito de denunciar e lutar contra os grandes males praticados contra a humanidade, particularmente quando esses males atingem às classes menos favorecidas da população.

Temos que reconhecer que, com exceção de alguns setores altamente reacionários, a Igreja tem se comportado com a maior dignidade e elevado espírito público em favor das grandes causas em que está em jogo o interesse da coletividade. A defesa que a Igreja tem feito em favor dos direitos humanos é um exemplo frisante de como tem sido seu comportamento, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Isso incomoda. E, com isso, só tem conquistado a repulsa, a repulsa dos grupos dominantes.

Na reunião de Itaipu, realizada em fevereiro do corrente ano, a CNBB aprovou o que eles convencionaram chamar “Documento da Terra”. Neste documento a Igreja situa sua posição bem clara no que tange ao problema da terra no Brasil, um desafio de anos, mas que nos últimos tempos tem sofrido sua maior e mais nefasta orientação, porque contra o pequeno proprietário, contra o verdadeiro trabalhador rural e, invariavelmente, em favor dos grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros.

Denunciou a Igreja, no “Documento da Terra”, como aliás já o fizemos desta tribuna, que os incentivos fiscais representam o grande fator de “especulação fundiária e grandes negócios com a propriedade da terra”.

A propriedade da terra, é preciso que isso seja repetido, para poder ficar gravado, deve obedecer fundamentalmente aos interesses sociais.

A especulação, que tem sentido capitalista, deve ficar reservada para outros setores da economia que não atinja, que não ameace e não agrave o problema social.

Pois bem. A Igreja trouxe à colação de dados estaremcedores que revelam a nefasta política econômica deste governo no que tange à propriedade da terra, intimamente ligada ao instituto dos incentivos fiscais. Esses dados revelam que esses grandes empreendimentos agropecuários, por exemplo, que de grande só têm o nome e o poder de influência política, eis que o capital delas é insignificante em relação ao usufruído pelas benesses do incentivo fiscal, que recebem de mão-beijada e que saem do bolso do contribuinte do imposto de renda, assalariado na sua maioria. Isso é de estarrecer.

Mas vejamos os dados trazidos pela Igreja: — Até julho de 1977, a SUDAM havia aprovado 336 projetos agropecuários, num montante de investimento previsto para 7 bilhões de cruzeiros. Desses 7 bilhões, apenas 2, menos de 30%, representam recursos próprios das empresas. Os demais 70%, 5 bilhões, foram desviados dos incentivos fiscais, retirados dos sacrificados bolsos do contribuinte do imposto de renda para enriquecer esses numerosos grupos econômicos.

E diz mais o Documento da Terra: “A política de incentivos da Amazônia não aumentou a produtividade das grandes fazendas de gado, que apresentam uma taxa de utilização da terra inferior à dos pequenos produtores”.

É a política, isto sim, do incentivo ao latifúndio. Portanto, esses grupos econômicos se beneficiam das vantagens oferecidas de graça pelos incentivos fiscais. E isso se agrava, quando sabemos, comprovadamente, que o governo não tem controle dos investimentos feitos pelos grandes grupos econômicos. Logo — é a conclusão — a política de incentivos fiscais serviu única e exclusivamente para agravar o problema fundiário, tumultuando e dificultando a

distribuição de propriedades agrícolas, favorecendo criminosamente a especulação fundiária e os grandes negócios com a propriedade da terra.

Para exemplificar, cito a Cia. Vale do Rio Cristalino Agropecuária, empresa pertencente à Volkswagen do Brasil, que especula numa área de 139.892 ha, cujo projeto de aplicação de capital se previu o montante da ordem de Cr\$ 352.5 milhões e apenas Cr\$ 80.3 milhões (22,7%) pertencem a investimentos próprios da empresa, sendo que Cr\$ 240.9 milhões foram destinados pelos incentivos fiscais e Cr\$ 31.3 milhões obtidos de "recursos outros".

O mesmo se projeta em relação à Cia. Agropecuária do Rio Araguaia, do grupo Bradesco, que especula na área de 69.748,8 ha, com o investimento previsto da ordem de Cr\$ 19 milhões e apenas Cr\$ 5 milhões se originaram de recursos próprios e Cr\$ 14 milhões obtidos dos incentivos fiscais.

Outras empresas poderiam ser citadas, como a Cia. Berocan de Pecuária e a Juruparanã Agropastoril, do grupo Bardela, que, somados, previu-se a aplicação de Cr\$ 48.453 milhões e apenas Cr\$ 12.288 milhões de recursos próprios, obtendo o restante, Cr\$ 36.165 milhões, dos incentivos fiscais.

Esse o quadro sinótico da nefasta política de incentivos fiscais, que tirou da região amazônica substancial ajuda para propiciar o seu verdadeiro desenvolvimento, para favorecer a grupos econômicos na especulação imobiliária. Agora, o que retorna em favor do povo, oriundo dos incentivos fiscais, é fácil concluir: miséria, fome, molestia. E, pelo menos, o quadro que temos presenciado nas regiões dominadas por esses grupos econômicos.

Mas não pára aí a desorientação que tomou conta dos governos da revolução de 1º de abril de 1964.

Vamos trazer para os anais desta Casa, alguns dados fornecidos pelo próprio INCRA que bem revelam os crimes que se praticam contra esta Nação, calada e manipulada pelos governos implantados pelo arbítrio, pelo golpe e contra-golpe desferidos pelos detentores do poder.

A lei que disciplina a aquisição de terras por estrangeiro estabelece que o estrangeiro não pode adquirir área superior a 250 mil ha, salvo com autorização especial do Presidente da República. Inobstante essa proibição, o INCRA revela que 990 estrangeiros (apenas pessoas físicas) possuem área bem acima deste limite legal. Isso porque, como declara o Sr. Paulo Yokota, não tem o INCRA condições de controlar o investimento estrangeiro no País.

E tem mais. De cerca de 100 milhões de ha de terras cadastradas de uma área situada na Amazônia legal, de uma previsão de 500 milhões de ha, 11% se encontram nas mãos de 433 empresas, representando 11 milhões de ha que se encontram nas mãos de grandes empresas como a Jari Florestal, Supergasbrás e Bradesco. Ora, partindo dos dados de que, no período de 1972 a 1976 o total de imóveis rurais pertencentes a pessoas jurídicas cresceu na ordem de 259% e que, neste mesmo período e região, a propriedade rural de empresas estrangeiras cresceu em 60,9%, chega-se a triste conclusão que a Amazônia legal se encontra praticamente alienada a grupos não só econômicos, mas estrangeiros.

Isso é crime ou o que nome tem, quando sabemos das limitações legais expressamente contida em nossa sistemática escrita? E quais os responsáveis por todos esses procedimentos que infelicitam a Nação? Não é difícil identificar, mas garanto que é extremamente difícil se exigir suas responsabilidades. E o Conselho de Segurança Nacional, encarregado de fiscalizar essas questões e que se tem demonstrado tão zeloso na salvaguarda da segurança nacional, que papel representa nisto tudo?

Apesar disto, a nossa luta continuará!

Eis aí, em síntese, porque sofre a Igreja acusações levianas de toda ordem e origem dirigidas a seus mais representativos membros. Simplesmente porque se preocupam verdadeiramente com os problemas da coletividade, denunciam e lutam contra esses erros que se cometem em prejuízo da economia nacional e se voltam contra os crimes que se praticam vitimando o trabalhador rural.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PDS — MT. Pronuncia o seguinte discurso.)
— Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Recebi o seguinte manifesto:

"As lideranças de nível nacional das diferentes categorias profissionais, em reunião de 13 de junho, em Brasília, manifestam-se favorável à aprovação da implantação do Receituário Agrônomo, ora em tramitação na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados.

A adoção deste instrumento visa a regulamentar a comercialização dos defensivos agrícolas no País, coibindo seu uso abusivo

que tantos problemas tem acarretado na contaminação ambiental e alimentar.

O Receituário Agrônomo é um elemento não só de defesa da saúde pública brasileira; como de defesa dos agricultores que tem tido aumento no custo de produção agrícola em função do uso excessivo dos caros defensivos, em sua quase totalidade importados.

O aumento do uso indiscriminado dos defensivos agrícolas, exige a adoção de medidas regulamentares de sua comercialização.

Por isso, na confiança da aprovação do referido projeto de lei, um dos quais, o de nº 1.582/79 é de autoria deste Parlamentar, pelos Senhores Deputados da Comissão de Agricultura e Política Rural como legítimos defensores dos anseios da população brasileira, essas Entidades aguardam a comunicação da manifestação desta nobre Comissão. Assinam:

Eng. Agr. Walter Lazzarini Filho — Presidente da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil — FAEAB

Arq. Fernando Burmeister — Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil — IAB — Direção Nacional.

Eng. Wilson Ribeiro Gonçalves — Presidente da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros. — FEBRAE —

Geog. Carlos Walter P. Gonçalves — Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros — AGB.

Geol. Nelson de Salles Guerra Guzzo — Presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos — CONAGE.

Eng. Darcy Aleixo Derenusson — Representante da Associação Brasileira de Eng. Civis — ABENC.

Eng. Luizaugusto B. da Silva Nen — 1º Vice-Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros — FNE.

Eng. Fernando Santos Herkenhoff — Representante da Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais.

Arq. Alfredo Paesani — Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos — FNA.

Eng. Nilton Able — Presidente da Associação Brasileira dos Engenheiros Eletricistas.

Geo. Marília L. Peluso de Oliveira — Representante da Associação dos Geógrafos Brasileiros — Seç. Brasília.

Eng. Agr. Moacir J. C. Pinto de Almeida — Representante da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil — AEAB

Arq. Jamil Carlos Coelho Vaz — Representante do Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil — IAB.

"Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil A NECESSIDADE DO RECEITUÁRIO AGRÔNOMO NO PAÍS

A Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil — FAEAB, representando 15.000 Engenheiros Agrônomos no país, vem publicamente manifestar sua posição sobre um assunto da maior importância social e econômica: a obrigatoriedade de receita para aquisição de defensivos agrícolas.

Histórico

O Receituário Agrônomo, antiga reivindicação de setores responsáveis da sociedade preocupados com a saúde pública e a economia nacional, foi parcialmente implantado no Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1978, com o apoio de entidades governamentais, entidades privadas, cooperativas, e dos próprios produtores rurais. Naquele estado tornou-se obrigatória a apresentação de receita no momento de operações que envolvam financiamento bancário para a compra de agrotóxicos.

Os resultados já alcançados no Rio Grande do Sul são muito positivos e contam com plena aceitação dos agricultores, apesar do pouco tempo de vigência do Receituário.

A extensão da medida a todo o país tem sido objeto de muitas lutas; os opositores do Receituário são as firmas produtoras dos venenos agrícolas, quase todas multinacionais. Compreende-se sua objeção, pois a utilização criteriosa e controlada dos agrotóxicos, associada a medidas de controle integrado de pragas e doenças, reduziria sua aplicação (e portanto a venda) a menos da metade, a curto prazo, e a níveis muito menores a médio e longo prazo.

Em abril de 1980, o Ministro da Agricultura declarou que o problema das contaminações dos alimentos por resíduos de pesticidas, das intoxicações de seres humanos, e o prejuízo à saúde dos consumidores, "serão contornados com a entrada em vigor do Receituário Agrônômico".

A oportunidade dessa medida aí está: a Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados dará, nos próximos dias, parecer a respeito de quatro projetos de lei sobre o Receituário Agrônômico. Esses projetos são os de autoria dos Senhores Deputados Augusto Trein, Freitas Nobre, Júlio Campos e Délio dos Santos, e já foram aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

A Situação Atual

A venda dos agrotóxicos é livre: qualquer pessoa, inclusive crianças, podem comprá-los, mesmo os venenos mais violentos.

Os vendedores das firmas produtoras podem também oferecê-los e prescrevê-los aos agricultores, sem que nenhuma responsabilidade assumam pela quantidade comprada e aplicada. Quanto maior a quantidade vendida e a frequência das vendas, maior a comissão.

Há hoje, no Brasil, cerca de 3.000 diferentes formulações de agrotóxicos, livremente comercializadas. O Brasil é hoje um dos maiores consumidores mundiais desses produtos. Na última década, a quantidade vendida em nosso país aumentou em cerca de 600% (seiscentos por cento).

Em um espaço de apenas três anos foram registrados 432 casos de doenças e mortes causadas em plantações de algodão, em São Paulo, por Paration (fosforado). O mesmo veneno atacou toda a população de duas cidades no interior de Goiás, em 1973. No Rio Grande do Sul, 433 pessoas foram atacadas, e seis morreram, por inseticidas em culturas de soja. Em Icó, no Ceará, 206 pessoas (várias dessas também morreram) foram intoxicadas por um inseticida organofosforado na água que ingeriram. Os dados reais devem ser muito mais elevados, já que muitos casos de envenenamento não chegam ao conhecimento público por uma série de razões (Almeida, W. F. — "Toxicologia dos Defensivos Agrícolas" — 1976).

Em abril, registrou-se no Rio Grande do Sul uma contaminação de tomates por fungicida mercurial. O caso despertou a atenção de todo o país, visto ser o mercúrio um produto perigosíssimo para o homem. O Ministro da Agricultura, talvez como resposta à onda de protestos que se seguiu, anunciou a implantação de medidas visando controlar a venda dos pesticidas. As medidas anunciadas contêm graves imperfeições; uma delas é que os produtos mais tóxicos continuariam a ser vendidos sem receita, por "empresas de prestação de serviços fitossanitários" e "pelas respectivas firmas registrantes (ou seja, os fabricantes ou seus representantes, em ambos os casos); além disso, poderão ser comercializados "através de apresentação de Receita ou (o grifo é nosso) Projeto Técnico Fitossanitário." Esse Projeto nada mais é que uma forma destinada a tornar inócuo o Receituário Agrônômico. O Projeto Técnico Fitossanitário é uma criação dos fabricantes dos agrotóxicos, e deixará, na prática, a comercialização tão livre e perigosa como na atual situação. Pelo Projeto, como tem sido proposto, o agrônomo relacionaria antecipadamente as possíveis ocorrências de pragas em determinada cultura, e prescreveria formas de seu combate, antes de sua ocorrência. Isto pode inclusive agravar o problema já sério da aplicação preventiva, unanimemente condenada.

Por que o Receituário Agrônômico

Alega-se que a medida seria uma burocratização da venda daqueles insumos. A obrigatoriedade da receita médica, por exemplo, para medicamentos perigosos, não é burocratização. A Receita Agrônômica é também bastante simples, podendo ser prescrita no campo, no próprio local da cultura, sem problema algum e sem maiores exigências. É preciso, apenas, responsabilidade e conhecimentos profissionais.

Outra alegação refere-se à possível falta de estrutura para a fiscalização das vendas, caso o Receituário seja implantado, trazendo novamente o exemplo dos remédios vendidos nas farmácias, diz-se que mesmo sem receita médica, é possível comprar-se qualquer medicamento. Ocorre que uma possível falha naquele sistema não significa que ele não seja necessário; o que tem de ser feito é aperfeiçoá-lo e não destruí-lo. Além disso, a pessoa que compra um remédio visa seu uso particular e individual; deve tomar certos cuidados, e a

responsabilidade e os efeitos restringem-se à sua própria pessoa. No caso dos agrotóxicos, o uso indevido vai prejudicar parte da população, intoxicando-a diretamente ou por meio de resíduos nos alimentos. Esses resíduos, geralmente, acumulam-se no organismo com o passar do tempo. Outra característica que facilita a adoção do Receituário Agrônômico, e que não ocorre com os medicamentos, é que a quase totalidade dos agrotóxicos é adquirida, no Brasil, por meio de financiamento bancário. O banco, portanto, pode perfeitamente condicionar a liberação do dinheiro à apresentação da receita.

A luta cada vez maior pela adoção do Receituário Agrônômico justifica-se, principalmente:

- pela preocupação com a saúde da população; é mais um instrumento que a sociedade terá para se proteger;

- pela defesa da economia do produtor rural, com diminuição de seus custos: atualmente há grande excesso de aplicação dos agrotóxicos;

- pela defesa da economia nacional, já que grande parte desses produtos é importada;

- pela defesa do trabalhador rural, que aplica o veneno sem orientação e frequentemente adoecce, ou mesmo morre;

- pela defesa do meio ambiente e da própria agricultura; trabalhos de especialistas na matéria mostram que o uso abusivo dos agrotóxicos, como tem se dado no Brasil, é um dos grandes responsáveis pelo aumento das pragas na agricultura, por ação de mecanismos genéticos e destruição dos inimigos naturais dos predadores.

Conclusão

A Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil conclama aos Deputados da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara, e a todos os Deputados de todos os partidos políticos, a se unirem nessa campanha em prol da saúde da população na defesa dos agricultores, dos trabalhadores rurais e da soberania brasileira, e aprovarem o Projeto de Lei que institui o Receituário Agrônômico, e não alternativas como o "Projeto Técnico Fitossanitário", e outras.

Engº Agrº Walter Lazzarini Filho, Presidente."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estamos vigilantes quanto ao que se passa no Nordeste. Ultimamente, temos lido a imprensa daquela Região, que nos traz notícias estarrecedoras. É que, em certas áreas do Nordeste, as populações já estão se alimentando com o cactus, com a palma, com o mandacaru, com o xique-xique, com a macambira, com a mucunã, e alguns desses cactus são tóxicos, têm alto grau de toxicidade.

De modo que não só é lamentável esta ocorrência, Sr. Presidente, como também é motivo de providências por parte do Governo. Aqueles nossos irmãos estão quase abandonados, estão quase na indiferença de certos setores da administração, para não dizer de muitos setores. É preciso que para lá sejam canalizadas as verbas do tesouro, para mitigar a sede e saciar a fome daqueles nossos brasileiros, daqueles nossos bravos patriotas que residem naquela área. Eles estão emigrando em procura de outros pontos do Brasil, das grandes cidades mesmo. É uma mão-de-obra não qualificada que irá, certamente, desorganizar, cada vez mais, a vida das grandes cidades. E, além do mais, por certo, irão ser escravizados, porque não existem meios de colocá-los de modo a que eles consigam a sobrevivência nos grandes centros.

Sr. Presidente, o homem do Nordeste precisa ficar naquela área para oferecer, no futuro, uma produção agropecuária capaz de contribuir para o equilíbrio da nossa balança comercial, pelo menos para minimizar esta situação difícil que estamos enfrentando, em que a desvalorização do nosso dinheiro, estampada a cada dia, é assustadora e nos compromete cada vez mais.

Sr. Presidente, mais uma vez, queremos dar o nosso brado, digamos mesmo, de protesto, porque já fizemos muitos apelos, e se estão insensíveis aos nossos apelos, é porque não querem atender às determinações do Presidente João Figueiredo, que tem demonstrado sensibilidade com as populações do Nordeste, sentimento de solidariedade humana. Mas, queremos traduzir que as suas determinações, as suas manifestações, os seus decretos não estão sendo cumpridos naquela área. As frentes de serviços começam a ser suspensas; a emergência já não está mais funcionando; os projetos de financiamentos à

terra, às pequenas glebas, à média gleba de terra daquela região, aos seus proprietários, também, estão suspensos. Perguntamos, Sr. Presidente: "Para quem recorrer nesta hora de dor, nesta hora de fome e de miséria? (Muito bem! Palmas.)"

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Benedito Marcílio.

O SR. BENEDITO MARCÍLIO (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas,

Cresce a indignação e aumentam os protestos nas camadas mais pobres da sociedade brasileira. Em São Paulo, o bairro proletário de Freguesia do Ó se recusa a aplaudir a figura do Governador bionico Paulo Salim Maluf, este autêntico representante do arbítrio que, há 16 anos, insiste em marginalizar e sufocar os trabalhadores e demais camadas assalariadas e populares deste País.

Este regime quer, a todo custo, se popularizar, se tornar simpático para impedir que este povo se organize e lute por melhores salários, contra o desemprego e por melhores condições de vida e trabalho. Estamos vivendo sob um capitalismo que fere os mais sagrados princípios dos direitos humanos, que submete a classe operária brasileira a jornadas de trabalho estafantes, obrigando os trabalhadores a fazerem horas extras, sob a ameaça do desemprego que hoje atinge milhares de trabalhadores brasileiros.

Enfrentando ameaças e cumprindo o seu dever, companheiros e Deputados do Partido dos Trabalhadores, a quem tenho a honra de pertencer, estiveram presentes aos protestos da população indignada da Freguesia do Ó, sendo então violentamente espancados por grupos para-militares. A população protestava contra mais uma atitude do Sr. Maluf, desta vez, querendo instalar naquele bairro o seu governo itinerante. Este senhor deveria saber que jamais seria possível instalar seu governo junto a um bairro operário. Que se gosta de governar através de passeios e de pulos de um lugar para outro, que escolha os seus verdadeiros ouvintes e admiradores. Que se instale então, nos salões atapetados da FIESP, nas sedes, clubes e associações dos banqueiros, empresários e latifundiários.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o que aco. zceu na Freguesia do Ó é de extrema gravidade. É necessário denunciar à Nação para que se mobilize para por fim a mais esta trama das forças da ultradireita, sob a proteção ou omissão do Governo do Estado de São Paulo, para que, em nosso País, não se repitam os acontecimentos vividos pela Itália de Mussolini e pela Alemanha de Hitler.

É necessário se apurar quem está armando e financiando grupos de extrema direita para reprimir a população e os trabalhadores, numa repetição vergonhosa dos métodos usados pelo nazi-fascismo para assumir o poder. Sabemos que este grupo agiu em acordo com o DOPS e que, muito ao sabor dos grupos fascistas, não respeitaram a presença dos parlamentares ali presentes. A pancadaria levou vários companheiros a serem hospitalizados, inclusive o companheiro Geraldo Siqueira Filho, Deputado filiado ao Partido dos Trabalhadores, que foi agredido com soco inglês, saindo com o nariz fraturado e duas costelas quebradas.

A repressão incluiu, além do DOPS, a P-2, polícia especializada em repressão de massas, funcionários das Administrações regionais Rota, e polícia militar. O bairro amanheceu ocupado por forças policiais que se localizavam principalmente nos pontos finais dos ônibus para impedir que os populares chegassem ao local da manifestação.

Os trabalhadores e a população explorada não podem ficar à mercê destes grupos antidemocráticos. Exigimos imediata apuração das responsabilidades e o principal interessado deve ser o próprio Governador Maluf, que deve uma explicação ao povo brasileiro. Que se descubra os responsáveis e, se ficar provado que o Governo do Estado de São Paulo, por ação ou omissão, está envolvido nesta fama nazi-fascista, então, soou definitivamente a hora deste regime e é necessário que se acabe, de uma vez por todas, com esta repressão, este obscurantismo, que se convoque imediatamente uma Assembleia Nacional Constituinte, Popular e Democrática, com eleições livres e diretas em todos os níveis e para todos os cargos.

Se assim não agirmos, Sr. Presidente, estaremos sendo cúmplices desta conspiração que ameaça liquidar os bolsões da democracia ainda existentes no País e nos desmoralizaremos, definitivamente, perante este povo que nos confiou um mandato e que espera que saibamos honrá-lo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Sobre a mesa, Expediente que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente

Lisboa, 17 de Junho de 1980

Senhor Presidente e Caro Colega,

Foi com imensa satisfação e não menor emoção que tomei conhecimento da sessão especial com que o Congresso Nacional quis homenagear a memória do nosso Poeta.

Actos como este testemunham bem os laços vigorosos que unem os nossos países, pelo que solicito a Vossa Excelência se digne aceitar o profundo reconhecimento que, em meu nome pessoal e no da Assembleia da República, tenho a honra de lhe expressar.

Aapresento a Vossa Excelência os meus respeitosos cumprimentos e mais cordiais saudações. **Leonardo Ribeiro de Almeida**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

Esgotou-se, no dia 21 de junho corrente, o prazo de tramitação das Propostas de emenda à Constituição nºs 7, 8 e 9, de 1980.

Esclarecendo que as matérias constaram da Ordem do Dia em duas sessões sem que houvesse deliberação por falta de quorum, a Presidência, nos termos dos artigos 48 da Constituição e 84 do Regimento Comum, declara prejudicadas as propostas, determinando a remessa dos respectivos processos ao arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 1980-CN, que cria o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 98, de 1980-CN da Comissão Mista.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar fazer uso da palavra, encerra-se a discussão.

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, destinada à discussão dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 34, 35, 36 e 40, de 1980-CN, referentes respectivamente, aos Decretos-leis nºs 1743, 1744, 1745 e 1746, de 1979.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.)

ATA DA 155ª SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE JUNHO DE 1980

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. LUIZ VIANA

ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles
Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel

Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque
— Alberto Silva — Bernardino Viana — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio

Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Alberto Lavinas — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brosard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PDS; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nêlio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Eptácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PDT; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Figueiredo Correa — PP; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PP; Marcello Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PDT; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Coutinho — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; Geraldo Bulhões; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PDT.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquissom Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna; José Amorim — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldino Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Cristiano Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PMDB; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Benjamim Farah — PP; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PT; Felipe Penna — PP; Florim Coutinho; Hydekél Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowel Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PMDB; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Darío Tavares — PDS; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PDT; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro-Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Nogueira de Rezende — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Abreu Jr. — PP; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho — PDS; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novais — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PT; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Pedro Geraldo Costa — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Caryalho — PDS; Ruy Codo; Ruy Silva; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PT; Anísio de Souza — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro; Genésio de Barros — PDS; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS; Wilmar Guimarães — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Correia da Costa — PDS; Cristina Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; Leite Schimidt — PDS; Levy Dias — PMDB; Ruben Figueiró — PDS; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PDS; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krlger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães PP; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebíades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazzelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Jerônimo Santana — PMDB; Odacir Soares — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 409 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei nº 9, de 1980-CN, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Ofício nº 88/80

Brasília, 24 de junho de 1980.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os nomes dos Senhores Deputados Jorge Arbage e Djalma Bessa para integrarem, em substituição aos

dos Senhores Deputados Joel Ferreira e Ney Ferreira, a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 12-CN, de 1980, que "altera dispositivos da Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas, e dá outras providências".

Aproveito para renovar os protestos de estima e elevado apreço. — Deputado Nelson Marchezan, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1980-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 57, de 1980-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.743, de 27 de dezembro de 1979, que altera o limite percentual da Gratificação de que trata o Decreto-lei número 1.698, de 3 de outubro de 1979.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Congressistas quiser fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão.

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1980-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 58, de 1980-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.744, de 27 de dezembro de 1979, que fixa alíquotas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICM), nos Territórios Federais.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Congressistas quiser fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão.

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1980-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 59, de 1980-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.745, de 27 de dezembro de 1979, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Congressistas quiser fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão.

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1980-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 67, de 1980-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.746, de 27 de dezembro de 1979, que altera a Lei nº 6.732, de 4 de dezembro de 1979, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Congressistas quiser fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão.

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados

(Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Os projetos de decreto legislativo que acabam de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

24 de junho de 1980.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 1980 (CN), que "altera a redação do § 35 do artigo 153 da Constituição Federal"; solicito a Vossa Excelência, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, que se encerra hoje, dia 24 de junho de 1980.

Outrossim, esclareço que tal pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que irá exigir do Senhor Relator, Senador Jorge Kallume, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — Deputado Audálio Dantas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 3,00